

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Os Marechais do Império durante as Guerras Napoleónicas 1804-1815

Bruno Miguel Pack Martins

Orientador(es): Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de
História Contemporânea

2021

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Os Marechais do Império durante as Guerras Napoleónicas 1804-1815

Bruno Miguel Pack Martins

Orientador(es): Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na
especialidade de História Contemporânea

Júri:

Presidente:

Prof. Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, Professor Associado e Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,

Vogais:

Major-General do Exército João Jorge Botelho Vieira Borges, Professor da Academia Militar e Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar;

Brigadeiro-General do Exército Nuno Correia Barrento Lemos Pires, Professor da Academia Militar;

Doutor António Paulo David Silva Duarte, Assessor e Investigador Doutorado do quadro do Instituto da Defesa Nacional;

Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientador;

Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

2021

Resumo: Os Marechais do Império foram os principais comandantes militares de Napoleão, contudo será que ficaram só por aqui? À medida que se explora as suas carreiras verificamos que foram governadores-gerais das conquistas imperiais e membros destacados na nova nobreza imperial, um símbolo da união do mérito revolucionário com o prestígio do Antigo Regime. Este trabalho visa explorar essa contribuição ao longo do conflito napoleónico, mostrando que os marechais foram mais que militares mas também agentes do Império que tiveram um papel maior e mais complexo.

Abstract: The Marshals of the Empire were Napoleon's main military commanders, but did they just do that? As their careers are explored, we find that they were governors-general of the imperial conquests, bringing with them the French administrative model and the Civil Code. They were also prominent members of the new imperial nobility, a symbol of the union of revolutionary merit with the prestige of the Old Regime. This work aims to explore that contribution throughout the Napoleonic conflict, showing that the marshals were more than military men but also agents of the Empire who had a bigger and more complex role.

Quero dedicar este trabalho à minha avó, aos meus pais e aos meus irmãos que me acompanharam e ajudaram nesta longa luta.

Índice

Introdução.....	10
Parte I - O caminho para o Marechalato Imperial	16
Capítulo 1 – O Marechalato Francês antes de 1804	17
Criação.....	17
Nomeação e Critérios	18
Cerimónia, protocolo e privilégios	20
As funções do Marechal de França: Militar, Administrador, Conselheiro e Juíz ..	22
A revolução e o fim do Marechalato	24
Capítulo 2 – Os novos Generais da Revolução	27
O fim do Antigo Regime	27
Os novos oficiais: eleições e promoções da nova base de comando.....	28
Os novos generais.....	31
Generais e a Política 1789-1793: Os primeiros sinais.....	34
Generais e a Política 1794-1799: Confirmação como actores políticos.....	38
Do Consulado ao Império: generais e conspirações.....	42
Capítulo 3- A criação do Marechalato Imperial	47
A Lei do 29 do Floreal do Ano XII	47
Razões para a Criação.....	50
A Historiografia e as razões para o Marechalato Imperial	52
As razões para os nomeados.....	54

Capítulo 4- Classe de 1804: retrospectivas biográficas até ao marechalato.....	62
O “Grupo Bonaparte”: Berthier, Bessières, Murat e Lannes.....	63
Jacobinos e Republicanos: Bernadotte, Augereau, Jourdan e Brune	65
Os homens do Reno: Sault, Ney, Mortier e Davout.....	68
Homens à parte: Moncey e Masséna	71
Os Senadores: Kellermann, Sérurier, Lefebvre e Pérignon.....	73
Parte II - Mais que soldados: Nobreza Imperial, Administração e Relações Internacionais.....	76
Capítulo 5 – Os Marechais como Nobreza Imperial	78
A cerimónia	78
A nova nobreza imperial e o lugar do Marechalato.....	82
As fortunas e a sua distribuição.....	90
Brasões, as exigências do estauto e a influência das <i>Le Marechale</i>	95
Uniformes, Protocolo e Brasões	97
Glória e Morte pelo Império: funeral de Lannes	106
Capítulo 6 – Contribuição nas Relações Internacionais 1804-1814.....	108
Período Consular (1799-1804): O Passado Diplomático dos Marechais	108
As contribuições em período de conflito (1804-1810).....	117
Os marechais que queriam ser reis: Bernadotte da Suécia e Murat de Nápoles...	119
Capítulo 7– Marechais e a Administração do Império.....	126
Governadores Civis e Militares	126
Os domínios germânicos	127

A Questão Polaca	134
A Quimera Ibérica	137
Os Balcãs Napoleónicos	144
Um papel secundário	146
Parte III - Terror belli, Decus pacis: fazendo a guerra e conquistando o bastão	148
Capítulo 8- Sob a liderança Napoleão 1804-1814.....	149
Criados para o Sistema de Corpos de Exército.....	149
O Comandante do Corpo de Exército.....	151
<i>Grand Quartier Général</i> e o Papel de Berthier	157
Marechais como exemplo de comando de um corpo de Exército	159
Soulst em Austerlitz 1805, Um <i>Corps d'Armée</i> e Dois Objectivos.....	160
Lannes em Saalfeld 1806, quando se tem o primeiro contacto	162
Davout em Auerstadt 1806, explorando o potencial do Corpo de Exército	164
Apoiando a retirada do exército: Ney e a campanha russa 1812.....	166
Murat e o Corpo de Cavalaria	168
Exemplos das responsabilidades de uma ocupação militar: Mortier e Ney	169
Capítulo 9- O Marechais e o Peso do Comando Independente	174
Os primeiros casos: Masséna e Berthier.....	174
O Problema Peninsular	178
A Campanha de 1813 e o Plano Tranchenberg	188
Capítulo 10- Os promovidos de 1807-1815: mérito, amizade e redenção	193

Os Critérios de Napoleão:o bastão na mochila.....	193
Glória e Redenção na Vitória: Victor, MacDonald e Gouvion Saint Cyr	195
O substituto de Lannes: Oudinot dos Granadeiros	203
Amizade ou mérito? Marmont e a Dalmácia.....	205
Administração e as suas Vitórias: Suchet em Aragão	208
As escolhas estranhas: Poniatowski e Grouchy.....	213
Os que falharam.....	216
Parte IV - O fim de uma era	220
Capítulo 11 – Na Abdicação, Primeira Restauração e 100 dias	221
A queda de Paris	221
Os homens obedecerão os seus chefes	222
Os Marechais na Primeira Restauração	225
A Fuga de Elba	227
Os 100 Dias e Waterloo.....	229
As Consequências da traição ao rei	234
Capítulo 12 – Um legado de rivalidades sob o olhar de Napoleão.....	238
Legado de Rivalidades.....	238
Napoleão e os marechais: opinião e os choques que existiram	242
Vida depois Napoleão: a segunda Restauração	250
Vida depois Napoleão: Liberalismo e o novo Império.....	253
Conclusão	256

Bibliografia.....	262
Lista de Imagens:.....	280
Anexos.....	295

Introdução

Há personalidades que, normalmente, têm de ser faladas quando associadas a um conflito ou a uma figura. Se falarmos da Guerra Civil Americana, o tema Lincoln vem ao de cima com este a servir de base para debater a abolição à escravatura e as batalhas lutadas por generais como Robert E. Lee, William T. Sherman ou Ulysses S. Grant. E quanto ao Império Romano? Neste tema o nome de Júlio César é talvez o mais referenciado, com as suas virtudes militares a serem a ponte para o que foi a expansão da república, no seu geral, e consequente transformação em império. As guerras disputadas entre 1804 a 1815 não escapam a este paradigma pois tem na sua denominação a associação a uma figura que tende a ser o tema principal do conflito, Napoleão Bonaparte. Geralmente associamos o quê a esta personalidade? Ambição, oportunismo, conquista, génio militar, tirano e belicista? Sem dúvida, mas para além das suas virtudes e defeitos também emergem as suas campanhas vitoriosas, as batalhas políticas e os seus fracassos. À medida que se estuda Napoleão e a sua acção, há um conjunto de homens que o acompanharam sempre, seja no sucesso ou fracasso. Foram eles que comandaram os seus exércitos, governaram as suas conquistas e foram recompensados com títulos de nobreza, transformando a sua ascensão no misto de ideais revolucionários de mérito com a contradição de uma *aristos* baseada no valor militar. Foram mais que um braço armado, orientado somente para o comando militar, assumindo igualmente papéis de representantes do império, enquanto governadores civis, trazendo consigo a administração centralizada de base francesa e o Código Civil, por vezes adaptado à realidade social da região, fosse o mais liberal norte alemão ou os ainda feudais Balcãs ou a Espanha.

Estes homens foram os marechais do império. Entre 1804 a 1815, os destinos dos exércitos e das principais conquistas do I Império Francês foram-lhes confiados por Napoleão. Devido a esta proximidade ao Imperador e a actividade em todas as frentes dos conflitos napoleónicos, tornaram-se um dos temas mais explorados pela historiografia da era napoleónica. O Estado da Arte deste tema é bastante diverso a nível de obras e artigos, indo desde biografias dos marechais até trabalhos focados no seu comando militar e administração territorial. Esta diversidade deve-se ao facto de as guerras napoleónicas terem gerado inúmeras fontes escritas, desde as memórias dos marechais a documentos e correspondência oficial e pessoal. A nível de compilações biográficas destaca-se a obra *Napoleon's Marshals* (1987), do historiador David Chandler, que segue o padrão da obra

de 1909 de Dunn-Pattinson, *Napoleon's Marshals*, apresentando um conjunto de biografias individuais numa só obra. Esta tendência ainda se mantém em tempos recentes, e que são exemplos *Dictionnaire des Maréchaux de Napoléon*, de Jean Claude Banc, publicado em 2007, e *Les Marechaux de Napoléon*, de Jacques Jourquin, de 2013. Nem todas as obras assumiram a forma de compilações de biografias individuais; em 1934 surge *Napoleon and his Marshals*, de A.G. MacDonnel, e mais tarde, em 1962, *Napoleons's Marshals The March of the Twenty Six* de R.F. Delderfeld. Tratam-se de trabalhos que traçam uma biografia colectiva, relatando o passado de cada um e as acções em grupo e individuais destes homens durante o Império. Contudo, focam muito no aspecto biográfico e nos principais eventos da vida dos marechais, não sendo estudos prosopográficos como sucedem com as obras *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, de Jean Claude Gillet, de 2014, e *Les Maréchaux de Napoléon*, de Louis Chardigny, publicado pela primeira vez em 1948. À excepção de Gillet, todos tem a tendência a olhar mais para os feitos militares, deixando o papel administrativo ou estatuto de nobreza imperial para trás. A obra de Gillet foca em vários pontos, desde a personalidade dos marechais, vida pessoal e interacção entre estes enquanto nobreza imperial. No entanto, também comete o erro de não olhar para o seu papel administrativo. Há que realçar, de entre os vários trabalhos sobre este tema, a tese de Eric C. Smith, *A Pre-professional Institution: Napoleon's Marshalate and the Defeat of 1813*, que procura encontrar respostas para os problemas encontrados pelos marechais enquanto comandantes de forças maiores, um dos temas mais relatados da historiografia napoleónica.

É nos artigos que se encontra uma maior propensão para explorar o lado administrativo dos marechais, assim como a sua mais-valia militar enquanto comandantes de exército. Os artigos *Conqueror and Administrator: Civil and Military Actions of Marshall Louis-Gabriel Suchet in the Spanish Province of Aragon 1808-1813*, de Jean Rollet, e o *Marshal Jean Lannes in the Battles of Saalfeld, Pultusk and Friedland, 1806-1807: The Application of Combined Arms in the The opening of Battle*, de Robert Everson, são exemplos de estudo específico onde a forma de trabalhar do marechal é o principal foco. Ambos são trabalhos efectuados para um público mais militar e que pretende demonstrar que as capacidades de um comandante não devem só focar vertente do combate. Existem igualmente historiadores que procuraram mais a parte administrativa civil como Juan Mercader y Riba com o seu trabalho sobre Suchet, *El mariscal Suchet*,

«Virrey» de Aragon, Valencia y Cataluña, e George Prpic com o artigo «French Rule in Croatia 1806-1813», que dá destaque ao trabalho de Marmont enquanto Governador das Províncias Ilírias, pois relacionam-se com as consequências do domínio napoleónico no seu território. Os marechais do império ainda são bastante estudados, mas torna-se pertinente observar qual o seu papel global no império. A minha escolha do marechalato imperial para tema de doutoramento deve-se ao facto de ser possível, a partir deste estudo, compreender o que foi o mundo napoleónico noutras vertentes para além da puramente militar e bélica. Entre os tópicos passíveis de estudo podemos encontrar a questão da criação da nobreza imperial enquanto processo de hierarquização social do império, com base no mérito e serviço à nação, como foram administradas as conquistas do império e o que foi implementado, e como eram as relações de Paris com outras nações, vassallos e províncias imperiais. Os marechais estão ligados a todos estes temas pois foram os principais recompensados com títulos de nobreza. A ascensão até atingiu um ponto mais alto para dois dos marechais, que saíram do grupo para se tornarem reis e com consequências no jogo diplomático europeu, sendo que um deles fora vassalo de Napoleão.

Desta forma, a tese terá como objectivo principal mostrar as contribuições dos marechais do império na vertente administrativa, social, militar e nas relações internacionais durante o período imperial napoleónico, de forma a mostrar que foram muito mais do que comandantes de exércitos. Para isso serão utilizadas obras e artigos que seguem as linhas estabelecidas pelas anteriormente referenciadas, como também obras que apresentam linhas gerais ou específicas a um determinado tema. Por exemplo, para o estudo da sua contribuição militar, existem obras que relatam as campanhas de Napoleão, ou campanha específicas, como o *Napoleon's Campaigns* de David Chandler e o *The Peninsular War* de Charles Esdaile. Dentro desta vertente serão consideradas também obras mais específicas e relacionadas com questões da táctica e da estratégica das guerras napoleónicas, como *Art of Warfare in the Age of Napoleon* de Gunter Rothenberg, o *Battle Tactics of Napoleon and his Enemies* de Brent Nosworthy e o *Swords Around the Throne: Napoleon's Grande Armée* de John Elting, que explora mais a estrutura da *Grande Armée*. A nível administrativo, serão usadas como fontes várias memórias escritas por marechais, como as *Memórias de Soult em Portugal e Espanha*, para compreender as medidas implementadas por estes homens. Obras mais gerais e específicas sobre a administração de uma região em particular também estarão na base do

tópico administrativo. Para o caso alemão, existe a obra *Napoleonic Statesmanship in Germany* de Herbert Fisher, um exemplo sobre administração napoleónica nos estados alemães ocupados, enquanto para a Catalunha existe o trabalho de Juan Mercader y Riba *La Guerra del Francês i la dominació napoleónica*, além de vários artigos escritos sobre os governos de Suchet, Marmont, MacDonald e Davout. A questão da nobreza imperial foi estudada por Jean Tulard em *Napoleon Et La Noblesse D'Empire*, onde as anuidades, brasões e razões para a criação da nobreza são analisadas por aquele historiador francês. Outras fontes coevas tidas em conta serão as de autores como o Barão de Marbot, o general Thiébault, Las Cases e o Conde Rapp, que deixaram memórias que projectam uma imagem de como funcionava a estrutura militar, as ligações existente e relatos da vida na corte imperial.

Será usado o método prosopográfico, procurando estudar os marechais enquanto grupo, e também o estudo comparativo, de forma observar e comparar o seu comportamento em campanha, com e sem Napoleão, e quão diferentes foram na administração, onde se nota também a influência da personalidade na forma de governar. A estrutura será temática e não cronológica focando em quatro partes que se destinam a compreender a criação do marechalato, as contribuições não militares, o comando militar e o papel no período final do império e da restauração. A primeira parte terá como foco os passos que se deu para a criação do marechalato imperial, não esquecendo a importância da herança do marechalato monárquico e da influência das Guerras da Revolução Francesa na criação de um novo alto comando francês. O estatuto do marechal de França enquanto oficial do rei e comandante de exércitos havia contribuído para um legado militar de grande prestígio, ainda que abalado pela Revolução Francesa e seus ideais. A influência deste último evento nas vidas dos marechais é notória no tema de trabalho, pois é esta que cria a oportunidade da ascensão militar, por mérito ou oportunismo, com a fuga dos nobres. Aos poucos forma-se uma nova sociedade, em relação às vizinhas europeias, e a constituição de uma nova elite, onde os generais da revolução devem ser integrados, que motivou Napoleão a criar uma dignidade que pudesse colocar sob a sua alçada estes homens de ambição.

A segunda parte do nosso estudo irá concentrar-se na dimensão além da área militar. Com o estabelecimento do regime imperial, um novo tipo de corte aparecia no contexto europeu; entre os seus elementos estavam aqueles que subiram na vida durante a Revolução Francesa ou que simplesmente a ela sobreviveram. Os marechais e suas

esposas faziam parte desta nova corte imperial, eram membros da nova nobreza imperial, baseada no mérito militar e na proximidade a Napoleão. Contudo, por detrás da recompensa, existiam objectivos que pretendiam reforçar ainda mais a ligação entre o imperador e novos duques e príncipes do império, tal como a de um rei com o seu vassalo. Tal como a sua contraparte monárquica, esses novos nobres eram representantes do imperador nos territórios anexados e administrariam estes com o poder militar e civil na mão, obrigando-os a preocuparem-se com questões civis relacionadas com a implementação da política administrativa imperial e mesmo com a diplomacia.

As questões puramente militares serão tratadas na terceira parte. Os marechais foram preparados para liderar os corpos de exército de forma semi-independente, o que contribuiu para a sua versatilidade no campo de batalha e em operações de menor e média escala. Contudo, em grande escala, mantiveram-se reféns da liderança de Napoleão, que dirigia de forma autoritária e absoluta os assuntos de guerra de maior importância. Esta dependência causaria problemas na Guerra Peninsular, onde foi notória a ausência de Napoleão e de um forte poder central, e, na campanha de 1813, vários marechais revelariam graves deficiências em comandar forças de dois ou mais corpos de exército. Para além desta situação, a relação interpessoal que mantinham entre estes prejudicou o exército francês por várias vezes, seja por motivo de antiguidade de posto ou rivalidade pessoal. A ascensão a marechal será outro ponto de referência, sendo pertinente olhar para quem conseguiu ou esteve próximo de obter o bastão de marechal entre 1804 a 1815 e se havia mesmo mérito ou outras razões por detrás da escolha. Apesar de aquele estatuto lhes dar uma maior dependência de Napoleão, o contrário também acontecia, e isso permitiu que o grupo tivesse força política para levar à abdicação, usando como justificação o seu peso no comando.

Devido ao contributo e influência dos marechais, não é surpreendente que Luís XVIII os tenha recebido no novo regime, uma vez que o controlo dos exércitos era essencial para a estabilização da restauração monárquica e o seu apoio reforçaria a legitimidade do Rei. A sua influência continuaria na Segunda Restauração e mesmo depois da Revolução de Julho, onde antigos párias e exilados se tornariam figuras de destaque nos governos de Luís Filipe e do novo II Império. Este será o foco da última parte, mais levada para o papel na última fase do império e da restauração borbónica, um culminar de tudo o que foi ser marechal ao longo do período imperial. Homens de ambição, personalidade forte e geralmente tratados como corajosos foram também

arrogantes, impertinentes, invejosos e voláteis. Situação normal, para quem Napoleão uma vez dissera ter perdido a chama sagrada, poi tal como o fogo, foram homens que devidamente controlados expandiram o império, contudo quando fora deste assumiram-se como uma chama incontrolável perante inimigos e aliados.

Parte I

O caminho para o

Marechalato

Imperial

Capítulo 1 – O Marechalato Francês antes de 1804

No dia 21 de Fevereiro de 1793 a Convenção Nacional, presidida por Dubois-Crancés, extinguiu o cargo de Marechal de França através do decreto-lei que reorganizava o exército francês¹. A sua ligação à coroa e aos privilégios do Antigo Regime haviam influenciado tal decisão, visto que não passava, para os mais radicais, de um título supérfluo dado aos nobres e de uma herança do regime feudal. No meio destas críticas, num período de transição revolucionária, a mais famosa censura era feita pelo Conde de Mirabeau, ao afirmar que a nomeação para Marechal de França dependia da assiduidade à câmara real, praticamente comparando o cargo ao de uma cortesã, e que o posto estava ligado ao assassinato². Estas duras críticas tinham como referência histórica dois casos do passado: o marechalato do Príncipe de Soubisse, após Rossbach, cuja nomeação, segundo rumores, se deveu ao seu estatuto de favorito da Madame de Pompadour, amante de Luís XV; e a tentativa de assassinato de Luís XIII pelo Marechal de Vitry. Eram críticas preconceituosas, influenciadas pelo momento conturbado da Revolução Francesa e do desejo em pôr fim aos privilégios nobiliárquicos. O legado do marechalato francês fora mais do que a soma dos dois casos referidos, enquanto oficiais do Rei de França foram comandantes de exércitos, conselheiros reais e administradores do reino.

Criação

O seu serviço para com a coroa remonta ao momento que o rei Filipe Augusto adopta os títulos de *Rex Francorum* e *Rex Franciae*, sendo concedido a Albéric Clement o título de *Marescallus Regis* em 1185, tornando-se este no primeiro Marechal de França. No entanto surgem outras datas para a criação do marechalato: Meronvígios, entre 558-561, o Rei Clotário I, Hugo Capeto e Filipe I, havendo no reino deste a referência a dois *marescali*³. Contudo a primeira é a mais aceite entre os historiadores e, desde a data de 1185 até 1793, o marechal de França serviu os seus reis tornando-se com o tempo um símbolo da continuidade monárquica pela sua antiguidade e ligação real. O estatuto do marechalato entre as demais dignidades reais foi elevado, podendo se situar entre os duques e os pares do reino, e era de carácter nominativo, não havendo hereditariedade do cargo. Foi desde a sua origem uma distinção militar, mas não a mais alta, esse estatuto

¹ *Décret de la Convention nationale du 21 février 1793 l'an II de la République française, relatif à l'organisation de l'armée*, Grenoble, Imprimerie d' Allier, 1793;

² EL HAGE, Fadi, «Comment la Révolution abolit la dignité de Maréchal de France», *Annales historiques de la Révolution française* 2008/4 n° 354, 2008, p. 54;

³ EL HAGE, Fadi, *Histoire des Maréchaux de France à L'époque Moderne*, Paris, Nouveau Monde Éditions et Ministère de la Defense, 2012, pp. 29-31;

pertencia ao Condestável de França; como agente do rei ajudava-o na administração do reino a nível de governo provincial. Com a evolução do tempo e das necessidades reais, o seu estatuto foi reforçado com a Ordenança de 1467, onde fora adicionado a inamovibilidade nos cargos de Grandes Oficiais da Coroa.

No entanto, é com o advento dos exércitos permanentes que se começa a conferir maior peso ao Marechais. Devido às graves consequências da Guerra dos Cem Anos, dos conflitos internos com vassallos e da criação do exército real, de carácter permanente, através da ordenança de 1445, começou-se a observar a necessidade de especialização militar, centralização do poder na coroa e respectiva afirmação da autoridade real nas forças militares⁴. É por isso que Fadi El Hage considera que se abriu um novo espaço para o Marechal de França neste novo sistema militar, que aos poucos vai-se aproximando do modelo de exército real do Estado Moderno, afastando-se do modelo de hostes vassallos do período feudal. Enquanto agente nomeado directamente pelo rei, o marechal podia afirmar-se como representante do monarca no comando dos exércitos e no governo das suas províncias. A sua influência cresceria com o tempo, tornando-se em 1627 no cargo militar mais elevado do exército, após o fim do ofício de Condestável. No entanto, manteve-se como cargo associado ao comando de um exército e não de todas as forças militares terrestres, como fora o Condestável. Esta decisão de dividir o poder militar por vários comandantes de exército deve-se ao facto de o rei querer o poder militar concentrado em si, limitando assim o poder deste ofício por vários marechais. Devido a esta responsabilidade e circunstâncias, o rei necessita de critérios para a nomeação e em alguns casos para a existência de um limite no efectivo.

Nomeação e Critérios

A escolha do Marechal de França ficava nas mãos do Rei, contudo isso não significa que não houvesse jogadas de bastidores ou a necessidade de favorecimento na nomeação destes. A quantidade de circunstâncias que levaram à nomeação dos marechais fez com que Fadi El Hage apresentasse os seguintes critérios como os mais usados⁵:

- Extrema necessidade ou contingência, de acordo com um evento ou aparecimento de uma personalidade;

⁴ EL HAGE, Fadi, *Histoire des Maréchaux de France à L'époque Moderne*, Paris, Nouveau Monde Éditions et Ministère de la Defense, 2012, pp. 190-195;

⁵ Idem, *ibidem*, pp. 85-120;

- Ligação feudal entre o escolhido e o rei, um critério que seria mais tarde excluído por Luís XIV;
- A existência de incitação e pressões para a escolha de certos indivíduos;
- A presença e influência do indivíduo na corte;
- O uso do posto para apaziguar pressões, como o efectuado com os Marechais da Liga e os da Fronde.

A estes juntam-se os critérios normais para um cargo militar, como a carreira ser revista ao pormenor, a ponto de serem analisadas as memórias redigidas pelos candidatos e a antiguidade destes no serviço militar. O critério político, fruto do elevado estatuto do cargo, é bem salientado no trabalho de Fadi El Hage, com vários exemplos históricos. Por exemplo, o cardeal Mazarin adoptou o sistema de distribuições e promessas e com os Marechais da Liga, o cargo foi obtido pela negociação, como forma de obter destes homens a sua lealdade.

A origem nobiliárquica prevalece até ao fim do marechalato real; no entanto, durante o período moderno, com o crescimento do efectivo nos exércitos permanentes e a cada vez maior necessidade de profissionalização no comando, os nomeados começaram a ser escolhidos, na sua maioria, entre os oficiais gerais de França. Inicialmente, entre 1599-1658, os marechais de campo eram a maior fonte de nomeados para o cargo de Marechal de França, com 78% provenientes desse posto hierárquico⁶. Em 1637⁷, uma ordenança cria o posto de tenente-general e faz do marechal de campo seu subalterno e ajudante de campo, passando a hierarquia militar a ser Marechal de França, tenente general e marechal de campo. Com esta nova estrutura de alto comando, o posto de Tenente-General convertia-se na principal fonte de nomeados para o marechalato, passando primeiro por um período de transição. Assim, de 1621 a 1698, dos trinta e nove tenentes gerais dezasseis serão marechais. No período seguinte, entre 1661 a 1715, dos trezentos e sete tenentes gerais, trinta e seis ascenderão ao marechalato⁸. Desta forma, os mais antigos daquele primeiro cargo esperam atingir o posto de marechal, como Vauban, que pediu essa nomeação por ser o mais antigo dos tenentes gerais de Luís XIV.

⁶ EL HAGE, Fadi, *Histoire des Maréchaux de France à L'époque Moderne*, Paris, Nouveau Monde Éditions et Ministère de la Defense, 2012, pp. 194-195;

⁷ Idem, ibidem, p. 199;

⁸ Idem, pp. 220-221;

Esta transição significa um novo sistema de promoções mais preciso, próximo do estado central e afastado do feudalismo. Apesar disto, o sangue nobre manteve-se dominante entre os membros, com Luís XIV a manter a escolha entre os nobres mais antigos, de forma a dominar a nobreza e a Casa Militar do Rei, gerindo as suas nomeações de acordo com as suas necessidades. Além disso, fez questão de aumentar o efectivo de marechais activos, não só por causa dos vários conflitos continentais em que esteve envolvido, mas como forma de deixar o poder militar centrado em si e dividido entre os vários oficiais da Casa Militar do Rei. Já o seu pai, Luís XIII, fazia as escolhas de acordo com a concertação entre ele, ministros e elementos mais influentes da corte. Nesta discussão o factor menos considerado é o mérito, que existe, mas que é suplantado pelas circunstâncias da carreira, política, favor pessoal e prestação numa batalha. É talvez essa a razão pela qual o marechalato seja visto de forma menos favorável na Revolução Francesa, tendo também contribuído para isso a nomeação das fornadas de marechais de 1775 e 1783, em tempo de paz, que não caíram bem junto dos que advogavam o mérito como forma de ascensão, tal como os privilégios e anuidades que estes marechais recebiam.

Cerimónia, protocolo e privilégios

Como grandes oficiais da Coroa Francesa, os marechais tinham lugar destacado na corte, ao lado do rei, dos príncipes de sangue, príncipes estrangeiros, duques e pares, sentando-se habitualmente à direita do monarca. Tinham ainda o direito de entrar no gabinete do Rei e de ter serviço no castelo real. Estes homens eram uma entidade da coroa e não corpo oficial, como era a nobreza e o clero, e costumavam entrar em conflito com os pares do reino e os duques. Dentro da corte, o cargo de marechal era muito cobiçado pela baixa e média nobreza, mas o ducado era o mais desejado, por ser hereditário e de estatuto superior. Mesmo assim, o marechalato era visto como uma forma de ascensão social e de prestigiar o *cursus honorum*. Com a subida ao cargo de marechal era acrescentando ao brasão do nomeado uma flor-de-lis e um bastão.

Devido à ligação à coroa, após a nomeação os marechais deviam passar por uma cerimónia de juramento, *Le Serment*⁹. Tinha de ser feito de forma oficial pois era um ritual de fidelidade ao rei, sendo jurada lealdade a este e não à coroa. O ritual podia ser adiado conforme as circunstâncias, mas era obrigatório. Ao recipiendário era entregue o

⁹ EL HAGE, Fadi, *Histoire des Maréchaux de France à L'époque Moderne*, Paris, Nouveau Monde Éditions et Ministère de la Defense, 2012, p. 83;

bastão ou um *brevet* assinado pelo rei válido até à recepção do objecto anterior. O bastão era visto como o símbolo do marechalato, sendo a sua primeira menção em 1440 com uma flor-de-lis, e assim permaneceu até 8 de Janeiro de 1626, sendo então substituído por uma cana, apesar de se manter como objecto cerimonial¹⁰. Regressou a 9 de Abril de 1758, na cerimónia de entrega a Bercheny e a De Conflans, baseado num projecto de Jean Baptiste Berthier, pai do futuro marechal do Império Louis Alexandre Berthier. O bastão era de cor azul, ornamentado com várias flores-de-lis douradas e com a frase *Terror Bellis Decus Pacis*¹¹. Em 1791 foi pedida a alteração da frase para *La Nation La Loi et le Roi*, mas acabou por ficar apenas a frase *Baton Marechal de France*¹². Além do bastão, foram igualmente usados documentos que podiam servir para demonstrar a oficialidade do cargo, o referido *brevet* e cartas de provisões. O primeiro foi bastante usado no período medieval e era assinado pelo rei, reconhecendo o portador como marechal ou, por vezes, como forma de promessa para a primeira ou segunda vaga no marechalato. O segundo documento tinha um significado similar, excepção feita à questão da promessa. Quando morriam tinham direito a honras de estado e a um protocolo que exigia a ida de oficiais da Constelaria à casa do marechal falecido e a presença de quatro elementos a fazer a guarda. Seguiam-se as exéquias e o cortejo fúnebre era feito com o bastão presente bem como dos homens mais importantes da cidade onde era enterrado.

Outro papel significativo era a participação dos marechais na sagração real. É relatado que o marechal De Saint André organizou a sagração do rei Carlos IX, no entanto seria nas coroações do século XVIII, de Luís XV e Luís XVI, que a sua presença se tornaria mais importante nesta cerimónia real, levando e entregando os objectos de poder ao rei. A relevância da sua participação era feita de acordo com a antiguidade: o mais antigo era referido como *Connetable*, levando um uniforme, o segundo era o *Grande Maitre*, o terceiro era *tenant de la courone*, o quarto o *tenant de la sceptre* e o quinto levava a mão da justiça, *main de justice*. O *Connetable* envergava um uniforme cerimonial com uma manta longa violeta e com arminho bordado, robe dourado em forma de batina e um cinto violeta ou prateado. Os restantes levavam uma manta curta de cor negra, em ponto de *Espagne d'or*, chapéu negro com as cores negra e vermelho fogo¹³.

¹⁰ EL HAGE, Fadi, *Histoire des Maréchaux de France à L'époque Moderne*, Paris, Nouveau Monde Éditions et Ministère de la Defense, 2012, pp. 78-79;

¹¹ Idem, ibidem, p. 79;

¹² Idem, p. 79;

¹³ Idem, pp. 50-51;

Estas cerimónias reais serviriam de inspiração para a própria cerimónia de coroação imperial de Napoleão, com os marechais a terem igualmente um papel relevante.

As funções do Marechal de França: Militar, Administrador, Conselheiro e Juíz

Um dicionário de 1690 define o Marechal de França como sendo o oficial da coroa que comanda os exércitos do rei. É sem dúvida o legado mais reconhecido do marechalato, o de comandante de forças militares, fruto do exercício deste papel por homens como Bertrand de Guesclin, Turenne, Villars e Maurice de Saxe, cada um marcando o seu período. A sua primeira e fulcral função era representar o rei nos exércitos, quer como comandante supremo quer como subalterno do rei e dos príncipes de sangue, pois a hierarquia estabelecia o rei como chefe supremo e os seus parentes mais próximos como os seguintes, aparecendo depois o marechal de França. Aliás esta situação originou problemas com os bastardos reais como o Duque de Vêndome ¹⁴, descendente bastardo de Henrique IV, que exigiu que os marechais estivessem sob o seu comando e o mesmo sucedeu com Berwick, bastardo de Carlos II, que fez as mesmas exigências. Antes de chegar à situação com os duques, há que reter que a hierarquia se torna mais vincada no período moderno, pois no feudal, por exemplo, existe a situação do Duque de Guise ser assistido pelo Condestável De Montmaency e pelo Marechal De Saint André. Ou seja, o estatuto do marechal, fruto de exemplos do passado, é igualmente colocado em causa pelos duques do reino, como sucedeu com o duque de Angôleme a recusar ser comandado pelo marechal Bassompierre em La Rochelle no ano de 1627¹⁵.

A questão hierárquica com a alta nobreza é natural, fruto do contexto da época, contudo não é única; entre os próprios marechais existiu divisão quanto à hierarquia. O melhor exemplo é quando os marechais de Crequy, de Bellefondes e D'Humeris recusaram ser comandados pelo marechal Turenne, por terem a mesmo posto. A alimentar este problema estava o cada vez maior número de marechais, especialmente quando acompanhavam o rei, chegando a estar presentes cinco, com Luís XIV, no cerco de Valenciennes. O monarca resolveu o problema introduzindo o sistema de rotação, *systeme de roulement*, a nível de comando de exércitos, que terminou após a morte de Turenne, e o Marechal do Dia quando na sua companhia¹⁶. Contudo, para melhor simplificação do

¹⁴ EL HAGE, Fadi, *Histoire des Maréchaux de France à L'époque Moderne*, Paris, Nouveau Monde Éditions et Ministère de la Defense, 2012, p. 158;

¹⁵ Idem, ibidem, pp. 299-300;

¹⁶ Idem, pp. 297-298;

assunto, foi estabelecido que o marechal mais antigo comandaria as forças, ficando a antiguidade como real estatuto entre os marechais.

Para além do comando dos exércitos em campanha, durante a paz tinha que se administrar as forças a nível territorial. A ordenança de 1547 de Henrique II reorganizou as competências dos marechais de acordo com três espaços geográficos: o primeiro constituído pelo Dauphiné, Bresse, Sabóia e Piemonte; o segundo por Bourgogne, Champagne e Brie; e o terceiro por Lyonnais, Forez, Beauglais, Dombes, Marche, Auvergne, Bourbonnais e Berry. Aí colocados, deveriam controlar, inspecionar e manter em boa ordem as tropas, observar a *gendarmerie*, responsabilizar-se pelo treino, ordem da província, policiamento, fazer revistas de forma a facilitar o relacionamento com as autoridades locais e fazer cumprir os éditos e ordenanças reais, bem como as respectivas punições¹⁷. Além das referidas províncias, os territórios conquistados foram igualmente administrados por marechais. Durante o período medieval, como agentes do rei e chefes militares, eram enviados para submeter insurreições civis ou governar as províncias onde havia suspeitas de revolta. Com a centralização do Estado verificou-se o aumento de efectivos do marechalato, passando de três a cinco marechais activos para mais de dez durante o século XVIII, a repartição administrativa anterior foi caindo ao longo dos séculos XVII e XVIII, especialmente devido ao constante choque de jurisdição com os governadores civis, onde se destaca o caso do édito dos duelos, que obrigou à intervenção de Luís XIV. Começou também a verificar-se o uso de tenentes-generais como governadores militares, que seria o posto mais utilizado após a reorganização administrativa efectuada pela ordenança de 1776, estabelecendo 18 divisões militares administrativas de primeira classe. Apesar de perderem relevância na parte administrativa provincial, mesmo após a ordenança anterior se verificou o governo militar de marechais, mais concretamente de Soubisse e Castries na Flandres e de Mailly no Rossilhão. A nível administrativo, conservaram importância a nível nacional, com papel nos ministérios de guerra e mesmo como chefes de governo ao longo do século XVIII.

Outro poder concedido aos marechais era o da justiça militar. Já detinham a responsabilidade da disciplina militar, sendo a partir do Édito de Blois, de 1602, reforçados com a criação do *Tribunal de Point d'Honneur*¹⁸, mais conhecido por tribunal

¹⁷ EL HAGE, Fadi, *Histoire des Maréchaux de France à L'époque Moderne*, Paris, Nouveau Monde Éditions et Ministère de la Defense, 2012, pp. 350-352;

¹⁸ Idem, *ibidem*, pp. 405-410;

dos Marechais. A base jurídica seria o estabelecido a nível de disciplina militar na ordenança de Moulins, de 9 de Fevereiro de 1566. A partir de 1693, um édito de Luís XIV entrega-lhes a responsabilidade de julgar as querelas entre gentis-homens e de outros que façam a profissão das armas. O tribunal era encabeçado pelo marechal mais antigo. Contudo, não tinham conhecimento especializado, apesar de serem ajudados por oficiais denominados tenentes dos marechais, e entraram em conflito com o poder civil, ocorrência que obrigou à intervenção de Luís XIV. Tinham como outro objectivo verificar os abusos de poder e os actos de corrupção. Apesar de tudo, a nível de querelas a sua intervenção não era aceite pela nobreza, que não reconhecia o poder do tribunal para resolver os seus assuntos. A reunião de marechais não existiu apenas para fins judiciais ou conselho de guerra. Participaram também em reuniões onde, como conselho de chefes militares, analisaram as reformas de Guibert sobre a *ordre mince* e decidiram na escolha do novo sistema de artilharia de Gribeauval. Aos poucos, o seu legado foi sendo explorado nos finais do século XVIII com a obra sobre a jurisdição dos marechais, *Pouvoir et Jurisdiction de Messieurs Connetables et les Marechaux de France*, e sobre a sua história, mesmo com as polémicas abertas pela ascensão de Soubisse e pelas nomeações de 1775 e 1783.

A revolução e o fim do Marechalato

Antes do Terceiro Estado criar a Assembleia Nacional Constituinte, o marechalato francês já era alvo de várias críticas. Desde 1721 que se começava a observar a nomeação de marechais em tempos de paz, como recompensa pela antiguidade da carreira, situação que suscitou críticas. Esta voltou a ressurgir em força aquando das nomeações de 1775 e 1783, numa altura em que já se criticava os privilégios da nobreza, sendo o número de nomeados e a anuidade recebida os alvos mais comuns das críticas. A anuidade foi sendo alvo de evolução, em 1642 quem detinha o estatuto recebia 10000 libras, 12 000 para a excepção Saluces. Com Luís XIV passou a ser de 8000 a 13 000 libras, chegando a anuidade dos marechais a pesar cerca de 23% do orçamento real para os Oficiais da Coroa¹⁹. Em vésperas da revolução, Ségur recebia cerca de 30 mil libras e o Duque de Broglie 300 mil libras, fazendo mesmo parte do livro vermelho que assinalava os excessos da coroa.

¹⁹ EL HAGE, Fadi, *Histoire des Maréchaux de France à L'époque Moderne*, Paris, Nouveau Monde Éditions et Ministère de la Defense, 2012, pp. 442-443;

A partir de 1790, começam a surgir medidas que vão limitando as finanças e o poder do Marechal de França. No dia 16 de Agosto desse ano foi extinto o Tribunal dos Marechais, visto como medida associada à separação de poderes que era exigida pelos constituintes. As anuidades foram levadas a discussão na Assembleia Nacional no dia 4 de Março de 1791, ficando estabelecido que a pensão anual seria de 30 mil libras e o número activo de marechais reduzido, dos doze, estabelecidos em 1788, para seis. A própria nomeação, acabou ir a discussão e, em fins de Dezembro de 1791, foi estabelecido que seria feita pela Assembleia após proposta do rei, acto baseado no artigo I do Capítulo II da Constituição de 1791, apesar da intervenção do monarca ser vista como uma interferência inconstitucional pelo deputado Cambon²⁰. Foi nesta altura, fruto da possibilidade de um conflito bélico, que começaram a surgir três nomes para marechais de França, os primeiros sob a égide da revolução. Os possíveis nomeados foram sido escolhidos pelo ministro de Guerra, Narbonne, e recaíram em La Fayette, Rochembeau e Luckner, sendo os dois últimos os escolhidos. Apesar de ser oficializado pela assembleia e Narbonne ter sido quem propôs a lista ao rei, o caso foi publicado no *Moniteur* e o preâmbulo que oficializou a escolha dos marechais viu ser anulada a parte que referia que eram escolha do rei. A 29 de Dezembro de 1791 foi passado, por Mathieu Dumas, o decreto-lei que oficializava Luckner e Rochembeau como marechais de França. A carta das patentes foi assinada por Luís XVI, como mera formalidade, mas a entrega dos bastões, pela primeira vez, não era feita pelo rei. Após serem feitos marechais a 30 de Dezembro de 1791, receberam os bastões das mãos de Narbonne, o representante do poder executivo, a 2 de Janeiro de 1792, marcando o fim de uma tradição²¹.

Concluída a cerimónia, os marechais assumiram o comando dos exércitos, sem saberem que seriam os últimos membros do marechalato real e que agora lutariam pela República e não pelo seu rei como os antecessores. Rochembeau assumiu o comando do Exército do Norte, a *Armée du Nord*; era um general veterano da Guerra da Independência Americana, tendo liderado a força expedicionária francesa. As várias derrotas contra os austríacos, no início da campanha, levaram-no a apresentar a demissão, quando já se verificava deterioração na relação com o governo da jovem República. A situação acabou por escalar com as suspeitas de traição que surgiram à volta de Rochembeau, que foi preso e condenado a ser executado na guilhotina, conseguindo, no entanto, escapar. O mesmo

²⁰ EL HAGE, Fadi, «Comment la Révolution abolit la dignité de Maréchal de France», *Annales historiques de la Révolution Française* 2008/4 n° 354, 2008, pp. 60-61;

²¹ Idem, *ibidem*, pp. 63-65;

não se pode dizer de Luckner, que foi executado em 1794 por ordem do tribunal revolucionário. Até então, havia sido o primeiro comandante do Exército do Reno, *Armée du Rhine*, e substituiu o demissionário Rochembeau no Exército do Norte, tendo mesmo obtido alguns sucessos, com a captura de Menem e Kortrijk, antes de novo retrocesso com o recuo para Lille. Após a fuga de Lafayette, o marechal recebeu ordens para criar um Exército de Reserva em Chalons sur le Marne. O seu comando acabou por não ter sucesso e ser alvo de duras críticas e suspeitas por parte da Convenção Nacional, que pediu a Choderlos para apoiar Luckner no seu trabalho ou substituí-lo no comando. As pressões políticas acabariam por levar Luckner à demissão, em Janeiro de 1793. A machadada final no marechalato acabaria por ser dada a 21 de Fevereiro de 1793, com a aprovação do documento, *Décret de la Convention nationale du 21 février 1793 relatif à l'organisation de l'armée* que oficializava a extinção do posto de Marechal de França, no seu artigo 5º, tal como de outros cargos, como o de tenente general e marechal de campo. Nem a ideia de Dumouriez, de se criar o posto de Marechal da República, foi aceite ou sequer motivo de debate, terminando assim, de forma temporária, a história do Marechalato Francês e o seu estatuto de símbolo de continuidade do poder monárquico.



Figura 1- Luckner e Rochembeau, marechais de França no período revolucionário. Fontes:<https://en.wikipedia.org/>

Capítulo 2 – Os novos Generais da Revolução

O fim do Antigo Regime

O marechalato francês não foi a única instituição militar alvo da Revolução Francesa, que perseguia o fim dos privilégios dos nobres e procurava a igualdade para todos os franceses. Nos séculos XVII-XVIII, o corpo de oficiais tornou-se num baluarte da nobreza e mesmo com o advento dos exércitos permanentes, com a consequente profissionalização das armas, conseguira para si os principais postos de comando militar através da compra de comissões e influência na corte. A contribuir para isto estava o facto do serviço de armas continuar a ser visto como uma actividade dos nobres e de obtenção de prestígio militar. O sentimento no seio nobre é melhor expressado pela frase de Corvisier, «a nobreza nasce das armas e aumenta com a guerra»²², mantendo-se através desta como um importante braço da monarquia, que lhe garantia os privilégios e acesso aos melhores cargos militares e administrativos. O seu estatuto seria ainda reforçado com a introdução da lei de Ségur de 1781, que limitava a entrada no corpo de oficiais a nobres com ascendência comprovada no mínimo até à quarta geração. Apesar desta limitação, a verdadeira intenção de Ségur era diminuir o número de nobres no quadro de oficiais, acabando no final por ser vista como um ataque à burguesia.

Com a Revolução, o estatuto da nobreza choca com os ideais defendidos pelos revolucionários e os aristocratas começaram a ser vistos com suspeita no exército, inclusive por oficiais subalternos que aderem aos novos princípios. A pressão vai aumentando com a crescente radicalização da Revolução; a suspeita que recai sobre os nobres, como sendo contrarrevolucionários, atinge a sua primeira crise com a fuga de Varennes por parte do rei Luís XVI, que acelerou a já existente emigração nobre. Como consequência do movimento *émigré*, o exército vê cerca de 6000 oficiais, 60% do seu quadro, abandonarem a França e os que ficaram continuaram sob suspeição²³. A partir daí, a sua permanência foi complexa e conturbada durante o período de Agosto de 1792 a Agosto de 1794. Se durante os ministérios de Gerbey (Agosto de 1792 a Outubro de 1792) e de Beurnville (Fevereiro de 1793 a Abril de 1793) o tratamento foi moderado por parte dos ministros, o mesmo não se pode dizer do executivo do hebertista Pache (Outubro de 1792 a Fevereiro de 1793) que detestava os nobres e semeou o seu ministério de

²² CORVISIER, André, *Aspects Militaires de la Noblesse Française XV-XVIII Siècles*, 1973, p. 337;

²³ BECKETT, Ian F.W., *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 299;

elementos radicais. Após a deserção de Dumouriez, em Março de 1793, o ministério de Bouchote, que durou de Abril de 1793 a Abril de 1794, foi alvo de pressão para demitir os oficiais nobres ligados ou escolhidos pelo general desertor²⁴. Na sociedade francesa, a pressão política aumentou quando Hébert a ergueu a sua voz perante a comuna de Paris, a 26 de Abril de 1793. Aí culpou os generais *ci-devant* das derrotas e exigiu a saída de todos os oficiais nobres do exército. Marat chegou mesmo a declarar que as vitórias regressariam com generais *sans-cullottes*²⁵. Bouchotte considerava que seria fácil substituir os oficiais de menor graduação, mas que era uma tarefa difícil a substituição de generais e elementos de estado-maior. Defendia um equilíbrio entre uma purga e a presença de oficiais competentes. No entanto, a vontade do Comité de Salvação Pública em reformar o exército de acordo com os ideais revolucionários prevalece; no dia 16 de Setembro de 1793, com o apoio do Clube dos Cordeliers, foi aprovada a expulsão dos nobres do exército francês²⁶. Como consequência verifica-se uma purga de oficiais nobres promovida pelos radicais jacobinos e hebertistas, resultando na saída de mais 1000 oficiais e na prisão de vários como Davout, Berthier e Kellermann. Devido a estas circunstâncias, o corpo de oficiais foi alvo de mudanças abruptas, com a entrada de novos quadros através da promoção de sargentos e a eleição de oficiais, de forma a suprimir o enorme vazio criado pela fuga da nobreza e pela perseguição aos que ficaram. Dava-se início a um processo de republicanização do corpo de oficiais e consequente politização do sistema de promoções, fosse por eleição ou por nomeação. A reacção termidoriana acabaria com governo jacobino de Robespierre, trazendo moderação tanto à França como às hostes militares, resultando no regresso dos nobres ao corpo de oficiais.

Os novos oficiais: eleições e promoções da nova base de comando

Como todos os privilégios, a Lei de Ségur chegara ao fim em 1789; o deputado Dubois-Crancés defendeu o sistema de eleição de oficiais como forma de promoção e como sendo um acto democrático capaz de eleger alguém por mérito. Do lado oposto, Noailles e Lameth consideraram a eleição um risco e cujas consequências seriam a promoção de intrigas, populismo e insubordinação dentro das hostes militares²⁷. O acto electivo poderia assim, segundo eles, colocar em causa a autoridade do oficial e minar a

²⁴ SMITH, Eric C., *A Pre-professional Institution: Napoleon's Marshalate and the Defeat of 1813*, thesis, Denton, Texas, 2014, p. 42;

²⁵ Idem, ibidem, p. 42;

²⁶ Idem, p. 43;

²⁷ BLAUFARB, Rafe, «Démocratie et Professionalism: l'avancement par l'élection dans l'armée française», *Annales historiques de la Révolution française*, n° 310, 1997, pp. 603-604;

disciplina do exército. Há que referir que a eleição de oficiais não era novidade no exército francês, pois já era aplicado na arma da artilharia durante o Antigo Regime. Dentro desse ramo militar, os oficiais superiores elegiam entre estes os subalternos para as graduações seguintes. Curiosamente, era a arma onde se verificou maior adesão à causa revolucionária entre os oficiais, com poucos a partirem para a emigração. Contribuiu para isso o facto de ser a arma onde a baixa e média nobreza, mais dada às causas liberais, encontravam vagas, em detrimento da infantaria e cavalaria cuja prioridade ia para a alta nobreza, que preferia afastar-se da anterior, fruto da maior exigência a nível técnico, menor prestígio e maior tendência para recompensar o mérito. A questão da eleição acabou ser resolvida na Constituição de 1790, onde ficou estabelecido que 3/4 das vagas para o quadro de oficiais seriam alvo de concurso enquanto 1/4 seria alvo de eleição entre os subalternos, medida que já estava em vigor na Guarda Nacional²⁸.

As vagas deixadas pela nobreza emigrada bem como a necessidade de oficiais leais à República, que tivessem a confiança dos seus soldados, levou à maior utilização do sistema de eleições e promoções de graduados dentro das tropas de linha. Propunha-se na lei de 4 de Agosto de 1791 que as companhias egessem o seu capitão, tenente e alferes sob a vigilância de um oficial municipal e um grupo eleitoral constituído por três escrutinadores e um presidente, sendo preciso uma maioria absoluta para a eleição²⁹. Deviam depois eleger dois tenentes-coronéis e um mestre-quarteleiro, sendo que um dos primeiros devia ter servido como capitão no exército. A ideia revolucionária de democracia eleitoral entrava assim no seio militar em força, sendo muito diferente da anterior feita pelos oficiais de artilharia, pois agora os principais eleitores eram as praças. Devido à natureza regional das unidades, com os batalhões a serem do mesmo distrito e as companhias da mesma aldeia ou vila, Blaufarb observou que houve a tendência de solidariedade regional que resultou muitas vezes em compromisso para com uma figura local, não deixando de haver choque de interesses. No seu estudo sobre o sistema de eleições, aquele observou que a maioria destes elementos, perto de 79 %, eram jovens com menos de 25 anos e cuja proveniência tinha por base cerca de 60 % de elementos de letras, administração e estudantes e os restantes a serem artesãos e operários. O facto mais curioso é que 50% dos candidatos a chefe de batalhão, posto de tenente-coronel, eram de

²⁸ BLAUFARB, Rafe, «Démocratie et Professionalism: l'avancement par l'élection dans l'armée française», *Annales historiques de la Révolution française*, n°310, 1997, p. 605;

²⁹ Idem, *ibidem*, pp. 606-607;

origem nobre, sendo 40 % oficiais *roturiers* de origem burguesa e apenas 10% artesãos, demonstrando que na eleição havia ainda a chegada de nobres aos cargos superiores, fruto de uma das vagas necessitar de alguém que tenha sido capitão³⁰.

A fase de reestruturação e republicanização do corpo de oficiais continuou após *Embrigadment* de 21 de Fevereiro de 1793. Pretendia-se com a promoção dos novos oficiais o fim do que restava do corporativismo hierárquico dos nobres e o aumento da inclusão de elementos leais à República. Apesar da posição contrária à eleição dos Girondinos, continuando a defender os argumentos de Noailles e Lameth, esta manteve-se e sofreu novas alterações com a lei Dubois -Crancés de 21 de Fevereiro de 1793, que estabelecia que 1/3 das vagas seria preenchida por antiguidade e os restantes 2/3 por eleição; no entanto, apenas os postos de capitão, tenente, alferes (*sous lieutenant*) e sargento seriam alvos do método electivo; o posto tenente-coronel e restantes cargos superiores ficaram dependentes de promoção por antiguidade, sendo igualmente extinto o grupo eleitoral³¹. Havia ainda as nomeações feitas pelos representantes em missão, que normalmente eram feitas com base pessoal ou ideológica. Apesar da *amalgame* de 21 de Fevereiro de 1793, onde se juntou na *demi-brigade* os batalhões dos voluntários de 1792 com os do exército regular, a eleição conseguia garantir aos últimos 5/9 das vagas de oficiais, contribuindo ainda mais para o clima de rivalidade profissional entre os oficiais dos voluntários e os dos regulares³². O período mais radical da Revolução terminou com o Termidor e a ascensão do Directório. Ocorreram então alterações no sistema de promoções com a introdução da Lei D'Aubry do 14 do Germinal do Ano IV, continuando tripartido entre a eleição, promoção por antiguidade e nomeação governativa. Entre as alterações verifica-se o fim da eleição dos oficiais pelas praças, passando o escrutínio eleitoral a ser feito pelos oficiais da *demi-brigade* com base numa lista de candidatos que seria previamente avaliada pelos oficiais superiores.

A rivalidade profissional manteve-se, e o general Moreau foi um dos principais críticos do sistema de eleições, vista como uma forma de ascensão de oficiais incapazes, iletrados e sem talento militar³³. Em 1798, a lei Jourdan tentou reintroduzir a eleição feita pelas praças, mas sem sucesso. O sistema electivo prevaleceu ao longo do período

³⁰ BLAUFARB, Rafe «*Démocratie et Professionalism: l'avancement par l'élection dans l'armée française*», *Annales historiques de la Révolution française*, n°310, 1997, pp. 610-611;

³¹ Idem, *ibidem* pp. 613-615;

³² Idem, p. 620;

³³ Idem, p. 621;

imperial, com a lei de 19 de Abril de 1807 a dar a nomeação dos candidatos aos coronéis das unidades. O resultado foi um quadro de oficiais de qualidade mista, onde a promoção por mérito e antiguidade se misturaram com nomeações motivadas por escolhas pessoais e/ou ideológicas, tão capaz de promover homens de talento como Desaix, Soult, Ney, Murat e o próprio Napoleão, como de garantir a ascensão de muitos oficiais incapazes que caíram no anonimato, repercussão da sua fraca prestação. Esta evolução do corpo de oficiais no período revolucionário é um tópico importante para compreender quem integrará o alto comando neste período, visto ter sido a “rampa de lançamento” de vários generais que viriam a ser elementos do alto comando do exército imperial francês.

Os novos generais

A fuga da nobreza também assolou o alto comando francês, não fosse este ocupado pelos principais nobres franceses. Segundo Beckett, o resultado foi a fuga em massa dos generais franceses; em 1793, só restavam cinco, dos duzentos generais existentes em 1789³⁴. Para além da radicalização da Revolução, o próprio fim da monarquia extinguiu as ligações feudais ao rei e o controlo do exército havia passado para as mãos da Assembleia Nacional e suas sucessoras. Em Abril de 1792, a Convenção Nacional conferiu ao Ministro de Guerra vigente o poder de substituir generais, mas começou a intrometer-se cada vez mais nas questões do alto comando francês. Por exemplo a nomeação e respectiva promoção de generais passou a ser feita após consulta com a Convenção Nacional. E para obter maior controlo, decidiram que os oficiais generais deveriam enviar a correspondência oficial à Convenção Nacional.

Para resolver os danos causados no alto comando francês, em 1793, Bouchotte promoveu vários elementos a general de brigada e a general de divisão, a partir do posto de tenente-coronel. O resultado foi bastante heterogéneo, havendo entre os futuros marechais dois exemplos da promoção em massa de generais vindos do corpo de oficiais revolucionário: do quadro de oficiais pré-revolução temos o jovem Davout que, com apenas 23 anos, foi promovido em Julho de 1793 a general de brigada; e do grupo dos voluntários da Guarda Nacional e do sistema electivo temos o experiente Jourdan, que foi praça no Exército Real e conseguiu ser eleito tenente-coronel do batalhão do Haute-Vienne em 1791, obter a promoção de general de brigada a 27 de Maio 1793 e nos dois meses seguintes o posto de general de divisão e, após recusar por várias vezes, o comando

³⁴ BECKETT, Ian F.W., *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 299;

do Exército do Norte. Em apenas dois anos de oficial, Jourdan conseguiu tornar-se comandante de um dos principais exércitos da França. O poder do ministério em nomear generais sofreu duras restrições, primeiro com a Convenção Nacional a assumir o poder de os aprovar, após análise da informação do candidato, e em segundo com a constante interferência dos representantes em missão³⁵. Estes últimos receberam, em Maio de 1793, uma ordem da Convenção Nacional que lhes dava o poder de substituir generais que fossem considerados inaptos para servir a França³⁶, mesmo os comandantes de exército. Esta decisão resultou no choque entre estes agentes políticos e os generais, que recusaram aceitar tais interferências com motivações ideológicas. A perseguição a generais por suspeitas de serem contrarrevolucionários aumentou, começando a surgir entre os acusados nomes como Kellermann, que fora preso, e os guilhotinados Custine e Houchard, estes pelas constantes clivagens com os representantes em missão. Por outro lado, a sorte era favorável a quem fosse oportunista ou ligado ao clube ou agentes jacobinos. Por exemplo, Salicetti e Barras ajudaram na ascensão de Napoleão em Toulon, Saint Just promoveu Hoche e Pichegru, homens que viriam a ser actores políticos na Revolução. A situação tornar-se-ia ainda mais confusa com o Comité de Salvação Publica, através do decreto do 14 do Frimário, 4 de Dezembro de 1793, a assumir também o poder de nomear generais.

Nem tudo foi mau para Bouchotte. A integração de Lazare Carnot no Comité tornou-se fundamental para uma nova tentativa de reinstalar o mérito e antiguidade como forma de promoção no corpo de oficiais e no alto comando. Desde Agosto de 1793 no Comité, Carnot ajudou o ministério na elaboração da lista de nomeados para generais, privilegiando homens de inteligência e experiência militar, ignorando a origem social, seja o malgrado nobre ou o mais aceite *sans-cullote*, defendendo a inclusão de generais brugueses num período que o regime estava cada vez mais contra estes³⁷. Efectuou igualmente um enorme esforço para suprimir os poderes de nomeação dos representantes em missão, chegando a enviar, em Junho de 1794, uma repreensão a todos a estes agentes. A origem desta convulsão na nomeação deve-se à existência de várias entidades com essa

³⁵ SMITH, Eric C., *A Pre-professional Institution: Napoleon's Marshalate and the Defeat of 1813*, thesis, Denton, Texas, 2014, pp. 43-44;

³⁶ Idem, *ibidem* p. 44;

³⁷ Idem, p. 45;

capacidade, resultando no número excessivo de generais que obrigou a vários cortes por parte de Dubois-Crancés e Carnot³⁸.

Estas circunstâncias levaram Eric C. Smith a focar num ponto fundamental quanto ao alto comando herdado por Napoleão, e que seria a base do marechalato: a maioria dos promovidos a general em período revolucionário não recebeu a devida preparação para comando a nível superior. Eram elementos que não tiveram a devida preparação teórica a nível de estratégia, tática, logística e estado, com exceções, como Berthier, e que tiveram de aprender tudo no terreno e em pleno conflito. A base das promoções de 1792-1794 foi a lealdade à República e a prestação em combate, mais concretamente as vitórias em batalha. Smith observou que, neste período, a média de cinco meses no posto anterior à promoção de general de brigada e nove meses de média neste posto para a promoção a general de divisão³⁹. Jourdan é um entre os vários exemplos de homens que, no espaço de um ano, ou mesmo de meses, conseguiram passar do comando de batalhões para o de brigadas e divisões. Entre outros exemplos de ascensão meteórica encontra-se Napoleão, que após alguns meses passou de capitão a general de brigada, de Bernadotte, que era major em Fevereiro de 1794 e chegou a general de divisão em Outubro do mesmo ano, e de Lefebvre, capitão em Fevereiro de 1792, promovido a general de brigada em Janeiro de 1793. Mais que a preferência de Napoleão por generais dados ao combate, foi a Revolução, ao promovê-los, que concedeu a estes um espaço que viriam a ocupar durante as Guerras Napoleónicas.

O Golpe de Estado do 9 do Termidor, a 27 de Julho de 1794, terminou com o espírito radical da revolução e, dentro do exército, começou a haver uma abordagem menos ideológica e mais direcionada para a antiguidade, conforme se observou na parte dedicada à Lei de D'Aubry. Verificou-se o regresso de oficiais de origem nobre como Berthier, Davout, Kellermann, Scherer, Pérignon e Moncey, tendo mesmo contribuído para o momento ascendente dos exércitos revolucionários nas suas várias frentes. Ao ignorarem a origem social, Eric C. Smith considera que o lado iluminista de Carnot começou a singrar, mas isso não significou o fim da interferência política. A Constituição do Ano III deu o controlo do exército ao Directório e o artigo 288º entregava-lhe o poder de nomear os generais. Após a entrada em vigor da constituição, a lei de 1 de Novembro

³⁸ BROWN, Howard G., «Politics, Professionalism and the Fate of Army Generals after the Thermidor», *French Historical Studies* Vol. 19, No. 1 Spring, Durham, Duke University Press, 1995, p. 139-141;

³⁹ SMITH, Eric C., *A Pre-professional Institution: Napoleon's Marshalate and the Defeat of 1813*, thesis, Denton, Texas, 2014, pp. 59-60;

de 1795 estabelecia que as vagas de general de divisão, general de brigada, ajudante-general e chefe de brigada (*chef de brigade*) seriam preenchidas com base nos 20 oficiais mais antigos da graduação anterior⁴⁰. E Eric C. Smith sublinhou as repercussões destas medidas, com a passagem de general de brigada para general de divisão a subir para 11 meses e para o cargo de *general en chef* para 2 anos e 5 meses, com a experiência a ser claramente reforçada enquanto critério⁴¹.

Apesar do regresso da antiguidade como factor principal, manteve-se a influência política e pessoal nas promoções. Agora boa parte dessa influência estava nas mãos dos generais mais prestigiados como Moreau, Hoche e Napoleão Bonaparte, que a usavam para promover elementos do seu grupo pessoal. Contudo, o envolvimento da política no meio militar teve outras repercussões para além das promoções baseadas na ideologia do promovido. A relação regime-exército tornou-se mais próxima com vários generais a assegurarem ou ameaçarem a sobrevivência da República através de golpes e contra-golpes contra os que governaram a França Revolucionária: Dumouriez quis marchar contra Paris para recuperar a Constituição de 1791; Pichegru passaria para o lado monárquico e foi peça chave na tentativa do grupo de Clichy para tomar o poder; Hoche e Napoleão, que enviou Augereau, defenderam o Directório dessa mesma tentativa com o golpe do 18 do Fructidor; e o golpe do 18 de Brumário asseguraria o consulado. Vistos como defensores vitoriosos da República nas várias frentes e como símbolos da virtude militar, a imagem desses generais era bem mais positiva que a dos radicais jacobinos de Robespierre ou dos membros corruptos do Directório, não sendo uma surpresa que se tornassem, com o tempo, a “espada” de vários políticos para tomar o poder.

Generais e a Política 1789-1793: Os primeiros sinais

A primeira interferência de relevo de um militar nos assuntos políticos foi através de Gilbert du Motier, marquês de Lafayette, um veterano da Guerra da Independência Americana. Devido ao seu prestígio e associação ao lado liberal da Revolução, ele surge naturalmente como uma das figuras da Revolução Francesa. Foi-lhe concedido o comando da recém-criada Guarda Nacional, onde enfrentaria a presença cada vez maior do radicalismo revolucionário. No entanto, o facto de ser favorável a uma monarquia constitucional, inspirada no modelo inglês, tornou-o alvo de críticas por parte dos

⁴⁰SMITH, Eric C., *A Pre-professional Institution: Napoleon's Marshalate and the Defeat of 1813*, thesis, Denton, Texas, 2014, p. 57;

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 60;

radicais, com Marat a insurgir-se contra o seu discurso pró-monarquia de 14 de Julho de 1790. Os rumores de ele querer o poder, levaram os republicanos a considera-lo um futuro Oliver Cromwell e uma figura associada ao Antigo Regime. As constantes injúrias e os eventos do Campo de Marte, a 17 de Julho de 1791, resultaram na deterioração da sua posição de comandante da Guarda Nacional, levando-o à demissão.

Apesar de não ter obtido o título de marechal de França, conseguiu, a 14 de Dezembro de 1791, o comando do Exército do Centro (*Armée du Centre*) enquanto tenente-general do exército francês. O crescimento da influência dos radicais levou-o a discursar perante a Assembleia, no dia 28 de Junho de 1792, onde tentou em vão denunciar os jacobinos, acabando por ser acusado de deserção. Para piorar a situação, a cidade de Paris já estava dominada por aqueles radicais, e Lafayette não conseguiu angariar apoio suficiente para lhes fazer frente, tendo que fugir da capital. Os seus actos levaram-no a ser acusado de traidor e a ser transferido para o comando do Exército do Norte (*Armée du Nord*) no dia 12 de Julho de 1792. A mera tentativa de fazer frente aos jacobinos foi suficiente para ter repercussões futuras; após a declaração da República, o ministro da Justiça Danton ordenou a prisão de Lafayette, a 14 de Agosto de 1792. O general fugiria de França, para depois ser preso pelos austríacos em Rochefort, ficando mais tarde sob a custódia dos prussianos.

No entanto, a acção de Lafayette foi ofuscada por outro general que surgiu como apoiante da Revolução e que até obteve o estatuto de herói após as vitórias de Valmy e Jemappes: Charles Dumouriez. A sua deserção teve graves repercussões no exército e na política francesa, fruto da sua proximidade aos Girondinos e a Danton. A ligação aos primeiros teve as suas origens no período de 1790-91 e obteve frutos a partir de Março de 1792, quando Dumouriez, já tenente-general, serviu no executivo de maioria girondina como ministro dos Negócios Estrangeiros de Luís XVI. A sua presença no governo foi até 15 de Junho de 1792, com os pouco meses a serem suficientes para deixar marcas no corpo diplomático francês, fruto da sua reorganização através da integração de elementos pró-revolução, resultando num efectivo diplomático inexperiente. Mesmo com esta saída, Dumouriez manteve ligações aos girondinos. A queda do executivo e a saída de Paris por parte daquela que era sua massa de apoio, a burguesia da capital, geraram uma conjuntura difícil para os girondinos, que começaram então a ver em Dumouriez um activo importante para manter a sua popularidade devido à sua condição de general vitorioso em Jemappes, a 6 de Novembro de 1792.

No entanto, o general foi alvo de suspeitas por parte da ala mais radical. Contribuiu para isto as várias situações que o levaram a chocar com os ministros da Defesa e com a Convenção Nacional. Uma das primeiras, foi recusar taxar a população da Flandres, levando-o a confrontar o ministro de Guerra Cambom, que considerou a sua política de ocupação facilitadora do comportamento contrarrevolucionário; depois, foi contra a decisão de se apoderar das propriedades da nobreza flamenga, cujo decreto de 15 de Dezembro de 1792 pretendia que fossem usadas para financiar o esforço de guerra, chegando a expulsar os representantes em missão enviados para aplicar o decreto⁴². A atitude conflituosa de Dumouriez também apareceu na questão dos abastecimentos, sendo um crítico do modelo de centralização de Pache, um ministro hebertista, Voland e Monge, pois resultara em problemas de abastecimento para as tropas e à necessidade de enveredar por empréstimos locais e compra junto de privados⁴³. Conseguiu o apoio girondino na sua causa, mas também o voto contra da Montanha, coleccionando cada vez mais inimigos⁴⁴.

A sua situação não melhorou quando surgiram rumores de que havia estado em Paris, a 1 de Janeiro de 1793, para questionar a situação política e a possibilidade de salvar Luís XVI. As suspeições confirmaram-se com os movimentos feitos entre Fevereiro e Março de 1793. A crescente radicalização do regime levou o general a preparar um movimento que resultasse na restauração da Constituição de 1791. Contudo, a sua carta à Convenção Nacional, conhecida como Carta da Declaração de Guerra à Convenção, acabaria por ser uma má jogada por parte de Dumouriez⁴⁵. Nela criticava duramente a Montanha, Pache e Cambon, acusando-os de sabotar o esforço de guerra com os graves erros no abastecimento e falta de reforços. De forma a acalmar a situação, Danton e Delacroix visitaram Dumouriez, pedindo-lhe que se retratasse da carta, o que mereceu a sua mais cabal recusa. Como consequência da resposta negativa, os visitantes tiveram de reunir com os comissários responsabilizados pela Convenção para resolver o caso: Carnot, Lesage-Senault, Croussuin, Treiljard, Merlin de Douai e Robert. Estes deveriam manter uma apertada vigilância ao cada vez mais suspeito Dumouriez; entretanto, Danton reconhecera o erro de acreditar numa possível retratação do general.

⁴² BRACE, Richard Munthe, «Charles Dumouriez and the Girondins», *The American Historical Review*, Volume 56, Issue 3, 1 April 1951, pp 497-498;

⁴³ *Idem*, *ibidem*, p. 498;

⁴⁴ *Idem*, p. 500;

⁴⁵ *Idem*, p. 503;



Figura 2- Charles Dumouriez.

Fonte:<https://upload.wikimedia.org>

A derrota de Neerwinden, a 18 de Março de 1793, precipitaria o conjunto de acções que levaria à deserção de Dumouriez. Ele sabia que deveria prender os comissários, que se mantinham em Lille, e que precisaria de mais apoio militar para marchar a Paris. A 25 de Março, o general Miranda recebeu o convite de Dumouriez para o apoiar na marcha à capital, acabando este por denunciar esse pedido aos comissários, a 29 de Março.⁴⁶ Devido a esta denúncia, e a outra efectuada por Lebrun, emissário do ministro dos Negócios Estrangeiros que ouviu do próprio general o plano de marcha, os comissários exigiram a sua presença em Paris. Como consequência, acabaram por ser presos em Lille, por ordens do agora general rebelde, excepção feita a Carnot que estava em Arras⁴⁷. Ao mesmo tempo, Dumouriez já tinha entrado em contacto com os austríacos, negociando com o então coronel Mack um acordo que resultaria na desocupação francesa dos Países Baixos Austríacos⁴⁸. Até 5 de Abril, o general tentou ocupar pontos-chave para iniciar a marcha, contudo vários recusaram ajudá-lo. Entre estes estava Hoche, que avisou de imediato a Convenção, Macdonald, que segurou Lille, e Davout que reuniu tropas em Valenciennes para prender Dumouriez. Nestas circunstâncias, o golpe fracassou, e, consciente das graves consequências desse malogro, Dumouriez desertou para o lado austríaco, levando consigo os comissários presos. Robespierre e os seus acólitos acabariam por aproveitar o evento para apontar o dedo aos Girondinos e à sua ligação ao general que havia agora desertado. Como consequência, a Montanha ascendia em definitivo enquanto os Girondinos começavam a sua abrupta queda no jogo do poder revolucionário.

⁴⁶ BRACE, Richard Munthe, «Charles Dumouriez and the Girodins», *The American Historical Review*, Volume 56, Issue 3, 1 April 1951, p. 503;

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 506;

⁴⁸ Idem, pp. 506-507

Generais e a Política 1794-1799: Confirmação como actores políticos

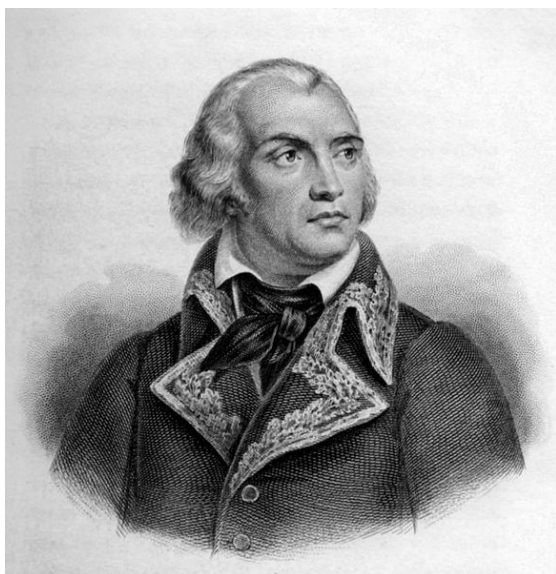


Figura 3-Charles Pichegru, vencedor da campanha da Holanda 1794-95.

Fonte:

<https://commons.wikimedia.org/wiki/Fi>

protegido de Saint Just e um dos que apoiou o golpe do Termidor.

Como forma de obter a legitimação do movimento e apoio de Pichegru, os realistas incitaram o futuro Luís XVIII e o Príncipe de Condé a ter conversações com o potencial novo aliado. Os contactos foram estabelecidos pelo agente Wickham e depois por Montgaillard, sendo o intermediário um livreiro de Neuchatel chamado Fauche-Borel⁴⁹. A 16 de Agosto de 1795, Pichegru comunicou que atravessará o Reno e marchará a Paris, onde se uniria com o rei, mas acabou por hesitar, apesar de receber uma carta de compromisso do monarca exilado. A conspiração podia ter terminado aí, fruto de dois eventos: primeiro, o general Moreau obtivera a correspondência que incriminava Pichegru; e o Directório chamou o general para uma reunião a 16 de Dezembro de 1795, pois havia recebido informações destas reuniões suspeitas com Fauche Borel. Como forma de se ilibar, foi dada a desculpa que o general pretendia saber mais das posições austríacas. No entanto a suspeita manteve-se e ele foi afastado do comando. Quanto a Moreau, guardou as cartas, não referindo a sua existência a ninguém até aos eventos do Fructidor.

⁴⁹ TULARD J., FAYARD J.F., FIERRO A., *História da Revolução Francesa* Volume I, citado, pp. 241-242;

Afastado do exército, Pichegru virou-se para a política, sendo eleito deputado do Franco Condado nas eleições do Germinal do ano V, em Março de 1797⁵⁰. Por essa altura, os realistas conseguiam obter vários deputados e o clube de Clichy começava a ser uma ameaça ao Directório. A obtenção de um grande número de deputados e a eleição de Pichegru para Presidente do Conselho dos Quinhentos resultou em suspeita de golpe político contra o Directório. Apercebendo-se deste perigo, os Directores prepararam um contra-golpe, que se daria no 18 do Fructidor. Tal como os ajudara no Vendemiário com o seu “tiro de metralha”, Napoleão voltou a ser uma das espadas do Directório, enviando Augereau para apoiar os Directores. A ida de Augereau deveu-se também à possibilidade de haver choque entre Napoleão e o general Lazare Hoche, também chamado para ajudar o Directório, o qual ocuparia o norte de Paris. Além da ajudar anterior, Napoleão enviou cartas comprometedoras de Pichegru, quando capturou a correspondência do Conde de Antraigues⁵¹. Com Pichegru exposto, Hoche e Augereau em Paris, o Directório actuou de forma célere e eficaz, prendendo os vários elementos do Clube de Clichy e abortando o golpe realista. Muitos mais seriam presos e outros exilados, como o agora caído em desgraça Pichegru. Quanto a Moreau, pressionado pelos eventos do Fructidor, acabou por enviar as cartas que denunciavam o envolvimento do antigo vencedor da Holanda com a causa realista. Contudo, a entrega tardia levantou suspeitas sobre o general, então um dos mais proeminentes da República, a par de Hoche e de Napoleão.

O triunfo do 18 do Fructidor foi de curta direcção para o já impopular Directório. Nos dois anos seguintes agravaram-se os problemas económicos e a corrupção que caracterizavam o regime. Em 1799, as contradições agudizaram-se, com o golpe *Journée Parlementaire*, apoiado pelo general Joubert, de que resultou na retirada de Douai e La Revelliere substituído por Ducos e Moulin, após a troca entre Treillard e Gohier no dia anterior. O golpe tivera o apoio de dois outros directores, Barras e Sieyès. A troca abrupta e forçada de directores não melhorou a situação da França directorial e as derrotas na Guerra da Segunda Coligação não ajudaram, ficando a República novamente ameaçada nas suas fronteiras. O exército francês estava agora longe do período vitorioso de 1794-1797, com os exércitos de Suvorov, Kray e do arquiduque Carlos a levarem a melhor em Itália e na Suíça. Contudo, as vitórias de Masséna, na Segunda Batalha de Zurique, e de

⁵⁰ TULARD J., FAYARD J.F., FIERRO A., *História da Revolução Francesa* Volume I, citado, pp. 242-243;

⁵¹ Idem, *ibidem*, pp. 245;

Brune, na Holanda, adiaram um desastre que parecia cada vez mais eminente. Além da difícil situação militar, a França atravessava uma grave crise económica, com o tesouro praticamente vazio, estando o executivo sob o alvo de várias acusações de corrupção e aplicação de leis injustas. O surgimento da ameaça de uma insurreição na Vendéia, os empréstimos forçados e o mau estado das infraestruturas públicas eram outros factores que tornavam o clima do Conselho dos Quinhentos bastante explosivo, com constantes discussões entre moderados, realistas, jacobinos e constitucionalistas.

Tais circunstâncias levaram a uma nova tentativa de golpe, desta vez organizado por Sieyés. Mais uma vez procuraram-se “espadas” para dar legitimidade, intimidação e força ao movimento. A escolha inicial do general, que iria ajudar a derrubar o poder do Directório e do Conselho dos Quinhentos, recaiu sobre Joubert. Contudo o general foi morto em Novi a 15 de Agosto de 1799, o que complicou os planos de Sieyés, ficando a lista de potenciais candidatos cada vez menor. Surgiu a hipótese de Bernadotte, que nem sequer era muito apreciado por Sieyés, devido à arrogância do gascão enquanto ministro de Guerra e à sua alegada hesitação, não respondendo nem sim nem não. Outros nomes ventilados foram os de Moreau, que recusou, e do então general Bonaparte, regressado da campanha do Egipto e ainda popular pelas vitórias em Itália. O facto do seu irmão Lucien estar envolvido na conspiração, levou-o a aceitar o convite, ao mesmo tempo que outros começavam a dar apoio ao golpe como Talleyrand, Cambacérès, Fouché e o almirante Brueys. Apesar dos generais anteriormente referidos serem os preferidos entre os candidatos de Sieyés, Robert Asprey assegura que Jourdan e Macdonald foram igualmente convidados e que Bernadotte havia recusado porque estaria a preparar o seu próprio golpe em sintonia com os jacobinos⁵². Como seria de esperar, à medida que o tempo passava, Napoleão foi tomando as rédeas da organização do golpe, contando com o apoio de Murat, Lannes, Berthier e Marmont. Sabendo da influência de Bernadotte, Jourdan e Augereau na ala jacobina, tentou convence-los a dar apoio. Chegou a usar Desirée, via José Bonaparte e a sua esposa, para convencer o intransigente Bernadotte a colaborar. Quanto aos outros dois, deputados e membros do clube jacobino, eles recusaram e ficaram desagradados com o golpe; no entanto, garantiram o seu não envolvimento, tal como Bernadotte. Outros aliados seriam integrados: Moreau e

⁵² ASPREY, Robert, *The Rise and Fall of Napoleon Volume 1: The Rise*, London, Abacus, New Ed edition, 2001, pp. 333;

Macdonald, que aceitaram após jantar com Napoleão⁵³, e mais tarde Lefebvre, Governador Militar de Paris, após uma reunião bastante persuasiva e conhecida pela oferta da espada mameluca.

A 8 de Novembro de 1799 estava garantido o apoio do Conselho dos Anciões e, no dia seguinte, iniciou-se a operação para conquistar o poder, um evento que ficaria conhecido como Golpe do 18 do Brumário. Após alguns momentos de impaciência, Napoleão dirigiu-se ao Conselho dos Quinhentos, falando em ameaça jacobina, mas quando lhe pediram nomes concretos, hesitou e recebeu apupos e ameaças que se tornariam físicas. Abandonou a sala, acompanhado por Lefebvre e os soldados, e nesse momento soou o rumor de ameaça com facas. Depois deste episódio e do discurso de Lucien, Murat entrou com os granadeiros e suspendeu o Conselho. O Directório foi então dissolvido com Gohier e Moulin a serem levados primeiro para a Tulherias e depois para a custódia de Moreau no Palácio do Luxemburgo. Barras, o último obstáculo, foi subornado e, no final, a “espada” fizera o seu serviço, indo agora ocupar o lugar no Triunvirato consular com Ducos e Sieyès, que não suspeitavam que seriam ultrapassados pela sua própria “lâmina”. A França Revolucionária tinha assistido até então a uma série de eventos protagonizados pelos seus generais, que foram sempre em crescendo quanto a repercussões.

Napoleão herdou um alto comando que ascendeu, tal como ele, por uma mistura de mérito e oportunismo, mas ao mesmo tempo pouco preparado no comando superior de exércitos, como demonstraram nas últimas campanhas, e bastante politizado, com vários elementos a terem ligações a grupos políticos. Dentro da ala republicana, Napoleão tinha elementos como Jourdan, Brune, Bernadotte, Gouvion Saint Cyr, Suchet, Augereau e mesmo os apoiantes MacDonald e Moreau. Não bastaria convencer o país que era a melhor solução para crise, havia que também conquistar o exército e o seu alto comando, não fosse ele próprio um general que havia ganho o poder através de um golpe militar.

⁵³ MACDONALD, Jacques Étienne, *Recollections of Marshal Macdonald* Volumes 01-02, Tradução inglesa por Stephen Louis Simeon, London, Richard, Bentley and Son, 1892, pp. 119;



Figura 4- Golpe do 18 Brumário, o evento que inicia o consulado de Napoleão.

Fonte: <https://upload.wikimedia.org>

Do Consulado ao Império: generais e conspirações

Fadi el Hage refere que Napoleão, como cônsul, pretendia reconciliar as duas França⁵⁴. À partida, é natural que o historiador se esteja a referir à França revolucionária e à França burguesa. A primeira, ainda agarrada aos ideais revolucionários de igualdade, liberdade e fraternidade, cujo radicalismo provocou o caos, enquanto a segunda pretendia regressar aos tempos mais calmos e à constituição de uma sociedade de ordem, paz e capaz de lhe deixar voltar às actividades comerciais e financeiras, situação que o

⁵⁴ EL HAGE, Fadi, «Comment la Révolution abolit la dignité de Maréchal de France», *Annales historiques de la Révolution Française* 2008/4 n° 354, 2008, p. 53;

Directório não conseguiu. O consulado de Napoleão assumiu uma feição mais moderada e com algum carácter conservador, focado na reorganização das finanças e na promoção de uma sociedade mais estável e hierarquizada. Desta forma afastava-se dos extremos da república e começava a estabelecer as condições necessárias para as futuras bases sociais do regime napoleónico, as classes burguesa e média, florescerem. Este fechar do capítulo revolucionário atraiu as críticas dos jacobinos e dos republicanos mais radicais. Mas eles não seriam os únicos críticos do novo regime, pois, apesar de um maior conservadorismo e do estabelecimento da ordem, também foi criticado pelos leais à monarquia dos Bourbon.

As críticas negativas ao regime passariam das palavras à acção logo no início do seu mandato, quando Napoleão foi alvo do atentado na rua Nicaise, a 24 de Dezembro de 1800. Como consequência deste acto, ocorreu uma feroz perseguição aos jacobinos, tidos como responsáveis, apesar da insistência de Fouché que não eram. Também foram visados os realistas. As constantes ameaças à vida de Napoleão, verdadeiras ou fictícias, e a necessidade de reforçar o seu poder, levou a que ele conseguisse que o Senado lhe concedesse o consulado vitalício, tendo também contribuído para isso a estabilização e florescimento económico da França Consular. A perspectiva de um regime hereditário já estava a ser sondada, no entanto seria uma nova conspiração, incitada por Georges Cadoudal, que aceleraria o caminho para a ascensão de Napoleão a Imperador dos Franceses e que teria mais uma vez a participação de Pichegru.

O envolvimento de militares descontentes numa conspiração contra um governo que repudiavam não era novidade; existe mesmo a probabilidade de o próprio Napoleão estar consciente que havia insatisfeitos no exército com o seu regime e mesmo possíveis rivais ao poder em Bernadotte e Moreau. As tensões com a ala mais republicana agravaram-se ainda mais com o anúncio da Concordata com a Igreja Católica e com as reformas legais no Código Civil, que levou Benjamin Constant e o seu grupo de oposição a levantarem voz contra as cláusulas presentes neste⁵⁵. O regresso do Catolicismo não foi bem aceite no exército, com vários generais a expressarem-se contra, mesmo que se mantivesse subordinado ao Estado. Após a formalização do acordo em Abril de 1802, Napoleão promoveu um *Te Deum* para celebrar o acto. O que se passou a seguir foi uma situação rocambolesca por parte de vários generais durante a cerimónia. Uns falavam alto

⁵⁵ ASPREY, Robert, *The Rise and Fall of Napoleon Volume 1: The Rise*, London, Abacus, New Ed edition, 2001, pp. 425;

quando decorria a missa, outros usavam as esporas e os sabres para riscar o chão, de forma a sublinhar o que consideravam ser a opinião anticlerical do exército, tido como baluarte da ideologia republicana.

Destacam-se o comportamento de quatro generais: Augereau, Moreau, Delmas e Lannes. O primeiro recusou por várias vezes o convite de Napoleão, acabando por aceitar com alguma reticência. Quando chegou o dia apareceu no seu melhor fato, mas o mesmo não se pode dizer do seu comportamento, falando alto e em bom som ao longo da cerimónia e a rir-se com os seus camaradas como bom jacobino que era. Moreau recusou ir e ficou nas Tulherias, onde supostamente passou o tempo no terraço a fumar charutos. Augereau e Moreau permaneceram intocáveis, fruto do seu peso na estrutura militar. O mesmo não sucedeu com Delmas, que fora exilado a 60 km de Paris por ter dito que faltavam na missa “um milhão de soldados que morreram para se livrar disto”⁵⁶. Quanto a Lannes, conhecido pela sua proximidade a Napoleão, existe a suspeita que terá sido “exilado” em Portugal, como embaixador, por causa da sua oposição à Concordata.



Figura 5 - General Moreau(esquerda) e Cadoudal (direita)

Fonte:<https://upload.wikimedia.org/>

⁵⁶ ROBERTS, Andrew, *Napoleon the Great*, Milton Keynes, Penguin Books, 2014, pp. 274;

Apesar de algumas atitudes menos respeitadas, a questão da Concordata foi uma mera afirmação de desgosto interno com a nova política consular; já a Conspiração Cadoudal representou uma ameaça concreta ao regime. A preparação do atentado esteve nas mãos dos monárquicos e dos ingleses. Os principais nomes era Georges Cadoudal, líder Chouan, Charles Pichegru e tinham como apoio o conde de Artois que queria devolver o trono aos Bourbons, na pessoa de Luís XVIII. Cada um tinha o seu papel na operação; Cadoudal deveria recrutar bandidos que o ajudassem a assassinar Napoleão no caminho de Paris para as Tulherias; Pichegru teria como objectivo obter o apoio dos generais insatisfeitos como Moreau e se possível de elementos jacobinos como Bernadotte, MacDonald e Augereau, que supostamente não se davam bem com Napoleão⁵⁷. Este chega a Paris a 16 de Janeiro de 1804 e contactou primeiro Moreau, com o qual se reuniu três vezes e depois mais uma. Se bem que não tivesse dado o seu acordo à conspiração, também não avisou as autoridades do que se passava.

As denúncias foram chegando com um dos presos, Bouvet de Lozier, a confirmar a participação de Cadoudal e de Pichegru. Quanto a Moreau, este foi preso a 15 de Fevereiro de 1804 na ponte Charenton, assim como generais próximos a ele, como Liebert e Souham, tendo Moreau ido para a prisão do Templo. Na sua biografia de Napoleão, Andrew Roberts relata que o então cônsul ficou surpreendido com a participação de Moreau, tendo escrito isto numa carta a Dessolles⁵⁸. Uma outra fonte, Thiébault, expõe uma opinião de Moreau, que ajuda a compreender as suas reservas em relação ao regime e o facto de ter mantido silêncio. De acordo com este, numa conversa com o general, este afirmara que o governo de Napoleão terminaria todos os trabalhos, esperanças e glórias da Revolução⁵⁹. Acabaria agora julgado por suspeitas de envolvimento na conspiração. A situação acabou por reforçar ainda mais o regime e permitiu que a ideia de regime hereditário ganhasse força.

A 18 de Maio de 1804, Napoleão foi proclamado imperador da França pelo Senado, após plesbicio popular. Depois desta proclamação, Cadoudal vaticinara, nas suas últimas palavras aquando da execução de 25 de Junho de 1804, que queria ter dado um rei à França e acabou por lhe dar um imperador. Não seria a única morte. Pichegru foi encontrado morto na sua cela no dia 6 de Abril de 1804, um aparente suicídio marcado

⁵⁷ ASPREY, Robert, *The Rise and Fall of Napoleon Volume 1: The Rise*, London, Abacus, New Ed edition, 2001, p. 472;

⁵⁸ ROBERTS, Andrew, *Napoleon the Great*, Milton Keynes, Penguin Books, 2014, p. 334;

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 334;

por suspeitas, pela peculiaridade de estar a ler Séneca e de a obra estar aberta num capítulo dedicado ao suicídio de Catão, com a passagem: «Aquele que conspira não deve temer a morte». Outro executado foi o Duque d'Enghien, que foi muito mal vista em França e na Europa, tal como o aparente suicídio de Pichegru. O julgamento de Moreau decorreu em Julho de 1804, tendo resultado no seu exílio. Os vários militares envolvidos, como Souham e Liebert, foram absolvidos, tendo sido exonerados do cargo para mais tarde serem reabilitados, regressando ao activo. Entre os marechais, Masséna foi contra o julgamento de Moreau e chegou a sair em sua defesa.

Capítulo 3- A criação do Marechalato Imperial

Os eventos de 1804 comprovaram a existência de alguma insatisfação no exército e não se deveria excluir a possibilidade de um golpe. Havia que procurar uma forma de colocar o alto comando militar unido e sob a dependência de Napoleão. Além disso, perspectivava-se um novo conflito com as potências europeias, havendo já forças francesas a serem preparadas em vários campos militares ao longo do Canal da Mancha que viriam a ser comandadas pelos principais generais da França. Napoleão tinha assim razões políticas e militares para criar o marechalato imperial. E a estas podiam se juntar as sociais e honoríficas, pois o caminho para o regime imperial estava aberto e a Legião de Honra não bastava para distinguir os principais homens de guerra da França. Se um rei honrava os seus cavaleiros, o imperador deveria fazer o mesmo, e a criação do marechalato imperial, retomando o legado do Marechal de França como comandante de exércitos ao serviço do rei, era um passo natural no novo regime.

A Lei do 29 do Floreal do Ano XII

A 19 de Maio de 1804, Hugues-Bernard Maret redigiu o decreto-lei do 29 do Floréal do ano XII, que oficializa a lista dos nomes para marechal do império. Aí estavam indicados os catorze generais que seriam os marechais activos e os quatro que seriam considerados marechais honoríficos. O documento, assinado por Napoleão, e provavelmente ditado por este, tem duas situações curiosas, a adição de dois nomes por outra letra diferente da de Maret, claramente acrescentados após a conclusão do ofício: Murat, que surgia no meio de Berthier e Moncey, e Pérignon, adicionado entre Lefebvre e Sérurier. Estas particularidades podem indicar alterações de última hora, demonstrando como foi difícil chegar à lista final; contudo, podem ter sido apenas um mero esquecimento por parte de Napoleão.

O processo de criação do marechalato iniciou-se com o documento constitucional do 28 do Floréal do Ano XII, sendo integrado, de acordo com o artigo 48º do título VI, na classe dos Grandes Oficiais do Império, ao lado de outras dignidades militares, como Coronel-General, e civis⁶⁰. Quanto aos nomes, Napoleão escolheu para marechais activos, e por ordem, os seguintes: Berthier, Murat, Moncey, Jourdan, Masséna, Augereau, Bernadotte, Soult, Brune, Lannes, Mortier, Ney, Davout e Bessières. Quanto aos que teriam o estatuto honorífico e de marechal senatorial, o recém imperador escolheu

⁶⁰ *Constitution de l'na XII -Empire-28 Floréal*, p. 6;

Kellermann, Lefebvre, Pérignon e Sérurier. Ao longo do período napoleónico, mais oito nomes se iriam juntar aos anteriores: Victor em 1807; Macdonald, Marmont e Oudinot em 1809; Suchet em 1811; Gouvion Saint-Cyr em 1812; Poniatowski em 1813; e, por fim, Grouchy em 1815.

29 floréal an 12. Cable

Mardi, le Præsident de l'Empire sera reçu au St. Cloud, et portera serment entre les mains de l'Empereur: le Grand Electeur sera suppléé par M. de St. Jean de Lévigne

Marchands de l'Empire

Les Generaux: Berthier, Mouton, Jourdan, Masséna, Oudinot, Bessières, Soult, Brune, Lannes, Mortier, Ney, Davout, Bonaparte.

St. Cloud le 29 floréal an 12.

Le Roi est le Maréchal de l'Empire et donne aux Sénateurs Kellermann, Lefebvre, Pérignon, Sérurier, qui ont commandé en chef

reg. 1
Législatif
N.º 3.

Maret

Figura 6 – Decreto do 28 do Floréal redigido por Maret. Fonte: BANC, Jean Claude, *Dictionnaire des Maréchaux de Napoléon*, Normandie Roto Impression, Lonrai, 2013, p. 23

O mesmo artigo constitucional estabelecia o número máximo de dezasseis marechais activos no serviço militar, uma medida que seguia a política de Luís XIV de ter um número grande de marechais, de forma o poder militar não ficar concentrado em poucos elementos, de forma o monarca ter o comando supremo do exército e este estar centrado na sua pessoa. Quanto aos marechais honoríficos, ou senatoriais, não existia limite. O cargo seria inamovível e mesmo que cessasse funções por ordem do imperador, poderia manter a sua graduação militar, títulos, prerrogativas e tratamento associado ao estatuto. Outras responsabilidades eram cometidas aos marechais, tendo de jurar que defenderiam a constituição, serem leais ao imperador, serem membros do colégio eleitoral do seu departamento, onde estivessem domiciliados, com base no artigo 99º do Título XII⁶¹. Devido à sua posição na corte imperial seriam julgados pela *Haute Cour Imperial*, da qual eram igualmente membros.

Estas disposições legais reforçavam a ideia de que o estatuto de Marechal do Império não era apenas militar, integrando igualmente a corte imperial, tal como os seus antecessores o foram na corte dos reis de França. No entanto, possuíam maiores vantagens, pois, apesar de estarem atrás dos Grandes Dignatários do Império, o marechalato servia de trampolim para a obtenção daquele estatuto, sendo no futuro recompensados com ducados e principados pelos seus serviços à França imperial. Desta forma, Napoleão conseguia afirmar a sua ideia de nobreza baseado no mérito. Contudo, com estas recompensas vinham deveres na corte e regras protocolares a seguir, para mal de alguns, como Davout, que desprezava o ambiente palaciano. Esta situação reforçou ainda mais o estatuto do marechalato dentro do exército, fazendo na prática o seu título honorífico a graduação superior a seguir a Napoleão, um problema que geraria conflitos entre marechais e destes com os generais de divisão, que não aceitavam a arrogância daqueles. David Chandler afirma mesmo que não havia a ideia de antiguidade entre marechais⁶², seja pelo marechalato em si ou títulos nobiliárquicos, conforme observaremos mais adiante. Ajudando ainda mais no reforço do seu estatuto, estes tinham o seu próprio uniforme, lugar dentro da corte e das cerimónias imperiais, privilégio de proximidade com o Imperador e prioridade nos principais cargos de comando militar e

⁶¹ *Constitution de l'na XII -Empire-28 Floréal*, p. 10;

⁶² CHANDLER, David, ed, *Napoleon's Marshals*, London, Weidenfeld & Nicolson; New printed edition ,2000, p. L;

administrativo, o que ajuda a perceber o porquê de se considerarem como o alto comando militar francês.

Neste contexto, surge uma questão: qual a razão que levou Napoleão a não fazer do Marechal do Império uma graduação militar e com funções de comando de um corpo de exército, a unidade acima de divisão? Conforme se verificou no capítulo 1, o Marechal de França era um agente do rei com obrigações de comando e administração militar, destinados a comandar exércitos ou a servir de lugares-tenentes do monarca e dos Príncipes de Sangue. Ao olharmos para o Marechal do Império, apercebemo-nos que o seu estatuto era muito semelhança ao monárquico; no entanto, mesmo desempenhando as mesmas funções, o seu título era visto, ao longo do período imperial como honorífico, não havendo na constituição qualquer referência a funções ou posição na hierarquia militar. Mas, na prática, conservou o mesmo estatuto hierárquico do antecessor monárquico, que estava acima do tenente-general e do marechal de campo enquanto a contraparte imperial se colocava, através do estatuto e favorecimento, claramente acima do general de divisão e do general de brigada. Quando houve necessidade de dar um comando independente aos marechais, Napoleão não soube criar um comando entre marechal e general de divisão para a função de comando do corpo de exército, como se verifica hoje com o posto de *general de corps d'armée* no exército francês, o equivalente a tenente-general em várias forças armadas. David Chandler afirma mesmo que Napoleão, supostamente, havia lembrado aos seus marechais que, no campo de batalha, o marechalato era uma dignidade civil⁶³. Dito ou não pelo imperador, os serviços, as funções, o tratamento especial e ligação ao trono imperial levou os marechais a manterem essa postura de superioridade hierárquica até ao final das guerras napoleónicas.

Razões para a Criação

Em vésperas da sua ascensão a imperador, Napoleão havia sobrevivido, como vimos, a mais a mais uma conspiração contra a sua vida, agora com o envolvimento de generais prestigiados na acção conspirativa. A liderança de Pichegru e o envolvimento de Moreau, ainda que só em conversações, vieram trazer novas dúvidas quanto à lealdade do exército e dos elementos mais radicais, jacobinos ou republicanos, para com o regime. As suspeitas eram normais não tivesse o próprio Napoleão chegado ao poder através de um golpe militar. Como foi observado, Napoleão herdou um corpo de oficiais bastante

⁶³ CHANDLER, David, ed, *Napoleon's Marshals*, London, Weidenfeld & Nicolson; New printed edition, 2000, p. L;

influenciado pela política e com vários exemplos de elementos do Alto Comando a participar em acções contra ou pró-regime. Era notório que a viragem para a moderação política e o conservadorismo social não agradou a vários sectores do exército, considerado como o baluarte do republicanismo.

Se eram admissíveis as críticas à Concordata e à ausência dos ideais revolucionários no Código Civil, a tentativa de magnicídio, com o envolvimento do general mais prestigiado da França a seguir Napoleão, já não podia ser ignorada. Até então, o máximo que o exército fizera tinha sido a tentativa de insurreição do general Simon, ajudante de campo de Bernadotte, em Rennes, o qual foi preso a 24 de Junho 1802. O facto de se tratar de uma força comandada anteriormente por Bernadotte resultou em rumores do envolvimento deste na acção insurgente. Mas depressa foram eliminadas, fruto da ligação à família Bonaparte, feita através da sua esposa, Desirée Clary, irmã da esposa de José Bonaparte, e no rápido afastamento do general Simon. Até Marbot, então membro do estado-maior de Bernadotte, pensava que tinha caído em desgraça.

Napoleão teria de fazer escolhas que evitassem um cisma e a antagonização, já existente no tempo do Directório, entre os clãs de veteranos de Itália e os do Reno. Mesmo antes de Cadoudal, Bonaparte já fizera a aproximação a elementos associados ao último grupo: Ney, Soult e Mortier. Ney aproximara-se do grupo Bonaparte através da acção da esposa de Napoleão, Josefina, que lhe arranhou a esposa, a futura Aglaé Ney, e fora recompensado com a missão de ministro plenipotenciário na República Helvética. Depois foi-lhe dado o comando das tropas instaladas em Étapes da *Armée de la Cotes de Ocean*, futura *Grande Armée*. Soult foi nomeado Coronel-General da Infantaria Ligeira da Guarda Consular e também iria ter um comando nas forças instaladas em Boulogne. Quanto a Mortier, foi-lhe dada a confiança de governar Paris na ausência de Napoleão na campanha de Marengo e o comando da força que invadiria e ocuparia Hanôver.

No entanto, as questões políticas não foram as únicas. A reorganização do exército francês e o seu treino ao longo do território costeiro francês do Canal da Mancha exigia o comando de generais capazes e motivados para actuar no que seria o sistema de corpos de exército da *Grande Armée*. Já havia elementos, como Ney e Soult, a comandar e a treinar estas forças, bem como Davout em Walcheren e Brugges, Marmont na Holanda, Oudinot em Arras, Augereau em Brest e Murat com várias forças de cavalaria. A criação do corpo de exército pressupunha que, sobre a égide do comandante da unidade, ficariam várias divisões de infantaria e unidades de cavalaria e artilharia. Nesta altura, o posto

hierárquico mais alto era o de general de divisão, *général de division*, apesar de haver cargos nominativos para o comando superior destinado ao comando de várias divisões ou exército. Só que Napoleão, enquanto imperador, era o comandante supremo do exército. É aqui que entra o legado do Marechal de França, extinto, mas ainda associado ao comando de exércitos franceses e a um forte prestígio militar ligado a Turenne, Villars e Maurice de Saxe. Além disso, tinha sido um ofício ligado à Coroa e ao monarca. O facto de serem também representantes do rei no exército e no território ocupado levava aquele posto a ter um considerável peso militar e administrativo. Estas circunstâncias e a natureza do futuro império hereditário podem ter pesado na criação do Marechalato Imperial. Havia a necessidade política de conciliar facções internas, ligá-las ao trono imperial e a necessidade militar da existência de um grupo de homens com experiência e prestígio necessários para assumirem o comando dos recém-criados corpos de exército e a administração dos territórios a ocupar, pois a nova unidade seria um instrumento militar e administrativo que permitiria o controlo e gestão desses territórios.

A Historiografia e as razões para o Marechalato Imperial

A questão das razões para o marechalato encontra na historiografia napoleónica várias conclusões, umas comuns, outras diferentes entre si, e ao observá-las podemos compreender que resulta da conjugação dos vários factores apresentados por historiadores como Jourquin, Chandler, Elting, Eric C. Smith e Chardigny. Mesmo os contemporâneos evocam razões que acabam por não chocar com as apresentadas pelos historiadores. A criação como acto político é aceite por quase todos, com variantes quanto ao porquê. Havia divergências no seio militar e, segundo Chandler, o marechalato serviu para juntar em torno de Napoleão os vários chefes militares com influência política, fruto das vozes existentes contra o 18 de Brumário e política consular⁶⁴. O mesmo autor acrescenta outra razão política: o de fortalecer a ligação com o exército, comprando a lealdade dos seus líderes com posição e estatuto. O resultado seria uma instituição ligada ao trono imperial e dependente do favor desta, tal como anterior marechalato o era com o rei de França. A associação política ao marechalato é reforçada por Delderfeld, que vê nela um meio de unir as facções políticas do exército, republicanos, moderados, jacobinos e monárquicos, e também por Jourquin, que salienta o aspecto político da criação e dos nomeados⁶⁵.

⁶⁴ CHANDLER, David, ed, *Napoleon's Marshals*, London, Weidenfeld & Nicolson; New printed edition ,2000, p. XLVIII;

⁶⁵ JOURQUIN, Jacques, *Les Maréchaux de Napoléon*, Saint Cloud, Editions Soteca, 2012, pp. 8-9;

Contudo, outros autores apontam razões de ordem social, relacionado com o caminho do regime para uma sociedade conservadora e hierarquizada, que procurava ainda salvar o aspecto meritocrático da Revolução Francesa com recompensas e dignidades aos que serviam a França. Tal como a Legião de Honra recompensava civis e militares, o marechalato serviria para recompensar os serviços dos homens mais ilustres do exército francês. Este argumento é defendido por Fadi el Hage⁶⁶ que vê no novo marechalato imperial a exaltação ao culto da honra militar e de recompensa do mérito, indicando um título aberto a todos os que demonstram talento, uma opinião muito similar ao do general Thiebault⁶⁷, que nas suas memórias concorda que tal dignidade foi criada para recompensar serviços, acrescentando outro argumento: o de emulação da nobreza no seio militar, uma forma de criar uma aristocracia guerreira que até levou Jourquin a comparar os marechais aos cavaleiros do Rei Artur. Esta temática da honra e de uma nobreza militar, incentivada por estas honras, também influenciou Chardigny⁶⁸ a considerar que o marechalato era a demonstração do Império ser uma sociedade hierarquizada, de modo a verem o recém-criado ofício imperial como uma continuidade do instituto de nobre do Antigo Regime, ainda que adaptado aos novos princípios revolucionários de mérito, e não de sangue, e de uma base do novo estado imperial. Ao serem-lhe concedidos títulos de conde, duque e mesmo de príncipe com base nas suas vitórias, os marechais formariam mesmo a base da aristocracia militar à volta do trono imperial de Napoleão, uma nobreza de mérito que deveria rivalizar com as de sangue da Velha Europa em prestígio e feitos. Tratava-se assim do acto normal de um regime recém-criado e à procura de cimentar o seu lugar entre as velhas monarquias.

Quanto à honra, John Elting, David Chandler, Jourquin e Gillet justificam a criação do marechalato como tendo, também, o objectivo de recompensar os feitos dos generais nos vários teatros de operações das Guerras da Revolução, tal como se fizera no passado. Premiavam-se assim os feitos de Itália, Egipto, Flandres, Reno, Holanda, Pirenéus e Suíça. O conjunto de razões indicadas pelos historiadores para a criação do marechalato demonstram que se tratou mais do que a promoção de generais a um estatuto superior. O decreto estabelece logo que se destina aos mais prestigiados e não aos mais

⁶⁶ EL HAGE, Fadi, «Comment la Révolution abolit la dignité de Maréchal de France», *Annales Historiques de la Révolution Française* 2008/4 n° 354, 2008, pp. 72-73;

⁶⁷ THIÉBAULT, General Paul, *Memóires du Général Baron Thiébault* Volume 03, Paris, Tipographie Plon, 1894, pp. 360-363;

⁶⁸ CHARDIGNY, Louis, *Les Maréchaux de Napoleon*, Vanves, L'Imprimerie Bordard et Taupin, 1984, pp. 7-8;

antigos, nem aos que estiveram numa determinada frente. Com esta liberdade de interpretação e ligado ao trono imperial, era Napoleão que fazia as nomeações, sendo o estatuto dado a qualquer general de divisão, independentemente da antiguidade, desde que tivesse prestígio para tal, obtido por serviço militar meritório, e, de forma indirecta, por ter que cair nas graças do Imperador. Estava assim associado, também, ao culto à honra e aos títulos nobiliárquicos. Uma das razões apresentadas por Gillet⁶⁹ é a de que de Napoleão utilizava o desejo humano de perenidade e fama eterna como instrumento de aproximação a rivais. Outro argumento daquele historiador é o de reconhecer feitos, ao mesmo tempo que assegurava que os serviços continuariam a ser reconhecidos e recompensados com prémios ainda maiores, como ducados, “feudos” e dotações anuais. Gillet também aborda outro ponto, mais concretamente na lista dos nomes escolhidos, pois não eram só os rivais que deveriam ser levados a aproximar-se de Napoleão, os amigos ou elementos próximos também foram recompensados, sendo o mesmo salientado por Bourrienne, o que nos leva a outro ponto do capítulo: as razões para a escolha dos nomeados.

As razões para os nomeados

Conforme estabelecido, o marechalato imperial serviu como forma de homenagear com a nomeação os generais mais ilustres do exército, veteranos das várias frentes dos conflitos de 1792-1803. De acordo com David Chandler⁷⁰, para evitar divisões no exército e antagonização de facções rivais, Napoleão procedeu a um equilíbrio entre os dois principais grupos do exército, os veteranos de Itália e os veteranos do Reno, argumento apoiado por Jourquin, que classifica mesmo esses grupos como clãs. A ideia de rivalidade interna não é incomum e já fora o potencial motivo de convulsões internas no relacionamento de líderes militares. Além disso ocorreu em Itália o confronto físico e mortal entre veteranos de ambas as partes após a chegada da divisão de Bernadotte. O clima já era de alguma clivagem, com os *Messieurs* do Reno a não apreciarem a atitude dos *Citoyens* italianos, aliás foram mesmo estas palavras que provocaram o choque de Bernadotte com Brune, Augereau, Masséna e Berthier. De acordo com o relatado por McDonnell⁷¹, os alemães, ao proferirem a palavra *Monsieur* levaram a uma discussão em

⁶⁹ GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, p. 13;

⁷⁰ CHANDLER, David, ed, *Napoleon's Marshals*, London, Weidenfeld & Nicolson; New printed edition, 2000, p. XLVIII;

⁷¹ MACDONNELL A.G., *Napoleon and his Marshals*, London, Prion, 1934(original) 1998 (nova edição) p. 59;

Laybach (actual Ljubilana), entre o chefe do Estado Maior de Bernadotte e Brune que levou o primeiro a desafiar o segundo para um duelo. A partir daqui, ocorreram duelos e confrontos físicos entre ambos os lados com cinquenta mortos e trezentos feridos. A clivagem acentuou-se no período consular com os veteranos italianos mais próximos de Napoleão, apelidados do Grupo Bonaparte, a verem-se como a elite devido à proximidade que tinham ao cônsul, e os do Reno a consideraram-se os verdadeiros defensores da República por avaliarem a sua frente como a mais difícil; dentro destes havia vários elementos que viam o novo governante como um mero oportunista corso.

Os veteranos do Reno estavam também supostamente ligados a Moreau, general e comandante das forças na frente alemã, cuja esposa, Madame Hulot, havia alegadamente criado um grupo de membros próximos do general e críticos do regime. Bourriéne afirma que Napoleão ficara desagradado e surpreendido com a participação de Moreau no caso Cadoudal, pois considerara-o para o cargo de Primeiro Marechal do Império⁷². Entre elogios às boas qualidades de Moreau, como bravura, coragem e energia, Napoleão criticou o seu comportamento e relação com a esposa, considerando-o bom, mas muito influenciado pela mulher, o que o levou a envolver-se nestas intrigas, juntamente com a pressão da mãe. Censurando a alegada inveja e ingratidão de Moreau, Napoleão considerava que do descontentamento à revolta ia um passo, especialmente de um homem brando e dado a influências⁷³. A partir destes dados, ainda que fornecidos por Bourriéne, Napoleão estaria preocupado com as críticas de Moreau ao regime e procuraria ganhar a sua lealdade através do marechalato imperial.

O contexto provocado pelos eventos anteriores pode ter levado Napoleão a fazer as suas escolhas de forma cuidada e limitada. Esta última é bastante explorada por Eric C. Smith que considera que este fez uma escolha não com base na habilidade, mas sim de acordo com o passado dos marechais, seus feitos, escolhas políticas e de forma a evitar um cisma no exército⁷⁴. Assim sendo a escolha final foi feita para recompensar amizades e aproximar rivais, um factor algo redutor pois a maioria subira por mérito próprio a general de divisão. No entanto há que ver o contexto que Eric C. Smith usa o seu argumento, ainda que próximo do que defendem Chandler e Jourquin. O historiador

⁷² BOURRIÉNE, Louis Antoine Fauvelet de, *Mémoires de M. de Bourriéne Ministre d'état de Napoléon, le Directoire, le Consulat, l'Empire et la Restauration* Tome 6, Paris, Chez Advocat, 1829, pp 153-155;

⁷³, Idem, *ibidem*, pp. 153-155

⁷⁴ SMITH, Eric C., *A Pre-professional Institution: Napoleon's Marshalate and the Defeat of 1813*, thesis, Denton, Texas, 2014, p. 66;

afirma esta limitação na escolha, de deixar a habilidade de lado, porque está se a referir à preparação dos escolhidos para o comando de exércitos. Ele realça o facto dos generais no período revolucionário não terem preparação de comando superior, tendo que aprender no terreno, o que resulta em má preparação para o comando de grandes exércitos e no funcionamento do Estado-Maior, factos discutidos no capítulo anterior. Eric C. Smith coloca então esta razão na perspectiva do marechalato imperial como um instituto pre-profissional, um grupo de homens escolhidos para serem a principal fonte de comandantes de forças militares.

Este não esquece que a maioria não tem formação de origem militar como Napoleão, Berthier, Kellermann e Davout, sendo na sua maioria membros de actividades civis que tiveram uma ascensão rápida pelo exército. No entanto tem de se salientar que esta limitação vai mais além do que o considerado por Eric C. Smith. Napoleão ficou limitado pelas circunstâncias do seu tempo que tem origem desde a implantação da Lei Ségur aos eventos da revolução, que resultou num corpo de oficiais de origem nobre para um preenchido por tanto por promoções e eleições de oficiais politizadas como com base no mérito e antiguidade. O alto comando seria formado por membros que ascenderam deste quadro de oficiais revolucionário e em condições que os levaram a ter que aprender no terreno. Contudo a maior limitação foi a mortandade que atingiu o corpo de generais no período das Guerras da Revolução Francesa com o próprio Thiebault a salientar nas suas memórias uma enorme lista de nomes que considerava serem dignos de marechais e que perderam a sua vida antes da criação do marechalato ou se exilaram: Desaix, Marceau, Championnet, Dugoumier, Kleber, Hoche, Joubert, Pichegru, Moreau e Dumouriez⁷⁵. Tendo em conta este contexto, Napoleão estava também limitado a nível de nomes com habilidade de comando superior, sendo a única excepção polémica a não nomeação em 1804, de dois nomes: MacDonald e Gouvion Saint Cyr.

Napoleão escolheu 18 nomes em 1804. Se nos basearmos no princípio equilíbrio de Chandler entre ambos os grupos, a escolha ficou da seguinte forma⁷⁶:

- 8 veteranos de Itália: Augereau, Berthier, Murat, Masséna, Brune, Lannes, Bessières e Sérurier (honorífico);

⁷⁵ THIÉBAULT, General Paul, *Memóires du Général Baron Thiébault* Volume 03, Paris, Tipographie Plon, 1894, pp. 360-363;

⁷⁶ CHANDLER, David, ed, *Napoleon's Marshals*, London, Weidenfeld & Nicolson; New printed edition ,2000, pp. LI-LII;

- 8 veteranos do Reno: Jourdan, Bernadotte, Soult, Ney, Mortier, Davout, Lefebvre (honorífico) e Kellermann (honorífico);
- 2 veteranos dos Pirenéus: Moncey e Pérignon (honorífico).

Curiosamente, Elting⁷⁷ organiza a lista de outra forma, privilegiando o princípio de honrar todas as frentes do conflito e os comandantes dos exércitos revolucionários, o que torna mais confusa a listagem:

- Itália e Egipto: Berthier, Murat, Lannes e Bessières;
- Egipto e Reno: Davout;
- Masséna, Itália e comandante do Exército da Helvécia em Zurique;
- Brune, Itália e comandante do Exército da Batávia na Holanda, pró-jacobino como Augereau e Bernadotte;
- Ney, Soult e Mortier do Exército do Sambre e Meuse;
- Jourdan, comandante do Exército do Norte;
- Moncey, comandante do Exército dos Pirenéus Ocidentais;
- Kellermann, comandante do Exército dos Alpes;
- Sérurier, Itália;
- Lefebvre, Exército do Sambre;
- Pérignon, comandante do Exército dos Pirenéus Orientais.

A forma como Chandler organiza a lista bate certo com o equilíbrio, já de Elting, apesar de demonstrar que ela distingue as várias frentes, abre outra questão. Eram realmente escolhidos os que foram comandantes de exército? Este factor de escolha foi posta em causa por um contemporâneo, o futuro marechal Etienne MacDonald. Nas suas memórias, ele afirma que Napoleão o iria nomear marechal na classe de 1804, facto que não sucedeu, segundo ele, porque era supostamente próximo de Moreau na altura do Cadoudal⁷⁸, situação que ele nega veementemente. Napoleão teria sabido desta situação no jantar antes do Brumário, onde obtera o apoio de Moreau e de MacDonald. Enquanto conversavam, o franco-escocês havia dito a Napoleão que a sua relação piorara com Moreau durante a campanha de Itália. Também ficou estabelecido que haveria dois exércitos para combater na frente alemã, o Exército do Alto Reno e o Exército do Baixo

⁷⁷ ELTING, John R., *Swords Around the Throne: Napoleon's Grande Armée*, New York, Da Capo Press Edition, 1997, 1ª Edição 1988, pp. 124-125;

⁷⁸ MACDONALD, Jacques Étienne, *Recollections of Marshal Macdonald* Volumes 01-02, Tradução inglesa por Stephen Louis Simeon, London, Richard, Bentley and Son, 1892, p. 126;

Reno, cujo comando seria entregue a MacDonald e a Moreau. No entanto, após acesa jogada de bastidores de Moreau, foi apenas criado um exército cujo comando foi entregue a este, deteriorando ainda mais a relação que tinha com MacDonald. Apesar destas conhecidas desavenças, MacDonald continuou a ver o seu nome ligado a Moreau. Além disso MacDonald considerava possuir uma das principais condições para obter a dignidade de marechal do império, que era ter sido comandante em chefe de um exército. Tendo em conta estas duas circunstâncias, nenhuma relação com Moreau e comando de um exército, MacDonald não apreciou ter sido excluído da lista, considerando esta injusta, mas resolveu não reagir. No entanto nem todos os nomeados obedeceram a essa condição de terem sido comandantes de exército como demonstrou a pesquisa de Eric C. Smith quanto à experiência de comando dos marechais, analisando quer os comandos acima de divisão quer os comandos de exército independente por parte dos marechais durante o período de 1792-1803⁷⁹:

Marechal	Período de Comando	1º Comando de um Exército
Berthier	9 de Dezembro de 1797-30 de Abril de 1798	Exército de Itália
Murat	27 de Novembro de 1800 – 31 de Dezembro de 1801	Exército de Observação de Midi
Moncey	9 de Agosto de 1794	Exército dos Pirenéus Ocidentais
Jourdan	11 de Setembro de 1793	Exército das Ardenas
Masséna	9 de Dezembro de 1798	Exército da Helvécia
Augereau	23 de Dezembro de 1797	Exército do Sambre e Meuse e Reno e Moselle
Bernadotte	24 de Fevereiro de 1799- 8 de Abril de 1799	Exército do Mainz

⁷⁹ SMITH, Eric C., *A Pre-professional Institution: Napoleon's Marshalate and the Defeat of 1813*, thesis, Denton, Texas, 2014, pp. 143-148;

Brune	4 de Abril de 1798 – 11 de Outubro de 1798	Exército de Itália
Ney	25 de Setembro de 1799- 24 de Outubro de 1799	Exército do Reno (temporário)
Kellermann	Fevereiro de 1791	Exército do Alto Reno
Pérignon	18 de Novembro de 1794	Exército dos Pirenéus Orientais

Da classe de 1804, sete não foram comandantes de exército, o que deixa de lado a obrigatoriedade desse factor para ser marechal. Além disso, vários generais que se tornaram marechais e que tiveram o cargo de comandante em chefe ficaram de fora: Victor, que teve o comando do Exército da Reserva e do Exército da Batávia; Macdonald, comandante do Exército de Roma e do Exército de Grissons; Gouvion Saint-Cyr, comandante do Exército do Reno e Mosel (interino), e do Exército de Itália; Suchet, comandante interino do Exército de Itália.

Thiébault, nas suas memórias, também opinou quanto à escolha dos marechais, elogiando alguns e criticando, por vezes acerrimamente outros, pondo mesmo em causa o seu valor enquanto comandantes e soldados. Concorda⁸⁰ com as escolhas de Kellermann, Masséna, Jourdan, Lannes, Murat, Ney e Bernadotte, comparando-os em qualidade a Dumouriez, Pichegru e Moreau, e a nível de serviços à nação com homens como Hoche, Desaix e Marceau. Justifica essas escolhas, referindo que Kellerman e Jourdan se destacaram pelas vitórias em Valmy, Fleurus e Wattignies. Quanto aos restantes, sublinha as suas qualidades individuais, destacando Lannes, pelo seu vigor e inspiração junto dos soldados, Murat pela coragem e valentia, Ney pela força e vigor, e Bernadotte pelas suas capacidades. Mas a outros dirige críticas duras, e quiçá injustas, mostrando alguma parcialidade motivada por rancor pessoal. censura a nomeação de Soult, um homem de gabinete segundo ele, Berthier, Pérignon, Serurier, Lefebvre, Bessières, Mortier, que responsabiliza pelo falhanço em Krems (batalha de Durrenstein), Brune, afirmando que devia a vitória na Holanda a Vandamme, e por fim Davout, considerando que as suas vitórias de 1806 em Auerstadt se deviam somente aos bons

⁸⁰ THIÉBAULT, General Paul, *Memóires du Général Baron Thiébault* Volume 03, Paris, Tipographie Plon, 1894, pp. 362-363;

generais que tinha, concretamente Godin, Legrand e Morand⁸¹. A sua crítica não acaba aqui, dizendo que os futuros marechais da classe de 1809, MacDonald, Marmont e Oudinot, não passavam de bons comandantes divisionários. No entanto, outros futuros marechais receberam elogios, indo mesmo ao ponto de afirmar que Suchet, pelas suas capacidades militares, e Gouvion Saint Cyr, pela sua habilidade tática, deviam ter feito parte dos nomeados de 1804, injustiça que alargava a Vandamme, outro general que considerava que devia ter sido feito marechal.

Os factores para a escolha dos futuros marechais foram diversos, sendo normal a existência de várias razões para as nomeações, quer por parte de historiadores quer por parte de contemporâneos. No geral, essas razões devem ser conjugadas num contexto próximo do que foi o processo de nomeação dos marechais por Napoleão. O factor “comandante em chefe de um exército”, ainda que não obrigatório, está claramente presente com 11 marechais que tiveram essa experiência; no entanto, também foram considerados elementos que apenas tiveram comando divisionário, ou nem isso, como Bessières. Este último situa-se noutra ponto de debate: a escolha por amizade e proximidade, que levou à nomeação de vários elementos do grupo próximo de Bonaparte. Contudo este não pretendia apenas recompensar os generais mais próximos, pretendia também estabelecer um processo de continuidade a nível de funções que seria vital para a estrutura da *Grande Armée*, não fossem aqueles comandantes conhecedores da forma como Napoleão fazia a guerra. A questão de aproximar rivais é natural num regime em fase inicial; ao escolher Bernadotte, um potencial rival, e ao agradar a ala jacobina com a escolha de Jourdan, Augereau e Brune, Napoleão mantinha perto de si elementos considerados desafectos.

Quanto à divisão Reno\Itália ou Bonaparte\Moreau, o equilíbrio de veteranos mostra que existiu claramente uma nomeação que agradasse a todos e evitasse futura clivagens, pois agora já não havia Exército do Reno ou de Itália, haveria a *Grande Armée*. Além disso, Napoleão tinha que ter elementos do Reno no marechalato, não só como forma de honrar todas as frentes, mas também para aproveitar um quadro de oficiais talentosos com nomes como Ney, Soult, Mortier e Davout. Numa perspectiva de honras militares, seria um grave erro deixar de parte Moncey e Perignon, para mais quando grande parte dos veteranos de Itália, como Lannes, Bessières e Augereau, tinham sido

⁸¹ THIÉBAULT, General Paul, *Mémoires du Général Baron Thiébauld* Volume 03, Paris, Tipographie Plon, 1894, p. 362;

veteranos da frente pirenaica. A escolha por habilidade foi limitada pelas razões anteriores e pela mortandade que afectou a classe dos generais durante as Guerras da Revolução. A morte acabou por ceifar muitos membros que eram considerados homens de talento militar como Joubert, Desaix, Marceau, o assassinato levou Kleber e a doença atingiu Hoche e Championnet. Quanto a Dumouriez, Pichegru e Moreau, o factor político afastou-os via exílio ou prisão. Em poucas palavras, Napoleão tinha no alto comando escassos elementos em que se reconhecia a habilidade de ter comandado exércitos, apesar de, no final, ter deixado Gouvion Saint-Cyr, MacDonald e Suchet de fora. E já estava a arriscar quando promoveu homens como Lannes, Davout, Sault, Ney e Mortier, cuja habilidade no comando de um exército era ainda desconhecida. No final da nomeação fica a célebre frase de Masséna perante a quantidade de nomeados, «Somos Catorze», num esgar de orgulho ferido ao ver que o estatuto de marechal de império não era tão exclusivo como o monárquico.

Capítulo 4- Classe de 1804: retrospectivas biográficas até ao marechalato

Concluído o tópico das razões que levaram à criação do marechalato e respectiva lista de nomes, é recorrente apresentar a carreira, e por vezes uma pequena biografia, dos generais que chegaram ao marechalato. A carreira militar era a base da vida desses homens, mas ela apenas ajuda a compreender parcialmente a ascensão porque as relações pessoais e outros serviços prestados ao consulado também ajudaram. Neste conjunto de factores haverá razões e circunstâncias que os levaram ao marechalato como serem veteranos de Itália ou do Reno, rivais ou amigos de Napoleão, heróis ilustres das Guerras da Revolução ou jovens generais com grande potencial. A quantidade de origens destes homens ajuda a desenvolver a imagem do grupo como sendo bastante heterogénea, havendo como laço comum entre todos o facto de terem lutado nas guerras da Revolução Francesa. Outro factor a considerar na maior parte dos marechais de 1804, e em alguns futuros, é o terem sido membros da Maçonaria. Dessa listagem fazem parte os seguintes nomes: Augereau, Bernadotte, Brune, Jourdan, Kellermann, Lannes, Lefebvre, MacDonald, Masséna, Mortier, Murât, Ney, Oudinot, Perignon, Poniatowski, Sérurier e Soult⁸².

Neste capítulo iremos olhar mais para o lado dos marechais, pois até agora tentou-se compreender mais o lado de Napoleão para a elaboração e lista de nomeados. Como chegaram a esse ponto e que escolhas e motivações tiveram ao longo da carreira até 19 de Maio de 1804? Por serem dezoito no total, considerei útil dividi-los de acordo com relações pessoais, como o “Grupo de Bonaparte”, os de título honorífico, os Senadores, os “políticos”, os “jacobinos”, carreira militar, Veteranos do Reno, e por fim aqueles que não se integravam em qualquer grupo característico, fruto da multiplicidade de campanhas, ausência de cores políticas e mesmo relações pessoais que lhe assegurassem favor pessoal, os “párias” do marechalato, no sentido abstracto, pois preferiram manter a sua independência.

⁸² BODIN, Jean Luc, «Le militaire en Maçonnerie (XVIIIème-XIXème siècles)» *Histoire, économie & société* 2-4, Paris, Armand Colin, 1983, p. 567;

O “Grupo Bonaparte”: Berthier, Bessiéres, Murat e Lannes



Figura 7- Pela seguinte ordem : Lannes, Murat, Bessiéres e Berthier. Foram feitos marechais em 1804. Fontes: <https://upload.wikimedia.org>

Vários foram os companheiros leais a Napoleão: Junot e Marmont desde Toulon, Murat desde o incidente no Vendemiário, Bessiéres, Lannes e Berthier na campanha de Itália. Quatro seriam feitos marechais em 1804, um em 1809 e outro viria a falhar repetidamente a obtenção do bastão, por mais oportunidades que lhe tenham sido concedidas. Apesar do mérito reconhecido e revelado posteriormente, tinham o seu estatuto no exército ligado a Napoleão. O foco principal serão os escolhidos de 1804: Berthier, Bessiéres, Murat e Lannes. Cada um destes era um especialista na sua função: Berthier era, sem dúvida, o melhor oficial de estado-maior da França; Lannes era um oficial de infantaria, granadeiro de origem, habituado a efectuar assaltos às linhas inimigas com os seus infantés; Murat era um dos melhores oficiais de cavalaria baseado no talento, numa época em que a cavalaria francesa passava por uma grave crise, fruto de ter perdido grande parte do corpo de oficiais; por fim Bessiéres, igualmente um homem de cavalaria, líder da primeira guarda pessoal de Napoleão, os Guias, uma nomeação criticada por muitos devido à sua carreira pouco relevante, ainda que meritória.

Louis Alexandre Berthier foi alcunhado de “esposa do imperador” devido à sua proximidade no trabalho com Napoleão. Esta relação, tanto pessoal como profissional iniciou-se em 1795 quando se tornou Chefe do Estado Maior do Exército de Itália do então general Bonaparte. Aí demonstrou grande competência na organização e na administração, onde se destacou a divisão do estado-maior em grupos funcionais. Esta forma de trabalhar complementar-se com a de Napoleão e logo se estabeleceu uma ligação que foi quase inseparável durante o período revolucionário. Mais velho que Napoleão - nasceu a 20 de Novembro de 1753 - este homem de baixa estatura e habitualmente nervoso era filho de um militar cavaleiro de São Luís, o tenente-coronel Jean Baptiste Berthier, e de Marie Françoise l’Huillier, o que lhe providenciou desde o

princípio uma formação superior no exército. Seguiu o caminho do pai na engenharia topográfica militar e iniciou o serviço militar em 1770 como tenente da Legião da Flandres. Ao longo dos tempos, obteve uma vasta experiência militar, com serviço em regimentos de cavalaria e no exército expedicionário francês à América, onde conheceu Rochembeau. As suas qualidades levaram-no a acompanhar o general Custine à Prússia, para aprender com os antigos rivais, e no início da revolução era ajudante de campo de Rochembeau. Apesar de fazer parte da Guarda Nacional e de ter revelado coragem na Vendaia, foi afastado por ser major-general da Guarda Real, exílio terminado por Carnot e que resultou no seu regresso em 1795. Acompanha Napoleão em todas as campanhas e era ministro de Guerra, desde 1800, quando lhe foi entregue o bastão.

Murat tinha conhecido Napoleão no Vendemiário, quando foi buscar as peças de artilharia para o famoso “tiro de metralha”, e tal como Berthier seguiu-o em todas as frentes. O futuro rei Joaquim de Nápoles era de origens humildes. Tinha nascido a 25 de Março de 1767 em La Bastide, na região gascã de Lot, filho de estalajadeiros. A ligação do pai ao Bispo Talleyrand levou-o a ter uma educação acima da média no Colégio de São Miguel em Cahors e no Seminário dos Lazaristas em Toulouse. Contudo, a vida religiosa não era para Murat. Fugiu para se alistar no exército e a sua educação proporcionou-lhe uma rápida promoção a sargento, começando então a carreira de cavaleiro na Guarda Constitucional, a 8 de Fevereiro de 1792, onde conheceu outro homem de Lot e futuro amigo, Bessières. Este era de Prayssac, e nasceu a 6 de Agosto de 1768, filho do cirurgião-barbeiro local e da filha do notário. Tal como Murat, conseguiu uma boa educação em Cahors, no Colégio Real. Enquanto Murat seguiria o caminho para o Vendemiário, a participação de Bessières na defesa das Tulherias, a 10 de Agosto de 1792, obrigou-o a fugir e a alistar-se, com um nome suposto, na legião pirenaica. O fim da campanha levou-o para Itália onde o conhecimento que tinha com Murat o aproximou de Napoleão, vindo a chefiar os *guides* que eram a sua guarda pessoal. Ambos, Murat e Bessières, seriam os cavaleiros de Napoleão e essa relação proporcionou uma ascensão a general, contudo Murat, ao conseguir a mão de Carolina, ganhou um maior grau de proximidade.

Outro gascão seria feito marechal e era também de origens populares. Nascido em Lecture, Gers, a 10 de Abril de 1769, Jean Lannes era um mero aprendiz de tintureiro quando eclodiu a revolução. Um seu irmão, padre, ensinara-o a ler e a escrever. Não encontrou qualquer dificuldade no seu alistamento, em Abril de 1792, e a destreza física,

carisma e coragem proporcionaram-lhe promoções rápidas desde muito cedo. De alferes (*sous-lieutenant*) eleito pelos camaradas, passou a comandante do regimento quando conheceu Napoleão, em 1795. Lutou nos Pirinéus e foi notado por Napoleão durante as acções em Itália, em particular pela sua coragem e capacidade de liderar a infantaria em momentos extremos. Após a batalha de Dego foi o escolhido para comandar a 58ª *Demi-Brigade* em várias batalhas e em Arcola já era líder de uma tropa de assalto constituída pelos granadeiros e carabineiros do Exército de Itália. Manteria este papel no Egipto, onde foi ferido em Acre, e acompanhou Napoleão na campanha de Marengo, liderando as forças francesas em Montebello. Apesar dos problemas e breve estadia em Portugal, como embaixador, era um homem de confiança de Napoleão.

Jacobinos e Republicanos: Bernadotte, Augereau, Jourdan e Brune



Figura 8- Pela seguinte ordem: Bernadotte, Augereau, Jourdan e Brune, marechais ligados à ideologia republicana e jacobina. Font <https://upload.wikimedia.org>:

Entre 21 de Março e 9 de Abril 1799 disputaram-se eleições que resultaram num ascendente neo-jacobino sobre os conservadores. Isto traduziu-se na nomeação de Bernadotte como ministro de Guerra a 2 Julho daquele ano, entrando no governo mesmo após recusar no golpe do 30 do Prairial, ocorrido a 18 de Junho. Além do seu serviço no executivo, outros generais de tendência jacobina estavam a seguir o caminho da política, como Jourdan, eleito deputado pelo Haute Vienne e que defenderia uma nova proclamação da *patrie en danger* quando se ocorreram várias de derrotas em Itália, Suíça e Holanda e surgiam ameaças de uma nova invasão. Segundo Erik Achorn⁸³, esta declaração serviria para colocar Bernadotte, então popular pelo seu serviço no ministério, como líder da causa jacobina. A apoiar os jacobinos, à sua maneira, estava também Augereau, camarada de Jourdan no clube pró-jacobino *Manége* e deputado eleito pelo Haute Garonne. Estes três homens seriam interpelados por Napoleão nas vésperas do

⁸³ ACHORN, Erik, «Bernadotte or Bonaparte?», *The Journal of Modern History*, Vol. 1, No. 3 Sep., Chicago, The University of Chicago Press, 1929, p. 391;

Brumário e, por coincidência, deram respostas similares: nem sim, nem não, apenas assistiriam sem intervir. No entanto, Augereau foi audaz o suficiente para felicitar Napoleão após o sucesso do Brumário, como se tivesse participado no golpe desde o início. Os outros dois mantiveram uma grande discreção até regressarem ao serviço do Consulado.

Bernadotte era um homem de Béarn e desde cedo revelou-se rebelde. Não quis seguir a vida do pai, advogado no tribunal real de Pau, preferindo com apenas 17 anos juntar-se ao exército em 1780. Nascido a 26 de Janeiro de 1763, o jovem aproveitou a educação para se tornar sargento e a revolução para ser eleito tenente do seu regimento em Novembro de 1791. Tal como os outros, teve uma ascensão rápida e a 23 de Outubro de 1794 era general de divisão. Tinha revelado capacidades de liderança e administrativas, quando governou Mayence (Mainz), tendo-se a sua divisão destacado pela ordem e disciplina. Voltaria a salientar-se na campanha do Reno de 1796-97. Orgulhoso e temperamental, dado a *gasconades*, Bernadotte entrou em conflito com vários oficiais quando esteve em Itália em 1797, para onde foi transferido para reforçar este contingente. Fruto do seu comportamento, Napoleão teria supostamente pedido a Talleyrand para o afastar do comando do Exército de Itália com um cargo diplomático em Viena, de onde voltou a entrar em picardias com o governo austríaco ao ter hasteado a bandeira tricolor na embaixada. Como ministro de Guerra voltou a mostrar qualidades administrativas e o seu habitual temperamento.

Brune fora inicialmente um activista político e até colaborara em jornais revolucionários. É provável que esta fase tenha a ver com as suas origens. Nascera a 13 de Maio de 1763 e, tal como Bernadotte, era filho de advogado tendo sido educado para seguir a profissão do pai. Uma suposta provocação da Mademoiselle Gerlaut levou-o a incorporar-se no exército e a pedir uma comissão de major a Danton. Entre 18 de Outubro de 1791 a 13 de Outubro de 1795, data em que se reuniu ao Exército de Itália, passou por vários cargos administrativos pouco relevantes e longe de frente. Sob o comando de Masséna revelou-se um bom soldado e o seu mérito nas acções de San Michelle, Rivoli e Arcola foi recompensado, a 7 de Novembro de 1797, com a promoção ao posto de general de divisão. O seu primeiro comando foi na Helvécia, mas o comportamento do seu exército e o facto de terem retirado o tesouro dessa república para o Directório, com Brune a ficar com uma pequena parte, grangeou-lhe má fama. Redimiou-se na Holanda, quando, em 6 de Outubro 1799, liderou o exército franco-batavo em Castricum obtendo uma

importante vitória sobre uma força anglo-russa. Foi um dos heróis que salvou a República, tal como Masséna em Zurique. Viria a ter o cargo de embaixador no império otomano, onde deveria usar a sua fama de vencedor de ingleses e russos, mas as coisas não correram como o esperado, acabando por regressar a Paris.

Outro militar muito focado na política foi Jourdan, que chegou a membro do Conselho dos 500 e seu presidente, destacando-se a tentativa de proclamação de nova *patrie en danger* em 1799 e na lei de conscrição com o seu nome. A Revolução deu a Jourdan esta oportunidade, pois até 1789 fora vendedor de retosaria em Limoges, tendo feito comércio ambulante, e tinha prestado serviço na América. Nasceu a 29 de Abril de 1762, filho de um médico local. A carreira militar iniciou-se aos 16 anos mas acabou em 26 de Julho de 1784, aos 22 anos de idade, ainda longe de saber o que o futuro lhe traria. Aproveitou a época revolucionária e a entrada no exército para uma ascensão rápida, passando de tenente-coronel eleito do Batalhão dos 2º Volutários do Haute-Vienne, em 1792, para general de divisão e comandante do Exército do Norte, fruto das suas prestações enquanto comandante de batalhão em Jemappes e nas várias batalhas da Flandres. Venceria em Wattignies e Fleurus para depois conhecer duros revezes em 1795-96 na campanha do Reno e em 1799 na campanha do Exército do Danúbio. Contudo a fama de Fleurus foi suficiente para ser eleito para cargos políticos.

A vida meio-aventureira de Jourdan só é ultrapassada pela de Augereau. Nascido em Paris, no Fauborg Saint Marceau a 21 de Outubro de 1757, Augereau era filho de pais vendedores de frutas, sendo a mãe de origem alemã. Teve uma vida associada ao exército, como mercenário e viajou pela Europa. A sua primeira experiência militar data de 1774 no Regimento de Clare; a partir daí esteve no exército prussiano, no Regimento da Guarda Real, de onde fugiria com 60 homens para se estabelecer em Dresden com uma escola de esgrima e dança. Voltou a entrar no serviço militar nas forças russas onde esteve em Ismaili, tendo pelo meio sido vendedor de relógios. Regressaria a França em 1781, aproveitando o perdão concedido pelo nascimento do Delfim, e voltou ao exército no Regimento Real de Bourgogne. Voltou a viajar, desta vez para Nápoles, onde esteve entre 1786-87, e em 1789 foi preso em Lisboa, por suspeitas de ser um espião revolucionário. Homem de aventuras, a revolução não podia ficar para trás. Alistou-se na Guarda Nacional em 1792 e esteve em 1793 na Vendéia. Foi na campanha seguinte, nos Pirinéus Orientais, que chegou a general de divisão, em Dezembro daquele ano. Aí revelou-se um bom líder divisionário, com as tropas a destacarem-se pelo treino e disciplina. Contudo

foi em Itália que se conheceu o seu maior fulgor e obteve glória em Castiglione, sob a liderança de Napoleão, que inicialmente detestara por lhe ter roubado o comando do exército com favores pessoais. Seria o homem do 18 do Fructidor e, como recompensa, foi nomeado comandante do Exército da Alemanha, onde só ganhou inimigos e críticas. Acabaria por ir para a política como deputado, e mais tarde comandou o Exército da Batávia, enquanto Napoleão estava em Marengo, indo depois para Brest comandar o VII Corpo.

Apenas Bernadotte podia ser visto como rival, enquanto os outros eram elementos críticos da ala republicana do exército, que até tinha outro representante no antigo amigo de Danton, o general Brune. Este fora mesmo activista político até ser desafiado para ir para a vida militar, em vez de defender a república nas suas publicações pró-revolução. Era igualmente o vencedor da Holanda e um elemento malvisto por Napoleão, mesmo durante o Império. A sua escolha pode ser vista na perspectiva de manter os amigos próximos e os inimigos ainda mais. Possuía, no entanto, uma folha recheada de serviços meritórios, vitórias e boas capacidades administrativas.

Os homens do Reno: Soult, Ney, Mortier e Davout



Figura 9- Pela seguinte ordem: Soult, Davout, Mortier e Ney. Veteranos do Reno e curiosamente os quatro seriam dos poucos a aliar-se a Napoleão nos

Cem Dias. Fonte: <https://upload.wikimedia.org>

Após a entrada no Consulado, Napoleão começou a integrar na sua estrutura de comando oficiais generais que o não haviam acompanhado em Itália e no Egipto. Não era nada de novo por parte do recém-nomeado Primeiro-Cônsul, já tinha atraído para o seu lado um dos heróis do Reno, Desaix e conseguira o apoio de MacDonald, Moreau e Lefebvre à sua causa no Brumário. O primeiro alvo foi Mortier, veterano do Reno a quem chamavam «Grande Morteiro» por ter quase 2 metros de altura. Teve a confiança de Napoleão de governar Paris como Comandante do 17º Distrito Militar, durante a ausência

deste em Marengo, e foi felicitado pelo próprio pela sua gestão e administração da capital. Foi o primeiro de vários cargos de confiança que viria a ter, à medida que ia integrando o grupo de Bonaparte, entre os quais o de Coronel-General da artilharia da Guarda Consular. Este francês do Norte nasceu a 13 de Setembro de 1768 em Cateau-Cambresis, filho de um mercador têxteis e de uma inglesa. Começou a carreira militar em 6 de Novembro de 1791 como capitão do Batalhão de Voluntários do Norte, comandado pelo seu tio. Combateu em várias batalhas da campanha de Flandres e chegaria a coronel em 1795. Foi então integrado na Divisão de Lefebvre, onde se destacou pela coragem, honestidade e lealdade. Como general de brigada, na divisão de Soult, lutou sob o comando de Masséna em Zurique, tornando-se notado por Napoleão que lhe confiou a missão de ocupar Hanôver em 1803, que governou até 1804.

O segundo foi Soult, por conselho de Masséna, que elogiou as suas capacidades em Génova e Zurique. Obteve o posto de Coronel-General da Infantaria Ligeira da Guarda Consular e recebeu, em 1803, um cargo de grande importância, o comando e treino das forças instaladas nos campos de Saint Omer e Boulogne, cerca de 80 mil homens, que seriam o futuro IV e V Corpo da *Grande Armée*. Soult nasceu em Saint Amans, La Bastide, a 29 de Março de 1769, filho do notário local. Alistou-se no exército a 16 de Abril de 1785 e, supostamente, durante um interregno do serviço, esteve empregado como padeiro e até sonhara fundar e gerir a sua própria padaria, contribuindo muito para o mito da ascensão revolucionária. Regressou ao serviço como sargento de instrução, destacando-se pela disciplina, ordem e capacidade de manobra dos soldados, qualidades que o acompanhariam no período imperial. Voltou a ser instrutor, já como alferes eleito do 1º Batalhão do Haute-Rhin. Serviu vários generais como Hoche, Lefebvre, Jourdan e Custine até 1794. Esteve na campanha do Reno sob as ordens de Lefebvre e foi prestar serviço no Exército do Danúbio de Masséna, onde assumiu o comando divisional. Seria ferido e capturado em Génova antes de entrar para a esfera bonapartista. As suas boas prestações levaram Masséna a aconselhar o seu nome a Napoleão.

Apesar de não possuir um cargo na Guarda Consular, Ney, outro homem do Reno, teve um prémio mais importante: por intermédio de Josefina conheceu a sua futura esposa, Aglaë Louise Aguiée, com o qual casou a 5 de Agosto de 1802. Pouco tempo depois, era nomeado embaixador e comandante das forças francesas na República Helvética, onde cumpriu bem a sua missão e até teve um bom relacionamento com o

difficil Talleyrand. Tal como Soult, Ney teria um comando nas costas do Canal da Mancha, ficando em Etaples com o futuro VI Corpo da *Grande Armée*, tendo, entretanto, dado ao filho o nome de de Joseph Napoléon. Michel Ney era um homem da Alsácia, filho de um tanoeiro local. Nasceu a 10 de Janeiro de 1769 no Sarre Louis e desde cedo foi um jovem activo, ora aprendendo a arte do pai, ora a de notário, ou a de observador nas minas e forjas. Possuía força e coragem, moldadas sob um temperamento intempestivo que o levou a ter vários confrontos ao longo da sua vida militar. Esta iniciou-se a 1 de Abril de 1792, nos Hussardos, denominado depois 5º Regimento. Até 1797, fora um homem de cavalaria conhecido pelos raides e chegou a ser prisioneiro a 21 de Abril de 1797, sendo libertado após troca de prisioneiros. Obteve a promoção a general de brigada em 1796, a que se seguiria a de divisão em 1799. Sob as ordens de Moreau destacou-se na campanha que culminou com a vitória de Hohenlinden.

Os três homens do Reno eram, agora, homens de Bonaparte. Mas antes do consulado, Napoleão obteve a confiança de outro homem do Reno, para além de Desaix. Tratava-se de Davout, filho de militares e membro da pequena nobreza, ainda que pobre. Nasceu a 10 de Maio de 1770 e entrou para a mesma escola de Napoleão, a 25 de Setembro de 1785. A sua primeira comissão foi a Fevereiro de 1788, no Regimento da Cavalaria Real de Champagne e revelou aí desde cedo a sua ideologia liberal e revolucionária. Seria preso em Arras, depois de uma pequena sublevação para enviar uma representação em honra dos revolucionários. Teve que se haver com a deserção de Dumouriez, já como tenente-coronel do 3º Batalhão de Voluntários do Yonne. Mais tarde, foi vítima da uma purga e afastado do exército, tendo de esperar pelo Termidor para poder regressar ao serviço no Reno, no Exército da Mosela. Foi aí que conheceu alguns dos seus poucos amigos como Marceau, Desaix e Oudinot. Seria mesmo Desaix a aconselhar Napoleão que o levasse para o Egipto. Aí esteve quase sempre sob o comando do veterano do Reno e, curiosamente, não apreciava Napoleão. Dias antes de Napoleão partir para a França, um furioso Davout pediu para reunir com ele, pois sentia-se menosprezado por Napoleão e queria esclarecer a sua situação. Não se sabe o teor da conversa, apenas que Davout a partir desse momento passou de crítico a um dos mais acérrimos apoiantes de Napoleão, mesmo depois do abandono deste do Egipto. O potencial de Davout, visto primeiro por Desaix, teria sido um dos motivos para Napoleão ter este homem do seu lado e os eventos vindouros confirmariam que tinha sido uma escolha acertada, pois o mais

novo dos 18 marechais, e mais desconhecido na altura, tornar-se-ia para muitos no melhor marechal de Napoleão.

Homens à parte: Moncey e Masséna



Figura 10 - Masséna e Moncey: Dois homens que se colocaram à parte de diferendos e preferiram seguir o seu caminho Fontes: <https://upload.wikimedia.org>

Para os analisados anteriormente, foi relativamente enquadrá-los num grupo de acordo com a ideologia, proximidade e origem. Existem ainda dentro destes outros factores como a honra - como Jourdan por ser o vencedor de Fleurus -, ou por terem partilhado o mesmo teatro de operações. Mas nem todos foram assim. Masséna, por exemplo, apesar de ser um veterano de Itália não mostrou ser tão próximo de Napoleão como os já referidos, continuando a seu caminho como fizera antes de conhecer aquele, liderando exércitos e obtendo proveitos com isso. Isto fez dele um elemento como Augereau, que também traçou o seu caminho, no entanto também difere dele por não ter seguido a vida política como o seu companheiro jacobino, mesmo sendo um crítico da Concordata e do sucedido com o Caso Moreau. Era um homem habituado a lutar sozinho desde muito cedo. Nasceu a 6 de Maio de 1758 em Nice, então parte de Piemonte, filho de um comerciante e ficou órfão muito cedo, com apenas seis anos. Serviu no exército piemontês até 1789 e terá sido vendedor de fruta até 1792, um disfarce para a vida de contrabandista que fazia. Desde cedo revelou ambição e avareza. No entanto, tinha carisma, era um líder natural, conseguindo entrar nos voluntários do Var, onde foi eleito tenente-coronel. Até 1795 serviu sob o comando de Schérer, em Itália, e pensava que seria o seu substituto, por ser o general de divisão mais antigo do Exército de Itália, mas o lugar caiu nas mãos do então jovem Bonaparte. Apesar de algumas reticências iniciais em

relação a Napoleão, ele e Augereau cedo souberam em que mãos estavam e foram peças fulcrais nas várias vitórias de Napoleão. No entanto, seria em Zurique que obteve a sua maior glória, pois a sua vitória sobre Korzhakov salvou a República Francesa de uma invasão e voltaria a ter um papel fundamental quando segurou Génova. Sendo um dos generais mais capazes da França, especialmente após Zurique e Génova, não podia ficar de fora sendo mesmo dos poucos que demonstraram saber comandar um exército.

Muitas vezes acusado de cripto-realista, Moncey foi um homem da frente dos Pirenéus e aquando da nomeação, em 1804, era Inspector – Geral da Gendarmerie. Nasceu em 31 de Julho de 1754 em Palise, Doubs, filho de um advogado do parlamento local de Besançon. Como todos os jovens de então, estudou para seguir os passos do pai, mas acabou por desistir e aos 15 anos alista-se no regimento de Champagne em 1769, dando início a uma longa carreira no exército. Entre 1769 e 1788 prestou serviço na *Gendarmerie-Anglais* e, partir de 1776, no 5º Batalhão de Nassau, onde chegar a tenente antes da lei Ségur entrar em vigor. Em 1791 é capitão no 5º Batalhão de Caçadores e, aos poucos, sobiu na hierarquia pelo serviço prestado nos Pirinéus Ocidentais, ascendendo a general de divisão a partir de Junho de 1794. Assumiu o comando do Exército dos Pirinéus Ocidentais a 17 de Agosto de 1794, obtendo várias vitórias em Arquinzu, Tolosa, Saint Jean Pied de Porte e Fuenterrabia. Outros feitos meritórios foram as tomadas das cidades de Vitória e Bilbao, cruzando o Ebro em Agosto de 1795, antes da paz de Basileia. Apesar dos sucessos, apenas conseguiu cargos de comando de divisões administrativas (Bayonne, Nantes e Lyon) e chegou a ser acusado de simpatizar com Pichegru. Em 1800, acompanhou Napoleão a Marengo e conseguiu regressar à ribalta, sendo nomeado, a 3 de Dezembro de 1801, Inspector-Geral da Gendarmerie. Apesar desse papel de relevo, tendo mesmo participado na captura do Duque d'Enghien, não era propriamente membro do grupo de Bonaparte e, tal como Masséna, não integrou outros grupos de influência ou actividade política. Era, tal como Jourdan, um vencedor de um teatro de operações enquanto comandante em chefe do Exército dos Pirenéus e estava colocado num posto relevante, chegando mesmo a entrar em choque com Fouché no jogo de influências junto de Napoleão e da actividades da Gendarmerie.

Os Senadores: Kellermann, Sérurier, Lefebvre e Pérignon



Figura 11-Kellermann um dos marechais senadores. Fonte: <https://upload.wikimedia.org>

O grupo final consiste em quatro nomes escritos no documento assinado por Napoleão, os escolhidos para serem marechais honoríficos. A sua escolha homens deveu-se à sua folha de serviços e servia também para honrar quatro teatros de operações das Guerras da Revolução: Kellermann, o vencedor de Valmy e veterano da Flandres; Lefebvre, veterano do Reno; Pérignon, comandante do Exército dos Pirenéus Orientais e Sérurier em Itália. De acordo com a constituição não existia um limite estabelecido para os marechais honoríficos como havia para os activos. O mais velho do grupo era François

Kellermann, que nasceu a 28 de Maio de 1735, e apresentava a folha de serviço mais longa, tendo combatido na Guerra dos Sete Anos e trinta anos mais tarde nas Guerras da Revolução Francesa. Nasceu em Estrasburgo e o seu pai vinha de uma família de alfaiates, tendo tido a capacidade de se tornar director dos impostos local, tornando-se assim um funcionário real. Como membro da pequena burguesia, iniciou a vida militar aos 17 anos como aspirante a oficial no Regimento de Lowendal e participou na guerra dos Sete Anos integrado em várias unidades: Voluntários da Alsácia, Voluntários do Dauphiné e num regimento de dragões. A sua experiência militar prosseguiu com missões de instrução na Rússia e na Polónia durante a década de 1770. Em 1789 era marechal dos Hussardos da Legião de Conflans, já com a Cruz de São Luís. Nas Guerras da Revolução viu o seu nome ligado a Valmy, a batalha onde comandara o Exército do Centro, mas a partir daí a carreira não seguiu o melhor caminho. A 5 de Novembro de 1792 assumiu o comando do Exército dos Alpes e, em Outubro de 1793, foi feito prisioneiro. Voltou ao activo em 1795, no comando anterior, até Setembro de 1797. A partir daí desempenhou diversos cargos administrativos, como organizador da cavalaria, até ser senador e Presidente do Senado, a 2 de Agosto de 1801.

Outro alsaciano do grupo era François Lefebvre, de origens mais humildes que Kellerman. Filho de um soldado hussardo e moleiro da vila, este futuro marechal nasceu a 25 de Outubro de 1755, em Rouffach, e foi educado por um tio abade, Christophe Lefebvre. Seguiu as pisadas do pai, chegando ao exército a 10 de Setembro de 1773. Em

1789 era sargento da guarda francesa que participou na tomada da Bastilha e, no ano seguinte, foi eleito capitão do Batalhão dos Filhos de São Tomás. A sua ascensão a general de divisão ocorreu quando estava no Exército da Mosela. Era primeiro tenente-coronel do 13º Batalhão de Infantaria Ligeira e ascendeu a general de brigada a 2 de Dezembro de 1793, ficando sob o comando do general Hoche, seu antigo cabo na guarda francesa. Servi-lo-ia com bravura, ficando encarregado da guarda avançada na campanha do Reno, onde teve sob o seu comando Soult e Mortier, destacou-se na campanha de 1796-97. Tentou retirar-se em 1797, mas regressou ao Exército do Danúbio e dois anos depois foi comandar o 17º Distrito Militar de Paris, onde conheceu Napoleão e recebeu a espada mameluca que lhe colocou nos destinos do Brumário e do futuro imperador. Após ter o mesmo cargo em 1800 dos 15º e 16º distritos militares, Lefebvre reformou-se e tornou-se membro do Senado.

O último representante da frente pirenaica no grupo dos marechais foi o comandante do Exército dos Pirineus Orientais, Catherine Dominique de Pérignon, que nascera a 31 de Maio de 1754 em Grende, no Haute Garonne, no seio de uma família nobre e dada à vida militar, tal com a de Davout. Isso permitiu-lhe, em 1780, entrar no exército como alferes no Regimento Lyonnais, passando para os Granadeiros Reais em Quercy. Colocou-se do lado revolucionário e foi eleito tenente-coronel da Guarda Nacional de Montech, e deputado da Assembleia Constituinte pelo Haute Garonne. Em Maio de 1792 assumiu o posto de tenente-coronel da Legião dos Pirineus e chegou a general de divisão a 23 de Dezembro de 1793, ficando sob o comando de Dagobert e depois de Dugoumier. Após morte deste último na batalha da Montanha Negra, assumiu o comando e partiu à conquista de Rosas, até ser substituído por Schérer. Foi um dos negociadores do Tratado de São Ildefonso com a Espanha, entre 16 de Abril de 1796 a Dezembro de 1797. Acabaria por retirar-se, mas a morte de Joubert levou-o ao comando do Exército de Itália, onde foi capturado. Após a sua libertação ainda assumiu cargos administrativos e voltou a retirar-se para depois ser eleito senador a 12 de Abril de 1801.

O último dos senadores é um veterano de Itália, Jean Sérurier, natural de Laon, onde nascera a 8 de Dezembro de 1742. Quando Napoleão o viu em Itália apercebeu-se que era o elemento estranho do grupo, uma herança do exército real do Antigo Regime. Era um militar muito fiável, apelidado de “Virgem de Itália” por ser contra a pilhagem e por se esforçar com a disciplina dos soldados no mundo civil. Oriundo da pequena nobreza - o pai era o caçador de toupeiras real -, entrou cedo para o exército. Em 1755

estava nas milícias de Laon e, em 1762, integrou a expedição contra Portugal. Inicialmente aspirante, chegou a tenente do Regimento de Infantaria de Aumont e depois, em 1770, foi para o regimento de Caçadores na Córsega. Seria recompensado com o título de Cavaleiro de São Luís em 1781; em 1789 era major do Regimento de Infantaria de Medoc. Passou por momentos conturbados, devido à sua origem nobre, tendo mesmo de controlar uma amotinação em Perpignan em 1791. Seria preso no ano seguinte, mas quis o destino que fosse Barras a reinstala-lo no exército. General de brigada em 25 de Junho de 1793, já estava no Exército de Itália quando foi promovido a general de divisão, a 13 de Junho de 1795. Com a chegada de Napoleão, participou na campanha, com destaque para o cerco de Mântua e a batalha de Castiglione. Foi afastado por problemas físicos, contudo voltou a combater em 1798, sob o comando de Schérer. Só conheceu derrotas perante Suvorov e chegou a ser capturado a 27 de Abril de 1799, em Verderio. Apoiou o golpe de 18 de Brumário e de seguida retirou-se, chegando ao Senado em 1801.

Com a chegada do consulado, devido à sua idade, obteve a nomeação de senador; no entanto, não foi só Lefebvre que teve outras funções para além do cargo senatorial. Kellermann comandou vários exércitos de reserva que seriam por si treinados e preparados para alimentar as forças principais de Napoleão. Pérignon esteve em Itália, servindo como governador de Parma e Piacenza e depois na corte de Murat e por fim Sérurier foi governador dos Invalides.



Figura 12- Pela seguinte ordem: Lefebvre, Pérignon e Sérurier, os restantes senadores recompensados com o marechalato. Fonte <https://upload.wikimedia.org>

Parte II

**Mais que soldados:
Nobreza Imperial,
Administração e
Relações
Internacionais**

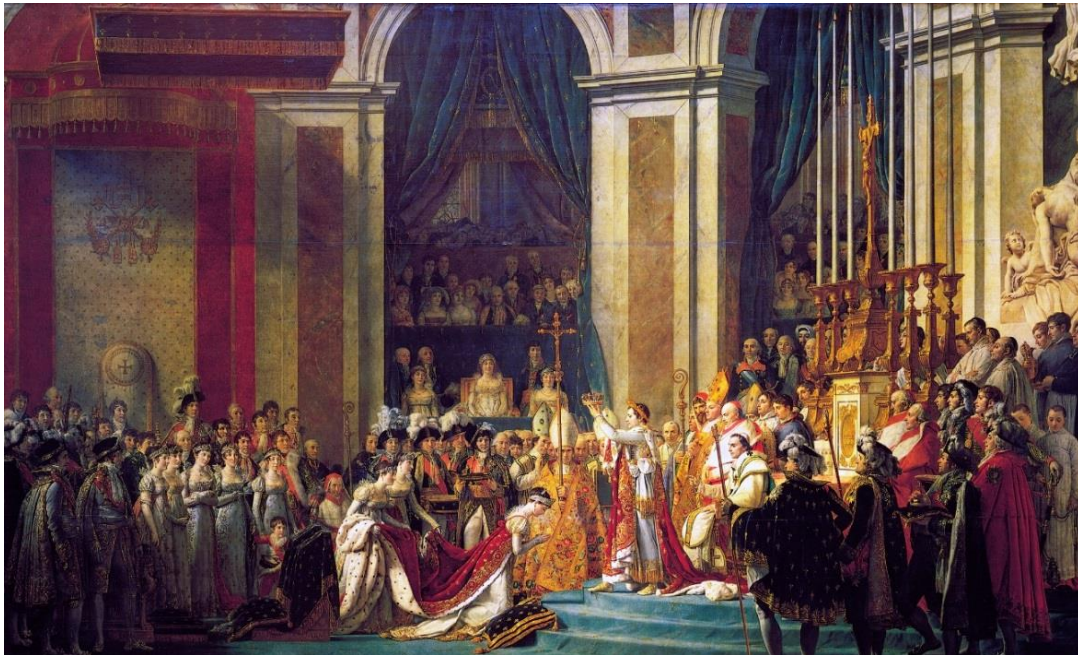


Figura 13- Cerimónia da Coroação de Napoleão. À esquerda nota-se Berthier com o Globo e à direita está Murat com a cesta da coroa estando atrás deste os marechais que participaram na cerimónia imperial.

Fonte: <https://upload.wikimedia.org/>



Figura 14- Cerimónia da entrega das águias imperiais aos regimentos, algo romantizada. Os marechais a erguerem os seus bastões juntamente com os soldados e os seus novos símbolos regimentais. Nos dois quadros de invocação do poder imperial, os marechais têm presença destacada.

Fonte: https://upload.wikimedia.org

Capítulo 5 – Os Marechais como Nobreza Imperial

A cerimónia

No dia 2 de Dezembro de 1804, um enorme cortejo encabeçado por Murat, marechal do império e governador de Paris, prepara-se para sair das Tulherias. Liderava uma numerosa escolta constituída por quatro esquadrões de Carabineiros, quatro esquadrões de Couraceiros e, no meio destes, esquadrões de Caçadores a Cavalo da Guarda e pelotões de Mamelucos⁸⁴. Murat teve um papel activo na organização da cerimónia e as escoltas militares estavam sob a sua responsabilidade, não fossem Napoleão, a família imperial e os principais oficiais, ministros e dignatários do império os passageiros das várias carruagens que deveriam guardar. Para além desta escolta, a carruagem de Napoleão era acompanhada, a cavalo, pelos marechais que são coronéis-generais da Guarda: Bessières, da Cavalaria da Guarda, Davout, dos Granadeiros a Pé da Guarda, Soult, da Infantaria Ligeira da Guarda, e Mortier, da Artilharia e dos Marinheiros (*Marines de la Garde*) da Guarda. Atrás da viatura ia outro marechal do Império, o comandante da *Gendarmerie*, Moncey, acompanhado pelos seus ajudantes de campo. O destino era a Catedral de Notre Dame e o evento a coroação de Napoleão como Imperador dos Franceses, numa cerimónia que tenta imitar a de Carlos Magno e as dos antigos reis de França, como os Merovíngios, com as abelhas douradas de Childerico I.

O jovem Imperador era, sem dúvida, o actor principal deste evento. Este iria ser coroado pelo papa Pio VII, mas, inesperadamente, tomou nas suas mãos os símbolos de poder ancestral da França, que colocou na sua cabeça, e sentou-se no trono imperial. Quem ia entregar aqueles objectos simbólicos, assumindo um lugar de destaque na cerimónia? Tal como Luís XV e Luís XVI haviam recebido esses objectos dos marechais de França, Napoleão faria o mesmo. Após a saída das carruagens iniciou-se um novo cortejo desde a Catedral até à Igreja, com Sérurier, o oitavo na ordem do cortejo, a liderar os acompanhantes da imperatriz. Ele surge com a caixa que leva o anel imperial da esposa de Napoleão, a seguir vem Moncey, com o cesto que receberá o manto imperial da imperatriz, Murat vem depois com a caixa que leva a coroa desta e atrás vem Josefina com o manto imperial, acompanhada pela família e pelas damas de companhia, onde se encontra a esposa de Ney. Começa depois a entrada do séquito do Imperador com Kellerman a liderar com o transporte da coroa de Carlos Magno; Pérignon e Lefebve

⁸⁴ SÉGUR, Louis-Phillipe, *Procès-Verbal de la Ceremonie du Sacre et du Couronnement de ll mm L'Empereur Napoléon et L'Imperatrice Joséphine*, Paris, Imprimerie Impériale, 1805, pp. 14-15;

levavam, respectivamente, o ceptro e a espada. O seguinte membro do marechalato no séquito era o “jacobino” Bernadotte, responsável pelo colar imperial. O primeiro de dois intrusos entre marechais aparece em cena, Eugénie de Beauharnais, que deverá levar o anel imperial, voltando a aparecer outro marechal, Berthier, que terá a responsabilidade do globo imperial. Por fim segue Talleyrand, o último intruso, num cortejo de marechais, com o cesto do manto imperial. Napoleão vinha atrás deste longo séquito com a coroa, ceptro e a mão da justiça estando os seus dois irmãos, José e Luís, os responsáveis por levar o seu manto imperial⁸⁵. A finalizar, seguindo os príncipes, estavam os marechais coronéis-generais da Guarda Imperial: Soult, Bessières, Davout e Mortier. Doze marechais seguiam no cortejo e apenas Brune, Ney, Lannes, Masséna, Jourdan e Augereau não levavam elementos simbólicos. O *Procès-verbal de la cérémonie du sacre et du couronnement* não esclarece quem eram os outros marechais presentes para além dos participantes, contudo, Jean Claude Gillet refere que estiveram na cerimónia Augereau, Masséna e Ney⁸⁶, havendo três ausentes, por estarem em missão: Lannes, Brune e Jourdan. No entanto, para a ausência de Lannes, Margaret Crisawn apresenta duas justificações: a primeira, que Napoleão não confiava nele e no seu comportamento numa cerimónia religiosa; a segunda, era que Napoleão preferiu dar ao seu marechal algum tempo em casa, fruto do nascimento do seu filho estar próximo, o que viria a suceder dois dias depois da cerimónia⁸⁷.

Ausências à parte, o papel relevante dos marechais continuaria ao longo da cerimónia, ficando colocados próximos dos imperadores, esperando pelo momento da entrega dos símbolos de poder. Atrás de Josefina e de Napoleão estavam os marechais que levavam os objectos e à frente do altar estavam os que levariam os objectos de poder de Carlos Magno. A cerimónia de entrega iniciou-se após o final da oração e com Napoleão a entregar o ceptro, a mão da justiça e a coroa ao Arquitesoureiro, Arquichanceler e Grande Eleitor, passando estes para a direita do Grande Camareiro Imperial, dando então início à participação dos marechais. Os primeiros são Berthier e Bernadotte, que recebem o globo imperial e o colar, enquanto os seus companheiros de cerimónia, Eugénie e Talleyrand, recebem o anel e manto imperial, retirado antes pelo

⁸⁵ SÉGUR, Louis-Phillipe, *Procès-Verbal de la Ceremonie du Sacre et du Couronnement de ll mm L'Empereur Napoléon et L'Imperatrice Joséphine*, Paris, Imprimerie Impériale, 1805, pp. 21-24;

⁸⁶ GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, p. 220;

⁸⁷ CHRISAWN, Margaret, *The Emperor's Friend: Marshal Jean Lannes*, Westport, Praeger Publishing, 2001, p. 103;

Grande Camareiro e pelo *Grand Ecuyer* Imperial. Os actores seguintes da cerimónia foram os marechais que acompanhavam a imperatriz, que receberam os objectos de poder daquela. Com todos os elementos a terem os devidos símbolos de poder, estes foram colocados no altar para serem benzidos pelo Papa e foram dispostos na seguinte ordem: coroa de Imperador, espada de Carlos Magno, a mão da justiça, o manto do Imperador, o anel do Imperador, o colar imperial, o globo imperial, a coroa da Imperatriz, o manto do imperatriz e o anel da Imperatriz. Em seguida, todos regressaram às suas posições iniciais, deixando a colocação dos objectos para o Papa, havendo a curiosidade de, após Napoleão receber o globo, o entregar a Berthier⁸⁸. A cerimónia terminou após a ida à sala do trono por parte dos Imperadores e respectiva missa *Te Deum*.

O que podemos concluir da cerimónia? Que questões abrem a acção dos marechais ao longo desta cerimónia? Estes tiveram um papel mais desenvolvido e com mais elementos do que nas cerimónias similares dos reis Luís XV e Luís XVI, que usaram apenas quatro dos marechais mais antigos para entregar os símbolos reais. A cerimónia foi muito mais que a consagração de Napoleão perante os cidadãos franceses e os monarcas dos velhos reinos europeus. Quanto à própria participação dos marechais, ela ultrapassou a tradição dos anteriores reis, para além de não terem sido os únicos com papel de relevo. No ritual de coroação, estiveram envolvidos todos os elementos da nova hierarquia imperial, estabelecida na constituição do 28 do Floréal do Ano XII. De imediato estão os imperadores como clara figura de destaque, os membros da família imperial, próximos dos coroados, os Grandes Dignatários a interagirem com o imperador e com os símbolos de poder, e, por fim, os representantes dos Grandes Oficiais, os Marechais do Império, que tiveram a responsabilidade de escoltar pessoalmente Napoleão e Josefina e de lhes entregarem os principais símbolos de poder. Napoleão, se queria legitimar a sua dinastia e rivalizar com as cortes europeias em esplendor e poder, tinha de o sublinhar com mais do que simples acto oficial. O recém coroadado imperador criou a sua própria corte, cujos membros da nova aristocracia imperial deveriam no futuro rivalizar em prestígio e esplendor com as demais cortes europeias.

A cerimónia teve esse cunho de afirmação perante as monarquias europeias e marca, de uma forma simbólica, o princípio da hierarquização social imperial com Napoleão no topo e com os principais membros da família, do governo e do exército a

⁸⁸ SÉGUR, Louis-Phillipe, *Procès-Verbal de la Ceremonie du Sacre et du Couronnement de ll mm L'Empereur Napoléon et L'Imperatrice Joséphine*, Paris, Imprimerie Impériale, 1805, pp. 28-29;

preencherem os lugares seguintes. Ao contrário das monarquias do Antigo Regime, a nova aristocracia imperial seria baseada não no sangue, mas no mérito e nos serviços para com o Império, o que Jean Tulard considerou ser uma fusão entre a velha aristocracia e a nova, de origem revolucionária⁸⁹. Napoleão fez questão de honrar o serviço civil e militar dos principais homens de França, trazendo-os para a linha de frente do que seria a sua corte imperial. Contudo, foram os representantes do exército, os Marechais do Império, a ter um dos papéis simbólicos mais importantes da cerimónia, antevendo a sua posição enquanto os mais privilegiados e recompensados da nobreza imperial criada em 1808. Foram os representantes do exército na cerimónia e entregaram os símbolos de poder a Napoleão. É verdade que este, numa forma também simbólica, tomou o poder para si, quando tirou a coroa ao Papa e a colocou na cabeça, mas para atingir esse ponto ele precisou das suas “espadas” e fez questão de as ter num lugar de destaque na cerimónia. Com honras e dignidades, Napoleão conquistaria aquele que era visto como um baluarte do republicanismo, o exército, e estabeleceria com ele uma ligação ao trono imperial.

A opinião do Imperador sobre as honras foi bem observada por Andrew Roberts e Jean Tulard que afirmam que Napoleão, numa conversa com o advogado Berlier, tinha comparado os franceses aos gauleses, dizendo que não eram amantes da liberdade e igualdade⁹⁰. Eram antes destemidos, inconstantes, mais dados a honras e ao que isso trazia, salientando que 10 anos de revolução nada mudariam nesse ponto. As águias, entregues a 5 de Dezembro de 1804, serviram esse objectivo junto dos soldados, numa cerimónia de juramento ao trono imperial e à nação. A juntar-se a isto estavam as promoções por mérito e o grande prémio que era receber do próprio imperador a Legião de Honra, condecoração aberta a todos os cidadãos da França, soldados ou membros da sociedade civil. Com os chefes dos exércitos, os generais, as honras seriam maiores para assegurar a sua lealdade ao trono imperial, com o marechalato a ser o *magnus opus* e o caminho aberto para o comando de exércitos e, a partir de 1808, para títulos nobiliárquicos de grandeza como ducados e principados. Claro que tudo isto dependeria do favor e de permanência de uma pessoa, Napoleão Bonaparte, o que resultaria em choques constantes e invejas pessoais entre os marechais.

⁸⁹ TULARD, Jean, *Napoléon et la noblesse d' Empire*, Paris, Éditions Tallandier, 1ª Edição (1979), 2003, p. 14;

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 25;

Através da ambição e do desejo humano, Napoleão procurou manter a lealdade dos seus generais ao trono imperial ao mesmo tempo que fazia destes uma nobreza militar digna e prestigiada como os cavaleiros dos reis medievais, não sendo desfasada a comparação de Jourquin aos cavaleiros do Rei Artur. Tal como estes, a sua vida centrar-se-ia à volta do monarca, os seus títulos e recompensas viriam do serviço prestado a este, receberiam feudos e os palácios faziam parte da sua vida. Mesmo as esposas, as *Madames le Maréchaux*, teriam importância, algumas competindo pelo favor do Imperatriz. Iremos observar que vitórias deram nome a títulos nobiliárquicos e a proximidade pessoal a Napoleão resultou em anuidades elevadas, tudo isto com o seu preço que ia desde a presença nas cerimónias de corte, abominadas por alguns, à compra de mansões como forma de demonstrar o estatuto e, claro, o constante serviço militar. Napoleão ainda os honraria através da arte, inaugurando a Sala dos Marechais nas Tulherias, onde os seus retratos seriam colocados para a posteridade.

A nova nobreza imperial e o lugar do Marechalato

Os primeiros passos para a honra pessoal não foram tomados no período imperial, foram sim durante o consulado, a 20 de Maio de 1802, com a criação da Legião de Honra, recebida com muitas críticas pela ala mais radical dos republicanos, que considerou a reintrodução de honras pessoais como uma violação do conceito revolucionário de igualdade social. O general Moreau foi um desses críticos. No entanto, após o início da sua atribuição a 14 de Julho de 1804, foi um sucesso no exército que via com bons olhos a recompensa pelos serviços prestados à França, ajudando a moral das hostes militares. Os membros da Legião de Honra receberiam prémios financeiros. Apesar da instituição estar aberta a civis, o exército teve a maior parte dos nomeados, com cerca de 34 000 títulos da Legião de Honra dos 38 000 dados durante o governo de Napoleão⁹¹. O processo teria continuação com a hierarquização feita na Constituição do 28 Floréal do Ano XII, e a criação de vários títulos honoríficos e uma ordem social expressada na liderança do imperador e secundarizada pela família imperial, Grandes Dignatários, ministros e Grandes Oficiais do Império.

O Marechalato Imperial estava enquadrado no quinto lugar da hierarquia imperial enquanto, Grande Oficial do Império. Eram também beneficiários de uma outra dignidade civil, a de presidente do colégio eleitoral do departamento onde estavam domiciliados ou

⁹¹ ROBERTS, Andrew, *Napoleon the Great*, Milton Keynes, Penguin Books, 2014, pp. 347-350;

da região da coorte da Legião de Honra a que pertencem, medida que Jean Claude Gillet considera visar a garantia da participação dos soldados mais ilustres nos departamentos e assembleias locais de forma a garantir os interesses do poder imperial⁹². A lei de 30 de Março de 1805, sobre o estatuto da família imperial, também integrou o mais velho dos marechais, o *doyen*, no Conselho da Família Imperial, entidade que tinha a função de julgar os membros da família imperial. Outros privilégios foram garantidos no título VI da constituição, como a inamovibilidade do título de marechal; mesmo que as suas funções cessassem por ordem do imperador, mantinha o seu título, graduação militar, prerrogativas e o tratamento protocolar de acordo com o seu estatuto. No entanto, o marechal podia perder estes privilégios se fosse julgado pelo *Haute Cour Impériale*. Tal como os Marechais de França, estes deviam prestar juramento de acordo com o artigo 56º da constituição⁹³. O conteúdo era bastante simples, sendo jurada obediência às constituições do império e lealdade ao Imperador. Outra medida bastante apreciada pelos marechais, e com repercussões no futuro, era o direito a acumular honras. Esta situação já ocorria em 1804, quando Mortier, Soult, Bessières e Davout juntaram ao marechalato outro ofício imperial, o de Coronel-General da Guarda Imperial e com os catorze marechais activos a terem o título honorífico de chefe de coorte da Legião de Honra, que lhes concedia um rendimento de acordo com os seus departamentos. Contudo, à entrada da campanha do Ulm, apenas Murat se podia orgulhar de ostentar um título de nobreza, o de príncipe do império, fruto do seu casamento com um membro da família imperial, a também princesa, Carolina Bonaparte.

A partir de 1806, começaram a surgir os primeiros sinais para a constituição de uma nobreza imperial, onde os marechais teriam lugar de destaque. Devido à necessidade de Carolina ter o seu próprio domínio imperial, Napoleão aproveitou a dissolução do Sacro Império Romano para voltar a recompensar Murat. No dia 15 de Março de 1806, foi feito Grão-Duque de Berg e Clèves e viria, a 12 de Julho desse ano, a integrar a Confederação do Reno com a adição dos territórios de Munster, Dortmund e alguns do Círculo do Reno Inferior-Vestfália. Não seria o único aproveitamento da derrota austríaca por Napoleão. Após a conclusão do tratado de Pressburgo, Napoleão, através do decreto de 30 de Março de 1806, criou os Grandes Feudos Imperiais, *Grand Fiefs de Empire*,

⁹² GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, p. 178;

⁹³ *Constitution de l'an XII - Empire-28 Floréal*, p. 7;

usando os territórios de Itália e dos Estados Venezianos cedidos por aquele tratado⁹⁴. Estavam lançadas as bases do decreto de 1 de Março de 1808; seriam estes mesmos feudos italianos usados para recompensar grande parte dos marechais. Por coincidência, nesse mesmo dia foi contemplado o primeiro marechal fora da família imperial, Berthier, feito príncipe soberano de Neuchâtel, uma soberania retirada ao Rei da Prússia, e de Valangin; também foi publicado o decreto-lei que criava os títulos imperiais. Meses depois, a 5 de Junho, era entregue a Bernadotte o principado de Ponte Corvo, um grande feudo dos estados venezianos. Seriam os únicos marechais príncipes soberanos.

Napoleão não ficaria por aqui; na campanha da 1807 na Polónia, chamou Lefebvre, marechal honorífico, teoricamente fora do quadro de marechais activos, para comandar o cerco de Danzig. Após sucesso na conquista da fortaleza, com a ajuda de Lannes e de Oudinot, aquele recebeu o ducado de Danzig, a 27 de Maio de 1807. O caso Lefebvre é visto por Jean Tulard como o exemplo ideal do que seria a nobreza imperial e a melhor forma de convencer o Senado, considerado por aquele historiador como o guardião da ortodoxia revolucionária, sobre a questão da nova nobreza⁹⁵. Ao recompensar Lefebvre com um título que assinalasse a sua vitória militar - com Tulard a comparar o ducado a um triunfo romano - Napoleão estava a honrar o serviço militar mas, e visto que se tratava de um membro do Senado, esta instituição não poderia opor-se à consagração de um dos seus. Aos poucos, Napoleão abria espaço para a criação da nobreza imperial, demonstrando ao Senado que era uma recompensa pelos serviços e feitos prestados à França, uma evolução da Legião de Honra e uma forma criar notáveis do Império. Ainda concedeu a Berthier a Grande Dignidade de Vice Condestável do Império, e a Lannes, a 30 de Junho de 1807, o principado de Sievers (Siewierz), na região de Kalish na Polónia. Napoleão aproveitaria a anexação de territórios prussianos para conceder vários feudos a marechais, por exemplo Davout recebeu o principado de Lowicz, ainda que sem título.

A 1 de Março de 1808⁹⁶ era, finalmente, decretada a criação de uma nobreza imperial, acto que agradou aquela burguesia, que segundo Natalie Petiteau queria fazer parte da nobreza e não destruí-la como ocorreu durante a Revolução Francesa. Contudo,

⁹⁴ RÉVEREND, Vicomte A. , *Décret Imperial du 30 Mars 1806, Armorial du Premier Empire : titres, majorats et armoiries concédés par Napoléon Ier* Tome 1, Paris, Alphonse Picard et Fils, 1894, pp. IX-X;

⁹⁵ TULARD, Jean, *Napoléon et la noblesse d' Empire*, Paris, Éditions Tallandier, 1ª Edição (1979), 2003, p. 85;

⁹⁶ RÉVEREND, Vicomte A., *Prémier Statut du 1er de Mars 1808, Armorial du Premier Empire : titres, majorats et armoiries concédés par Napoléon Ier* Tome 1, Paris, Alphonse Picard et Fils, 1894, pp. XII-XIII;

os mais satisfeitos seriam os oficiais do exército, não fossem estes os mais beneficiados com cerca de 67,9 % das nomeações ao longo do império⁹⁷. Esta percentagem levou Natalie Petiteau a falar numa espécie de regresso à cavalaria medieval e respectivos títulos, opinião já expressa por Jourquin quanto aos marechais. Teoricamente, esta nova nobreza estaria aberta a todos os membros da Legião de Honra, mas foi conferida apenas a 3000 dos seus membros. Era claro que Napoleão queria criar uma nobreza militar à sua volta, sendo ele a única fonte de criação nobiliárquica. Essa nobreza tinha também outra importante característica: era hereditária. Tanto os títulos como os feudos, que foram sendo concedidos ao longo do império, eram transmitidos aos herdeiros masculinos. Para Jean Claude Gillet, Napoleão queria legitimar de forma política o seu império, juntando uma outra dinastia à sua, a da nobreza imperial, que teria a capacidade de transmissão pelos seus herdeiros e era oficializada pelo decreto-lei de 1808. Desta forma, o Império Napoleónico ganhava um factor de estabilidade territorial e sucessão nesta nobreza militar e seus feudos. Enquanto donos dos seus domínios, esses nobres olhariam para Napoleão como seu benfeitor e como garantia dos seus privilégios, terras e novas riquezas.

Quanto à distribuição dos grandes títulos de nobreza, os marechais foram claramente os principais beneficiados com um deles a ser feito príncipe imperial e grão-duque; seis marechais receberam sete principados - dos oito entregues por Napoleão -, a única excepção foi o Príncipe de Benevento, Charles Talleyrad-Périgord. Quanto aos ducados, Napoleão conferiu 32 no total, entre os quais 16 marechais imperiais, metade das nomeações. Apenas Brune e Jourdan não foram beneficiados com títulos nobiliárquicos enquanto outros foram apenas condes do Império: Gouvion Saint Cyr, Sérurier, Grouchy e Pérignon. A lista completa dos nomeados é a seguinte:

Príncipe (*Prince Français*) (membros da família imperial)

Nome	Título	Data
Joachim Murat	Príncipe Imperial	1 de Fevereiro de 1805

⁹⁷ PETITEAU, Natalie, «Noblesse d'Empire et élites au XIXème siècle: une fusion réussie», *Souvenir Napoléonien*, n°411, janvier-février, 1997, pp. 5-13; Fonte online: <https://www.napoleon.org/histoire-des-2-empires/articles/noblesse-dempire-et-elites-au-xixeme-siecle-une-fusion-reussie/>

Príncipes Soberanos do Império

Nome	Título	Data
Louis Alexandre Berthier	Príncipe de Neuchatel e Valagin	30 de Março de 1806
Jean Baptiste Bernadotte	Príncipe de Ponte Corvo	5 de Junho de 1806
Jean Lannes	Príncipe de Sievers	30 de Junho de 1807

Príncipes Grandes Dignatários do Império

Nome	Título	Data
Louis Davout	Príncipe de Eckmühl	15 de Agosto de 1809
Louis Alexandre Berthier	Príncipe de Wagram	31 de Dezembro de 1809
André Masséna	Príncipe de Essling	31 de Janeiro de 1810
Michel Ney	Príncipe de Moskova	25 de Março de 1813

Grão-Duque

Nome	Título	Data
Joachim Murat	Grão-Duque de Berg e Cléves	15 de Março de 1806

Duques do Império

Nome	Título	Data
François Lefebvre	Duque de Danzig	27 de Maio de 1807
Louis Davout	Duque de Auerstädt	28 de Março de 1808
André Masséna	Duque de Rivoli	24 de Abril de 1808
Pierre Augereau	Duque de Castiglione	26 de Abril de 1808
François Kellermann	Duque de Valmy	Maio de 1808

Michel Ney	Duque de Elchingen	6 de Junho de 1808
Jean Lannes	Duque de Montebello	15 de Junho de 1808
Auguste de Marmont	Duque de Ragusa (enquanto general de divisão)	28 de Junho de 1808
Jean de Dieu Soult	Duque da Dalmácia	29 de Junho de 1808
Bon-Adrien Moncey	Duque de Conegliano	2 de Julho de 1808
Edouárd Mortier	Duque de Treviso	2 de Julho de 1808
Claude Perrin Victor	Duque de Belluno	10 de Setembro de 1808
Étienne Macdonald	Duque de Taranto	9 de Dezembro de 1808 (Tulard) 15 de Agosto de 1809 Hankinson 1810(Jourquin)
Jean Bessières	Duque de Istria	28 de Maio de 1809
Nicolas Oudinot	Duque de Reggio	14 de Abril de 1810
Louis Gabriel Suchet	Duque de Albufera	24 de Janeiro de 1812

Condes do Império

Nome	Título	Data
Jean Mathieu Sérurier	Conde do Império	Maio de 1808
Gouvion Saint-Cyr	Conde do Império (enquanto general de divisão)	Maio de 1808

Emanuel de Grouchy	Conde do Império	Maio de 1808
	(enquanto general de divisão)	
Catherine de Pérignon	Conde do Império	Maio de 1808

As designações dos títulos baseavam-se em duas razões: batalhas que venceram ou efectuaram grandes feitos, e feudos de onde recebiam rendimentos. No primeiro caso encontramos marechais que receberam ducados designados pelas suas prestações nas Guerras da Revolução Francesa: Kellerman pela sua vitória na batalha de 1792 em Valmy; Augereau pela sua prestação na batalha de Castiglione em 1796; Masséna recebeu a honra de Rivoli, a batalha que confirmou o fim da campanha de Itália em 1797, depois de ter recusado ser duque de Zurique, a sua batalha mais afamada, e da Calabria; por fim, com Lannes ficou o nome da batalha que antecedeu a de Marengo, a de Montebello no ano de 1800, onde até foi Victor que o salvou. Outros foram recompensados pelas suas prestações durante as Guerras Napoleónicas, e aqui também temos que as dividir em duas partes: os ducados e os principados.

Entre os primeiros aparece o já referido Lefebvre, o primeiro recompensado com o seu “título de triunfo” após a conquista de Danzig em 1807; as honras pelas vitórias continuariam com os seguintes homens a serem feitos duques: Ney pela vitória que fechou a armadilha do Ulm na Campanha de 1805, a batalha de Elchingen; Davout pela lendária resistência em Auerstädt, na Campanha de Jena em 1806; Marmont pela conquista de Ragusa, ainda como general de divisão, quando procedeu à ocupação do que seria a Dalmácia e as futuras Províncias Ilírias; Suchet, pela conquista de Valência em 1812, recebeu o título de Duque de Albufera, uma lagoa perto da cidade espanhola, visto que não podia ser duque de Valência. O prémio maior pela prestação nas batalhas seria o principado, entregue a marechais que já eram duques: Davout foi príncipe pelo feito em Eckmühl em 1809; Masséna, Príncipe de Essling devido à defesa que fez daquele local na batalha de Aspern-Essling e pelo que fez em Wagram, na campanha do Danúbio em 1809; Berthier recebeu o Principado com o nome daquela última batalha, fruto do que fez a nível de organização na ilha de Lobau. Pela sua acção em Borodino e na retirada do exército na campanha da Rússia em 1812, Ney obteve o título de Príncipe de Moskova.

Ao contrário dos principados de Neuchâtel e Ponte Corvo, eram considerados parte do estatuto de Grandes Dignatários do Império e não eram soberanias.

No entanto, havia um pequeno problema: nem todos tinham obtido uma grande vitória à qual pudessem associar um “título de triunfo” similar aos anteriores e outros triunfos ocorreram em batalhas que Napoleão considerava suas, como Austerlitz, Friedland, Jena e Marengo. A solução foi a que havia sido usada para Bernadotte, Murat e Berthier em 1806: a entrega de títulos nobiliárquicos com o nome retirado dos domínios da Casa Imperial que Napoleão doaria aos seus marechais. Então, a partir de 1808, começam a ser aproveitados os Grandes Feudos italianos criados a 30 de Março de 1806. Victor, marechal pelo seu feito em Friedland, quando assumiu o I Corpo de Bernadotte, tornou-se duque de Belluno, pequena cidade perto de Veneza. O início deste tema com Victor deve-se ao facto de, tal como Lefebvre, ter sido um exemplo para o que sucederia a nível da nobreza imperial. O marechal chamado *Beau Soleil* é o exemplo para o que Napoleão faria com os marechais e outros notáveis do império, com a concessão de títulos baseados nos domínios imperiais do seu reino de Itália. Curiosamente, Victor não seria o único beneficiado com títulos de origem veneziana, pois Soult, Mortier e Moncey receberiam igualmente ducados com feudos dessa antiga república. Começando por Soult, este tornou-se duque da Dalmácia, território no norte dos Balcãs que fora antigamente vassalo veneziano, título que não caiu no golo do marechal, que se considerava merecedor do Ducado de Austerlitz. Na mesma senda de Soult, Napoleão concedeu a Bessiéres o ducado da Istria, região do norte da Croácia e perto de Trieste. Moncey, vencedor dos Pirenéus Ocidentais, mas sem batalhas de renome, ficaria com o ducado de Conegliano, pequena cidade da região de Veneza, tal como Belluno. Já a cidade e região de Treviso serviu de nome para o ducado de Mortier.

O Reino de Nápoles, vassalo imperial, também serviu para ceder feudos a dois marechais, MacDonald, que recebeu, ainda como general de divisão - se considerarmos a data de Tulard - o ducado de Taranto, uma cidade do sul de Itália, o que não bate certo devido ao seu exílio, sendo a data de Hankinson a mais provável. Oudinot recebeu o ducado de Reggio, da cidade de Reggio Calabria, e o respectivo feudo. Já Serurier, Grouchy, Gouvion Saint-Cyr e Pérignon tiveram que se contentar com o título de conde do império, sendo provável que Gouvion Saint-Cyr e Grouchy não tenham sido agraciados devido ao contexto em que o império se encontrava entre 1813-1815, enquanto os outros dois não tinham feitos de renome, apesar da participação positiva em Itália e

nos Pirenéus Orientais. Dos marechais sem títulos de nobreza, aquele que ainda teve esperanças de os receber foi o republicano Jourdan. Inicialmente excluído, supostamente por razões ideológicas, teve esperanças de receber o ducado de Fleurus, a batalha que vencera em 1794 durante as Guerras da Revolução Francesa. Esse dia nunca chegou, mas iria conseguir um título nobreza em 1819, não pelas mãos de Napoleão, mas sim do rei Luís XVIII, na qualidade conde e par do reino. Quanto a Brune, vencedor da campanha holandesa, território nas mãos de Luís Bonaparte, Napoleão não o apreciava o que levou ao seu afastamento, por isso nunca recebeu títulos de triunfo pela vitória sobre os anglo-russos em 1799, nem de feudos.

As fortunas e a sua distribuição

Com os títulos nobiliárquicos vinham agregadas grandes fortunas em dinheiro e terras. Napoleão concedeu enormes somas de dinheiro a grande parte dos seus marechais que, de acordo com Jean Claude Gillet, provinham de quatro fontes de receita: salário como general de divisão, salário de chefe de coorte da Legião de Honra, os rendimentos das *majorats* dos títulos nobiliárquicos e as rendas dos seus domínios imperiais. Jean Tulard salienta que estes rendimentos vinham em grande parte das províncias imperiais, estando assim, tal como os títulos de nobreza, dependentes das posses do domínio imperial napoleónico e da manutenção da dinastia. Uma das primeiras referências historiográficas ao sistema de recompensas de Napoleão foi feito por Adolphe Thiers, realçando que o imperador aproveitou as conquistas da Alemanha, Itália e Polónia para recompensar os seus marechais com rendimentos anuais de vários feudos, tendo-lhes ainda dado enormes somas em dinheiro para comprar e mobilar as suas mansões em Paris, ficando esta primeira distribuição da seguinte forma⁹⁸:

Marechal	Rendimentos dos Feudos	Somas em dinheiro
Lannes	528 000 francos	1 000 000 francos
Davout	410 000 francos	300 000 francos
Masséna	183 000 francos	200 000 francos
Berthier	400 000 francos	500 000 francos

⁹⁸ THIERS, Adolphe, , *Histoire du Consulat et de l'Empire Livre Vingt Huitième – 1807 Fontainebleau* Tome 2, La Haye, Chez Le Héritiers Doorman ,1846, pp. 448-449;

Ney	229 000 francos	300 000 francos
Mortier	198 000 francos	200 000 francos
Augereau	172 000 francos	200 000 francos
Soult	305 000 francos	300 000 francos
Bernadotte	291 000 francos	200 000 francos
Moncey	150 000 francos	
Victor	150 000 francos	
Suchet	150 000 francos	
Marmont	150 000 francos	

Os valores apresentados por Thiers são referentes à primeira distribuição, com base na carta a Berthier⁹⁹, realçando que muitos veriam os seus rendimentos duplicar, triplicar e mesmo quadruplicar à medida que o império se expandia e se tornava maior a necessidade de recompensar os seus serviços. Jean Claude Gillet desenvolveria mais esta vertente financeira e terratenente dos marechais, demonstrando como a era feita distribuição e quem foi devidamente recompensado ou mesmo afastado de qualquer fortuna. Do primeiro grupo destacavam-se as grandes fortunas dadas a Ney, Masséna, Davout, Lannes e Berthier, enquanto do lado oposto se encontram Sérurier, Jourdan, Brune, Gouvion Saint-Cyr e Pérignon, como parentes pobres desta casta afortunada. Aos valores que Gillet compilou deve-se acrescentar os valores das *majorats* do decreto-lei de 1 de Março de 1808, onde eram concedidos 200 000 francos para os duques e 30 000 para os condes; os 20 a 25 000 francos referidos por Tulard, em gastos de representação para os senadores; e, quanto ao soldo de general de divisão, ele parece variar entre os marechais dos 35 000 francos que Davout recebia aos 70 000 que Augereau auferia enquanto comandante de corpo de exército, não havendo nas fontes um salário fixo.

⁹⁹ «Carta n° 13177», *Correspondance de Napoléon publié par ordre de Empereur Napoléon III*, Paris, Henri Plon et Dumain, 1861, Tomo 16, pp. 45-46;

Assim, a tabela de rendimentos dos marechais, com base nos valores de Gillet¹⁰⁰, nos decretos de 1808 e nos valores das Coortes da Legião de Honra¹⁰¹, fica da seguinte forma:

Marechal	<i>Dotations</i> imperiais (nº de <i>dotations</i>)	Feudos	Outros
Augereau	198 000 (4)	Galicia 25 000 Hannover 80 000 Vestfália 80 000	15ª Coorte 335 000 Duque 200 000 Comandante do 7º corpo 90 000
Bernadotte	290 000 (3)	Ponte Corvo 400 000	8ª Coorte 620 000
Berthier	1 114 000 (9)	Neuchâtel	1ª Coorte 300 000 Renda do Tesouro Imperial 300 000
Bessières	263 000 (3)		3ª Coorte 295 000 Duque 200 000
Brune	_____	_____	_____
Davout	820 000(6)	Vestfália Hanôver Varsóvia	6ª Coorte 280 000 Duque 200 000 General de Divisão- 35 000 Renda do Tesouro Imperial 300 000
Gouvion Saint-Cyr	30 000 (2)		Conde 30 000

¹⁰⁰ GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, pp. 187-195;

¹⁰¹ LIEVIENS, BÉGAT, VERDOT, *Décret du 29 Floréal du an X, Fastes de la Légion d'Honneur Tome I*, Paris, Chez B. Saint Edme, 1842, pp. 46-51;

Grouchy			Conde 30 000
Jourdan			Deputado 81 000 16ª Coorte 300 000
Kellermann			Duque 200 000 Senador 20-25 000
Lannes	320 000 (4)	Sievers Stettin	9ª Coorte 170 000
Lefebvre	157 000(6)		5ª Coorte 260 000 Duque 200 000
MacDonald	81 000 (2)		Duque 200 000
Marmont	122 000(5)	Ragusa 90 000	Duque 200 000
Masséna	933 000 (10)		14ª Coorte 250 000 Duque 200 000 Majorat austríaco do Principado de Essling 800 000
Moncey	102 000(3)		11ª Coorte 170 000 Duque 200 000
Mortier	320 000 (2)		Duque 200 000
Murat		Grão-ducado Berg e Cléves	12ª Coorte 400 000
Ney	725 000(9) 729 000 (9)	Feudo no Departamento do Pó	7ª Coorte 640 000 Duque 200 000 Renda do Tesouro Imperial – 300 000

Oudinot	160 000 (5)	Reggio Calabria – 100 000	Duque 200 000
Pérignon		Hanôver e Vestfália – 40 000	Conde 30 000 Senador 20-25 000
Sérurier	40 000		Conde 30 000 Senador 20-25 000
Soult	300 000 (6)	Hanôver Vestfália Poménie	4ª Coorte 530 000 Renda do Tesouro Imperial 300 000 General de Divisão 65 000
Suchet	45 000	Vestfália 25 000	Duque 200 000
Victor	170 000 (5)	Belluno – 45 000	Duque 200 000

Outros valores são apresentados por Tulard¹⁰² em relação a Davout, Masséna e Ney, especificando também a proveniência dos seus rendimentos, o que contribuiu para uma maior confusão quanto aos reais rendimentos dos marechais ao longo do império. Para Davout os seus ganhos, em francos, baseiam-se nas seguintes fontes: Principado de Lowicz 250 000; dote de Hanôver pelo ducado de Auerstadt 60 000; dote de Nauheim pelo principado Eckmühl 300 000; dote de Vestfália 30 000; e renda do Monte Napoleão, 200 000, o que dá um total de 840 000 anuais. Para Masséna foi lhe concedida no decreto de 10 de Março de 1808 a renda da Vestfália, de 30 000 francos, assim como da Galicia (125 000), Reno (100 000) e Monte Napoleão (200 000). Já o ducado de Rivoli permitiu-lhe ter rendas de 80 000 francos de Niembourg e Hoya, e o principado de Essling deu-lhe 500 000 francos anuais da província de Bayreuth. Quanto a Ney, este teve rendas da Vestfália (124 000 francos), Hanôver (100 000), Trasimeno (100 000), Monte Napoleão (100 000) e Reno (34 000). No contexto geral Napoleão teve de fazer um grande

¹⁰² TULARD, Jean, *Napoléon et la noblesse d' Empire*, Paris, Éditions Tallandier, 1ª Edição (1979), 2003, pp. 132-135;

investimento em manter os seus marechais satisfeitos ao mesmo tempo que lhes foi entregando terras, contrapartidas essas que seriam as mesmas que um rei exige aos seus vassalos.

Brasões, as exigências do estauto e a influência das *Le Marechale*

Nota-se que Napoleão tinha a preferência para recompensar os mais bravos e mais próximos de si. Por vezes somas de dinheiro eram dadas no momento, como Ney que recebeu 600 000 francos após Friedland. Contudo o bom serviço militar não era a única exigência de Napoleão. Como membros da nova aristocracia imperial, estes deveriam mostrar o seu estatuto na corte e perante a sociedade francesa. O melhor exemplo sobre esta exigência é uma troca de correspondência entre Davout, quando era governador militar do Grã-Ducado de Varsóvia, e Napoleão¹⁰³. Aí o marechal expressa a intenção de vender algumas estruturas e terras das suas propriedades em Lowicz, de forma a poder efectuar reparações nestas como bom proprietário e senhor feudal. Napoleão concorda e autoriza, mas avisa que este deve também investir o dinheiro em propriedades na França e em demonstrar o seu maior estatuto. Numa outra carta, desta vez a Berthier, Napoleão foi ainda mais explícito, realçando as obrigações dos novos nobres para com o seu novo estatuto e que deviam procurar comprar casa em Paris¹⁰⁴. O imperador não podia ser mais claro, dinheiro dado é dinheiro gasto na demonstração da opulência e esplendor da corte imperial.

Grande parte dos marechais, por pressão de Napoleão ou de quererem estar próximos deste, iriam comprar mansões em Paris ou nos arredores. Na capital a Fauborg Saint Germain albergaria as famílias de Davout, Ney e Augereau, perto destes na Rua de Lille, estavam Mortier, Masséna e Kellermann. Outros procurariam outras zonas urbanas de Paris, com MacDonald no Fauborg Saint-Honoré, Victor na Rue de Mont Blanc, Soult no Hotel Périgord na Rua da Universidade, Lannes com o Hotel de Varennes e depois o Chateau de Maissons e o casal Murat com a Casa de Thelusso na Rua de Provence¹⁰⁵. As mansões eram faustosas, bem mobiladas e com jardins, seguindo o então popular estilo imperial. Estes deveriam ser o símbolo das suas posses e estatuto social. Não era bem a Versailles de Luís XIV, mas as Tulherias deveriam ser o centro desta nova corte e alguns

¹⁰³ CHÉRIER, Gabriel de, *Histoire de la vie Militaire, Politique et Administrative du Marechal Davout*, Paris, Cosse, Marshal et Cie, 1866, pp. 261-261;

¹⁰⁴ «Carta 13176», *Correspondance de Napoléon publié par ordre de Empereur Napoléon III Tome 16*, Paris, Henri Plon et Dumain, 1861, pp. 44-45;

¹⁰⁵ GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, pp. 187-195;

procuraram nos arredores de Paris grandes propriedades para escapar de uma certa forma ao ambiente urbano, mas mantendo próximos do coração do império. Ney, Oudinot, Jourdan, Bessières, Davout, Masséna e Berthier compraram propriedades em Courdrexu, Courdray, Crignon, Saigny sur Orge, a mansão de Rueil, de Masséna, é perto de Malmaison, e Gros Bois, casa de Carlos Valois que Berthier comprara para si¹⁰⁶. Claro que nem todos fizeram o mesmo. Augereau, ainda como general, havia investido num palacete de La Houssaye, perto de Brest, onde comandou os exercícios do VII Corpo, e outros investiram em propriedades como Soult em Villeneuve l'Etang, Marmont na Borgonha e Moncey numa mansão em Baillon.

Para além da ostentação, a frequência na corte era outra das “contrapartidas” napoleónicas. Uma das primeiras acções que os marechais tiveram em conjunto até foi a organização de uma cerimónia em honra do casal imperial, um jantar com a devida ópera, que resultou da doação 20 000 francos de cada marechal. Berthier abraçou esta vida como Grande Caçador da Corte, ficando na memória duas caçadas, a que resultou no tiro acidental de Napoleão sobre Masséna, cegando-o num olho, e que o Príncipe de Wagram providencialmente assumiu as culpas. A outra foi a compra sem conhecimento prévio, de coelhos mansos, que teve como consequência os animais perseguirem Napoleão, vestido de verde, em vez de fugirem deste pois, supostamente, confundiram-no com o homem que lhes alimentava diariamente. Já elementos como Davout, Masséna e Lannes não apreciavam a vida de cortesão e o protocolo e cerimonial da corte imperial. Quanto às suas esposas estas tinham algum peso protocolar e algumas frequentavam a corte. Eram tratadas como *Madame le Maréchale* ou de acordo com o principal título nobiliárquico do esposo. As que obtiveram maior influência na corte, sem contar com Carolina Murat, foram Aglæe Ney e Louise de Guehéneuc, a esposa de Lannes e Duquesa de Montebello. A primeira era uma favorita de Josefina, que como referido influenciou o seu casamento com Ney, enquanto a segunda, já viúva, tornou-se dama de companhia de Maria Luísa. Viria a rivalizar com a Condessa de Monstesquiou e exerceria mais tarde uma grande influência sobre a imperatriz, convencendo esta a não escrever a Napoleão quando este estava em Elba. Outras destacaram-se pelas suas peculiaridades e súbita ascensão em estatuto. A madame Catherine Lefebvre cabe bem nestas características, sendo uma presença habitual na corte e até vista como imagem de honestidade e sinceridade numa

¹⁰⁶ GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, pp. 187-195;

corte cada vez mais intriguista. A antiga lavadeira era extremamente leal a Napoleão e admoestou o marido aquando da primeira abdicação, ficando no mito uma suposta descompostura a Bernadotte quando estava em Paris em 1814. Suchet até chamaria a sua jovem esposa, Honorine, para Espanha¹⁰⁷, de forma a cativar a elite aragonesa e criar uma relação com esta, uma missão de charme que a esposa efectuou com sucesso junto da nobreza aragonesa. Mas nem todas quiseram exhibir esta ostentação ou estarem na corte, como o foi com as esposas de Jourdan, Mortier, Davout, Pérignon e Bessières, esta última viria mesmo a desafiar o imperador expressando-se publicamente contra o divórcio, tal como o marido que viria a ser exilado em Estrasburgo para ser o primeiro a receber María Luísa. A esposa de Bessières acompanharia Josefina para Malmaison, das poucas que manteve lealdade para com a sua antiga patrona¹⁰⁸.

Uniformes, Protocolo e Brasões

A ostentação do marechal do Império não ficaria apenas pelos seus títulos, mansões de Paris e propriedades. A presença na corte e em cerimónias oficiais exigia que estes também se vestissem de acordo com o esplendor pensado para a nobreza imperial. No artigo *Le Pouvoir de l'habit ou l'habit du Pouvoir*, Philip Mansell diz mesmo que o traje da corte serviria de demonstração de estatuto e riqueza, de forma a corte das Tulherias se destacar. E não seria apenas na corte, o marechal teria o seu próprio uniforme, diferenciado do de general de divisão, demonstrando que o título de Grande Oficial do Império podia ser uma dignidade honorífica no papel mas era na prática um posto com estatuto e tratamento diferente. Os fatos de gala foram desenhados por Jean Baptiste Isabey e Charles Percier. Obedeciam ao decreto do 29 do Messidor do Ano XII, *Decret Concernant le costume des ministres*¹⁰⁹, e como o nome indica seria o mesmo dos ministros e grandes dignatários imperiais. A lei propõe um traje comum, que pode ser de abotoar, feito de fazenda, seda ou pano. Usariam um lenço branco, um casaco da cor da casaca e com mesmo comprimento, com um colar prateado. O chapéu seria levantado para a frente com plumas brancas, devendo o marechal usar gravata em laço, até o penteado deveria obedecer ao protocolo, sendo longo ou curto e arredondado, se usarem o primeiro deveria ser frisado no meio e ligado por uma fita negra. Os sapatos deveriam

¹⁰⁷ GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, pp. 307;

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, pp. 303-304;

¹⁰⁹ DUBERGIER, J.B (Ed), *29 Messidor an 12- Décret Concernant le costume des ministres*, *Pasinomie ou Collection Complète des Lois, Décrets, Arrêtes et Réglemens Généraux*, Tome 15, 1836, p. 51;

ser negros e enfeitados com um enfeite em forma de flor branca. O quadro de Joachim Murat e Lefebvre, na Figura 13, são os melhores exemplos de como era o fato de cerimónia.



Figura 13- Murat e Lefebvre com o uniforme cerimonial e a exibirem o bastão de marechal na sua mão direita. O chapéu de Murat é claramente diferente da versão suada por Lefebvre, colocado atrás deste, assim como o seu cinturão.

Fonte: <https://upload.wikimedia.org>

No campo de batalha o uniforme não seria tão luxuoso como a sua contraparte de gala, no entanto seria o suficiente para identificar o marechal em plena campanha, a ponto dos soldados os chamarem de *Gros Bonnets*, Grandes Chapéus, devido ao grande bicornio, com plumas brancas de avestruz, que usavam juntamente com um uniforme evoluído da ordenança de 1803. Usavam um símbolo tricolor, *cocade*, preso por uma fita negra, e a casaca era azul escura, sendo bordada em dourado no colarinho, mangas e punho com folhas de carvalho. Nas mangas o dourado das folhas percorre na parte de cima e de baixo destas. Os botões são dourados e possuem dois batões de marechal cruzados e um troféu de armas, e este símbolo voltaria a aparecer nas *epaulettes*. Podiam usar um lenço de seda negro no pescoço e o cinturão seria dourado com linhas brancas. Normalmente teriam 4 estrelas nos punhos, mas Masséna, no seu funeral, tinha 5 estrelas. As calças eram brancas e as botas eram geralmente negras. Em ambos os uniformes usavam a longa fita vermelha da Legião de Honra e uma espada mameluca. As penas brancas no bicórnio colocam uma questão. Alegadamente só os marechais e comandantes de corpos de exército podiam usar o bicórnio com as penas brancas, enquanto os generais de divisão deveriam usar penas negras.



Figura 16- Uniforme de campanha usado pelos marechais Bernadotte e Ney, este com típico *Gros Bonnet* com as penas brancas. Fonte: <https://upload.wikimedia.org>



Figura 17- Napoleão chega a Berlim e atrás vem os marechais e vários generais de divisão. Charles Meynier - *Entrée de Napoléon à Berlin. 27 octobre 1806.* Fonte: <https://upload.wikimedia.org>



Figura 18- Marechais com os seus uniformes. Atrás nota-se muitos oficiais generais a usar chapéus com a cobertura de penas brancas em vez das penas negras. Fonte: <https://upload.wikimedia.org>

O quadro de Charles Menyer, *Entrée de Napoléon à Berlin. 27 Octobre 1806*, finalizado em 1810, é uma das melhores fontes contemporâneas em relação ao vestuário dos marechais e generais de divisão, onde se nota ambos os oficiais-generais a usarem o bicórnio com a cobertura de penas de avestruz brancas. Só em 1816 apareceu uma ordenança que esclareceu que o bicórnio de plumas brancas deveria ser para o marechal e o de plumas negras para os generais. Quanto ao pequeno uniforme, o documento do ministério da defesa francês, *Les étoiles, insignes des grades et des fonctions des Officiers Generaux*¹¹⁰, diz que o seu criador é Berthier, numa carta de 26 do Fructidor, que descreve o uniforme e que as dragonas em vez de terem estrelas deveriam possuir os dois bastões. Para além da diferença no uniforme o tratamento protocolar era diferente entre os marechais e generais. Um marechal tinha direito a 13 tiros de salva quando entrasse no seu quartel de comando, 11 se fosse noutra quartel e se estivesse sem comando militar deveria receber 7 tiros de salva quando visitasse um quartel, conforme o estabelecido na lei do 24 do Messidor do Ano XII¹¹¹ para as honras civis e militares. O mesmo decreto considera que um general de divisão teria o mesmo tratamento de um marechal sem comando militar, apenas 7 tiros de salva. Uma prática protocolar que volta a colocar o marechalato com um estatuto superior ao de general de divisão, a suposta graduação mais alta do exército. Outro pormenor que realça ainda mais o estatuto do marechal do império era o direito de dar a palavra de ordem na ausência do Imperador, Ministro de Guerra e de um Coronel General da Guarda.

Uma característica nobiliárquica foi a utilização de brasões para cada marechal, baseados na heráldica imperial. Esta tinha a sua própria tipologia, com cada título nobiliárquico a possuir o seu próprio desenho e símbolos. Daí os Principes Soberanos e Grandes Dignatários apresentarem um brasão mais opulento e cheio, em comparação com os duques, condes e Grandes Oficiais do Império, que tinham igualmente direito ao seu brasão pessoal. As Figuras 19 a 21 tem os brasões concedidos aos marechais, cada um reflectindo os gostos pessoais de cada um.

¹¹⁰ *Les étoiles, insignes des grades et des fonctions des Officiers Generaux*
[https://www.defense.gouv.fr/layout/set/popup/content/download/193817/2139636/version/1/file/ETOILE S%20C+INSIGNES+DES+GRADES+ET+DES+FONCTIONS+DES+OG.pdf](https://www.defense.gouv.fr/layout/set/popup/content/download/193817/2139636/version/1/file/ETOILE%20S%20C+INSIGNES+DES+GRADES+ET+DES+FONCTIONS+DES+OG.pdf)

¹¹¹ DUBERGIER, J.B (Ed), *24 Messidor an 12 – Décret relatif aux cérémonies publiques, préséances, honneurs civils et militaires, Pasinomie ou Collection Complète des Lois, Décrets, Arrêtes et Réglemens Généraux* Tome 15, 1836, pp. 36-51;



Figura 19- As raras exceções: Berthier com o uniforme de Vice Condestável e Bessières normalmente é lhe associado o uniforme de Coronel General da Guarda Imperial. Fonte: <https://upload.wikimedia.org>



Figura 20- Bastão de marechal (7), botões (6), epaulette (8) e uma das pontas do cinturão de marechal (5).

Fonte: <https://i.pining.com/736x/37/a2/15/37a2156f817e4be7b3743ee44432717f--empire.jpg>



Berthier



Lannes



Moncey



Masséna



Augereau



Bernadotte



Soult



Mortier



Ney

Figura 21 – Brasões dos Marechais: Bernadotte e Berthier tem o fundo dado apenas a quem tem estatuto de príncipe Grande Dignatário enquanto os restantes têm o que são dados aos Duques do Império.Fonte:

https://fr.wikipedia.org/wiki/Armorial_du_Premier_Empire#Mar%C3%A9chaux_de_l'Empire



Jourdan



Davout



Bessières



Victor



Oudinot



Marmont



MacDonald



Suchet



Gouvion Saint-Cyr

Figura 22 – Brasões dos Marechais: Jourdan tem apenas o de Grande Oficial do Império enquanto Gouvion Saint-Cyr é de Conde do Império. Pormenor para as granadas no brasão de Oudinot e as cores de Aragão no de Suchet, um claro cunho pessoal e dos seus feitos enquanto marechais.

Fonte:https://fr.wikipedia.org/wiki/Armorial_du_Premier_Empire#Mar%C3%A9chaux_de_l'Empire



Figura 23 – Brasões dos Marechais: Grouchy tem apenas de Conde do Império, Sérurier e Pérignon tem o fundo de Conde-Senador do Império enquanto Poniatowski é o único sem brasão de origem imperial napoleónica. Brune não tem Brasão e Murat tem o brasão de Rei de Nápoles.
 Fonte:https://fr.wikipedia.org/wiki/Armorial_du_Premier_Empire#Mar%C3%A9chaux_de_l'Empire

Há certas características padrão dos brasões que saltam à vista. Em Berthier e Bernadotte, a águia dourada sob um fundo azul significa que eram príncipes soberanos, as estrelas prateadas sob o fundo vermelho que muitos têm é o símbolo dos duques do império e todos têm os brasões cruzados. Os condes de origem militar, como Saint-Cyr e Grouchy, recebem um quadrado de fundo azul com uma espada, enquanto os condes senatoriais recebem com um espelho de ouro entrelaçado por uma serpente. Berthier devido a ser Vice Condestável, tem um outro fundo azul com abelhas douradas, o de Grande Dignatário, a partilhar com o de Príncipe Soberano.

Glória e Morte pelo Império: funeral de Lannes

Nem tudo que era cerimónia imperial reflectia esplendor e opulência. O melhor exemplo é o cortejo funerário de Lannes. Ainda digerindo as consequências da dupla batalha do Danúbio, Aspern-Essling e Wagram, Napoleão dedicou a Lannes, o primeiro marechal morto em combate, uma cerimónia fúnebre digna do cortejo de Turenne, que começou em Estrasburgo, a 22 de Maio de 1810, aniversário da batalha de Aspern-Essling, às 06H00 com 13 tiros de salva¹¹². O corpo esteve disposto na catedral local, onde foi tocado o Requiem de Mozart durante o ritual religioso. Depois de terminado, o corpo de Lannes iniciou o seu périplo até Paris, passando por várias vilas e cidades, onde a sua chegada era anunciada com os 13 tiros de salva dados a um marechal, e o corpo colocado na igreja local com respectiva guarda e presença de padres. O general Thomas aproveitou o testemunho do Coronel Dupuis-Florent quanto à reacção da população. O líder do cortejo afirmara que esta sentia um enorme desgosto e vinha admirar o seu herói. A acompanhar estava uma guarda pessoal e a carruagem com a viúva¹¹³.

A chegada a Paris deu-se no dia 2 de Julho de 1810, nessa altura estava decidido que o corpo ia para os Invalides, esperando pela grande cerimónia a 6 de Julho, aniversário da vitória de Wagram. Quando chegou o dia, as principais autoridades civis e militares dirigiram-se à Igreja dos Invalides onde o corpo de Lannes estava colocado numa estrutura portentosa. Esta tinha no topo o busto do falecido gascão e na sua frente uma enorme coroa de louros. A ladear a estrutura estavam quatro estátuas a representar a Justiça, Temperança, Prudência e Força, mas o destaque era guarda pessoal que rodeava o corpo de Lannes: Sérurier, como Governador dos Invalides, Moncey, Davout e até o antigo rival Bessiéres. Depois da missa houve novo cortejo, desta vez para a colocação

¹¹² THOMAS, Gen. Charles, *Le Marechal Lannes*, Paris, Calmann Lévy Editeurs, 1891, pp. 333-334;

¹¹³ Idem, *ibidem*, pp. 334;

do corpo nas caves de Santa Genoveva, o Panteão, onde os 4 marechais serviram novamente de guarda de honra, seguindo um itinerário que passou pela esplanada dos Invalides e pelo corpo do general Saint Hillaire, igualmente homenageado nesse dia e enterrado após Lannes¹¹⁴. Seria Davout a fazer a exéquias num discurso que realça o serviço do falecido e conclui com a importância que era dar o sangue e o serviço pela glória do Imperador. Tudo tem o preço, e Lannes pagou-o assim como Bessières e Poniatowski, os outros dois marechais mortos em combate. Bessières não teve o mesmo funeral de Lannes, pois a França esteve em conflito até 1814. A chegada da monarquia acabou de vez com a esperança de um cortejo igual ao do seu rival. Já o príncipe polaco, após o corpo ser recuperado, teria a sua recepção na terra natal. O cortejo de Lannes acabaria por ser a única grande cerimónia fúnebre de estado do império. Jean Claude Gillet resume da melhor forma a situação dos marechais enquanto nobreza militar e principais beneficiados, considerando que Napoleão lhes deu um papel relevante na sociedade e reconheceu a sua importância, poder e estatuto no império. Em troca disto tudo, o imperador pretendia obediência.



Figura 24 – Morte Lannes. Napoleão, o cirurgião Larrey e mais atrás Bessières com o seu uniforme de Coronel-General da Cavalaria da Guarda Imperial. Primeiro marechal morto em combate. Fonte: <https://upload.wikimedia.org>

¹¹⁴ THOMAS, Gen. Charles, *Le Marechal Lannes*, Paris, Calmann Lévy Editeurs, 1891, pp. 337-338;

Capítulo 6 – Contribuição nas Relações Internacionais 1804-1814

Período Consular (1799-1804): O Passado Diplomático dos Marechais

Durante o período consular ocorreram duas fases diplomáticas: a de guerra, entre 1799 a 1802, e a de paz, entre 1802 a Abril de 1804 (mês da nomeação imperial de Napoleão). O contexto de cada uma é caracterizado pela existência de objectivos diferentes. Na primeira fase, o foco principal era obter a paz em condições favoráveis usando com os austríacos o campo de batalha e com os ingleses, partir de 1801, após o tratado de Lunéville, o isolamento e conseqüente cansaço de fazer a guerra sozinha. Na segunda fase, com a guerra afastada, após assinatura do Tratado de Amiens a 25 de Março de 1802, as prioridades diplomáticas passam pela expansão e reforço da esfera de influência. Para isso, reatam-se as ligações diplomáticas com antigos inimigos e reforça-se a ligação com os aliados e estados satélites, através da cooperação com os governos pró franceses. Foi neste contexto que Napoleão enviou vários militares como embaixadores, fruto do seu prestígio e de não haver figuras diplomáticas de renome e experiência.

Esta medida é uma conseqüência da reorganização de Dumouriez no corpo diplomático, que resultou numa entidade inexperiente e demasiado radicalizada. Após testemunhar nas campanhas de Itália o poder da intimidação e do prestígio militar na obtenção dos tratados com Sardenha-Piemonte e com a Áustria, é normal que Napoleão adoptasse a mesma política para a diplomacia francesa, procurando agora expandir a sua influência enquanto enfrenta rivais como os ingleses e russos. Ajudando-o a coordenar isto esteve aquela que foi a principal figura a surgir no meio diplomático francês, Charles Périgord de Talleyrand. A sua contribuição foi notória e bem presente nas biografias e memórias dos marechais que efectuaram missões diplomáticas em nome da França. A sua experiência foi vital, estando em contacto permanente com os vários embaixadores e aconselhando-os na forma de actuar. Vários generais participaram em missões diplomáticas entre 1800 e 1804 e, apesar das diferentes acções, os objectivos são iguais para todos: expandir e reforçar a influência francesa. Os futuros marechais do império Berthier, Gouvion Saint-Cyr, MacDonald, Brune, Ney e Lannes fizeram parte dos generais escolhidos para efectuar missões de ministro plenipotenciário.

Dos que foram referidos, Berthier e Gouvion Saint-Cyr, tiveram missões diplomáticas em Espanha e em diferentes períodos. A relação desta nação e a França revolucionária não teve um início pacífico, com o radicalismo a causar bastante apreensão

nos Bourbons de Espanha, que não podiam ficar passivos ao destino dos seus parentes franceses. Como se previa, a guerra entre ambas as nações ocorreu com os combates a serem disputados maioritariamente nos Pirinéus e com participação portuguesa no Rossilhão. A conclusão do conflito pendeu para o lado francês e em dois anos as duas nações assinavam a paz de Basileia, em 1795, e uma nova aliança com o Segundo Tratado de São Ildefonso, em 1796 com participação de Pérignon. Era do interesse francês ter na Espanha e na sua frota um aliado nos mares, então controlados pela hegemonia britânica. Com a Segunda Guerra da Coligação limitada a um conflito em terra com os austríacos e nos mares e Egipto com os ingleses, apesar da participação de outros beligerantes, como Portugal e o Império Otomano, Napoleão voltou a enveredar pela política de fazer a paz em separado com os seus rivais de forma a deixar a Inglaterra isolada. Itália e a Alemanha seriam os territórios onde se obteria a paz de 1801 com a Áustria. Contudo o que fazer com os portugueses e otomanos?

Os últimos mantiveram-se afastados dos principais teatros de operações, não consistindo em qualquer ameaça à França por terra e por mar. Já a frota portuguesa participou ao lado de Horatio Nelson no Egipto e as relações comerciais anglo portuguesas consistiam um problema mais próximo e fácil de desestabilizar. A resposta foi a negociação de uma invasão conjunta a Portugal por parte de espanhóis e franceses. As negociações entre ambos os estados começaram em 1800 com a chegada de Berthier a Madrid. O futuro marechal tinha como uma das suas missões convencer os espanhóis a invadir Portugal, com o objectivo de fechar os portos aos ingleses e tornar-se aliada da França. Claro que este não foi o único tema discutido na mesa de negociações franco-espanholas. Napoleão queria desenvolver um império colonial nas Américas e via na cedência do Louisiana uma excelente conquista diplomática, assegurando em troca um território na Península Itálica para os espanhóis. Berthier deveria manter total segredo destas negociações de forma a evitar interferência inglesa e americana na questão do Louisiana, pois temia-se uma possível invasão de uma delas ao território. O homem escolhido pelo rei de Espanha, para negociar o acordo com os franceses, foi D. Mariano Luís de Urquijo, que efectuou o acordo preliminar. Este foi tão secreto que Godoy só soube semanas mais tarde após a ratificação do rei. Era estabelecido a 1 de Outubro de 1800 que os franceses assegurariam um território italiano para o infante Duque de Parma, com a possibilidade de ser a Toscana, a cedência do Louisiana num prazo de seis meses

após a recepção do território italiano, a cedência de 6 navios de linha (classe 74 canhões) e o reforço da aliança defensiva de 1796.

As negociações prosseguiriam com Luciano Bonaparte e a invasão de Portugal a ser um dos temas em discussão. A 9 de Fevereiro de 1801, o Tratado de Luneville assegurou a Toscânia e acelerou assim novo acordo a 21 de Março de 1801, em Aranjuez. Nas novas negociações a Toscânia seria cedida ao filho do Duque de Parma, casado com a filha dos reis de Espanha. O caso mais curioso é que o general, e futuro marechal, Gouvion de Saint Cyr estava em Madrid desde 4 de Fevereiro de 1801¹¹⁵ como embaixador da França. A sua missão era substituir Luciano Bonaparte e assumir o comando das forças francesas que participariam na invasão de Portugal, facto que não ocorreu. Durante a sua comissão, Saint-Cyr demonstrou bastante insatisfação com a corrupção e intriguismo da corte espanhola, e manteve-se afastado de tais influências. Esta honestidade e seriedade em fazer o seu trabalho levaria a um choque com o Cônsul Bonaparte. Enquanto esteve em missão, viu Luciano conseguir que Portugal aceitasse cumprir o acordado no tratado franco-espanhol de Madrid, de 29 de Janeiro de 1801, em que fecharia os portos aos ingleses. Só faltava o caso Louisiana. A resolução do caso começou a ter problemas devido a suspeitas que os franceses pretendiam vender o território, levando mesmo Saint Cyr a escrever uma carta, em Julho de 1802, a D. Pedro de Cevallos¹¹⁶, ministro dos negócios estrangeiros espanhol, a garantir que tal não ocorria. O embaixador fez tal acção em nome de Napoleão. Contudo o falhanço do exército francês de Leclerc no Haiti influenciou o contrário da garantia de Saint-Cyr com D. Pedro Cevallos, e, em 1803, o Louisiana era vendido aos EUA. O triunvirato Berthier, Gouvion Saint-Cyr e Luciano Bonaparte, escolhidos para negociarem Madrid, cumpriu com os objectivos realçando-se que apenas Berthier e Luciano assinaram os tratados e mesmo o de Badajoz em 1801, em que se cumpria o estabelecido no de Madrid do mesmo ano, foi entre Godoy e Pinto de Souza, colocando Saint-Cyr de lado das decisões diplomáticas e mais perto das decisões militares, a possível intervenção em Portugal. Ele afastar-se-ia de forma voluntária após esta missão, recusando, mais tarde, assinar o abaixo-assinado dos oficiais que propunha o cônsul para imperador e estar presente na sua coroação.

¹¹⁵ COATES-WRIGHT, Philipp, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000 p. 125;

¹¹⁶ NESTER, William, *1801-1815: The Art of American Power during the Early Republic*, Brassey, Potomac Books, 2013, pp. 2-3;

A missão de MacDonald à Dinamarca inseriu-se no contexto de angariar aliados contra a Inglaterra e quebrar a sua influência nos mares europeus. Ao contrário de Portugal, aliado da Inglaterra, a Dinamarca fazia parte da aliança anti-britânica, a Liga da Neutralidade Armada, juntamente com a Rússia, a Prússia e a Suécia. Constituída após a derrota austríaca de Hohenlinden, a 18 de Dezembro de 1800, esta aliança norte europeia tinha como objectivo contrariar os direitos de busca de navios neutrais por parte dos ingleses, que eram um dos meios de manter o bloqueio naval à França e que estava a prejudicar o comércio marítimo no Báltico. Em plena guerra com a França e tendo no bloqueio naval a sua principal arma, os ingleses não apreciaram esta coligação que os deixava cada vez mais isolados na Europa, especialmente após a saída da Áustria do conflito em Fevereiro de 1801. O resultado foi o bloqueio naval de Copenhaga por Hyde Parker, em inícios de 1801, e a batalha de Copenhaga em Abril do mesmo ano por iniciativa de Horatio Nelson. O objectivo era retirar a Dinamarca da aliança, e perante a sua recusa o combate foi iniciado. Para além disto, ocorreu igualmente o assassinato do principal fundador da aliança, o Czar Paulo I, provocando o fim prático da Liga da Neutralidade Armada.

Foi neste contexto que MacDonald chegou à Dinamarca em Junho de 1801, após um convite dinamarquês, para reorganizar as defesas do país. A missão tinha como outros objectivos dar apoio à Liga da Neutralidade Armada e saber da relação entre dinamarqueses e suecos. MacDonald respondeu ao ministério que achava os objectivos redundantes e inúteis devido aos recentes acontecimentos e ao acordo de paz assinado com os ingleses¹¹⁷. A possibilidade de uma cooperação entre a Dinamarca e a Suécia seria impossível devido à disputa pela Noruega. Esta situação e o facto de ambicionar um cargo militar, provocou uma insatisfação por parte de MacDonald que o levou a procurar de forma regular nas comunicações com Talleyrand o regresso a França. As recusas dos seus pedidos levam-no a crer que o ministro dos negócios estrangeiros francês o queria afastado de Paris¹¹⁸. Apesar do desagrado, ele afirma nas suas memórias que foi bem-recebido na corte dinamarquesa e faz questão de referir que elaborou um relatório sobre a defesa da Dinamarca, assumindo que esta era incapaz de lutar sozinha e que fora abandonada pelos seus aliados da recém-criada liga. Supostamente teria uma outra missão em Berlim relacionada com a Liga, mas foi chamado a Paris. O fim do seu trabalho deveu-

¹¹⁷ MACDONALD, Jacques Étienne, *Recollections of Marshal Macdonald Volumes 01-02*, Tradução inglesa por Stephen Louis Simeon, London, Richard, Bentley and Son, 1892, p. 124;

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 125

se em parte à suposta amizade com Moreau e havia suspeitas do seu envolvimento na conspiração Cadoudal. Esteve afastado de qualquer cargo militar durante cinco anos até ser chamado por Napoleão para a campanha do Danúbio, onde ganhou o bastão de marechal em pleno campo batalha após a vitória de Wagram.

Com a paz de Amiens, em 1802, a França tinha agora outras prioridades na política diplomática. Não podendo combater os inimigos no campo de batalha ou nos mares, procurava agora lutar contra estes pelo controlo das esferas de influência europeia. Talleyrand e Napoleão tiveram de reunir esforços para aumentar ou reforçar a sua esfera de influência nos seus aliados, estados satélite e antigos inimigos. O reatamento das relações com o Império Otomano foi uma dessas prioridades, e as relações não eram as melhores após a Campanha do Egipto. A missão para Constantinopla chegou a ser oferecida a Lannes, mas acabou por recair em Guillaume Brune. Os motivos para esta nomeação foram as suas recentes vitórias na defesa da República da Batavia em 1799, vencendo russos e ingleses nas batalhas de Brann Bergen e Castricum. O prestígio destes triunfos podia ser uma vantagem perante rivais russos e ingleses, pois os otomanos valorizavam a glória militar. A aura de vencedor no seio diplomático de Constantinopla não foi o único factor, Brune era menosprezado pelo cônsul para cargos de alto comando, convencido que não era um homem capaz para tal, não apreciando o passado de republicano puro do general¹¹⁹.

As instruções dadas a Brune por Talleyrand eram claras: ter cuidado com os embaixadores inglês e russo, Italinski, pois o súbito interesse francês nos Dardanelos havia transformado o eterno inimigo otomano num parceiro geopolítico dos russos¹²⁰. Foi lhe aconselhado, que procurasse fazer amizade com o Ministro dos Negócios Estrangeiros otomano e relacionar-e com o russo, apesar das circunstâncias. O mais peculiar foi a ordem de procurar a amizade com o embaixador prussiano e tentar desviar as suas atenções para este, de forma a Brune actuar na sombra e despercebido na obtenção de tratados comerciais com o Império Otomano e na abertura dos Dardanelos ao comércio. Esta aproximação não caiu bem e chegou ao ponto de Italinski, com ajuda de uma fragata russa, obrigar os navios que entrassem no Mar Negro a serem alvos de quarentena. Este comportamento foi justificado como tendo sido acordado com os Otomanos, o que não

¹¹⁹SHEPPERD, Alan, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, pp. 85-87 ;

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p. 86;

impediu Brune de pedir navios de guerra para quebrarem tal bloqueio, com o pretexto que viriam mapear a costa do Mar Negro, que não chegaram a vir devido ao início de nova guerra entre franceses e ingleses em fins de 1803. Devido à nova situação geopolítica, Talleyrand chegou a solicitar Brune que persuadisse os otomanos a fechar o Dardanelos devido à deslocação de tropas russas para as ilhas Jónicas e Corfu¹²¹. As tensões geopolíticas não afastaram Brune de restabelecer o serviço do consulado com sucesso e expandir a área dos seus serviços. O reforço da presença francesa resultou em contactos com a Pérsia, cujas ligações diplomáticas haviam sido estabelecidas no tratado de Paris de 1802. Salienta-se que uma das missões de Brune era procurar contactos e maiores conhecimentos sobre a Pérsia. A sua posição e capacidade de atacar os russos na zona da actual Arménia era interessante do ponto de vista geoestratégico, pois podia resultar na divisão de esforços por parte dos russos. O próprio líder persa, Fath Ali Shah, enviou uma carta aos directores, por pensar serem estes os governantes franceses, a oferecer apoio num ataque conjunto à Rússia e os persas chegaram mesmo a atacar Erevan e a ocupar a fortaleza de Garja. Brune entregaria essa carta a Talleyrand quando regressou a Paris, após os otomanos recusarem reconhecer Napoleão como imperador.

Outra missão dada a um futuro marechal, com o objectivo de impor a influência francesa foi a do general Lannes em Portugal. Supostamente o jovem general gastou mais do que devia do orçamento da Guarda Consular e foi obrigado a pagar o excesso, cerca de 300 mil francos, através de um empréstimo do general Augereau. O escândalo de tal situação levou o cônsul a afastar Lannes de Paris até que a situação acalmasse. Encontrou na missão diplomática uma forma de o general servir os interesses da França e recuperar as suas finanças. Chegou-se a falar em Constantinopla, mas o destino acabou por ser Lisboa. Quando chegou a Portugal, Lannes não só possuía um salário anual elevado como ainda detinha privilégios comerciais. Contudo, a situação não era só de restabelecer as finanças pessoais, Portugal encontrava-se sobre forte influência inglesa e presença emigrados franceses. A outra questão de grande importância era que Portugal não se submetera ao Tratado de Badajoz, que contemplava o fecho dos portos aos ingleses. A tradição da relação anglo-portuguesa era um claro obstáculo aos objectivos traçados para Lannes. Desde o início da missão que a relação com os ingleses não era a melhor, com

¹²¹ SHEPPERD, Alan, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, pp. 85-87 ;

críticas à excessiva pompa e cerimónia da sua chegada a 26 de Março de 1802 e chegou-se ao ponto da carruagem de Lannes empurrar a inglesa para fora da estrada.

Os incidentes demonstravam um dos principais aspectos de Lannes, ele odiava os ingleses e não escondia esse sentimento. Inexperiente nas questões diplomáticas, Lannes não era capaz de esconder as suas emoções e entrou por várias vezes em rota de colisão com os emigrados e políticos portugueses pró Inglaterra. Como não bastassem as ameaças externas, Lannes não tinha uma boa relação com Talleyrand. Foi alvo de jogo de bastidores, com o ministro francês a negociar nas suas costas um tratado com Portugal através da Espanha e de D. José Maria de Souza. Esta situação foi mesmo com a conivência do responsável pelos negócios estrangeiros de Portugal, D. João de Almeida, que chegou a subornar Talleyrand para afastar Lannes¹²². Esta tentativa, não se devia apenas à rudeza do general em cumprir o protocolo ou entrar em quezílias com os ingleses. Leal ao cônsul e aos interesses da França, Lannes fez de tudo para enfraquecer a influência inglesa, exigindo o fecho dos portos aos navios ingleses, com a justificação que não cumpriam com a neutralidade e detinham marinheiros e produtos franceses capturados. Defendeu a liberdade de impostos para os produtos franceses e considerou uma afronta a presença dos regimentos de emigrados franceses e dos respectivos nobres franceses aí presentes, como o Marquês de Nouvion, exigindo a sua retirada. Para obter estas exigências contactava directamente com o príncipe regente D. João e evitava a presença de D. João de Almeida nessas reuniões. Este tinha instruções de fazer o contacto de forma verbal e evitar a forma escrita. Afirma-se que era rude e intimidante com o Príncipe, havendo o rumor que andava sempre de sabre de forma a deixá-lo bater nos degraus das escadas para o barulho intimidar D. João. Este comportamento não era apreciado por D. João de Almeida e pelo embaixador inglês Fitzgerald, que criticava estas reuniões pessoais com o regente e a falta de transcrições dos assuntos debatidos.

Lannes chocou igualmente com Pina Manique, exigindo a sua demissão após ocorrências com os mercadores franceses e apreensão de mercadoria francesa. Os problemas vigentes na corte chegam a originar o regresso não autorizado de Lannes a Paris e num comportamento grosseiro com D. João de Almeida, resultando em reprimenda de Talleyrand e de Napoleão. O general voltaria a Portugal na Primavera de 1803. Apesar

¹²² CHRINSHAW, Margaret, «A military bull in a diplomatic China shop: General Jean Lannes's mission to Lisbon 1802-1804», Originally published in Selected papers of the Consortium on Revolutionary Europe, 1996;

de tantos problemas, acabou por cumprir a sua missão num misto de persuasão, charme e intimidação. Abriu a sua casa a bailes e festas e viu a sua esposa a ganhar fama na sociedade pelo seu comportamento gentil e educado, permitindo-lhe ganhar influência juntos dos portugueses favoráveis aos franceses. Concedeu, após receber 400 mil francos, os seus privilégios aos comerciantes franceses e fez com que os regimentos emigrados franceses fossem para a Inglaterra, quebrando a sua influência na corte. Conseguiu o afastamento de D.João de Almeida pelo mais afável Visconde de Balsemão e a perda da posição de Pina Manique na alfândega. Os contactos directos com D.João proporcionaram-lhe a sua amizade, que lhe concedeu vários presentes à família. A forma como Lannes conseguiu os resultados concedeu-lhe apoio do cônsul em relação à intromissão de Talleyrand. A 19 de Dezembro de 1803 conseguiu um acordo e assinou o Tratado de Neutralidade com Portugal, ratificado a 19 de Março de 1804 após alterações do cônsul francês. Lannes conseguiu 16 milhões de francos à França como subsídio da garantia da neutralidade portuguesa e favorecimento comercial aos cidadãos da França. Em Maio regressou à França, para se tornar comandante de um corpo de exército da *Armée du Côtes du Ocean*, cabendo a sucessão a Junot.

Outra missão diplomática envolvendo um futuro marechal foi a de Ney. Tal como os anteriores, teve o mesmo objectivo de assegurar e expandir a influência francesa, neste caso na República Helvética. O contexto era bem mais favorável, desde a invasão francesa de 1798 que a República Helvética estava sobre a protecção da França e era governada por elementos com simpatia francesa. Contudo, essa influência estava agora em causa com o surgimento de forças confederadas no Schwitz sob a liderança de Reding. Esta crise motivou uma resposta de força por parte da França para manter o seu jugo em território helvético. A escolha recaiu em Ney. A sua origem alsaciana proporcionou ao general a capacidade de falar de forma natural o francês e o alemão e tinha para Napoleão a sensibilidade necessária para evitar um conflito aberto. Talleyrand entregou-lhe como objectivos a restauração da ordem e da paz. Após ter recebido as ordens no dia 29 de Setembro de 1802, Ney partiu para Genebra e nas instruções que levou de Talleyrand, este aconselhou a comunicar-se sempre de forma verbal com ambas as facções e fazer negociações verbais¹²³. Devia igualmente evitar mostrar-se como comandante de forças de ocupação, não insultar os suíços e recusar qualquer proposta de Bonaparte como

¹²³ ATTERIDGE, A.H., *Marshal Ney: The Bravest of the Brave*, Barnsley, Pen & Sword Military, 2005 (1912 edição original), p. 69;

presidente da República Helvética. Após a sua chegada a 4 de Outubro, Ney passou à acção efectuando discursos em francês e alemão em Genebra e exigindo a desmobilização das forças confederadas que haviam ocupado Berna e que enviassem delegados para negociações de paz em Paris.

Seria mais tarde nomeado Ministro Plenipotenciário da França nessa república e comandante em chefe de todas as forças francesas na região. Neste duplo papel partiu para Berna e informou Talleyrand e o cônsul que os rebeldes se mantinham armados, apesar de se terem retirados para os seus cantões. Chegou mesmo a solicitar a autorização para marchar forças francesas e ocupar os cantões de forma a destruir a esperança de insurreição, o que chegou mesmo a ocorrer sem autorização, devido à demora da resposta. Com prontidão, ocupou as cidades de Freiburg, Thun, Berna e Solathun e enviou o general Seras para Zurique. Instruiu Reding a dissolver a Dieta de Schwitz e, se recusasse, seria considerado um acto de rebelião¹²⁴. A rapidez com que garantiu o apoio do senado suíço e colocou as forças acabaria por obter o pretendido: Reding dissolveu a Dieta de Schwytz e foi preso juntamente com outros onze cabecilhas. Com o fim da rebelião, Ney aproveitou para obter do senado um subsídio para manter o exército e, após negociações entre Paris e Berna, estabelecer o Acto de Mediação, a constituição da república¹²⁵.

Depois da instalação no governo da República Helvética de uma figura de agrado a ambas a facções, D'Affry, acordou-se que os suíços não teriam forças regulares e que a milícia seria a força de defesa com apoio de auxiliares franceses. A situação mais problemática foi a questão dos regimentos suíços ao serviço da França, que exigiram um acordo assinado que não iriam combater em frentes como Haiti, Norte de África e Ásia, limitando o seu serviço à Europa. A capacidade bilingue de Ney e a sua aplicação em discursos no senado e nas principais cidades helvéticas revelou-se útil para a ocupação francesa e popularidade de Napoleão, muitas vezes elogiado nos discursos. O sucesso da missão de Ney culminou ainda a construção de estradas para aumento do tráfego comercial, sem revelar a sua importância militar. O sucesso da missão permitiu-lhe cair nas graças do cônsul e provavelmente contribuiu para ser uma das escolhas para o marechalato, tendo recebido elogios tanto de Napoleão como de Talleyrand pelo cumprimento da missão.

¹²⁴ ATTERIDGE, A.H., *Marshal Ney: The Bravest of the Brave*, Barnsley, Pen & Sword Military, 2005 (1912 edição original), p. 70;

¹²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 73-74;

As contribuições em período de conflito (1804-1810)

Dos catorze marechais que eram generais activos, só Brune estava em missão diplomática, enquanto os restantes onze estavam com um comando militar e dois com cargos administrativos. Aí exigiu ser tratado como marechal do império e que Napoleão fosse reconhecido como imperador. Recusados estes pedidos, o marechal ameaçou sair do país perante estes insultos, facto que aconteceu após perda de influência e ter fracassado em fechar o Dardanelos aos navios russos. Este malogro acabaria por perseguir Brune, que só voltou a ter um papel de relevância em 1806, quando assumiu o governo das Cidades Hanseáticas (Bremen, Hamburgo e Lübeck) e expulsou os suecos de Stralsund. Conseguiu este objectivo obtendo a rendição sueca. Contudo o facto de ter escrito no tratado acordado “o exército francês” em vez do “exército da Majestade Real e Imperial” levou-o a ser afastado por Napoleão¹²⁶ de qualquer cargo até 1814. Isto parece algo exagerado, havendo ainda a referência para que o motivo fosse a conversa que Brune teve com o rei sueco. O mais provável era Napoleão não apreciar Brune e não se sentir satisfeito com as suas tendências republicanas, mesmo com o sucesso de Stralsund e obtenção da ilha de Rugen no acordo. Outro marechal o sucederia como governador das Cidades Hanseáticas, Bernadotte, mas sem antes ter tido um acto de cavalheirismo que mudaria a sua vida. Em 1806, depois de ter sido acusado de não ter ajudado Davout em Auerstadt, Bernadotte colocou-se na vanguarda da Grande Armée e pressionou até Lübeck onde derrotou as forças suecas e prussianas aí colocadas. Demonstrou bondade para com os prisioneiros suecos, entregando a sua habitação como prisão para o comandante sueco, o Conde Morner. O oficial ficara impressionado não só com o tratamento como também com a figura e a pessoa de Bernadotte. Este breve e pequeno episódio teria repercussões importantes na Europa de 1810.

Outros marechais, enquanto governadores, tiveram um papel intermediário nas relações entre o império e outras nações europeias. No Grão-Ducado de Varsóvia, Davout assumiu o cargo de governador militar durante a transição do governo provisório e do território para o rei da Saxónia. Sendo um homem metódico e dado ao detalhe, resolveu aprender os costumes polacos e as ideias políticas que dominavam a Polónia de forma a poder compreendê-los. Apercebeu-se que a sociedade estava dividida em três classes: alta nobreza, classe média ou baixa nobreza, e povo. Quando Napoleão instituiu o governo

¹²⁶ SHEPPERD, Alan, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 88;

provisório, Davout considerava que a base deste deveria ser a baixa nobreza mais liberal, contudo o imperador pretendia que o executivo estivesse nas mãos da alta nobreza, de forma a esta oligarquia ser influenciada pelo governo francês¹²⁷. O marechal iria manter-se firme na defesa de um regime mais liberal, enviando a Napoleão uma carta que relata a existência de dois partidos: o da alta nobreza, conservador, caracterizado por afeição à Rússia e contra um regime constitucional bem como ao fim da servidão; e o liberal, constituído por alguns elementos da alta nobreza e grande parte da baixa nobreza, que eram a favor dos ideais franceses, da França e da constituição¹²⁸. A persistência de Davout acabou por não dar em nada. Quanto ao governo provisório em si, Davout teve como principal objectivo ajudar a estabilizar o país de forma a este providenciar com sustento ao exército e chegou a enviar um relatório a Napoleão com uma descrição de cada membro do executivo polaco, tendo criticado o futuro marechal Poniatowski como lesto e dado a mulheres, arrependendo-se mais tarde com elogios de coragem e iniciativa aquando da reorganização do exército.

A transição do território para o Rei da Saxónia, Frederico Augusto I, trouxe algumas dores de cabeça a Davout durante a sua estadia de dois meses em Varsóvia. Frederico Augusto I questionou o marechal sobre o estado do país, os partidos existentes, mas Davout não gostou quando o rei recebeu a prerrogativa, através do ministro de guerra, de nomear os oficiais para os quartéis locais em detrimento de generais franceses que não pertenciam ao III Corpo, minando a autoridade francesa¹²⁹. As suspeitas confirmaram-se quando o Conde de Bosc influenciou o rei a nomear oficiais prussianos para esses postos¹³⁰. Durante o seu governo, Davout também ficara responsável pelos domínios imperiais e respectivas rendas, que seriam dadas a vários marechais, avisando Napoleão que o governo provisório estava a levantar problemas às pretensões do decreto de 30 de Junho de 1807¹³¹. Curiosamente Napoleão concedeu um desses domínios a Davout, o principado de Lowicz. Davout recusara de início este domínio, mas Napoleão pressionara-o a aceitar para que o marechal fosse visto como um homem dado à causa polaca. Outro serviço junto do governo provisório foi o levantamento dos regimentos de cavalaria. Davout responsabilizou-se por isso, com a ajuda de Dambrowski que deveria arranjar

¹²⁷ CHÉRIER, Gabriel de, *Histoire de la vie Militaire, Politique et Administrative du Mârechal Davout*, Paris, Cosse, Marshal et Cie, 1866, pp. 191-192;

¹²⁸ Idem, ibidem, p. 191;

¹²⁹ Idem, pp. 280-281;

¹³⁰ Idem, pp. 281-282;

¹³¹ Idem, p. 199;

nobres para esta unidade de cavalaria, que viria a ser reunida em Lowiez. Mais tarde seriam as forças polacas da Guarda Imperial.

Apesar de não ter tido tantos problemas como Davout, Marmont tornou-se governador das Províncias Ilírias a 25 de Dezembro de 1809, o primeiro grande cargo depois de se ter tornado marechal. Uma das primeiras medidas foi o envio de uma delegação local a Napoleão, que os receberia bem e pediria conselho quanto à região¹³². A nível diplomático, Marmont incitou negociações com o Montenegro, o Pasha de Bósnia e com o Pasha da Albânia, demonstrando compromisso com a ideia de Napoleão das províncias Ilírias serem uma plataforma para melhor entendimento e imposição de influência junto do Império Otomano¹³³. O marechal acabaria mesmo por estabelecer acordos comerciais com a Bósnia Otomana e relações amigáveis, que já vinham da Campanha do Danúbio de 1809 quando estes ajudaram Marmont contra os austríacos. O último exemplo deste período é o de Berthier. Após o fim da guerra com a Áustria, em 1809, o marechal foi enviado para negociar a mão da arquiduquesa Maria Luísa para o casamento com Napoleão. Levou como presente à noiva uma fortuna em diamantes, avaliada em 1 milhão de francos, e assinaria o acordo com Metternich. O contrato de casamento tinha como estabelecido um dote de 400 mil francos, 200 mil florins em jóias e a renúncia da arquiduquesa à coroa austríaca e territórios associados. É conhecido pelo acto gentil de ter levado as roupas e os animais de estimação da arquiduquesa a Paris para facilitar a sua adaptação no novo papel de imperatriz de França¹³⁴.

Os marechais que queriam ser reis: Bernadotte da Suécia e Murat de Nápoles

A ascensão de Bernadotte ao trono sueco ocorre após o afastamento do rei Gustavo IV do trono e respectiva troca por Carlos XIII. Sem herdeiro, a Suécia teve quatro candidatos: Gustavo Vasa, filho do rei deposto e impopular, Príncipe de Oldenburg, que possui apoio russo, o irmão do falecido príncipe Real e o Rei da Dinamarca, bem visto por Napoleão. O apoio a este teve mesmo para ser oficializado no *Journal d'Empire* no dia 17 de Junho de 1810, mas o facto de ser mal visto pelos suecos, com o embaixador sueco em Paris salientar isso numa reunião com Napoleão, fez com que o imperador recuasse na decisão. Acabaria por virar-se, por exclusão de partes, para o Duque de Augustenberg, genro do Rei da Dinamarca. Contudo, um partido sueco pretendia um

¹³² PRPIC, George, «French Rule in Croatia 1806-1813», *Balkan Studies* 5 n°2, 1964, p. 250;

¹³³ Idem, *ibidem*, pp. 251-252;

¹³⁴ MACDONNEL A.G., *Napoleon and his Marshals*, London, Prion, 1934(original) 1998 (nova edição), p. 183;

marechal francês, uma figura militar e com ligação ao Império. O organizador deste partido foi o prisioneiro de Lübeck, o Conde Morner, que viu em Bernadotte a perfeita escolha, por ser um marechal com prestígio e ter ligação familiar aos Bonaparte pela esposa, cuja irmã era casada com José Bonaparte.

O facto de o mensageiro real, enviado pela Suécia para conhecer a opinião de Napoleão no caso da eleição, ser o irmão de líder do partido, o Barão Morner, permitiu o início dos contactos entre Bernadotte e os partidários suecos. O marechal só aceitava se tivesse apoio de Napoleão e foi aconselhado no caso pelo general sueco Wrede, que o avisou sobre a religião, língua e de haver rumores sobre ter más relações com o imperador¹³⁵. A resposta do marechal era que tinha boas relações com o seu imperador, que aprenderia a língua e que era da mesma terra de Henrique IV, o rei Bourbon que passou de protestante a católico para assumir a coroa francesa. Napoleão começou a ver com bons olhos um francês no trono sueco, dando ordens ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Cadore para auscultar a opinião pública no assunto, sem antes tentar impor o seu irmão Luís e Eugénie de Beuaharmais como hipóteses, prontamente recusadas. Bernadotte reuniu-se com Napoleão e conseguiu o seu apoio, não haveria entraves do imperador segundo ele próprio¹³⁶. De forma a angariar apoio entre os suecos contratou um agente, Fournier, para servir os seus interesses e que deveria levar biografias, relatos das campanhas militares e imagens de Bernadotte e sua família¹³⁷. Teria o apoio de Morner, para convencer a elite local, e do regimento de Ostrogothia, os prisioneiros de Lübeck, para angariar apoio junto do exército e da população. A missão de Fournier foi feita com passaportes assinados pelo próprio Cadore, indicação clara do apoio de Napoleão à causa sueca. Outras propostas apareceram para angariar apoio, a promessa de um empréstimo de 8 milhões de francos, benefícios comerciais na relação com a França e o retorno dos territórios na Pomerânia Sueca, sobre a égide francesa, por troca com as terras nobiliárquicas que Bernadotte obteve como o principado de Ponte Corvo.

A vitória não foi fácil, apesar de inicialmente ter o apoio popular e do exército. A elite sueca suspeitava que seria um fantoche de Napoleão e o próprio rei Carlos XII também não estava confiante. A votação inicial dava clara vantagem ao Duque de Augustenberg, quer na Dieta (109 votos contra 88) e no Comité Secreto (11 votos contra

¹³⁵ BARTON, D.Plunket, *Bernadotte and Napoleon 1763-1810*, London, John Murray, 1921, pp 260;

¹³⁶ Idem, *ibidem*, pp. 272-273;

¹³⁷ Idem, pp. 274-275;

1). Foi a pressão da classe burguesa e mercantil que abriu o caminho para o sucesso do francês, conseguindo a 21 de Agosto de 1810 que eleição fosse favorável a Bernadotte, tornando-se assim no príncipe herdeiro da Suécia¹³⁸. Obteve de imediato um empréstimo de 1 milhão de francos do Banco da França através de um pedido Napoleão¹³⁹ ao Conde Moulieu, para poder entrar com recursos financeiros no trono sueco. Contudo, o favor não implicaria a sua vassalagem e Bernadotte foi bem claro numa das últimas reuniões com Napoleão, a 20 de Agosto de 1810, que só aceitaria a coroa se este lhe permitisse e se tivesse total independência, recusando qualquer vassalagem à França. A 3 de Setembro chegou o pedido formal e Bernadotte procedeu ao pedido oficial de autorização para aceitar a coroa. Napoleão chegou a enviar esta com uma cláusula que a Suécia não atacará a França, sendo prontamente recusado por Bernadotte pois era um pedido que significava vassalagem¹⁴⁰. O imperador cedeu, devido à necessidade de ter a Suécia na sua esfera de influência. Após as devidas formalidades, já se dirige em cartas a Bernadotte como *Mon Cousin*. Avisou ainda o embaixador francês na Rússia, Caulaincourt, para informar o Czar Alexandre de que não teve qualquer envolvimento no assunto. Os russos não ficaram satisfeitos, mas também não fizeram nada para o impedir e os ingleses perspectivavam mais um conflito no norte da Europa.

As consequências da saída de Bernadotte do marechalato para o lugar de herdeiro sueco iniciou-se com a entrada da Suécia no Bloqueio Continental e na declaração de guerra à Inglaterra, entrando assim na órbita francesa. Bernadotte era agora o Príncipe Herdeiro Carlos XIV João e teve como primeiros problemas diplomáticos a situação da Finlândia e Ilha Alund, territórios perdidos numa guerra recente com a Rússia. Apesar da vontade sueca em recuperar o território, o novo príncipe sabia que o estado do seu exército e as relações com a Rússia não permitiam uma aventura, com o risco de uma derrota humilhante. O alvo passou a ser outro, a mais fácil Noruega, que em Maio de 1811 foi pedida pela Suécia à França em caso destas duas se aliarem contra a Rússia. Os planos dentro da esfera francesa começaram a perder força, fruto dos danos provocados pelo Bloqueio Continental, levando a uma grande insatisfação entre os suecos e a suspeitas de golpe palaciano. O medo de perder a coroa devido ao Bloqueio e a insatisfação com Napoleão não lhe ceder a Noruega levou o príncipe Carlos XIV João a estabelecer

¹³⁸ BARTON, D.Plunket, *Bernadotte and Napoleon 1763-1810*, London, John Murray, 1921, pp 282 283;

¹³⁹ Idem, *ibidem*, pp. 278-279;

¹⁴⁰ Idem, pp. 294-303 e pp. 305 a 307;

comunicações com russos e ingleses. Estes últimos, desde Novembro de 1811, já possuíam um agente na Suécia, Edward Thornton, com o objectivo de convencer os suecos a mudar de lado com subsídios e fornecimento de armamento.

A deterioração das relações franco-suecas atingiu o auge com a ocupação francesa de Stralsund, em Janeiro de 1812, dando-lhe razões para abordar Londres e São Petersburgo. As reuniões parlamentares de Orebro com os russos iniciaram-se na Primavera de 1812 e em Março desse ano foi assinado o Tratado de São Petersburgo entre ambas as partes, com os princípios de aliança e apoio militar na defesa da integridade de cada nação. Este tratado seria reforçado em Abo, no mês de Agosto, com a garantia de apoio militar e diplomático para a anexação sueca da Noruega e o envio de militares suecos para uma campanha na Alemanha. Em 18 de Julho ambas as nações já haviam assinado em Orebro os tratados de paz com a Inglaterra e o fim do Bloqueio Continental, reforçando a posição do antigo marechal perante Napoleão. Após a invasão da Rússia, o príncipe Carlos XIV João voltou a reforçar as suas pretensões à Noruega em troca de apoio militar contra Napoleão, apesar do criticismo dos aliados. Conseguiu finalmente obter o pretendido no Tratado de Estocolmo em Março de 1813, com a Inglaterra reconhecer o direito à Noruega e a dar apoio material na campanha alemã de 1813. Entre Abril e Maio a Rússia e a Prússia dariam o mesmo apoio oficial que os ingleses. A Noruega seria obtida após a invasão à Dinamarca em Janeiro de 1814. A 14 desse mês, o Rei Frederico VI, por medo de uma ocupação, assinou o Tratado de Kiel, cedendo a Noruega ao Rei sueco, e não ao reino da Suécia, obtendo em troca a manutenção da soberania na Islândia, Ilhas Faroé e Groenlândia. Após uma bem-sucedida invasão, devido à relutância de Cristiano Frederico em aceitar este acordo, os noruegueses elegeriam o príncipe Carlos XIV João como rei, na condição de ser estabelecido um reino unido. Bernadotte conseguia assim, como príncipe Carlos XIV João, alterar a posição geopolítica sueca, conseguindo a Noruega e colocar a Suécia do lado das nações vitoriosas.

O outro marechal tornado monarca, Murat, chegou a Nápoles como rei em Julho de 1808, após a saída de José Bonaparte para assumir o trono da Espanha. Chegou na condição de vassalo e por isso teve de submeter a região ao Bloqueio Continental e providenciar um efectivo militar para futuras campanhas, o que se verificou na invasão à Rússia. A vassalagem traz outra limitação: Nápoles só pode ter embaixadores nos estados que pertenciam ao Império. Apesar dos constantes pedidos de Murat para ter

representantes em Berlim, Viena e São Petersburgo, a resposta de Napoleão foi sempre negativa. Esta situação deve-se ao facto de que concedendo tais direitos seria implícito o reconhecimento de Murat como rei independente, facto não pretendido por Napoleão. Será sempre vassalo, sendo convocado para as campanhas de 1812 e 1813 como comandante da cavalaria francesa. No início do seu reinado tinha como objectivos estabelecer relações de cooperação com o Vice-Reino de Itália de Eugénie Beauharnais e, se possível, ocupar a Sícia. Contudo, este último propósito fracassou devido a ter um exército mal preparado e equipado, resultando apenas na ocupação da Ilha de Carpi. Apesar das limitações, Murat não deixa de fazer o seu papel real e de ter o desejo de o manter, sendo este motivo que o irá levar às futuras acções de 1813 a 1815.

Após concluir a retirada da Rússia e ida de Napoleão a Paris, para reorganizar um novo exército, Murat recusou assumir o comando do que restava do exército que invadiu a Rússia e partiu para Nápoles. Sabia que a situação se alterara e que a sua coroa estava em perigo perante a coligação que está a ser formada pelos russos e suecos. Ao chegar ao seu reino, Murat entrou em contacto com a Áustria através do embaixador austríaco na corte napolitana, Von Mier, e de um agente chamado Cariatti, enviado para a Corte de Viena como representante oficial de Murat e para permanecer em contacto com Metternich¹⁴¹. Apesar destas movimentações levantarem suspeitas do embaixador francês Durant, ele manteve a vontade a ponto de ceder a Metternich na concessão de plenos poderes a Cariatti. Para manter as aparências preparou as tropas para ocupar Bolonha, conforme ordem de Napoleão, no início do ano de 1813, uma movimentação com a perspectiva de cooperar com o Vice-Reino de Itália contra uma incursão austríaca no norte italiano. As intenções de manter a coroa, traindo Napoleão, foram reforçadas quando estabeleceu na ilha de Ponza, através de um agente italiano, contactos com os ingleses e o seu representante na Sícia, Bentick.

Os dados estavam assim lançados e Murat viu-se num imbróglio diplomático de manter a coroa, que resultará em acções de proporções rocambolescas. Já era notório que Durant desconfiava da constante presença de Von Mier e de acções suspeitas em Ponza. O aviso chega a Paris e chegou a sair no *Moniteur*, que publicou a possível traição de Murat. A confusão desenvolveu ainda mais a teia de ligações em que Murat se irá meter para conservar a coroa. Considerou-se insultado numa carta a Napoleão e avisou que não

¹⁴¹ATTERIDGE, A.H., *Murat Marshal of France and King of Naples*, New York, Brentano's, 1911, pp. 246-247;

pode ceder tropas por medo de uma invasão vinda da Sicília, enquanto negociava com ingleses e austríacos a sua coroa e a entrada na guerra pelo lado aliado. Em Abril de 1813 espera pelos resultados da Campanha de Alemanha e as vitórias francesas de Maio em Lutzen e Bautzen deixaram-no ainda mais intranquilo quanto à escolha a tomar, Napoleão ou a Coligação? Nessa altura ainda esperava a paz com a intervenção da Áustria como mediadora, mas ocorreu o contrário com o fim das tréguas. Entre Julho e Agosto de 1813 Murat jogou o que podia com Paris, Viena e Londres, apesar de Bentick recusar reconhecer a sua pretensão ao trono napolitano em detrimento do Fernando da Sicília, num encontro 29 de Maio de 1813. Adiou a marcha das suas tropas para o norte de Itália enquanto esperava o acordo anglo-austríaco em relação à Itália, o que ocorre nos tratados secretos de Reichenbach ¹⁴². Foi-lhe concedida rédea livre aos austríacos em relação à Itália e Metternich pressiona, através de Von Mier, Murat e Carolina a aliarem-se à coligação. Mesmo com esta pressão negocial, Murat partiu em 14 de Agosto de 1813 para Dresden para assumir o comando da cavalaria francesa.

A partir de Outubro começou a verificar-se a aproximação aos austríacos, após a derrota de Leipzig e de o Lorde Aberdeen ter o poder decisório no caso Nápoles em vez de Bentick, por autorização do Lorde Castlereagh após decisão do regente inglês em conceder Nápoles a Murat em troca de uma indemnização a Fernando da Sicília. Os acordos austríacos foram recebidos antes de Leipzig, a 16 de Outubro de 1813, através do enviado austríaco Pescara. Este deveria convencer Murat a sair do exército francês e a não dar apoio ao Vice-Reino de Itália, em troca a Inglaterra estava disposta em obter a renúncia de Fernando a Nápoles e a associar-se à Áustria na garantia da coroa. Murat ainda exigiu ser rei das Duas Sicílias e dos Estados Papais, mas os austríacos foram intransigentes. A 19 de Novembro Murat avisava Von Mier que aceitava a proposta e Cariatti tem plenos poderes para assinar o acordo. Contudo, mesmo até Janeiro de 1814, Murat mantém uma atitude indecisão em actuar, mantendo contacto com Napoleão. Esta ocorrência não altera o assinado em Novembro e que foi confirmado a 8 de Janeiro de 1814 com a assinatura do Ministro dos Negócios Estrangeiros napolitano Gallo e o representante austríaco, o general Neipperg. Seria sujeito a alterações e ratificado por Francisco I da Áustria, que chegou a enviar cartas a Murat. Era garantida a coroa ao antigo marechal em troca de apoio militar à Áustria.

¹⁴² ESPITALIER, Albert, *Napoleon and King Murat*, London, John Lane The Bodley Head, 1912, pp. 252

Este desenvolvimento assegurou mais tarde a assinatura da paz com os ingleses, a 3 de Fevereiro, entre Graham, secretário de Bentick, e Gallo. Mesmo em Fevereiro de 1814, após novas vitórias de Napoleão, Murat tardava em reagir e enviar tropas para ajudar os austríacos. A única acção que efectuou foi a ocupação de todo o território a sul do rio Pó, na perspectiva de ficar com ele. A 12 de Fevereiro, Murat voltou a assinar um acordo com os ingleses e austríacos, com alterações por Metternich e Castlereagh, ficando a data da assinatura, a pedido do austríaco, em 11 de Janeiro de 1814¹⁴³, com a justificação de evitar críticas dos aliados. A relutância de Murat termina em 25 de Março de 1814, quando finalmente atacou as forças francesas. O fim do conflito não chegou para pôr fim às dúvidas quanto à coroa napolitana e a ausência no Congresso de Viena, onde se discutia o afastamento de Murat, deixou o rei de Nápoles ainda mais temeroso da sua situação. Falhou em estabelecer um acordo com os ingleses quanto ao reconhecimento e o papa recusou o recebê-lo. A 8 de Fevereiro de 1815 pedia a Metternich uma declaração formal que o reconhecesse como rei de Nápoles. Com o atraso desta declaração e a fuga de Napoleão de Elba, Murat precipitou-se e deu apoio a Napoleão, declarando guerra à Áustria e fazendo a proclamação de uma Itália unida em Rimini, isto para insatisfação de Napoleão que não queria o conflito. O imperador chegou mesmo a recusar receber Murat por causa desta precipitação. Apesar dos apelos de uma nação italiana unida, Murat acabaria derrotado em Tolentino tendo sido capturado e executado.

¹⁴³ ESPITALIER, Albert, *Napoleon and King Murat*, London, John Lane The Bodley Head, 1912, pp. 339-340;

Capítulo 7– Marechais e a Administração do Império

Governadores Civis e Militares

Depois de Austerlitz, Napoleão assegurou para o Império Francês vários territórios que outrora pertenceram a Veneza através do Tratado do Pressburgo de 26 de Dezembro de 1805. Era o início da expansão napoleónica que foi acumulando territórios a nações como a Prússia, Espanha e Áustria. Tal como todos os governantes, Napoleão precisava de quem governasse as novas aquisições imperiais, cujas exigências administrativas eram várias devido ao contexto regional, cultural, social e estratégico. Por exemplo, as Cidades Hanseáticas de Bremen, Lübeck e Hamburgo eram aquisições de carácter liberal, mercantil e moderno, o que facilitaria a introdução do Código Civil e da burocracia francesa. Por outro lado, as Províncias Ilírias apresentavam um dilema quando à introdução do código. Curiosamente o mesmo ocorreu com o Grão Ducado de Varsóvia, já que as elites não eram tão liberais e não estavam tão dispostas a deixar de usufruir dos privilégios feudais de servidão. Nas Províncias Ilírias, Marmont tentou mesmo um equilíbrio entre as leis locais e francesas. Mesmo a ocupação militar seria diferente, as Províncias Ilírias e as Cidades Hanseáticas não eram tão exigentes como as anexações ibéricas de Aragão, Catalunha, Navarra e Andaluzia, a 8 de Fevereiro de 1810¹⁴⁴, que exigiam enormes contingentes militares e possuíam diferentes desafios estratégicos. Apesar destas várias diferenças existem elos em comum e que eram a base da política administrativa napoleónica: centralização administrativa, introdução do modelo administrativo francês, Código Civil, imposição do Bloqueio Continental, importância estratégica e o governo de militares.

Tal como os seus antecessores reais, os marechais do império estavam na linha de frente para os lugares de governadores destas regiões, emprestando-lhes o seu cunho pessoal. Um dado importante que se deve realçar é que eles assumiram dois tipos de cargos administrativos: o de governador-geral e o de governador militar. O primeiro era muito mais que o comando das tropas na província indigitada; deveriam igualmente assumir as responsabilidades civis como a execução das leis, segurança pública, funcionamento dos tribunais e direcção das autoridades civis, em poucas palavras eram o poder político, os principais representantes do imperador no território. O governo militar

¹⁴⁴ ESPÉES, Carlos Franco de, «La administración Francesa en Aragón: el gobierno der mariscal Suchet 1809-1813», *Dossier La Ocupación francesa de España 1808-1814: Ejército, política y administración*, Carlos Franco de Espés (coord.) Jerónimo Zurita, 2016, pp. 90-91

era normalmente feito sob alçada de uma autoridade civil, por exemplo Davout teve este papel no Grão-Ducado de Varsóvia, com o governo provisório a deter a autoridade civil, o que não o impediu de tentar influenciar as medidas deste de forma a manter o III Corpo bem sustentado. Outro exemplo, mas ainda como general de divisão, foi o de Marmont na Dalmácia, entre 1807-1809, com o governador civil Dandolo, fruto da província pertencer ao reino de Itália, governado pelo vice-rei Eugénie de Beauharnais. Tal como Davout, as características pessoais de Marmont levaram-no a intrometer-se com o poder civil, ora ajudando-o como foi com o uso do exército para a construção de estradas e minas, ora entrando em confronto devido à associação de Marmont com os franciscanos e o clero local. Pegando neste caso o próprio sucesso administrativo poderia levar ao marechalato os generais de divisão que obtivessem a responsabilidade de governador-geral, sendo Suchet o melhor exemplo disto, apesar de Marmont poder, em parte, reivindicar também algum mérito administrativo para a obtenção do seu bastão de marechal. Devido às circunstâncias da sua nomeação de marechal, o caso Suchet será melhor analisado no capítulo dedicado à meritocracia do marechalato, onde o seu governo de Aragão, sem desvalorizar as vitórias militares, teve um peso importante na obtenção do tão disputado bastão. Por fim, Napoleão concedeu aos marechais com menor peso, ou já retirados, cargos administrativos no centro do império, como Sérurier, Governador dos Invalides, Moncey, Inspector Geral da Gendarmerie, e Pérignon no governo militar de Parma e Piacenza. Sem dúvida, uma medida para os manter ocupados e satisfeitos na sua utilidade ao império, mesmo com papéis secundários em comparação com os restantes elementos da sua classe.

Os domínios germânicos

As terras para além do Reno foram dos territórios mais marcados pela influência napoleónica. Napoleão faria das terras germânicas um dos seus mais importantes domínios constituindo aí a Confederação do Reno, após pôr fim ao Sacro Império Romano, limitando o poder prussiano e austríaco, conseguindo mesmo diminuir o território dos prussianos. Saxónia, Vurtemberg (Württemberg) e a Baviera tornaram-se aliados e protegidos de Napoleão. A guerra de influências já havia começado com o consulado, com Hanôver a ser tomada pelo ainda general Mortier. Em Maio de 1804 seria o primeiro território governado por um marechal do império, Bernadotte, que já havia revelado em 1794, na cidade de Maastricht, uma forma de governo virada para a disciplina das tropas e boas relações. Mal chegou à cidade, uma das primeiras medidas

foi o fim das pilhagens e habitação gratuita por parte dos soldados¹⁴⁵. Fez igualmente esforços para melhorar as condições dos habitantes e protege-los das durezas económicas de um país ocupado. Como sempre o seu porte altivo, o comportamento nobre e cortês foram o mote de Bernadotte junto da elite local, conquistado-a com o seu charme, apesar de ter as suas típicas iras gascãs, as *gasconades*, que acompanhavam também Lannes e Murat. Em poucas palavras, Bernadotte podia ser simpático com uma mão e dura com outra, caso fossem necessárias medidas extremas. Seriam estas mesmas características que governariam as Cidades Hanseáticas e levariam o homem de Béarn a ser adorado pelas tropas suecas de Lübeck.

Quanto a Hanôver, as ordens de Paris eram claras, Bernadotte deveria destruir qualquer ligação comercial com a Inglaterra, principal fonte de rendimento hanoveriana, e a cidade deveria providenciar a subsistência do exército de ocupação, alimentos e salários, uma prática comum ao longo do império. Bernadotte gozava de fama de organizador, fruto do que fizera no ministério de guerra, e, de forma a cumprir com o seu imperador, reuniu-se de imediato com as autoridades locais para se inteirar da produção nacional, taxação, rendas e dívida que Hanôver possuía. Plunket Barton refere que o governo de Bernadotte foi popular e visto como nobre, devido a ter privilegiado a ordem e disciplina entre as tropas, procurar as causas da prosperidade local e ter aumentado a sua popularidade através da gestão da sua aparição em público, através de actos de clemência bem preparados¹⁴⁶. Nem tudo foi bom, sofreu do mesmo problema que padeceriam os territórios anexados pelo império: falta de dinheiro numa cidade dependente dos rendimentos do proibido comércio com os ingleses. Tentou que Napoleão lhe cedesse os 800 000 francos do principado de Bentheim para pagar ao exército, supostamente recebeu apenas 30 000, mas conseguiria por parte de Napoleão cerca de 200 000 quintais de cereais, tendo sido no entanto avisado das intrigas hanoverianas e do excessivo esplendor da corte local¹⁴⁷.

O imperador demonstrava estar atento ao que se passava, especialmente às acções de subterfúgio locais. Para resolver a questão financeira tentou sem sucesso empréstimos junto das Cidades Hanseáticas. Hamburgo recusou por falta de condições e Bremen teve que ser forçada a emprestar dinheiro após Bernadotte ameaçar o Senado da cidade que

¹⁴⁵ HEATHCOTE, T.A., *Serjent Belle Jambe- Bernadotte, Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 27;

¹⁴⁶ BARTON, D. Plunket, *Bernadotte and Napoleon 1763-1810*, London, John Murray, 1921, p. 94;

¹⁴⁷ Idem, ibidem, pp. 97-98;

prenderia todos os cidadãos de Bremen em Hanôver sob a acusação de espiões e com respetiva execução¹⁴⁸. O governo de Bernadotte duraria mais de um ano, partindo em Agosto de 1805 para a campanha do Ulm. Não seria o seu último governo em terras germânicas.

A campanha de Jena de 1806 continuaria a demanda napoleónica pelo domínio das terras alemãs. As Cidades Hanseáticas de Hamburgo, Bremen e Lübeck haviam sido ocupadas pelos prussianos, razão ideal para estas poderem ser reocupadas pelos franceses. Os motivos para a sua conquista foram vários, detinham riqueza e capacidade para fornecer dinheiro e material para sustentar o exército, podiam contribuir para a marinha francesa com os seus marinheiros e navios e possuíam uma presença significativa de população inglesa e emigrados franceses. Também contribuiu em muito o facto de Hamburgo ser uma grande cidade mercantil, visto ser um dos principais distribuidores de produtos ingleses na Europa, fruto da sua localização no Elba. Se Napoleão queria impor o Bloqueio Continental e ter um ascendente hegemónico no centro europeu, as cidades Hanseáticas eram uma peça importante para atingir os seus objectivos. O primeiro governador militar foi o marechal do império Brune, que se fez acompanhar pelo cônsul Lachevardier e pelo ministro plenipotenciário Louis Bourrienne, antigo secretário de Napoleão. Estes deveriam negociar uma contribuição de 6 milhões de francos por parte de Hamburgo e de mais 2 milhões a cada 3 meses¹⁴⁹. Brune veio com um papel ainda militar, fruto do descurso da campanha polaca. Assim o exército teve inicialmente o papel de policiar a população enquanto Brune se ocupou da conquista da Pomerânia sueca, missão bem sucedida, mas a conclusão custou-lhe, como referido anteriormente, o cargo de governador e respectivo “exílio”. O seu sucessor foi Bernadotte que entrou no cargo a 14 Julho de 1807, pouco tempo depois do Tratado de Tilsit. Encontrou região assolada pela ocupação militar e pelo recente Bloqueio Continental, herdando uma economia que estava entre a estagnação e o declínio. As consequências económicas já estavam à vista, com as indústrias locais a fecharem por falta de carvão, tabaco e impostos elevados sobre o rum açúcar e outros produtos coloniais. Várias habitações de uso público foram usadas para aquartelar soldados, como a Casa dos Pobres de Hamburgo. Para combater o

¹⁴⁸ FISHER, Herbert A.L., *Studies in Napoleonic Statesmanship in Germany*, Oxford, Clarendon Press, 1903, p. 64;

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, pp. 333-334;

contrabando vieram cerca de 300 agentes alfandegários, os *dounaiers*, até aos fins do ano de 1807¹⁵⁰.

Bernadotte tinha um desafio mais complicado que Hanôver quando entrou, a 23 de Julho, em Hamburgo. As circunstâncias aparentemente eram iguais, combater o comércio inglês e procurar subsistência para o exército, mas agora em maior escala. Os ingleses desafiaram o bloqueio através da ilha de Altona, um importante centro de contrabando e receita para os ingleses e hanseáticos que procuravam outros rendimentos. Conjugando isto com as consequências económicas anteriores, era difícil para Bernadotte obter os 400 000 francos necessários para despesas mensais do soldo dos soldados. Apesar de tudo, em 1807 conseguiu-se 10 milhões de francos para sustentar as forças francesas¹⁵¹. Para a habitação dos soldados solicitou-se adegas, caves e sótãos enquanto os oficiais ficavam em estalagens, sendo ainda necessário que as cidades providenciassem as rações diárias de carne, pão, brandy e legumes. Bernadotte incitava à queima de produtos ingleses em público e à vigilância e revista das populações litorais e de zonas ribeirinhas. Outra resposta para com o bloqueio foi através das autoridades francesas enviadas por Napoleão, que iniciaram um programa de limitação de entradas a estrangeiros, sendo necessário documentos de identidade pessoal, dar provas de residência e profissão. Quanto ao pedido de marinheiros para a Marinha francesa, este enviou 3000 marinheiros após recrutação em 1808¹⁵², cumprindo com o estabelecido pelo imperador. Bernadotte, tal como em Hanôver, tentou cativar a população, mantendo o exército disciplinado e com acções públicas de charme, como a parada militar de 15 de Agosto de 1807, em que ele e La Romana honraram o nascimento de Napoleão, e o suposto tratamento dado a De Bonald, que havia publicado livros onde acusou Napoleão de bandidagem e criticou Bernadotte. O marechal chamou-o e repreendeu-o, ordenando a queima dos livros. Sabendo da situação precária de De Bonald, Bernadotte pagou os livros, um acto que o converteu num dos apoiantes de Bernadotte na cidade¹⁵³.

¹⁵⁰ HAIDINGER, Brendan, *The Napoleonic Empire and the Making of Modern Public: Policing, Politics and Parades in XIX Century Hamburg 1805-1830*, Virginia Commonwealth University, 2013, p. 28;

¹⁵¹ AELSTAD, Katherine, «Paying for War: Experiences of Napoleonic Rule in the Hanseatic Cities», *Central European History* n.º39, Conference Group for Central European History of the American Historical Association, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p. 652;

¹⁵² FISHER, Herbert A.L., *Studies in Napoleonic Statesmanship in Germany*, Oxford, Clarendon Press, 1903, p. 338;

¹⁵³ BARTON, D. Plunket,, *Bernadotte and Napoleon 1763-1810*, London, John Murray, 1921, p. 200;

O marechal considerava que através da ordem e dignidade podia obter a gratidão da população. Além de governar as cidades deveria dar alguma atenção à Dinamarca, fosse para a ajudar ou mesmo para declarar guerra, caso esta não entrasse no bloqueio. Após o fulgurante ataque inglês a Copenhaga, expectava-se que os dinamarqueses se tornassem aliados da França e a intransigência sueca passava a ser o alvo seguinte. Bernadotte ocupou a Dinamarca tendo agora então um papel diplomático. Deveria manter boas relações com as autoridades dinamarqueses e com as forças espanholas de La Romana. O objectivo seria uma possível invasão da Suécia, mas cedo isso ficou de parte com o sucedido no Motim de Aranjuez, a 17 de Março de 1808, uma sublevação popular contra Carlos IV de Espanha e a favor do Príncipe Fernando. Esta revolta espanhola obrigou Berthier a informar Bernadotte que mantivesse em segredo o evento, para não haver motins nas forças espanholas. Mas estes souberam do evento e planearam, em conjunto com os ingleses, a sua fuga. Cerca de 9000 espanhóis, e o próprio La Romana, escaparam sem Bernadotte se aperceber, um falhanço grave na sua missão dinamarquesa, apesar dos elogios dos locais e de ter sido recompensado por estes com a Ordem do Elefante pelo seu bom governo. Para piorar, o seu delegado em Hamburgo, general Dupas, abusou da autoridade a ponto de ter sido obrigado a impor a lei marcial perante os insurrectos de Hamburgo, e a vida de luxo que levava também não agradou à população ou a Bernadotte. O marechal do império enviou uma carta a Bourrienne a criticar duramente comportamento de Dupas e o da população, salientando que também houve aproveitamento dos revoltosos¹⁵⁴. Apesar do esforço em não oprimir a população, Bernadotte teve de manter a política de manutenção da ordem, cada vez mais difícil quando se começaram a observar os efeitos da inflação, do desemprego e fuga de vários membros da classe burguesa para Mecklemburgo, a ponto de venderem os seus pertences para fugirem à pressão dos preços em Hamburgo. No inverno de 1808-1809 o Senado de Hamburgo e o Mestre do Burgo chegaram à conclusão que apenas 2000 dos 100000 habitantes podiam contribuir e que em Lubeck cerca de 1000 famílias subsistiam da caridade¹⁵⁵. Uma região que vivia do comércio marítimo via-se sucumbir cada vez mais e era obrigada a procurar no contrabando os seus rendimentos.

Bernadotte terminaria o seu governo alemão em Abril de 1809, sem antes ter provocado a ira de Napoleão ao negociar um armistício, sem sua autorização, com Carlos

¹⁵⁴ BARTON, D. Plunket, *Bernadotte and Napoleon 1763-1810*, London, John Murray, 1921, p. 198;

¹⁵⁵ FISHER, Herbert A.L., *Studies in Napoleonic Statesmanship in Germany*, Oxford, Clarendon Press, 1903, p. 338;

XIII da Suécia, quando este estava em guerra com a Rússia. Iria assumir o comando do IX Corpo Saxónico na futura campanha do Danúbio. Outro marechal viria a governar as cidades Hanseáticas e tal como Bernadotte privilegiava a ordem e disciplina dos seus soldados, sendo, no entanto, uma figura mais autoritária no controlo da população e conhecido por uma extrema honestidade e incorruptibilidade. Não era por acaso que Louis Nicolas Davout era conhecido pelo Tirano ou Marechal de Ferro pelos seus contemporâneos militares e visto como a solução ideal para impor o Bloqueio Continental nas Cidades Hanseáticas. Mas as condições seriam diferentes das de Bernadotte e Brune. Estes foram governantes militares, havia um poder civil no Senado de Hamburgo e a própria França enviou o seu plenipotenciário na pessoa de Bourrienne. O que esperava Davout era o cargo de Governador-geral dos departamentos do Ems Superieur, Bouches de Wésér e Bouches d'Elbe, criados através do *senatus-consultum* de 13 Dezembro de 1810 e constituídos pelas cidades de Hanôver, Lauemburg, Oldenburg e as Cidades Hanseáticas. Eram agora parte da *Cours Impériale* e as *Bonne Villes Hanseatiques* integravam o império francês¹⁵⁶.

Caracterizado por Herbert Fisher¹⁵⁷ como homem direito, disciplinado e fiel servidor do seu mestre, Napoleão, Davout comprovou esta faceta no primeiro mês do seu novo cargo, extinguindo o Senado de Hamburgo e o Conselho de Cidadãos tendo depois instaurado um novo conselho municipal sob a tutela de um prefeito francês, Barnon de Conick-Dutrive. Outros franceses assumiram diversos cargos, com Chaban a ser o Intendente Geral das Finanças e do Interior e a direcção geral da polícia entregue a Brun D'Aubingnosc. Era o assumir do poder civil por parte das autoridades francesas, que prosseguiu através de uma comissão encabeçada por Davout, Faure e Chaban¹⁵⁸. Entre 9 de Fevereiro e 31 de Dezembro de 1811 esta entidade implementou o sistema administrativo francês com o Código Civil na base, traduzido para alemão, do novo governo. Entre Fevereiro e Março desse ano, a Justiça foi das primeiras instituições a serem organizadas, com o tribunal imperial em Hamburgo, com quatro câmaras: duas civis, uma criminal e uma constitucional. Cada cantão teria um juiz de paz e cada *arrondissement* um tribunal de primeira instância¹⁵⁹. Os novos cargos administrativos e

¹⁵⁶ HADINGER, Brendan, *The Napoleonic Empire and the Making of Modern Public: Policing, Politics and Parades in XIX Century Hamburg 1805-1830*, Virginia Commonwealth University, 2013, pp. 39-40;

¹⁵⁷ FISHER, Herbert A.L., *Studies in Napoleonic Statesmanship in Germany*, Oxford, Clarendon Press, 1903, p. 343;

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 345;

¹⁵⁹ Idem, p. 346;

corpos legais tinham como objectivo providenciar uma nova unidade, segurança e controlo centralizado para o governo francês. Para evitar problemas, vários membros locais foram integrados para assegurar a cooperação e confiança da população local. Katherine Aelstad considera que havia elementos progressivos nas novas reformas administrativas e legais francesas, especialmente na separação dos poderes judicial e executivo, facto que até o crítico do domínio francês, Friedrich Perthes, viu com bons olhos, vendo estes como avanços administrativos¹⁶⁰. Não seria o único ponto positivo, haveria a igualdade religiosa, regulação da saúde pública e um planeamento urbano organizado. Estas medidas administrativas e a anexação ainda deram esperanças de que as coisas seriam melhores que as anteriores ocupações militares, especialmente quanto à possibilidade de comercializar com as restantes cidades livres francesas. Mas não foi suficiente com a permanente economia de guerra e medidas exigentes e duras de Davout em manter a ordem e o bloqueio.

Tal como Bernadotte, Davout usou a queima de produtos ingleses para intimidar quaisquer tentativas de contrabando e deu também a ordem de que qualquer contacto com as ilhas de Altona, Flensburg e Helgoland seriam vistos como actos de espionagem. Contudo, o pior nem veio só dos franceses, houve uma viragem na política de contrabando dos ingleses no Báltico, virando-se agora para o mercado sueco e deixando de parte do seu contra-bloqueio as cidades Hanseáticas. O resultado notou-se logo num ano, até Março de 1811 haviam chegado 162 toneladas de café, 26,9 toneladas de açúcar, normalmente escondido na areia, e 12,7 toneladas de pimenta¹⁶¹. A partir desse mês até Abril de 1812 os produtos coloniais sofreram uma dura baixa com a política inglesa, agora era claramente virada para o consumo local tendo chegado num ano apenas 274 kg de açúcar, 58 kg de cacau e 48 kg de chá. O contrabando deixou de ser lucrativo, os rendimentos e o risco levaram ao aumento do desemprego e a pressão do bloqueio foi tanta que marinheiros e pescadores foram abandonando as actividades. Davout respondeu a esta precariedade laboral com um programa de construção naval, requisição de desempregados para a construção de estradas e aumento da idade de conscrição até aos 50 anos¹⁶², medidas que pouco afectaram o constante crescimento da pobreza e da

¹⁶⁰ AELSTAD, Katherine, «Paying for War: Experiences of Napoleonic Rule in the Hanseatic Cities», *Central European History*, n.º39, Conference Group for Central European History of the American Historical Association, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p. 654;

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, pp. 655-656;

¹⁶² Idem, p. 656;

população prisional devido a cada vez mais cidadãos tentarem actividades ilegais como forma de sustento. Para além do policiamento ter sido reforçado e dividido pelos cantões, foi implementada a censura e proibiram-se vários jornais locais como forma de controlar a população e a opinião pública. Outra consequência da centralização foi o agravamento da pobreza, pois acabou com as acções de instituições de caridade como o Apoio Geral aos Pobres de Hamburgo, pois o Senado normalmente dava apoio a estas entidades bem como a hospitais e orfanatos.

Em 1812, Davout havia cumprido com o Bloqueio, fruto das suas medidas e da viragem dos ingleses para o comércio com suecos e russos, e estava então a preparar o Corpo de Observação do Elba para a invasão à Rússia. A população da região estava depauperada e fora explorada para sustentar e fornecer material a esta força. Quando Davout partiu para a campanha russa, a polícia francesa havia conseguido garantir a ordem sem intervenção das tropas imperiais. No entanto, a constante arrogância das autoridades francesas, a derrota da invasão francesa na Rússia e a consequente marcha russa no território acabou por resultar em revolta por parte dos cidadãos hanseáticos. Contudo foi sol de pouca de dura, o rejúbilo acabaria quando Davout reocupou Hamburgo a 29 de Abril de 1813, defendendo a cidade mesmo para além da abdicação de Napoleão.

A Questão Polaca

As Cidades Hanseáticas não foram o primeiro cargo administrativo de Davout, já havia governado o Grão-Ducado de Varsóvia. Tal como nas cidades alemãs, revelou em terras polacas a mesma persistência em servir fielmente Napoleão, ter o exército devidamente sustentado e sob o jugo da ordem e disciplina, e acima de tudo um olhar atento, e controlador, sob as autoridades locais. Ao contrário do quase domínio absoluto que teve entre 1810 a 1812 nos departamentos alemães, Davout teria de partilhar o poder com um governo provisório local, criado a 30 de Junho de 1807, e também de acompanhar sua evolução. Se nos alemães a face autoritária e de zelo do marechal foi a que mais esteve à vista, com os polacos iremos observar o lado idealista de Davout, ainda fiel aos princípios da Revolução Francesa e de uma classe burguesa e liberal.

O biógrafo Gabriel de Chénier assinala a data de 15 de Julho de 1807 como da nomeação de Davout para governador militar do Grão-Ducado de Varsóvia, tendo sob a sua responsabilidade todo o território, todos os soldados aí aquartelados, a defesa, a organização da artilharia e engenharia militar, e, dois pontos importantes e da área civil: a organização dos poderes locais (políticos, judiciais e civis) e a administração

municipal¹⁶³. O lado da ordem e disciplina surge logo de imediato com uma proclamação a avisar que as autoridades locais podiam recusar os comandantes que abusassem da autoridade, devendo denunciar os seus nomes e graduações, salientando que apenas o imperador tinha o poder para exigir as indemnizações. A declaração foi traduzida em francês, polaco e alemão, tendo sido enviada directamente para as comissões administrativas do ducado e magistrados das principais cidades, com ordens para a transmitir às autoridades locais. Uma outra acção para melhor controlo da população foi a adopção do registo de estrangeiros e o estabelecimento de uma polícia militar e outra civil em Varsóvia. Davout era um homem metódico, dado ao pormenor no seu trabalho e fazia questão de estar preparado para qualquer eventualidade, aprendendo os costumes locais e as ideias políticas que dominavam o meio polaco, de forma a compreendê-los. É aqui que começa a aparecer em foco o lado idealista de Davout. Cedo se apercebeu da divisão da sociedade polaca em três grupos; o da alta nobreza, o da baixa nobreza e do povo, havendo, no entanto, dois partidos claros que lutavam pelo domínio político: o constituído pela grande nobreza e seus acólitos, vistos como intriguistas por Davout e agarrado aos seus privilégios feudais e ao fim da servidão e que olhavam para a Rússia com afecção, apesar de detestarem os prussianos e austríacos; e o partido liberal com alguns membros da alta nobreza e baixa nobreza, mais virados para a ideia de constituição, ideais revolucionários franceses e mais próximos dos interesses da França¹⁶⁴.

A servidão estava vigente e a oligarquia polaca dominante, não apreciava as ideias liberais francesas ou mesmo a adopção de uma monarquia constitucional. A ideia de Davout de uma regeneração política com base na baixa nobreza era um desafio complicado. De nada valeram as constantes cartas a Napoleão a avisar do ambiente de intriga existente e pedir que apoiasse o partido liberal, mais numeroso e mais dado à França segundo o marechal, chegando a enviar uma carta de um patriota polaco anónimo, e que Napoleão identificaria como sendo de Zajoncheck¹⁶⁵. A resposta de Napoleão foi que Davout deveria habituar-se ao ambiente intriguista da elite polaca. Acima de tudo Napoleão pretendia um governo provisório com base na alta nobreza polaca, de forma a oligarquia vigente fosse influenciada pelo governo francês. A constituição tornou-se tema

¹⁶³ CHÉRIER, Gabriel de, *Histoire de la vie Militaire, Politique et Administrative du Marechal Davout*, Paris, Cosse, Marshal et Cie, 1866, p. 183;

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, pp. 226-229;

¹⁶⁵ Idem, p. 247;

central, especialmente quanto à desamortização dos bens da igreja e ao fim da servidão. Apesar de ver a sua opinião ignorada, Davout manteve Napoleão informado de todas as acções do governo e da constituição deste, chegando a enviar um relatório com uma análise a cada membro do governo, entre os quais Poniatowski, visto com preguiçoso, dado a favoritos e a mulheres¹⁶⁶. Esta opinião de Davout mudaria conforme iria conhecendo o príncipe polaco e devido à actividade deste na organização do exército polaco.

Existiria mais tarde novo choque com o governo provisório, desta vez em relação às dotações dos feudos imperiais impostos por Napoleão no decreto de 30 de Junho e 1807. O marechal relatou que tal medida não era bem vista e chegou a recusar os feudos destinados a ele. Os discursos tornaram-se mais críticos quando o governo provisório exigiu que os franceses pagassem os impostos dos seus feudos ao governo e até usaram Davout como exemplo, pois este pagava por iniciativa própria aos polacos. Napoleão recusaria, justificando que se tratavam de territórios conquistados à Prússia¹⁶⁷. Outro problema era as finanças do estado polaco, que resultou num empréstimo pedido a Berlim e à hipoteca de bens nacionais. Quanto à administração, inicialmente os funcionários polacos nomeados pelo governo provisório foram sendo acompanhados por franceses e comissários de guerra, no entanto não estavam sob a alçada directa de Davout, mas sim do Governo Provisório. O Código Napoléonico passou por dificuldades aquando da sua introdução, a 13 de Junho de 1808. Os tribunais e administração ficaram em estado de desordem, pois não foram efectuadas medidas preliminares para a transição das leis antigas para as novas.

Enquanto decorria esta transição, Davout concentrou-se no que costumava ser o seu principal objectivo: o sustento do exército e respectiva ordem e disciplina. O marechal posicionou as suas divisões em Narew, Varsóvia e no Vistula, perto de Thorn, mantendo-os ocupados com a reconstrução das defesas do Thorn, Pultusk e outras praças-fortes nos rios Narew e Vistula. Promoveu igualmente a introdução de judeus no exército, como guias, e as sinagogas deviam dar um certo número de soldados. Recebeu de Pierre Daru, Intendente Geral da *Intendance*, uma carta que lhe aconselhava a construir armazéns de forma a não sobrecarregar a população, o que vai de encontro à forma de gestão do

¹⁶⁶ CHÉRIER, Gabriel de, *Histoire de la vie Militaire, Politique et Administrative du Marechal Davout*, Paris, Cosse, Marshal et Cie, 1866, pp. 193-194;

¹⁶⁷ Idem, ibidem, p. 238;

marechal¹⁶⁸. Teve problemas de fornecimento, especialmente da carne, e foi obrigado a pedir aos russos de Vilnius para a fornecerem. Chocaria muitas vezes com Berthier quanto a quem pagava a subsistência do exército e as obras nas estruturas defensivas, armazéns e hospitais que efectuou. Perante o seu superior, Berthier era o segundo da hierarquia por ser o Major General da *Grande Armée*, argumentou que era difícil para a população local suportar tais custos fruto de ainda não haver instituições políticas estabilizadas e não ter capacidade industrial e comercial para suportar tais gastos¹⁶⁹. Apesar de ser um homem com fama de austero e rigidez, fez questão de abrir os armazéns à população para serem vendidos a esta, fruto das práticas fraudulentas dos comerciantes locais. Davout recusou mesmo tirar o gado que precisava à população por medo de criar fome e tirar o sustento dos já precários habitantes polacos. Apesar de ser tão diferente do seu rival Bernadotte, seguia as mesmas linhas e sabia quão importante era ter a população do seu lado. A ordem e disciplina eram tão importantes que este não só punia fraudes efectuadas pelos seus militares como também se queixou de um marechal, Ney, a Napoleão, devido este e o seu VI Corpo terem tido uma passagem de desordem e pilhagem em Varsóvia¹⁷⁰. A atitude excessiva no zelo era algo característico de Davout tendo numa outra situação supostamente repreendido de forma brutal, e injusta, o general Eppler acusado de pedir de forma ilegal contribuições. Viria-se a verificar, através de Trobbiant, que havia sido o ajudante de campo de Eppler a fazer as ilegalidades, levando marechal a pedir desculpa ao general¹⁷¹. Davout viria a partir para Breslau onde assumiria a 12 de Outubro de 1808 o comando do Exército do Reno, terminando assim o seu período polaco.

A Quimera Ibérica

A 8 de Fevereiro de 1810 Napoleão decretou a constituição de quatro governos militares em Espanha: Catalunha, Navarra, País Basco e Aragão¹⁷². Na prática estas tornavam-se províncias imperiais sob o controlo directo de Paris. A constante drenagem de fundos para a guerra espanhola estava a ser uma das dores de cabeça do Império Francês e pretendia-se com esta medida ter um controlo mais efectivo das finanças. Como consequência enfraqueceu-se ainda mais o poder político de José Bonaparte, que viria a

¹⁶⁸ CHÉRIER, Gabriel de, *Histoire de la vie Militaire, Politique et Administrative du Mârechal Davout*, Paris, Cosse, Marshal et Cie, 1866, pp. 204-205;

¹⁶⁹ Idem, ibidem, pp. 211-212;

¹⁷⁰ Idem, p. 202;

¹⁷¹ Idem, pp. 271-272;

¹⁷² ESPÉES, Carlos Franco de, « La administración Francesa en Aragón: el gobierno der mariscal Suchet 1809-1813», *Dossier La Ocupación francesa de España 1808-1814: Ejército, política y administración*, Carlos Franco de Espés (coord.) Jerónimo Zurita, 2016, pp. 90-91;

receber novo “golpe” fratricida quando a 14 de Julho de 1810 a Andaluzia, o seu projecto de conquista, passou também a ser controlada por um governo militar que respondia apenas a Paris, mantendo-se Soult no novo cargo em Sevilha. Quanto às anteriores, apenas a Catalunha seria governada por um marechal, Augereau, enquanto as restantes estavam em mãos de generais de divisão, entre os quais Suchet em Aragão. Estes governadores provinciais deteriam o poder militar e civil, assumindo a administração da justiça, finanças e polícia. Nas ordens dadas a Suchet estava bem explícito, e foi o mesmo para todos, que deveriam receber ordens apenas do imperador, aproveitar os recursos da região e impedir que os insurgentes se aproveitem destes.

A guerrilha, a relação com a população, a necessidade de obter fundos e ao mesmo tempo estar em campanha para pacificar a região, ou expandi-la, através da conquista das principais praças locais e a relação com Paris foi um desafio que retirou energias aos governadores militares a ponto do sucesso ser efémero em muitos casos e o fracasso levar a retrocessos ou mesmo a afastamento. Augereau foi uma dessas vítimas sendo substituído pelo Marechal MacDonald, que viria a sucumbir também aos obstáculos ibéricos. Tanto um como outro tiveram aproximações diferentes no seu governo da Catalunha, Augereau revelou-se mais reformista e progressista enquanto MacDonald preferiu ser pragmático e mais realista quanto às acções políticas na região. Apesar destas diferenças governativas, ambos procuraram o mesmo: melhorar a disciplina dos soldados e limitar os seus abusos junto da povoação civil, fomentar a economia local, introduzir uma administração eficiente e satisfazer os locais¹⁷³. Augereau foi o que tentou mais nesta última parte. Nomeado a 24 de Janeiro de 1810, uma das suas primeiras acções foi a promoção do catalão como língua oficial e fez questão de publicar o decreto imperial do novo governo em catalão na cidade de Gerona a 16 de Março de 1810¹⁷⁴. Esta aproximação aos catalães e ao seu orgulho, não ficou por aqui. A 18 de Março publica-se nova proclamação que evoca as glórias medievais catalães, as relações coma França desde Carlos Magno e a promessa que Napoleão devolveria à região a sua grandeza civil e económica¹⁷⁵. Para cumprir com tal objectivo, Augereau tinha sérios obstáculos que iam

¹⁷³ VERDAGUER, Maties Ramisa, «La Guerra del Francès a Catalunya», 2008, pp. 3-4; Retirado do site: <https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2008/frances/article3.pdf>

¹⁷⁴ MERCADER I RIBA, Juan, «L’ oficialitat del català sota la dominació napoleónica», *Bulletín de la Societat Catalana d’Estudis Històrics*, II, 1953, p. 7;

¹⁷⁵ MERCADER I RIBA, Juan, «La ideologia dels Catalans de 1808, La Guerra del Francès i la dominació napoleónica», *Miscellanea Aqualatensia*, nº5, 1987, p. 86;

para além da guerrilha, pois o governo anterior, de Duhesme, fora caracterizado pela corrupção e dado a favoritos dentro da Comissão dos Emigrados.

A administração civil e a sua organização foi o desafio mais complicado e que levou em parte ao seu fracasso na Catalunha. Tentou logo de imediato fazer uma purga dos “duhemistas”, destituindo Duhesme e cerca de 200 funcionários, e criou uma comissão para investigar os actos de corrupção do anterior governo, o que resultou na obtenção de vários inimigos internos¹⁷⁶. Para o ajudar na reorganização tomou como braço direito Tomás de Puig, adepto do modelo administrativo francês e que viria a ser corregedor de Girona e Comissário Real, e outros catalães ligados à ala liberal como Ferrater e Pujol i March. A ideia era a implementação de um sistema judicial à francesa, de forma a abrir caminho para o Código Civil. O lado reformista de Augereau chegou também à questão da divisão territorial, enviando uma carta a Napoleão sobre as suas intenções, bem como a Clarke, tendo nesta não só relatado o seu plano como também o pedido de a curto prazo a Catalunha passar a departamento francês¹⁷⁷. Clarke, provavelmente com autorização do imperador, deu liberdade a Augereau para fazer a divisão territorial, aconselhando-o a ter em conta a natureza geográfica da região. Augereau passou a organizar o território em quatro *corregimientos* em vez dos anteriores 12, de forma a facilitar a administração da Catalunha. Reus, Gerona, Barcelona e Seo do Urgel passavam a ser os principais territórios catalães geridos pelo seu corregedor que teria a ajuda do sub-corregedor. A hierarquia territorial engendrada por Augereau passava pelo *corregimiento*, *sub corregimiento*, *cantón* e *comuna*, baseando em parte no modelo francês¹⁷⁸. Para ajudar no policiamento foi criada uma guarda nacional autóctone. Apesar de possuir iniciativa Augereau obteve vários fracassos: a administração tornou-se ineficiente, fruto de tantas demissões, não conseguiu conquistar Girona, a indisciplina manteve-se e o problema do fornecimento estava cada vez pior com o bloqueio da frota inglesa desde as Baleares. Devido a esta ameaça a subsistência da população dependia de Aragão e do abastecimento da França, com comboios vindos de Perpignan e pequenos navios de Languedoc e Provença que conseguiam ultrapassar a vigilância inglesa. Durou apenas quatro meses o governo de Augereau, sendo substituído por MacDonald a 23 de

¹⁷⁶ VERDAGUER, Maties Ramisa, «La Guerra del Francês» a Catalunya, 2008, pp 7;Retirado do site: Retirado do site: <https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2008/frances/article3.pdf>

¹⁷⁷ MERCADER I RIBA, Juan, «Las divisiones territoriales napoleónicas, La Guerra del Francês i la dominacio napoleónica», *Miscellanea Aqualatensia*, nº5, 1987, p. 168;

¹⁷⁸ Idem, ibidem, p. 173;

Junho de 1810. Duas das suas medidas seriam abandonadas, o catalão como língua oficial e a divisão territorial, passando a divisão territorial a ser em departamentos: del Ter, Montserrat, Bocas del Ebro e Segre¹⁷⁹.

Recentemente feito marechal pelo seu feito em Wagram, o outrora pária MacDonald assumia o controlo da Catalunha e da *Armée du Catalogne*. A língua francesa e o castelhano voltaram a ser as línguas oficiais do território, fruto do marechal defender o afrancesamento da administração. Tal como Augereau, publica a sua proclamação só que nas duas línguas oficiais no *Diari del Govern de Catalunya e Barcelona*, demonstrando assim a sua posição perante os catalães. Fez igualmente questão de retirar Tomás Puig do cargo de corregedor de Gerona e colocou no seu lugar Rouyer de Lametz. No entanto, nem tudo foi quebra, manteve a aproximação aos notáveis catalães criando uma comissão permanente e fez questão de defender a economia local contra os efeitos do bloqueio. Prometeu a publicação de um decreto que autoriza a entrada na Catalunha das então proibidas mercadorias coloniais, sendo estas posteriormente destinadas à França¹⁸⁰. Cumpriu com esta promessa, publicando a 12 de Dezembro o documento que autorizava os donos das mercadorias a comercializar, mediante troca de 20% de taxa pelos direitos de comércio e 10% os que trazerem cereais, farinha e outros alimentos¹⁸¹.

MacDonald procurava assim não só revitalizar a economia como também acabar com o problema de abastecimento, que obrigavam ao uso de grandes escoltas militares para guardarem os comboios, uma delas chegou a ser comandada pessoalmente pelo marechal que levou 10 000 homens desde Perpignan, a 10 de Junho, até Barcelona, chegando a 18 do mesmo mês. Era cansativo e obrigava os franceses a dividir forças que seriam necessárias para a campanha militar. MacDonald olhou igualmente para a reactivação da indústria têxtil catalã, autorizando a entrada de têxteis franceses com uma taxa de 15%. Macdonald revelou-se mais activo que Augereau nesta parte, tendo o objectivo de substituir o regime aduaneiro de 1808, pois as tarifas, segundo Mercader y Riba¹⁸², não convinham à Catalunha, que não disfrutava das vantagens da cidadania francesa e a anexação não tinha resultado numa fusão económica. Era assim complicado para MacDonald conjugar os interesses do exército, dos catalães e dos franceses,

¹⁷⁹ MERCADER I RIBA, Juan, «Las divisiones territoriales napoleónicas, La Guerra del Francés i la dominació napoleónica», *Miscellanea Aqualatensia*, nº5, 1987, p. 187

¹⁸⁰ MERCADER I RIBA, Juan, «Espanã en El bloqueo Continental, La Guerra del Francés i la dominació napoleónica», *Miscellanea Aqualatensia*, nº5, 1987, p. 133;

¹⁸¹ Idem, *ibidem*, p.134;

¹⁸² Idem, p.149;

acabando por ter resultados escassos e ainda por cima Napoleão obrigou MacDonald a impor os decretos de Trianon e Fontainebleau quanto à entrada dos produtos coloniais. Hankinson fala que Augereau adoptou uma atitude de repressão enquanto MacDonald tentou um lado mais gentil no seu governo, uma afirmação muito redutora para ambas as partes. Não se pode ignorar o esforço para a entrada do liberalismo e orgulho catalão por parte de Augereau, e que teria como consequência a tentativa de traduzir o Código Civil em 1812, que não conseguiu ser concluído devido ao abandono do território.

Quanto ao esforço militar, MacDonald efectuou operações no sul da Catalunha com Suchet tendo em vista a captura de Tortosa, tendo sido mais tarde obrigado a ceder um enorme contingente ao comandante do Exército de Aragão quando o objectivo passou a ser Tarragona. Estas forças fariam falta a MacDonald em futuros eventos, tendo mais tarde obtido alguns fracassos, como a perda da fortaleza de Figueras, recuperada com novo cerco, entre 10 de Abril a 19 de Agosto de 1811, e uma derrota em Pla , 15 de Janeiro de 1811, perante as forças de Pedro Sarsfield e Campoverde. Em relação ao cerco de Figueras chegou a pedir ajuda a Suchet mas este recusou devido à distância que ficava a fortaleza do seu centro de operações e de estar a efectuar o já duro cerco à cidade de Tarragona. Um ataque de gota enfraqueceria o estado físico de MacDonald que acabou por sair da Catalunha a 29 de Setembro de 1811, sendo substituído por Decaen, devido a insatisfação de Napoleão com a campanha militar do marechal. O seu aliado de Aragão, Suchet, acabaria por se tornar marechal a 8 de Julho de 1811 devido à captura de Tarragona.

O seu caso enquanto governador é um tópico complexo e que seria incompleto se fosse analisado neste capítulo, apesar de ter sido um marechal com o cargo de governador-geral a partir de 8 de Julho de 1811. Isto deve-se ao facto de o seu período de governo de Aragão ter de ser visto num quadro onde a obtenção do marechalato e o período posterior de governo é uma consequência do trabalho já feito entre 1809-1811 por Suchet quando era apenas um general de divisão. Só assim poderemos observar a evolução de Suchet enquanto governador, quais as medidas administrativas implementadas que permitiram que colhesse os frutos enquanto marechal, criando assim a imagem deste militar que foi visto pelos espanhóis como *hombre justo*. Realça-se também a importância da historiografia militar e napoleónica ter em atenção o papel administrativo e militar a longo prazo de um comandante em campanha pois as batalhas por si não contam a história toda dos marechais. O governo de Suchet será devidamente explorado no capítulo dedicado à

meritocracia na ascensão ao marechalato, onde se observará a influência da sua administração civil no sucesso militar e na concessão do bastão.

Vamos diretamente para Sevilha, capital do governo militar andaluz, onde Soutl tomou as rédeas militares e civis da região. Anteriormente Major-General dos exércitos imperiais em Espanha, onde só podia agir sobre as ordens de José I, Soutl via-se agora com maior liberdade no seu comando, dependendo a partir de 14 de Julho de 1810 de Napoleão enquanto governador-geral e comandante do Exército do Sul. Contudo, já antes da oficialização do cargo, assumira um papel de governador em Sevilha quando o rei José I regressou a Madrid. Soutl, nas suas memórias, afirma que deixou as questões civis para as autoridades espanholas, ficando sob a sua alçada as do exército e saúde pública. Sevilha e Andalúzia eram de grande importância, a cidade possuía um importante arsenal e fundição e a região era das mais ricas a nível agrícola. No entanto, o exército tinha de ser reorganizado e havia ainda o cerco de Cádiz, o que levou Soutl a declarar que todos os recursos deviam ser absorvidos pelas hostes militares¹⁸³. Ainda não tinham vindo os fundos de França para pagar o exército, um problema que se prolongaria ao longo do governo de Soutl e que atingiu vários dos exércitos franceses na Península Ibérica. Para piorar havia a desinformação quanto ao real efectivo de Soutl, bem menor em relação ao que Berthier teimava dizer ao marechal “andaluz”.

Tendo um poder maior a partir de Julho de 1810, Soutl procurou os mesmos objectivos dos outros marechais que governaram: tornar a administração mais eficiente, criar um guarda civil autóctone para ajudar no policiamento, revitalizar a economia local para garantir o sustento do exército, pacificar a região e estar atento às operações militares em Cádiz e na fronteira a oeste com Portugal. Não procurou o afrancesamento da administração e a sua devida centralização, mantendo a administração real deixada por José, que até era vista por Soutl como desordenada. Procurou antes colocar aquela no Conde Montarco, o Comissário Geral Real da Andaluzia, uma pessoa de confiança de Soutl, e que manteve em vigência o antigo sistema municipal devido à administração real ser desordenada¹⁸⁴. Para completar colocou o general Sebastiani em Granada e Dessolles em Córdoba. Em relação à população, pediu aos generais que respeitassem os costumes e que haveria firmeza no castigo a insurrectos e protecção aos cidadãos que eram pacíficos

¹⁸³ SOULT, Jean Dieu, *Memórias do Marechal Soutl Sobre a Guerra em Espanha e Portugal*, tradução por Maria Paula Torres Sant’Anna e Nadia Bentahar, Tipografia Guerra, Lisboa, 2009, pp. 116-117;

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*, pp. 171-172;

e submissos à autoridade francesa, chegando mesmo a levantar as proibições de celebrar cerimónias de culto impostas em Málaga¹⁸⁵. A recuperação da Guarda Cívica foi um sucesso, mas Soult salienta que teve de usar uma força de carabineiros espanhóis no combate à guerrilha. No aspecto económico procurou reactivar a exploração do enxofre em Buenamaurel, do cobre nas minas de Linares e Rio Tinto, de forma a alimentar a fundição e a fábrica de pólvora, pedindo ainda a recolha de aço nos portos e de projecteis inimigos¹⁸⁶. São acções que revelam iniciativa, tendo em conta as dificuldades. Renunciou às requisições, que tinham sido feitas então com desigualdade, e impôs uma contribuição única. Deixou que o clero cobrasse a dízima, devendo avisar previamente, e que gerissem os seus terrenos, pois considerava que estes faziam melhor o trabalho¹⁸⁷.

Contudo a abundância inicial deu lugar a crise, consequência da escassez de trigo de 1811 que provocou a inflação e resultou na passagem do défice na produção de alimentos de 1/5 para 1/2, obrigando Soult a medidas mais rígidas, cortando aprovisionamento de cidades, e a outras soluções como importar géneros de Argel¹⁸⁸. O resultado foi o estabelecimento de relações clandestinas com Cádiz, levando Soult a vender mercúrio de Almaden, chumbo de Linares, vinhos finos e frutos secos em troca de arroz, cereais, medicamentos e tecidos¹⁸⁹. Richard Humble afirma que Soult fez fortuna pessoal com estes negócios, a juntar à enorme colecção de arte que foi acumulando na sua estadia em Sevilha¹⁹⁰. Apesar destas suspeitas, Soult afirma que conseguiu o apoio de Madrid a estas transações comerciais, gabando-se de alimentar o interior da Espanha e a Estremadura. Nem tudo teve solução, os soldos continuaram um problema grave por resolver. As contribuições de 1 de Setembro de 1811, 12,5 milhões de francos, estavam atrasadas e não era suficientes num clima de economia de guerra. Faltavam 25.5 milhões de francos e não havia resposta de Madrid e Paris¹⁹¹. Para poder sustentar o exército Soult teve de assegurar contribuições extraordinárias das comunas, vendas por conta do Tesouro e usou os rendimentos obtidos na venda das mercadorias coloniais com os negociantes de Málaga, Sevilha, reduzindo em 1/3 as tarifas. Para piorar

¹⁸⁵ SOULT, Jean Dieu, *Memórias do Marechal Soult Sobre a Guerra em Espanha e Portugal*, tradução por Maria Paula Torres Sant'Anna e Nadia Bentahar, Tipografia Guerra, Lisboa, 2009, p. 173;

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 124;

¹⁸⁷ Idem, p. 173;

¹⁸⁸ Idem, p. 174;

¹⁸⁹ Idem, p. 175;

¹⁹⁰ HUMBLE, Richard, *Napoleon's Peninsular Marshals*, Londres, Redwood Press, MacDonald Editions, 1973, p. 123;

¹⁹¹ SOULT, Jean Dieu, *Memórias do Marechal Soult Sobre a Guerra em Espanha e Portugal*, tradução por Maria Paula Torres Sant'Anna e Nadia Bentahar, Tipografia Guerra, Lisboa, 2009, pp. 176-177;

a situação o exército teve de actuar na conquista das fortalezas de Badajoz, Juromenha, Elvas e Campo Maior, de forma a irem ajudar Masséna, uma operação militar que se revelou alta em custos humanos. A perda de Badajoz e a derrota de Salamanca resultaram na saída de Sevilha, com Soult a deixar a Andalúzia, terminando assim o reinado andaluz do marechal.

Os Balcãs Napoleónicos

Até 25 de Dezembro de 1809, a Dalmácia havia sido governada pela dupla Dandolo, enquanto governador civil do Vice-Reino de Itália, e Marmont, general e governador militar. O italiano era um homem liberal que procurou impor medidas de tendência progressista. Introduziu os juízes da paz, tribunais civis e criminais em Spalato, Zara e Ragusa e preferiu uma adopção parcial do Código Civil, de forma a haver uma transição segura das leis, então uma mistura de bases legais venezianas e austríacas. Apesar da rivalidade com o jovem general, este foi o parceiro ideal na construção de infraestruturas públicas como estradas, minas, serviço postal e hospitais. Quando Marmont, já marechal, assumiu o governo-geral das Províncias Ilírias, foi com naturalidade que prosseguiu com as reformas de Dandolo e, durante algum tempo, o liberal italiano esteve ao lado do Duque de Ragusa, até às clivagens levarem a um ponto de saturação. Tal como Suchet, o governo de Marmont era de continuidade, no entanto existe uma evolução no cargo, passando de governador militar para governador-geral. Isso significava maior responsabilidade e provavelmente Napoleão quis ver se o marechal estava à altura do desafio após a recente promoção, então recebida com reservas no exército. O caso de Marmont será abordado neste capítulo, pois as Províncias Ilírias serviriam para provar que tinha merecido o bastão, e o marechal iria tomar imensas medidas civis e militares para comprovar que estava altura. O seu governo foi tão activo e com vários poderes, que Marmont afirmou que governara a região como um rei.

O território era importante para Napoleão, pela importância estratégica de controlar o Adriático, servir de plataforma de entendimento com os otomanos ou mesmo de ofensiva contra estes ou os austríacos no Norte e ampliava a influência dos franceses sobre o Mediterrâneo e os Balcãs, que eram igualmente cobiçados pela esfera de influência russa. Ambicioso, conhecedor da região, onde fora activo em questões civis, e sedento de provar o seu mérito, Marmont era o homem ideal para o cargo. No início do seu governo criou uma *gendarmérie* local e começou por uma nova divisão territorial com a criação de dois distritos militares, fruto de não ser apenas o anterior da Dalmácia

que fazia parte das Províncias Ilírias, porque o norte da Croácia estava também integrado¹⁹². Oficializou o francês como língua e tentou o croata, mas os eslovenos não percebiam esta língua acabando por não ir para a frente com a oficialização daquela língua. Manteve o progresso na criação de escolas de Dandolo, organizando estas em escolas básicas e escolas denominadas *gymnasia*, liceus e escolas centrais distribuídas pelas províncias, havendo duas destas em Zara e Laybach¹⁹³. A língua nativa era usada nas escolas básicas e *gymnasia* e nos liceus era usado o francês. Marmont conseguiu na altura ter vinte e cinco *Gymnasia* e nove liceus distribuídos pelas Províncias Ilírias. Fez também questão de estimular a indústria, o comércio e reorganizou as taxas alfandegárias, bem como as relações comerciais com os otomanos da Bósnia. Apesar do bloqueio, deu permissão aos ilírios para negociar com Malta o sal, que faltava na região. Impulsionou também a presença de uma frota comercial, que chegou a ter 1700 navios e 2000 barcos pequenos no Adriático, com inspectores alfandegários distribuídos por Trieste, Fiume e Kralj¹⁹⁴. Contudo não evitou uma crise económica em fins de 1810 e a queixa dos terratenentes contra o novo sistema de impostos estabelecido a 24 de Julho de 1810.

Estas foram as principais características do governo de Marmont. Durante o seu governo várias lojas maçónicas foram abertas e enviou uma delegação a Napoleão para o homenagear e conhecer a região. Nem tudo foi progressivo e liberal, com a censura a ser introduzida e Marmont a estabelecer uma relação de equilíbrio com as elites locais e o clero, que estavam consternados pela perspectiva de perderem os privilégios, tal como as elites polacas, o que levou a leis que conciliassem parte do Código Civil e as locais. Apesar de tudo ainda conseguiu que a classe camponesa começasse a ser detentora de terras. Procurou igualmente um entendimento com as várias nacionalidades da região, especialmente os croatas, cujos regimentos seriam enviados para servir a *Grande Armée*, tendo sido elogiados pela sua bravura na Rússia. Contudo, houve um lado negativo e quase similar em tudo às outras províncias governadas pelos franceses: queixas do peso dos impostos e da guerra, clero não apreciou o fecho dos mosteiros, dificuldades em acabar em definitivo com o feudalismo vigente, conscrição obrigatória e mal aceite, e camponeses a não conseguirem a habituar-se à nova situação, revelando não ter capacidade para gerir as terras. No seu regresso à região, os austríacos foram os que mais apreciaram o trabalho de Marmont, pois aproveitaram de imediato as bases legais,

¹⁹² PRPIC, George, « French Rule in Croatia 1806-1813 », *Balkan Studies*, 5, nº2, 1964, p. 245;

¹⁹³ Idem, *ibidem*, p. 248;

¹⁹⁴ Idem, p. 251;

administrativas e estruturais dos franceses. O legado de Marmont é talvez o que mais se manteve em comparação com os outros marechais. Apesar de ter ido depois para a Espanha em Fevereiro 1811 e os seguintes governantes não terem conseguido os mesmos resultados, tendo como consequência uma população cada vez mais farta dos franceses, Marmont ainda hoje tem o seu nome em ruas da Croácia, Marmontova em Split por exemplo, e Eslovénia, tendo esta última uma estatua de Napoleão assim como um jardim bicentenário em Ljubilana. A presença francesa foi importante para a região, deteve a política de germanização austríaca, estabeleceu infraestruturas importantes como os liceus e estradas, centralizou a administração. Marmont não foi um conquistador, não tendo vitórias militares no seu período dalmácio-ilírio, e foi antes um construtor.

Um papel secundário

Nem todos os marechais assumiram papéis relevantes no período imperial, mas isso não impediu que Napoleão lhes concedesse alguns cargos meritórios para os manter satisfeitos e ocupados. Também resultou que caíssem no esquecimento, não atingindo a fama e proveito dos seus mais jovens membros do marechalato, em constante campanha ou assumindo o governo de vastos territórios do império. Pérignon é talvez o maior caso desta situação, a par de Brune, um exilado, a ponto de ser chamado de o Marechal Esquecido. Assumiu o governo militar de Parma e Piacenza, concentrando-se acima de tudo com a presença militar, e o poder civil a pertencer a Hugues Nardon. Isto é notado numa carta de 16 de Setembro de 1806, de Napoleão¹⁹⁵ quando pedia a Champigny que informe Pérignon da sua nomeação e de se corresponder directamente com o Nardon. Outro caso é de Sérurier, já sem idade para assumir comandos militares, foi-lhe concedida a honra de ser o Governador dos Les Invalides. Assumiu o papel com dedicação, gerindo as filiais espalhadas de Gand, Paris, Versailles, Avignon e Louvain, que recebiam os feridos de guerra. Chegou a pedir a renúncia do cargo em 1806, por achar que a sua autoridade era fraca. Napoleão recusa e acabou no decreto de 1 de Março de 1811 de lhe reforçar os poderes dentro da instituição¹⁹⁶. O seu papel mais notório foi nas cerimónias, esteve de perto no funeral de estado de Lannes e recebeu o Papa Pio VII, os soberanos de Wurtemberg, Saxónia e Baviera nos Invalides. Ficaria lembrado pelo seu último acto, a

¹⁹⁵ «Carta 10795», *Correspondance de Napoléon publié par ordre de Empereur Napoléon III Tome 13*, Paris, Henri Plon et Dumain, 1861, pp. 239-240;

¹⁹⁶ TUETÉY, Louis, *Un General de L'Armée D'Italie: Sérurier 1742-1819*, Paris, Berger Levraut et Cie, 1895, pp. 277-278;

queima de cerca 1500 estandartes conquistados desde Luís XIV e pela destruição da espada de Frederico aquando da entrada dos aliados, um espólio nunca mais recuperado.

Apenas Moncey podia reclamar um papel de importância enquanto Inspector-geral da Gendarmerie. Entrou a 12 do Frimário do ano X (2 de Dezembro de 1801) e teve actos de relevância no período consular, especialmente no caso Cadoudal e do Duque de Enghien. No Império foi perdendo relevância, e não concordou com a passagem da *Gendarmerie d'élite* para a Guarda Imperial. Napoleão acabaria por controlar a situação e concedeu a Moncey a tarefa de reorganizar a *Gendarmerie* Real de Itália, pedindo-lhe um plano organizacional para esta ter a mesma consistência e disciplina da francesa bem como as melhores medidas e reformas¹⁹⁷. Moncey acabou por aceder a Napoleão e sugeriu o envio de uma força para ensinar os italianos: um oficial, seis chefes e 60 homens. Napoleão recusou o envio de tantos homens e aconselhou o envio entre 100 a 200 italianos para aprenderem em França. Assim, o decreto do 1 do Messidor do Ano XIII, com base nas medidas de Moncey, iniciou o processo de reforma da *Gendarmerie* italiana, com o envio de oficiais franceses para ensinar em Milão e italianos para Grenoble e Dijon para aprenderem com os franceses. Seria dos últimos actos, cessando o serviço a 14 de Dezembro de 1807, voltando mais tarde ao activo com um comando em Espanha.

¹⁹⁷ MONCEY, Bon -Adrien, *Le Márechal Moncey, Duc de Conegliano*, Paris, Callmann Levy Editeur, 1902, pp. 345-346;

Parte III

Terror belli, Decus

pacis: fazendo a

guerra e

conquistando o

bastão

Capítulo 8- Sob a liderança Napoleão 1804-1814

Criados para o Sistema de Corpos de Exército

Quando Napoleão criou o marechalato imperial, o seu principal propósito foi que essa dignidade recaísse sobre os seus principais cabos de guerra. Esperava-se que se tornassem peças-chaves da máquina que estava a ser preparada ao longo da linha costeira francesa do Canal do Mancha, a futura *Grande Armée*. A partir de Julho de 1803, esta força esteve dividida por vários campos de treino¹⁹⁸: os 30 mil homens sob o comando de Davout estavam distribuídos por Brugges, Dunquerque, Oostende e Walcheren; Augereau ficou em Brest, com uma força de entre 12 a 15 mil homens sob a vigilância dos seus generais; Marmont ficou em Utrecht com 20 mil homens; Oudinot teve a missão especial de organizar e treinar em Arras a divisão de granadeiros com cerca de 5 mil homens; Ney teve como missão preparar perto de 30 mil soldados em Étáples e Montreuil: e um número próximo dos 50 mil soldados ficaram sob a tutela de Soult, distribuídos pelo seu quartel-general em Saint-Omer e pelos generais Bison em Boulogne, Suchet em Wimereux, Saint Hillaire em Tour d'Ivoire e, por fim, Legrand em Outreau. Apenas Bernadotte estava fora desta linha costeira, ocupando com o seu I Corpo a cidade de Hanôver.

Entre 1803 e 1805, o alto comando francês preparou-se, tal como os seus soldados, com os constantes exercícios de batalhão, regimento, divisão e corpo de exército, esta última a base unitária criada por Napoleão. Era fundamental que os comandantes de corpos de Exército aprofundassem o seu conhecimento. O futuro marechal Ney escreveu um manual de exercícios militares e teoria táctica para ser distribuído pelos seus oficiais e integrou no seu estado-maior o teórico suíço Henri Jomini, que publicara em 1803 o *Traité des Grandes Opérations*. Davout, um dos poucos marechais que tinha passado por formação militar, estudou Chevalier de Folard, Gustavo Adolfo e Carlos XII na sua passagem pela escola militar de Paris e ficou muito marcado na disciplina da sua infantaria o uso da coluna para choque, baseado na *ordre profond* de Folard. Quanto a Soult, este acompanhava os seus comandantes divisionários quanto a questões tácticas e manobras, tornando o seu IV Corpo um dos expoentes máximos nesta última vertente, uma possível herança do seu passado como sargento de instrução. Bernadotte, supostamente, após uma conversa com Napoleão procedeu ao estudo da arte da guerra.

¹⁹⁸ ELTING John R., *Swords Around the Throne: Napoleon's Grande Armée*, New York, Da Capo Press Edition, 1997, 1ª Edição 1988, p. 59;

Todos procuravam estar ao melhor nível no comando superior e era algo que Napoleão já havia feito quando forçou os seus oficiais em Itália a estudar a ordenança de infantaria de 1791, que era apreciada por alguns, como Augereau, ou vista como demasiado confusa e prussiana por Lannes. Havia a preocupação de o corpo actuar em unísono, mas também de o saber articular para atingir vários objectivos em simultâneo. Paddy Griffith¹⁹⁹ salienta que houve distribuição de manuais desde os comandantes de corpos de exército aos divisionários e restantes oficiais, de forma a haver a devida preparação no corpo de oficiais e alto comando. Como este afirmou que muitos pretendiam simplificar a ordenança de infantaria de 1791, é provável que esta medida procurasse estabelecer, dentro dos corpos de exército, uma doutrina táctica padrão dentro destas forças, havendo mesmo treino de armas combinadas de forma a melhorar a cooperação e a coordenação das forças. Acima de tudo, havia uma doutrina permanente desde as guerras da Revolução Francesa, a guerra ofensiva através da marcha rápida e viver sobre o terreno.

Napoleão estava assim a preparar os seus futuros comandantes de corpos de exército com base no herdado da época revolucionária e com o que pretendia para o futuro. O Sistema de Corpos de Exército seria a base dos objectivos militares napoleónicos e não foi usado apenas para efeitos estruturais. Foi feito de forma a facilitar a ligação entre os vários comandos de unidades por estados-maiores especializados bem como do próprio comando na gestão de várias unidades, agora agregadas nos escalões corpo, divisão e brigada. O marechal Berthier, estudante de Guibert e Pierre de Bourcet, seria a peça fundamental na “orquestra” que seria a relação entre os vários estados-maiores e, acima de tudo, destes com o seu comandante supremo, sendo o seu *Grand Etát Major Général* um dos percursores de um estado-maior moderno e especializado. A organização de corpos de exército tinha também fins operacionais, com objectivos a cumprir no plano estratégico e táctico por parte dos seus comandantes. Estas unidades da *Grande Armée* deveriam ser capazes de cooperar e coordenar num plano estratégico comum tendo, por exemplo, de efectuar manobras que colocassem o inimigo numa posição de desvantagem e condições favoráveis para o seu comandante.

A versatilidade e a mobilidade destas unidades permitiam a capacidade de marchar em rotas separadas de forma a ameaçar vários pontos das linhas inimigas,

¹⁹⁹ GRIFFITH, Paddy, *French Napoleonic Infantry Tactics 1792-1815*, Oxford, Osprey Publishing, 2007, p 29;

obrigando-os assim à dispersão de forças. As marchas destas forças tendiam a convergir num ponto comum, de forma a ter superioridade numérica perante o inimigo num determinado ponto ou isola-lo. No entanto, a dispersão dos corpos era feita com cuidado, eles teriam de estar a uma distância de meio-dia a um dia de marcha uns dos outros e com linhas de comunicação entre eles para a eventualidade de mudança de objectivos, ou mesmo de dar apoio a um corpo vizinho que estivesse em combate. Poderiam igualmente articular as suas unidades de escalão menor para o cumprimento de vários objectivos, como o IV Corpo de Soult fez na batalha de Austerlitz, sendo assim capaz, de acordo com Nosworthy, de actuar em mais que uma linha de operações²⁰⁰. A coordenação, se bem executada, podia garantir a Napoleão o isolamento do inimigo, a concentração das suas forças perante um inimigo com menores efectivos e a possibilidade de cortar as suas linhas de comunicação e retirada, sendo o maior exemplo a campanha do Ulm. Era o sistema ideal para o sistema de guerra de Napoleão: rápido, capaz da surpresa e confundir o inimigo, e conceder-lhe vantagem local ou de efectivo no campo de batalha.

O Comandante do Corpo de Exército

O Sistema de Corpos de Exército tinha na sua unidade base o corpo de exército, que podia ter entre 10 a 50 mil homens. Era uma formação de armas combinadas, normalmente caracterizado como sendo um pequeno exército capaz de operações independentes e, caso fosse necessário, de se defender sozinho de um exército maior, como em Auerstadt, enquanto esperava pelo apoio dos restantes corpos de exército próximos. O seu comando estava entregue a um marechal do império e por vezes a um general de divisão. O típico corpo de exército tinha duas a três divisões de infantaria, cada uma constituída por duas brigadas a 2-3 regimentos, uma divisão ou regimento de cavalaria ligeira e uma ou mais brigadas de artilharia a 3-4 baterias com seis peças, que podiam ser de 8 a 12 polegadas, e dois obuses (*howitzers*). Geralmente, uma das baterias era de artilharia a cavalo, para acções de armas combinadas com a cavalaria ligeira ou infantaria ligeira. Napoleão tinha retirado as peças de batalhão, repondo-as em 1808. Dentro da unidade existia também uma companhia de engenharia, uma companhia de sapadores e uma companhia de *pontoniers* (construtores de pontes). Era uma força versátil, com várias armas e serviços. O corpo de exército era, com estas características, uma força com capacidade de administrar um território ocupado. O seu uso administrativo

²⁰⁰ NOSWORTHY, Brent, *Battle Tactics of Napoleon and his Enemies*, Londres, Constable, 1995, pp. 127-131;

foi observado no capítulo anterior, com o uso desta força para fins de policiamento, construção de infraestruturas, mesmo públicas, como evidenciado por Marmont, ou meramente defensivas como com Davout. Um outro exemplo é o de Suchet, que usaria a disciplina e ordem da sua unidade para melhorar a relação com a população e os seus engenheiros para impulsionar também obras viradas para o benefício desta. Eram igualmente uma força para missões de transição como iremos observar com Ney e Mortier aquando do armistício que antecedeu o tratado de Pressburgo de 1805.

O marechal, enquanto comandante do corpo de exército, detinha o seu próprio estado-maior, chefiado por um *adjutant commandant*, e cujo número de ajudantes de campo era variado. O sistema de corpos caracterizava-se por uma hierarquia de pirâmide em três níveis: o comandante do exército, o comandante do corpo e o comandante divisionário, que se ligavam através do estado-maior ou de forma directa. Dentro da unidade corpo de exército existia um estado-maior até ao nível brigada, estando cada um dependente do estado-maior da sua unidade. Normalmente, o comandante de corpo de exército receberia as ordens de Napoleão e agiria de acordo com elas, tendo alguma autonomia quanto à forma de marcha e disposição táctica das forças, desde que seguisse a directiva principal, distribuindo depois as ordens pelas divisões que fariam o mesmo para as suas unidades até ao nível batalhão. Na *Grande Armée* a ligação entre Napoleão e os seus comandantes era feita através do *Grand Quartier General* que detinha dois importantes: estados-maiores, a *Maison de l'Empereur* e o *Grand Etat Major Général*, cada um com a sua função e que coordenavam os corpos de exército da *Grande Armée*.

Napoleão precisava de comandantes que conseguissem explorar os pontos fortes do seu sistema de corpos de exército. As escolhas de Napoleão foram feitas, em parte, com base nas características de comando dos seus marechais e seriam transportadas para a parte funcional. O denominado Grupo Bonaparte, constituído por veteranos das campanhas da Itália e Egípcio, foi sem dúvida o de continuidade, a espinha dorsal ideal para o novo sistema de corpos de exército, fruto de terem trabalhado com Napoleão desde a campanha de Itália de 1795-1797. Berthier manteve-se como o principal chefe de estado-maior de Napoleão, e sabia perfeitamente como interpretar e distribuir as ordens do imperador. Esta continuidade verificou-se nos restantes elementos: Bessières manteve o cargo de chefe da guarda pessoal; Murat continuou a ser o principal comandante da cavalaria de Napoleão, pois sabia o que este pretendia daquela arma, enquanto força capaz de reconhecimento em campanha e de choque no campo de batalha; Lannes fora o homem

de assalto e do comando das tropas de choque nas campanhas anteriores - em Itália, onde comandou uma força especial de granadeiros, e no Egípto, com especial referência ao assalto a Acre - e o papel seria o mesmo, mas agora como comandante do V Corpo que possuía a força de elite de Oudinot, os 5000 granadeiros de Arras. Outros foram sido chamados devido à sua forma de comando. Davout era metódico, disciplinador e treinava os seus homens até à exaustão, sendo o seu III Corpo de Exército a força ideal para contenção como o foi Austerlitz e demonstrou saber actuar sozinho em Auerstatdt. Soult era igualmente um homem habituado a dar instrução - fora sargento com este papel no período inicial da revolução -, e sabia marchar e colocar as suas tropas no campo de batalha. O seu IV Corpo foi, entre 1805 e 1807, o centro da *Grande Armée* com o papel de tomar os montes Pretzen em Austelitz, liderar a vanguarda em Jena e sustentar Napoleão na pírrica batalha de Eylau. Ney era um homem experiente do Reno, bom tático e habituado a ser força de choque como era Lannes. Já Bernadotte era cumpridor, não tendo a audácia de Lannes nem frieza de Soult, sendo um ponto de equilíbrio na manobra de Ulm e em Austerlitz quando segurou o flanco esquerdo francês, enquanto Lannes segurava Lichenteinsten e Soult tinha de tomar os montes Pretzen. No início do marechalato, apenas Masséna teve a confiança para um comando independente, o do exército de Itália, que deveria manter ocupado o arquiduque Carlos.

Durante as suas campanhas, Napoleão fez-se acompanhar pelos seguintes marechais enquanto comandantes de corpos de exército ou líderes da Guarda Imperial:

Grande Armée 1805-1807

- **Campanha do Ulm-Austerlitz em 1805²⁰¹:** Bernadotte I Corpo, Davout III Corpo, Soult IV Corpo, Lannes V Corpo, Ney VI Corpo, Augereau VII Corpo, Mortier VIII Corpo, Murat Corpo de Reserva da Cavalaria e Bessiéres Cavalaria da Guarda Imperial;

Observações: Napoleão comandou oito Corpos de Exército e um Corpo de Cavalaria, em nove comandos os marechais tiveram 8 e mais um comando da Guarda Imperial, o general Marmont ficou com o II Corpo;

²⁰¹ MARSHALL-CORNWALL, James, *Napoleon as Military Commander*, Nova Iorque, Penguin Books, 1967 (1ª Edição) 2002, p. 131;

- **Campanha de Jena de 1806²⁰²:** Bernadotte I Corpo, Davout III Corpo, Soult IV Corpo, Lannes V Corpo, Ney VI Corpo, Augereau VII Corpo, Mortier VIII Corpo, Murat Corpo de Reserva da Cavalaria e Bessières Cavalaria da Guarda Imperial;
Observações: Napoleão comandou sete Corpos de Exército e um Corpo de Cavalaria, em oito comandos os marechais tiveram oito e mais um na Guarda Imperial, o II Corpo do general Marmont manteve-se na Dalmácia;
- **Campanha da Polónia de 1807:** Bernadotte I Corpo, Davout III Corpo, Soult IV Corpo, Lannes V Corpo, Ney VI Corpo, Augereau VII Corpo, Mortier VIII Corpo, Lefebvre X Corpo, Murat Corpo de Reserva da Cavalaria e Bessières Cavalaria da Guarda Imperial;
Observações: Napoleão comandou oito Corpos de Exército e um Corpo de Cavalaria, em nove comandos os marechais tiveram nove e mais um na Guarda Imperial; o II Corpo de Marmont manteve-se na Dalmácia e houve substituições de comando, em Friedland o I Corpo ficou com o general Victor devido Bernadotte estar de convalescença, e Masséna substituiu temporariamente o também convalescente Lannes até este retornar para combater em Friedland;

Armée d' Espagne 1808-1809²⁰³

- **Campanha de Espanha de 1808-09:** Victor I Corpo, Soult II Corpo, Moncey III Corpo, Lefebvre IV Corpo, Mortier V Corpo, Ney VI Corpo, Bessières com o Corpo de Reserva de Cavalaria e Guarda Imperial;
Observações: Napoleão levou sete corpos de Exército e 1 Corpo de cavalaria, em sete comandos os marechais tiveram seis, ficando Saint Cyr com o VII Corpo. Junot substituiu Moncey no III Corpo; Lannes teve sob o seu comando os corpos de Moncey e Mortier;

Até esta altura, os marechais do império dominaram a colocação nos postos de comando de corpos de exército que acompanhavam Napoleão em campanha. Esta situação viria a mudar a partir de 1809, quando os franceses estão ocupados em duas frentes, a da Península Ibérica e a da Alemanha. Com vários marechais em Espanha e outros afastados, como Brune, ou retirados, como Kellermann, Pérignon e Sérurier,

²⁰² MARSHALL-CORNWALL, James, *Napoleon as Military Commander*, Nova Iorque, Penguin Books, 1967 (1ª Edição) 2002, p. 150

²⁰³ CHANDLER, David., *The Campaigns of Napoleon*, Londres, Weidenfeld and Nicholson, 13ª Edição, 1995 1ª Edição (1966) pp. 1104-1106;

Napoleão foi obrigado a usar generais e a promover uma nova classe de marechais a partir de 1809, que se juntariam a Victor, nomeado marechal em 1807. A partir de 1809, os marechais que acompanham Napoleão em campanha foram os seguintes:

Exército da Alemanha (Armée d' Allemagne) 1809²⁰⁴

- **Campanha da Alemanha e do Danúbio de 1809 até Aspern Essling:** Lannes II Corpo, Davout III Corpo, Masséna IV Corpo, Lefebvre o VII Corpo Bávaro, Bernadotte o IX Corpo Saxão, Bessiéres Corpo de Reserva de Cavalaria;
Observações: Napoleão comandou inicialmente cinco corpos de exército e um corpo de cavalaria, Lannes substituiu o comandante inicial do II Corpo, o então ainda general Oudinot, ficando os seis comandos em mãos de seis marechais. O episódio de Aspern-Essling resultou na morte de Lannes e no regresso de Oudinot ao comando do II Corpo e teve que ser chamado o Exército de Itália de Eugénie e o Exército da Dalmácia de Marmont para reforçar as forças francesas.
- **Campanha da Alemanha e do Danúbio de 1809 em Wagram:** Davout III Corpo, Masséna IV Corpo, Bernadotte IX Corpo Saxão, Bessiéres Corpo de Reserva de Cavalaria;
Observações: Oudinot no II Corpo, Von Wrede substitui Lefebvre no VII Corpo Bávaro e Marmont comandou o XI Corpo ou Exército da Dalmácia; o Exército de Itália estava sob o comando de Eugénie com o V Corpo do então general MacDonald e o VI Corpo de Grenier. Napoleão teve assim apenas quatro marechais em oito comandos de corpo de exército e um de cavalaria.

Grande Armée 1812²⁰⁵

- **Campanha da Rússia de 1812:** Mortier Jovem Guarda, Lefebvre Velha Guarda, Bessiéres Cavalaria da Guarda Imperial, Davout I Corpo, Oudinot II Corpo, Ney III Corpo, Victor IX Corpo Alemão, MacDonald X Corpo Prussiano, Augereau XI Corpo de Reserva;
Observações: Três marechais na Guarda Imperial, seis marechais em seis dos 12 Corpos preparados para a campanha russa sendo os restantes comandados então por: Eugénie Beauharnais IV Corpo Italiano, Poniatowski V Corpo Polaco,

²⁰⁴ CHANDLER, David, *The Campaigns of Napoleon*, Londres, Weidenfeld and Nicholson, 13ª Edição, 1995¹ª Edição (1966) p. 1107;

²⁰⁵ Idem, *ibidem*, pp. 1108-1114;

Gouvion Saint-Cyr VI Corpo Bávaro, Reynier VII Corpo Saxão, Jerome Bonaparte VIII Corpo Vertfaliano e Schwarzenberg com o Corpo Austríaco. Murat comanda cavalaria da Grande Armée, constituída por quatro Corpos de Reserva de Cavalaria, enquanto Rei de Nápoles.

Grande Armée 1813²⁰⁶

- **Campanha da Alemanha de 1813:** Victor II Corpo, Ney III Corpo, Marmont VI Corpo, Augereau IX Corpo, MacDonald XI Corpo, Oudinot XII Corpo, Davout XIII Corpo e Gouvion Saint Cyr XIV Corpo e Mortier Guarda Imperial

Observações: um marechal na Guarda Imperial, oito marechais em oito dos 14 Corpos preparados para a campanha alemã sendo os restantes comandados então por: Vandamme I Corpo, Bertrand IV Corpo, Lauriston V Corpo, Reynier VII Corpo, Poniatowski VIII Corpo e Rapp X Corpo. Murat comanda cavalaria da Grande Armée, constituída por quatro Corpos de Reserva de Cavalaria, enquanto Rei de Nápoles.

- **Campanha da França de 1814:** Mortier Guarda Imperial e Velha Guarda, Ney Jovem Guarda, Victor II Corpo, Marmont VI Corpo e MacDonald XI Corpo;

Observações: claramente sem forças, tem vários marechais com forças dispersas no sul de França (Suchet e Soult), Hamburgo (Davout), Dresden (Gouvion Saint-Cyr) e fora de combate por razões de saúde.

À medida que o conflito se prolongava, os marechais foram sofrendo mazelas decorrentes da guerra. Lefebvre não pôde estar na campanha de 1813-14 depois de ter participado na campanha russa, Oudinot teve de ir de convalescença, Masséna, após Fuentes de Oñoro, foi retirado do comando, Augereau, em 1813, pediu para se afastar por problemas físicos, retornando para participar em Leipzig e MacDonald sofreu de gota em Espanha e esteve convalescente durante algum tempo. Napoleão ia ficando com o tempo com menos marechais activos, só podia ter 16 disponíveis para o comando de corpos de exército, e com as exigências a aumentarem, fruto da necessidade de agora os colocar no comando de exércitos em várias frentes (Espanha e Alemanha) e com efectivo da sua própria *Grande Armée* a aumentar cada vez mais. Com isto veio igualmente o alargamento das frentes de combate, bem maiores que as do Ulm em 1805 ou em Landshut em 1809. Na campanha russa de 1812, Napoleão tinha corpos de exército a

²⁰⁶ ROUSSET, Camille, *La Grande Armée 1813*, Paris, Didier et Libraires, 1871, pp. 313-376

tentarem a conquista de Riga e Polotsk, e outros no sul a observarem a movimentação do exército russo de Tormasov. Napoleão via agora as consequências do peso de concentrar o seu comando durante largos anos e tinha que dispersar forças em frentes cada vez mais exigentes a nível de efectivos e de comando independente, algo que os seus marechais não estavam preparados, mesmo quando sob a sua alçada.

Grand Quartier Général e o Papel de Berthier

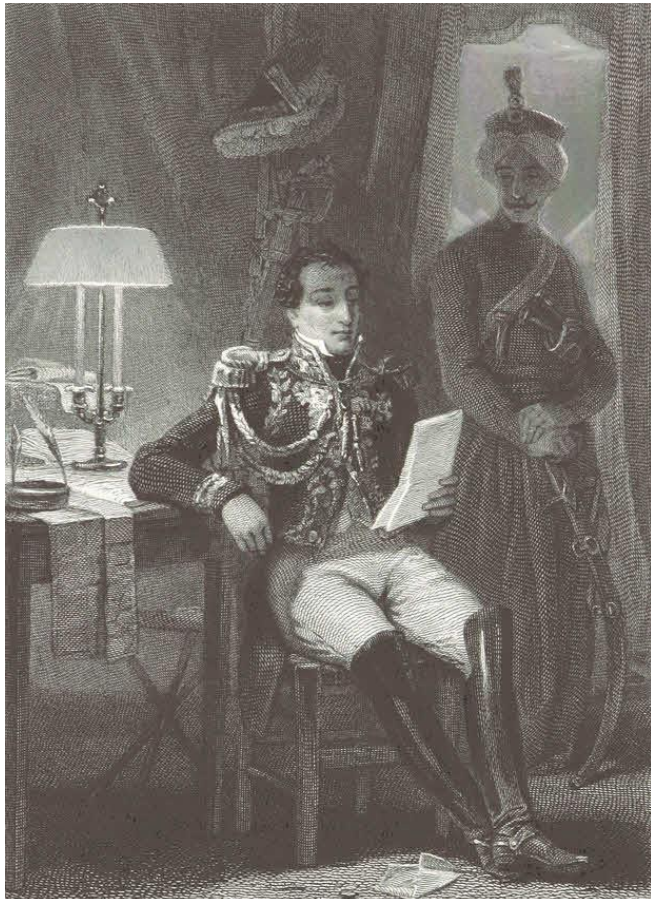


Figura 25- Marechal Berthier. Fonte: <http://www.historyofwar.org/Pictures/berthier.png>

Napoleão controlava os seus comandantes de corpos de exército através do Quartel-general Imperial, o *Grand Quartier General*, que tinha três importantes ramos, cada um com as suas funções e importância dentro da estrutura. O mais importante era a *Maison Militaire de l'Empereur*, cujos ajudantes de campo de Napoleão eram generais, destacando-se Duroc, Grande Marechal do Palácio e responsável pela administração da Casa Imperial e da segurança do Imperador, e Caulaincourt, *Grand Ecuyer* e Mestre do Cavalo, que organizava e supervisionava as viagens de Napoleão. Numa segunda linha havia oficiais como Lauriston, Savary e Rapp que faziam

um pouco de tudo, cabendo o seu lugar nos *officiers d'ordonnance* que levavam ordens, relatórios, recolha de informações e inspecções a unidades. A *Maison* estava dividida em três secções: a *Secrataria*, constituída por funcionários civis, que tratava da correspondência, o *Bureau de Reinseignement*, que tratava da informação e inteligência militar, e o *Bureau Topographique*, responsável pelos planos e mapas²⁰⁷. Por ordem de

²⁰⁷ ELTING, John R., *Swords Around the Throne: Napoleons Grande Armeé*, New York, Da Capo Press Edition, 1997, 1ª Edição 1988 p. 85;

Napoleão, os generais membros da *Maison* tinham autoridade para fazer inspecções aos corpos de exército e aos seus comandantes.

O *Grand État Major Général*, chefiado por Berthier, trabalhava de forma directa com o imperador na distribuição de ordens e na angariação do máximo possível de informação sobre as suas forças e do inimigo. A ajudá-lo estava um estado-maior criado por ele, só para o seu serviço, e com a distribuição do serviço em cinco secções²⁰⁸:

1. Movimentos, ordens e correspondência;
2. Abastecimento de armas e munições, hospitais e administração do Quartel General;
3. Recrutamento, prisioneiros de guerra, desertores e justiça militar;
4. Supervisão das linhas de comunicação (introduzida em 1806);
5. Reconhecimento, correspondência entre fortalezas (introduzida em 1807).

Tinha ainda um serviço topográfico e tomava conta dos quartéis satélite da artilharia, cavalaria e engenharia, de forma a supervisionar os seus parques e montadas. O facto de Berthier ter sido ministro de Guerra até 1807 levava à necessidade de estar informado de tudo o que se passava nas forças terrestres franceses. O *Grand État Major Général* e a *Maison* moviam-se em dois grupos: o primeiro, a *Petit Quartier Général*, com Napoleão e Berthier, guarda avançada e pessoal chave; e o segundo, com mantimentos, fruto de os corpos de exército levarem tudo à sua frente com a política de viver da terra. Elting²⁰⁹ classifica o QG como *pivot* do eixo operativo da *Grande Armée* e do seu sistema de corpos de exército, cada secção com a sua especialidade e a funcionar de forma a obter e tratar o máximo de informação possível para entregar a Napoleão, que deveria actuar e ordenar de acordo com as circunstâncias os seus corpos de exército. A influência de Pierre de Bourcet, que defendia um estado-maior especializado e capaz de recolher informação para um planeamento atempado e ramificado, era muito claro em Berthier. Eram feitas reuniões com o Imperador para discutir o plano de operações e a maior parte da relação entre o comando do corpo de exército e a *maison* era feita pelo *Grand État Major Général*. Cabia assim a Berthier receber a informação e distribuir as ordens pelos comandantes dos corpos de exército e seus estados-maiores, devido à sua relação pessoal com Napoleão.

²⁰⁸ ELTING, John R., *Swords Around the Throne: Napoleons Grande Armeé*, New York, Da Capo Press Edition, 1997, 1ª Edição, 1988, pp. 87-88;

²⁰⁹ Idem, *ibidem*, pp. 89-90;

Trabalhando sempre perto dele, sabia-se que uma ordem dada por Berthier era uma ordem de Napoleão.

Neste sistema, os comandantes de corpos de exército integravam como peças-chave, não só de comando de combate, mas também administrativo e de informação. De forma a manter o *Grand Etat Major Général* informado, havia um sistema de relatórios a nível de unidade, tratado pelo respectivo estado-maior das principais unidades. O relatório era feito em sistema de pirâmide, desde o batalhão até ao corpo de exército, com cada comando responsável²¹⁰. Desta forma, chegava ao comandante do corpo de exército e respectivo estado-maior a informação detalhada das suas unidades, desde o nível mais baixo ao mais alto. Existiam também estados-maiores a nível de divisão e de brigada. A informação era passada de baixo para cima, em relatórios chamados *état de situation*, (estados de situação) onde se relatava o efectivo das unidades, as rotas tomadas, as acções, baixas, reforços recebidos e mantimentos existentes. Tinham de ser entregues todos os dias a Berthier e para facilitar a tarefa, aquele criou formulários próprios para a elaboração desses relatórios. Elementos como a data e hora não podiam ser esquecidos de forma a facilitar a coordenação das forças com base no local e na data em que se encontravam. De 15 em 15 dias, o comandante do Corpo de Exército e o seu estado-maior tinham que enviar o *Grand État de Situation*, entregue em duplicado, com um exemplar destinado ao ministério da Guerra²¹¹. Desta forma, o comandante do corpo de exército podia saber a informação sobre as suas unidades e o mesmo ocorreria com Napoleão, estando o marechal Berthier no centro deste ciclo de ordens e decisões.

Marechais como exemplo de comando de um corpo de Exército

O sistema de corpos de exército é uma organização que aplica armas combinadas numa unidade - o corpo - e do qual o comando articula este tipo de operações entre as suas divisões e brigadas. O comandante de corpo de exército tem a sua rota, podendo escolher como deve efectuar a sua marcha, e em caso de contacto com o inimigo deve actuar de acordo com a situação, desenvolver uma solução e usar as suas forças com base nas circunstâncias. Este tipo de acção demonstra a autonomia que um marechal ou general a comandar um *corps d'armée* da *Grande Armée* detinha, desde que seguisse a linha operacional principal e não se desviasse dela, ao ponto de complicar os corpos de exército

²¹⁰ ELTING, John R., *Swords Around the Throne: Napoleons Grande Armeé*, New York, Da Capo Press Edition, 1997, 1ª Edição 1988, pp. 97-98;

²¹¹ Idem, *ibidem*, p. 98;

vizinhos ou mesmo o exército inteiro. Em batalha, deteriam a mesma autonomia, obedecendo à estratégia e aos objectivos delineados pelo seu comandante em chefe. Aqui deveriam organizar e dispor as suas divisões de acordo com o comandante ou da forma que achassem mais indicada, pois eram aqueles que estava no terreno, perante os obstáculos e em frente ao inimigo. A ordem passaria para os generais de divisão que tinham o mesmo tipo de autonomia para a disposição das suas brigadas, actuando no calor da batalha para comandar e coordenar estas forças; daí o grande número de baixas entre os generais franceses²¹². Brent Nosworthy fala no uso articulado das unidades²¹³: a ordem vinha de cima e o corpo desmembrava-se em pequenas unidades, divisões, que iam estar no seu eixo operacional e cumprir um ou mais objectivos, usando como exemplo a forma como Soult actuou em Austerlitz e Davout em Auerstadt.

Soult em Austerlitz 1805, Um *Corps d'Armée* e Dois Objectivos

Na sua obra, *Battle Tactics of Napoleon and his enemies*, Brent Nosworthy utilizou a actuação do IV Corpo de Soult como exemplo da capacidade operacional de um corpo de exército no campo de batalha sob as ordens de Napoleão. O seu IV Corpo era inicialmente constituído pelas divisões de infantaria Suchet, cedida ao V Corpo de Lannes, Legrand, Vandamme e Saint Hillaire, e por uma divisão de cavalaria ligeira liderada por Margaron. Após a reunião de 26 de Novembro de 1805, onde foram estabelecidos os objectivos a todos os marechais e mesmo uma linha táctica a seguir perante os russos. Para o IV Corpo haveria não um, mas dois objectivos: segurar o sector sul entre Tellnitz e Sokolnitz e avançar para as colinas do Pretzen, onde as forças do IV Corpo teriam de atacar o inimigo russo que lutava contra Legrand e Davout, através do flanqueamento e ataque na rectaguarda. De acordo com Nosworthy²¹⁴ Soult terá as suas forças a actuar em dois eixos, o sul virado para as 3 horas e as divisões Saint Hillaire e Vandamme no eixo das 5 horas. Como comandante do IV Corpo e com tais objectivos, Soult teria de aplicar o uso articulado das suas divisões para obter sucesso. Antes do dia da batalha, Soult alterou a disposição táctica de Napoleão e aconselhou outras aos seus generais de divisão Saint Hillaire, Vandamme e LeGrand, sendo elas as seguintes, com base em Nosworthy²¹⁵:

²¹² CHANDLER, David, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, pp. XXXIX;

²¹³ NOSWORTHY, Brent, *Battle Tactics of Napoleon and his Enemies*, Londres, Constable, 1995, pp. 127-131;

²¹⁴ Idem, *ibidem*, pp. 126-127;

²¹⁵ Idem, pp. 135-138;

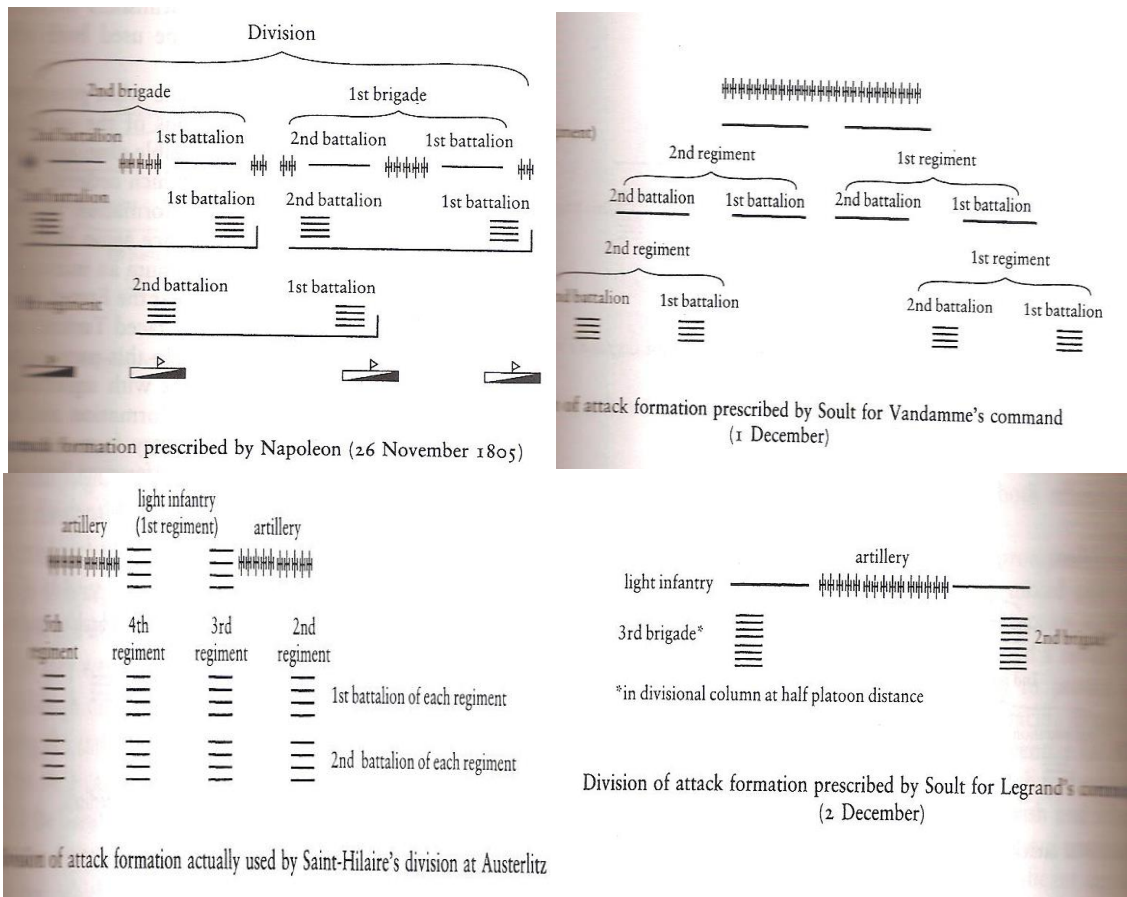


Figura 26- As formações: A primeira do topo esquerdo é a prescrita por Napoleão e as seguintes 3 são as prescritas por Sout a Legrand, Saint Hillaire e Vandamme. Fonte NOSWORTHY, Brent, *Battle Tactics of Napoleon and his Enemies*, Londres, Constable, 1995, pp. 83-102

Na batalha, foi a brigada do general Thiebault que ficou encarregada de tomar a vila de Pretzen, após susterem o ataque de Kollowrat. Este avançou primeiro com o 2º batalhão do seu 14º Regimento e depois com um outro ataque do 1º batalhão do 36º Regimento. Ao resto da brigada de Thiebault foi ordenado que desse apoio ao 10º regimento de Morand, que estava sob ataque de uma força russa de 5000 homens lideradas por Kamenski, que aguentavam ainda o alto. Saint Hillaire, o líder divisional de Thiebault, vem a seguir e ordena que o 1º batalhão do 14º Regimento se coloque à direita da 10ª ligeira de Morand, enquanto o 2º batalhão manteve-se onde estava e agora era a força de reserva. O trabalho de equipa em conquistar o Pretzen continuou com Vandamme a avançar pelo lado esquerdo da Divisão de Saint Hillaire, zona próxima dos combates entre Bernadotte e BÉssieres contra a Guarda Imperial de Constantine. No seu ataque ao Pretzen, Vandamme teve o apoio de duas colunas de Bernadotte e, com o avanço estável

os russos, retiraram-se. De acordo com o testemunho do Conde Stutzenheim²¹⁶, as forças francesas chegaram em colunas e rapidamente formaram linhas. Após o Pretzen estar assegurado, resistindo a um novo ataque de divisões de Kutusov e Kamenski, e de a Guarda Imperial estar a caminho para ocupar esse terreno, Saint Hillaire e Vandamme caíram sobre Buxvoden.

Nosworthy revela duas importantes situações, como as ordens vinham de cima, de Napoleão, e eram interpretadas pelos comandantes de corpos de exército. Haviam objectivos a cumprir e uma linha principal ditada pelo comandante em Chefe, no entanto havia liberdade táctica para dispor essas forças e usá-las para atingir objectivos, e Soult fez isso tal como os seus líderes divisionais. Esta versatilidade e flexibilidade permitia uma enorme capacidade de manobra e mobilidade das tropas francesas, treinadas para se adaptarem rapidamente às circunstâncias, desde que bem coordenadas pelos seus comandantes. O historiador Paddy Griffith formulou algumas críticas ao marechal francês²¹⁷, referindo que Thiebault se queixou da ausência de Soult na frente de batalha, onde podia ter providenciado reservas importantes para a frente, deixando o esforço aos seus líderes divisionais. Aquele autor salienta que Soult se tinha habituado a liderar de trás, usando os ajudantes de campo para entregar as ordens e que deixava a vertente táctica para os generais de divisão, preocupando-se mais com a estratégia do seu exército. Esta situação de comando levou a alguns falhanços como Albuera. Apesar desta visão, o marechal francês acabaria por se evidenciar em 1813 com a reorganização do exército francês na Espanha e respectivo comando da retirada para além do Ebro e dos Pirinéus.

Lannes em Saalfeld 1806, quando se tem o primeiro contacto

A marcha em *bataillon de carré* exige que o comandante do corpo em marcha esteja atento e seja capaz de alterar as suas funções de acordo com as circunstâncias; de um momento pode passar de uma força na coluna do flanco esquerdo ou direito e transformar-se na guarda avançada após contacto com o inimigo na sua zona operacional, tornando-se ele o centro e ponto de *pivot* onde os restantes corpos se movem para assumir as novas posições de marcha, funções e mesmo objectivos. A batalha de Saalfeld é um exemplo deste tipo de acção. Lannes deslocava-se como cabeça da coluna do flanco

²¹⁶ NOSWORTHY, Brent, *Battle Tactics of Napoleon and his Enemies*, Londres, Constable, 1995, pp. 144;

²¹⁷ GRIFFITH, Paddy, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, pp. 466-468;

esquerdo do *bataillon de carré* e após saber de forças em Saalfeld e Hof, teve de actuar de acordo com estas. Sendo a informação importante na manobra destas forças, o sucedido foi de imediato reportado ao QG de Napoleão. Nesse mesmo momento, Lannes passou a ser a Guarda Avançada e teve duas escolhas: a iniciativa ou esperar por ordens.

O seu V Corpo tinha as Divisões de Infantaria Suchet, Gazan e uma de cavalaria ligeira liderada por Treillard. Enquanto os franceses se moviam, os prussianos em Saalfeld, liderados pelo príncipe Luís Fernando, estavam agora a assumir o papel de rectaguarda após recepção de ordens, a 9 de Outubro, mas o seu comandante pediu para partirem a dia 10, o que foi aceite. Já o francês havia recebido finalmente as suas instruções: as três colunas do *bataillon de carré* iam agora para Jena interceptar os prussianos e havia possibilidade da nova guarda avançada, o V Corpo, ser atacada. Para esta última situação, Napoleão deu-lhe quatro opções: esperar Augereau e atacar o inimigo se este tivesse menos de 15 mil homens, se o inimigo fosse superior fixar e esperar apoio do próprio Napoleão ou então retirar para Grafenthal e defender daí e a última, por conselho de Berthier, atacar e conquistar Saalfeld. O V Corpo, após funcionar como força de contacto providenciou a informação necessária, adoptou novas funções e teria agora de decidir a próxima acção, Lannes optou por tomar Saalfeld. No dia 10 de Outubro, depois de tomar conhecimento da presença francesa, o jovem comandante prussiano colocou as suas forças, 7000 infantas, 2000 cavaleiros e uma bateria e meia, entre Croesten e Saalfeld. Os principais pontos de defesa foram as seguintes: colocação de infantaria e cavalaria entre Saalfeld e Beulwitz, defesa da estrada para Garnsdorf, colocação de uma força de infantaria para funções de escaramuça entre Garnsdorf e Saalfeld, forças em Croeten e Schwarz para defender a ponte e por fim um efectivo no Norte de Unterwirbach. Mas o Príncipe Luís Fernando cometeu um erro: cedeu a posição alta e a entrada do vale a Lannes. O marechal francês aproveitou-se desta circunstância para ter vantagem, pois conhecia o terreno graças a informação retirada a prisioneiros.

A acção de Saalfeld é um outro exemplo de como um comandante articula as suas forças a nível de divisão, de brigada e mesmo de regimento para obter o sucesso da sua missão. Após iniciar com ataque entre cavalarias, Lannes, com a divisão de Suchet, avançou para a conquista de Garnsdorf, onde instalou uma bateria de artilharia a cavalo. Enquanto uma força defendia Garnsdorf dos prussianos, a Divisão Suchet teve um novo objectivo: Beulwitz. Na esquerda, o 17º Regimento ligeiro assumiu a missão de cobertura enquanto as tropas foram direccionadas, sendo depois enviada toda a cavalaria disponível

para o centro, em apoio do 17º Regimento Ligeiro. Suchet avançou com dois batalhões e rapidamente ocupou Beulwitz, de forma a colocar aí outra bateria. Entretanto, o 17º sustia um ataque dos regimentos prussianos Xavier e Elexcteur. Os Franceses detinham naquele momento o controlo de dois pontos fulcrais, Beulwitz e Garnsdorf, cujas baterias fustigavam os prussianos. Em apoio da ofensiva do 17º, foram avançados três regimentos, o 64º, 34º e 40º. Para além destes, foram em apoio um batalhão de elite e uma bateria de artilharia a cavalo a partir de Garnsdorf. Com falta de munição e flagelado pelos regimentos prussianos, o 17º retirouse e foi substituído por 64º, enquanto o 34º e o 40º regimento avançavam. Desesperado o jovem príncipe lançou um ataque de cavalaria para apoiar os regimentos que estavam a ceder, sendo atacado pela cavalaria francesa que já estava no centro, resultando na morte do Príncipe Luís Fernando. Depois, deu-se a retirada e Saalfeld foi tomada por Lannes, que soube assumir a sua função, conhecer o terreno através de informação e tomar a iniciativa após saber que enfrentava um inimigo com efectivo inferior. De realçar as acções de armas combinadas para tomar Beulwitz e Garnsdorf, com infantaria e artilharia a cavalo com apoio da cavalaria²¹⁸, de forma a obter poder de fogo nestes locais.

Davout em Auerstadt 1806, explorando o potencial do Corpo de Exército

A forma de comando do Marechal Davout foi objecto de pesquisa e análise por parte de John Keefe no seu estudo, *Marshal Davout and the Art of Command*. Apesar de não falar na articulação das divisões e da sua coordenação, dá uma outra imagem do comandante do corpo de exército, o líder militar e administrativo. Keefe estabelece mesmo quatro objectivos para compreender Davout: vê-o numa situação específica, para demonstrar as suas capacidades; como as suas características de liderança foram fulcrais na arte de comandar e no sucesso das suas operações; como este as aplicou e, por fim, como Davout influenciou o resultado das batalhas a nível estratégico, operacional e tático. Ao longo do seu trabalho, realça o papel de Davout em Austerlitz, Jena e na Campanha do Danúbio, em Eckmuhl e Ratisbon, em 1809, como um actor importante e decisório no resultado das batalhas. Pode ser um pouco exagerado, mas um comandante que seguisse as suas ordens e soubesse adaptar-se com sucesso às circunstâncias, era vital

²¹⁸ EVERSON, Robert., *Marshal Jean Lannes in the Battles of Saalfeld, Pultusk and Friedland, 1806-1807: The Application of Combined Arms in the The opening of Battle*, Fort Leavenworth, Kansas, School of Advanced Military Studies United States Army Command and General Staff College, 1994, pp. 79-81;

para a vitória, especialmente num exército que depende do sistema de corpos e da coordenação e cooperação destes no campo de batalha.

A acção que imortalizou Davout enquanto marechal de Napoleão foi sem dúvida a batalha de 14 de Outubro de 1806, em Auerstadt. Após uma discussão quanto à interpretação das ordens de Berthier, Davout seguiu para Apolda e Bernadotte manteria o primeiro destino dado pelo imperador, Dornburg. Às 7 horas, as forças de Davout nem tiveram tempo de se juntar a Napoleão para a batalha de Jena, a divisão Gudin entrou em acção contra a guarda avançada prussiana e, após a respectiva repulsão desta, estabeleceram uma linha defensiva em Lissbach²¹⁹. Davout estava no centro das acções, coordenando as forças que tinha, sabendo que ainda viriam as divisões Friant e Morand das suas posições, ainda a 1-2 horas de distâncias, aguentando as cargas de Blucher. A forma como dirigiu as forças, usando o potencial máximo do seu corpo, cerca de 30 mil homens, perante um adversário que apresentava o dobro de efectivos, revelou a versatilidade das forças francesas e que o treino duro de Davout valeu a pena.

A divisão Friant, a primeira a chegar, foi colocada à direita de Gudin, usando o 111º regimento como força de cobertura, à medida que iam sustendo um ataque de bateria nesse local. Um batalhão foi enviado para silenciar essa bateria enquanto uma brigada prussiana, em ofensiva, era contra-atacada por companhias de *voltigeurs*. Neste momento era possível ver a divisão Friant a desdobrar-se de forma a corresponder às ameaças que lhe aparecem à frente, a ofensiva prussiana em Gudin e o ataque de bateria no flanco direito francês. Assim que a Divisão Friant ganhou vantagem, avançaram as baterias divisionais e, para isso, foi fundamental a conquista da vila de Poppel pelo 108º regimento e pelo 33º regimento que fixou o inimigo. Estando a zona protegida são movidos para Eckestsberg três regimentos, o 48º, o 108º e o 110º, sendo aí instaladas as baterias²²⁰. A divisão Morand chegou às 11 horas e foi para o flanco esquerdo, Davout apercebeu-se que os prussianos queriam aproveitar a sua superioridade numérica para atacar ambos os flancos. Permitiu que entrassem para dentro, na vila de Hassnhausen, e avançou Friant e Gudin para o centro, ficando ambos entre os flancos prussianos, cortando assim as linhas entre as duas ofensivas prussianas e deixando-as com o flanco exposto. Este facto foi

²¹⁹ KEEFE, John M., *Marshal Louis Nicholas Davout and the Art of Command*, Fort Leavenworth, Kansas, School of Advanced Military Studies United States Army Command and General Staff College, 1994, p. 18;

²²⁰ Idem, *ibidem*, pp. 19-20;

aproveitado por cada divisão, que fustigaram os flancos desprotegidos, com o apoio da artilharia a atacar, forçando a retirada prussiana e a respectiva vitória francesa²²¹.

Davout revelou em Auerstadt a capacidade de um corpo de exército lutar sozinho, mas também como a informação incorrecta poderia levar a situações de risco. Apesar de resoluto, não perdoou a atitude de Bernadotte em não lhe dar apoio e o I Corpo não actuou em Jena, para fechar a aproximação indirecta, nem actuou em Auerstadt, apesar de estar no meio de duas batalhas e a cerca de uma dezena de quilómetros de cada uma. Davout seria feito Duque de Auerstadt e teve a honra de entrar em Berlim e receber a chave da cidade. Revelaria as suas qualidades em campanhas posteriores, especialmente na do Danúbio em 1809.

Apoiando a retirada do exército: Ney e a campanha russa 1812

A estratégia de Napoleão e a forma como usava os seus corpos de exército dependia da estratégia de viver da terra, de estradas de qualidade, de manter a linha de comunicações próxima e das linhas de contacto entre os corpos. Na Rússia encontrou um teatro de operações que lhe negou isso através da terra queimada, território lamacento fruto de um Verão quente e húmido, que resultou na proliferação de doenças entre os animais (cavalos e de carga) e soldados, estradas de má qualidade e a recusa da batalha por parte dos russos, que escaparam à aproximação indirecta em Disra e depois à armadilha do *bataillon de carré* em Smolensk, obrigando Napoleão a persegui-los e a prolongar demasiadamente as suas linhas de comunicação e abastecimento. A retirada de Moscovo, a 19 de Outubro de 1812, foi uma decisão normal tendo em conta as circunstâncias, mas em vez de levarem nos vagões os alimentos que sobraram na capital preferiram levar um vasto espólio de casacos de pele, vestidos, jóias e álcool caro. Até ao Beresina, a lentidão foi a característica desta marcha e muitos franceses foram presas fáceis dos cossacos, tendo Napoleão quase sido capturado.

O marechal Michel Ney já tinha experimentado o sabor amargo da retirada enquanto líder da rearguarda da *Armée du Portugal* em que teve de ganhar tempo em troca de espaço, para que Masséna pudesse retirar para Espanha. Quis o destino que tivesse o mesmo papel na campanha russa, assumindo o comando da rearguarda das mãos de Davout a 3 de Novembro, que se revelara demasiado lento e pouco agressivo.

²²¹ KEEFE, John M., *Marshal Louis Nicholas Davout and the Art of Command*, Fort Leavenworth, Kansas, School of Advanced Military Studies United States Army Command and General Staff College, 1994, p. 20;

Assim, o III Corpo de Ney, reduzido a 6000 infantes, um esquadrão de cavalaria e apenas 12 peças de artilharia dos 10 mil que partiram da cidade moscovita, começaria a demanda russa que elevaria o marechal ao estatuto de lenda e de bravo entre os bravos²²². O objectivo deste corpo de exército era atrasar ao máximo os russos e permitir a fuga das principais forças da *Grande Armée*. A missão começou em Viasma, onde já tinha defrontando dias antes os ataques de Milarodovitch, e o objectivo seguinte passava por chegar a Smolensk e passar o rio Dniepre. Ney, tal como em Portugal, queimou os edifícios em Viasma para atrasar os russos e mal iniciou a marcha começou a ser fustigado por ataques dos cossacos. De acordo com Atteridge, a retirada foi caracterizada por ataques diurnos destes cavaleiros e ataques de nocturnos de artilharia. Agressividade na repulsa de ataques e celeridade no movimento, estas seriam as armas do marechal no cumprimento da sua missão. Quando se fixou em Dorogbuz, Ney, vendo a lentidão da marcha, escreveu a Napoleão que se livrasse dos canhões que fossem inúteis e dos comboios que carregavam os troféus e pilhagens de Moscovo. Para piorar o clima estava a ficar cada vez mais gélido, especialmente à noite, o que levava à quebra de moral dos já famintos soldados do III Corpo. Quando chegou ao Dniepre tinha apenas 3000 dos 10 000 que saíram de Moscovo²²³. O III Corpo estava reduzido ao tamanho de uma mera divisão e a cavalaria era constituída por oficiais e alguns soldados, sendo a última força a chegar a Smolensk, viram-se sem mantimentos pois os seus companheiros da vanguarda levaram tudo num furor de desordem e indisciplina.

Mesmo assim, saiu reforçado com tropas que tinham ficado, elevando as suas forças para 5000 homens. Para aumentar a velocidade, reduziu o número das peças de artilharia para seis e a cavalaria seria usada apenas para missões de escolta e correio. Para piorar, 7000 fugitivos acompanhavam as forças de Ney, prejudicando a velocidade da marcha. O pior chegaria em Krasnoi, entre 18-19 de Novembro, ao não encontrar aí Davout, interceptado pelas forças russas de Milarodovitch, sendo alvo de um duro ataque de artilharia e cavalaria cossaca²²⁴. O general russo chegou a solicitar a sua rendição, a resposta de Ney foi que um marechal de França nunca se renderia. O combate de Krasnoi foi curto e Ney aproveitou o nevoeiro para escapar de forma a chegar a Orsha. O resultado do confronto não podia ter sido pior, chegou apenas com 2000 homens e voltaria a ser

²²² ATTERIDGE, A.H., *Marshal Ney: The Bravest of the Brave*, Barnsley, Pen & Sword Military, 2005 (1912 edição original), pp. 126-127;

²²³ Idem, *ibidem*, p. 128;

²²⁴ Idem, pp. 128-129;

atacado por forças russas no dia 20, até Napoleão ordenar Eugénie que fosse ajudar o marechal. Quando este chegou entrou em contacto com Ney através de tiros de salva, respondidos com tiros de mosquete. Ney, à cabeça de cerca de 900 homens, aparecera perante o enviado de Napoleão, abraçando-o de seguida. Atteridge relata que, quando chegou ao campo, havia um misto de euforia e raiva, Ney tinha a opinião que Davout deveria ter aguentado em Krasnoi ou então devia ter avisado²²⁵. Chegou a encontrar-se com ele, que lhe tentou explicar a sua conduta a Ney. Afirma-se que o marechal alsácio disse simplesmente a Davout que “Deus nos vê e Deus nos julgará”²²⁶. Davout tinha sofrido um duro ataque de Miloradovitch que quase resultou na destruição do seu I Corpo, sendo obrigado então a recuar. A chegada a Orcha foi o ponto final de Ney como líder da rearguarda, o papel regressaria a Davout.

Murat e o Corpo de Cavalaria

O sistema de corpos de Exército não era só feito pelos corpos de armas combinadas. Napoleão fazia questão de ter uma reserva de artilharia, para a usar num ataque em massa, concentrado num ponto fraco inimigo, e um corpo de reserva de Cavalaria. Até 1807 este Corpo foi liderado por Murat e na campanha de 1812 foram constituídos cinco destes corpos de arma única. A função deste corpo era direccionada para funções multifacetadas, quer em campanha quer no campo de batalha. Em campanha funcionava como guarda avançada mais ligeira, actuando à frente dos corpos em marcha, e teria de assegurar que as estradas e as passagens por rios estivessem seguras e em condições. Estabelecia por vezes uma frente larga que cobrisse as intenções de marcha dos corpos, como o fez em Ulm, e actuava como força de reconhecimento, de primeiro contacto, em algumas ocasiões, e para simular supostos ataques numa direcção indicada por Napoleão. Nessa campanha Murat conseguiu obter a localização austríaca e desempenhou duas funções, a cobertura para os corpos que iam marchar para norte, e a simulação de um ataque vindo de oeste, Estrasburgo, em direcção a Ulm, levando Mack a não perceber o que se passava a norte. Estando o logro feito, Murat foi capaz de levar rapidamente as suas forças para apoiar Soult a ocupar Munique e pressionar para Sul. No entanto, quando encarregado de fechar a norte, cometeu um erro que levou à batalha de Elchingen. Na marcha para Viena, adiantou-se demais, deixando Mortier isolado e quase derrotado na batalha de Durrenstein. Murat não era um estratega e nem devia ter assumido

²²⁵ ATTERIDGE, A.H., *Marshal Ney: The Bravest of the Brave*, Barnsley, Pen & Sword Military, 2005 (1912 edição original), p. 132;

²²⁶ Idem, *ibidem*, p. 133;

o papel de liderar Lannes e Ney na situação de Ulm; em Viena foi mais a impetuosidade de ser o primeiro a chegar, no entanto esta última parte revela a importância do papel da cavalaria como força de cobertura e de estar coordenada e com distância seguras dos corpos do qual prestava apoio, um erro podia resultar num corpo isolado e sem apoio.

Na batalha teria dois papéis: carregar num ponto fraco após este ter sido destruído pela artilharia, e sempre com apoio da infantaria, numa acção de armas combinadas. Napoleão gostava de ter a reserva de cavalaria sob o seu comando directo para depois a aplicar juntamente com os esforços da infantaria e artilharia. Estando a carga feita no ponto frágil, era iniciada a perseguição das forças em fuga após a quebra nas linhas. Mas nem sempre as coisas lhe correram bem e a situação de Eylau demonstra isso, quando não conseguiu coordenar as forças para fazer o flanqueamento e torner de forças para ameaçar a rectaguarda russa. Os Corpos de Ney e Davout estavam atrasados e os russos sabiam do plano. Apostaram no uso da artilharia, que tinham em maior número, para fustigar Soult e quase aniquilaram o corpo de Augereau. Devido a estas circunstâncias Napoleão e Murat organizaram uma das maiores cargas de cavalaria das guerras napoleónicas de forma a obter dois objectivos: ganhar tempo e algum fôlego para os franceses e silenciar as baterias russas. Murat reuniu o seu Corpo de Cavalaria e outras unidades para obter cerca de 10 a 11 mil cavaleiros, que carregaram o centro russo. A carga resultou na perda 1500 homens, contudo obtiveram o objectivo e o fôlego necessário para Napoleão. Esta acção demonstra que o sistema de corpos não dependia só da acção das suas unidades de armas combinadas. Napoleão tinha seguido as regras de Guibert e Frederico o Grande, em que a cavalaria não podia ser uma arma dispersa, devia estar unida para ataques concentrados. Bonaparte adoptou esta teoria para a cavalaria e artilharia pesada, dispersando as unidades ligeiras destas armas pelas divisões. Ao concentrar em si as reservas de artilharia pesada e cavalaria pesada para ataques de fogo concentrado (artilharia) e de choque, ruptura e perseguição (cavalaria), Napoleão podia usá-las conforme as exigências da batalha e o marechal Murat era o homem indicado para essas missões.

Exemplos das responsabilidades de uma ocupação militar: Mortier e Ney

A 15 de Dezembro de 1805, Mortier recebe o comando do V Corpo de Lannes. Napoleão pretendia dar descanso ao seu marechal ao mesmo tempo que deixava a sua unidade a alguém mais apropriado para trabalhos administrativos de ocupação militar e outras tarefas que provavelmente aborreceriam o marechal, mais dado ao combate.

Enquanto o tratado de Pressburgo estava para ser assinado, Mortier deveria aproveitar o armistício para ocupar a Morávia, região onde se deu a batalha de Austerlitz. Aliás, uma das suas missões era retirar as peças de artilharia inimiga aí encontradas para serem enviadas para os arsenais franceses, conseguindo evacuar 123 peças antes da conclusão do tratado²²⁷. Além disso, deveria fazer a revisão da situação deixada por Lannes, que tinha as forças colocadas em Znaim, Brunn e Olmutz, ver o estado dos hospitais, o abastecimento dos soldados, tratar da promoção dos oficiais, oferecer todos os meios militares ao comissário de guerra que viria tratar das contribuições e requerer os cavalos da região para reabastecer a cavalaria²²⁸. O comando de um exército em território inimigo vai assim mais além do combate e não sendo regiões anexadas, como as discutidas no capítulo anterior, era necessário ainda mais cuidado, especialmente em território austríaco. Lannes, por exemplo, recebera ordens para não perturbar o imperador austríaco instalado em Hollitsch. A ajudá-lo estariam as divisões dos generais Suchet e Gazan, já que Oudinot e os seus granadeiros foram para Viena.

Habitado a trabalhos mais burocráticos - administrara Hanôver - Mortier instruiu o *ordonnateur en chef*, representante do ramo logístico da *Intendance*, para melhorar as condições dos hospitais e colocar os comissários de guerra a fazer visitas diárias²²⁹. A situação do abastecimento não era a melhor sendo o pão de má qualidade, faltavam as quantidades necessárias de vinho e carne e a nível de equipamento faltava linha para reparar as camisas bem como algodão. As queixas eram enviadas a Berthier a 19 de Dezembro, foram pedidos víveres de Viena para os soldados e cavalos, assim como material para os hospitais, obedecendo assim à hierarquia da *Grande Armée*. Berthier, como *Major Général* da Grande Armée era claramente o segundo da hierarquia²³⁰. Quanto às contribuições, a região de Mortier deveria dar 12 milhões de francos dos 100 milhões exigidos à Áustria. Numa zona devastada pela guerra e por constantes marchas e contra marchas de soldados franceses, russos e austríacos, o trabalho de Mortier era difícil e complicado. Nas suas memórias, ele relata que procedeu de imediato a reunir-se com estados gerais da Morávia para exigir tal indemnização. A resposta foi dada no dia 20 e era a mais natural, não há recursos suficientes para satisfazer tal exigência²³¹. Os condes

²²⁷ FRIGNET-DESPRÉAUX, Édouard, *Le maréchal Mortier, duc de Trévis* Tome 3, Paris, Berger-Levrault, 1920, p. 170;

²²⁸ Idem, *ibidem*, p. 163;

²²⁹ Idem, p. 163;

²³⁰ Idem, p. 165;

²³¹ Idem, p. 167;

de Brumegen e Taafe assinam e tentam arranjar passaportes para ir negociar um empréstimo junto de Praga e o valor da indemnização junto de Napoleão, em Viena, esforços que não seriam mais necessários pois o imperador Francisco II, após a assinatura do tratado de Pressburgo, ficou responsável pela indemnização. Mortier ainda recebeu ordens de Berthier, a 29 de Dezembro, para proceder à recolha das contribuições, contra a vontade dos estados que alegaram o artigo do tratado segundo o qual era o imperador que garantia o pagamento, devendo-se este pedido à necessidade de fundos para pagar o soldo dos oficiais e dos soldados, cuja dívida a 31 de Janeiro de 1806, era de 1 543 000 francos²³². Os presos russos foram outra responsabilidade. Mortier teve de tratar da situação dos oficiais em *parole*, liberdade condicional, estando entre eles o Príncipe Repnin, e os soldados chegaram a ser usados para troca de prisioneiros com as contrapartes russas. Mais tarde, procedeu à retirada do país, acordada no tratado que deveria ser feita em 10 dias, marchando para Linz onde receberiam um reabastecimento de sapatos, por ordens do intendente geral Pétriet. Entregaria mais tarde o comando a Lefebvre, que iria preparar as forças para a futura campanha de Jena e entrega-las a Lannes.

Destas memórias de Mortier salienta-se o relato de um corpo de exército como força de ocupação e não apenas de combate. As missões eram destinadas a reestabelecer forças sendo necessário procurar a cooperação da população e a exploração dos recursos. Ney, segundo a biografia escrita por Henri Bonnal, apresentava duas situações que demonstram uma similaridade com o caso de Mortier, e ainda como foi a ocupação militar do território neutro de Augsburg, que serviria de ponto de partida para o VI Corpo na campanha de Jena em 1806. A primeira situação foi no mesmo período de armistício que sucedeu a Austerlitz. Ney ocupou Salzburgo e Laufen, devendo estar atento à região da Caríntia. Os acantonamentos militares foram distribuídos por 12 *étapes* de 38 km com três paragens de abastecimento pelo meio. Tal como Mortier, devia proceder à recolha de contribuições, cerca de seis milhões da Caríntia e cinco milhões do eleitorado de Salzburgo. Sendo um homem versátil e de improviso, partiu a 28 de Dezembro para Klagenfurth onde conseguiu do município quatro *sous* por dia para cada soldado instalado, bem como uma indemnização para os oficiais²³³. No entanto, a situação

²³² FRIGNET-DESPRÉAUX, Édouard, *Le maréchal Mortier, duc de Trévise* Tome 3, Paris, Berger-Levrault, 1920, p. 166;

²³³ BONNAL, Henri, *La vie militaire du Maréchal Ney, duc d'Elchingen, prince de la Moskowa* Vol 02, Paris, R. Chapelot, 1910, p. 238:

financeira resultaria mais tarde em polémica quando Ney descobriu que houve apropriações ilegais quando estava a reunir as contribuições que foi conseguindo. A 2 de Janeiro, pediu a Loison que entregasse, em 24 horas, os 75 000 francos recolhidos em Botzen, para os *payeur*, os responsáveis pelo pagamento do soldo do exército, tendo mesmo de o advertir novamente, quando este não obedeceu, ameaçando que o iria expôr ao imperador²³⁴. O pior caso foi quando recebeu do presidente da província de Caríntia que houvesse uma dedução de 298 872 francos que Villach e Klagenfurt deram ao general Lacour, entre 25 de Novembro e 6 de Dezembro de 1805, e ainda mais 318 435 francos dados por Klagenfurt ao general Mermet, curiosamente ambos requisitados por Masséna. Isto obrigou Ney a infomar Berthier, pedindo que fosse enviado cópia dessas contribuições e avisando que iria informar Napoleão do caso²³⁵. Existe a história de que Napoleão mandou apreender três milhões de francos a Masséna após a campanha de Nápoles, cuja proveniência era do contrabando e da pilhagem. Tendo em conta o aviso de Ney sobre a actividade de Masséna em Klagenfurt, fica a questão se não terá sido a denúncia deste marechal das actividades do seu companheiro de classe que resultou na anterior apreensão, apesar de Napoleão estar ciente da avareza de Masséna.

A estadia em Salzburgo durou até ao dia 26 de Fevereiro de 1806, tendo Ney partido para Augsburg para preparar a campanha de Jena. Avançou depois para o principado de Furstenberg, ocupando Memmingen, Altdorf, Althausen e Fribourg em Brisgau. Em Abril deveria preparar a região para a passagem dos milhares de prisioneiros austríacos que regressavam a casa. Já avisado de uma possível agressão prussiana, Ney teve que enfrentar, em pleno Maio, novos problemas de abastecimento, faltando calças, sapatos, botas e soldo. Como consequência deste problema, foi informado pelo Barão de Lergenfels, chefe da regência bávara do Souabe, que em Lundau, Wangen, Wasserburg e Lengenagen os comandantes das tropas francesas estavam a exigir às autoridades locais o material em falta, ameaçando que, caso contrário, alojariam ainda mais soldados. Ney respondeu que as ordens mais duras eram dele, mas as suas acções resultavam em cada vez maiores dificuldades das autoridades civis em se opor e manter a disciplina dos soldados²³⁶. Para agravar a situação, recebeu notícias de assassinatos de soldados franceses por parte bávaros e wurtembergueses. A experiência de Ney mostra o outro lado

²³⁴ BONNAL, Henri , *La vie militaire du Maréchal Ney, duc d'Elchingen, prince de la Moskowa* Vol 02, Paris , R. Chapelot, 1910 ,m, ibidem, p. 241;

²³⁵ Idem, ibidem, p. 243;

²³⁶ Idem, pp. 253-255;

da ocupação francesa nos estados alemães, onde mesmo a neutralidade não evitava clivagens entre franceses e as autoridades locais. Curiosamente, o problema de abastecimento era constante entre as hostes francesas.

O comando de um corpo de exército não era fácil como foi mostrado, seja em tempo de paz ou em pleno combate contra as hostes inimigas. Napoleão fez questão de ter o máximo de informação possível para poder controlar estas forças e manter os seus marechais informados e, acima de tudo, seguirem as suas ordens. Nem sempre obedeciam, como Ney em Jena, e depois quando saiu da sua zona de acantonamento para despoletar, sem querer, uma movimentação franco-russa que resultou na fatídica batalha de Eylau. O imperador francês soube também que dividendo deveria retirar dos seus marechais. Quando entregou o V Corpo a Mortier na ocupação da Morávia, sabia perfeitamente que este marechal tinha mais capacidades administrativas e mais tacto que Lannes para gerir o corpo de exército mesmo `vista de um imperador austríaco que negociava um tratado. É importante ver estes pequenos aspectos, pois mostram que Napoleão não era só o homem que orquestrava Sault, Lannes, Bernadotte e Davout em Austerlitz, era igualmente alguém que sabia as necessidades burocráticas das suas forças, não tivesse dado a Berthier, um homem de qualidades especiais e específicas, o cargo de segundo em comando da *Grande Armée*. Isso não quer dizer que não falharia no futuro quando encarregou vários marechais de responsabilidades administrativas e entrega de comandos de exércitos, ponto que será desenvolvido no capítulo seguinte. Com cada vez maior número de efectivos, combatendo em dois teatros de operações e frentes de combate cada vez maiores, Napoleão começaria a cometer erros assim como os seus marechais.

Capítulo 9- O Marechais e o Peso do Comando Independente

Os primeiros casos: Masséna e Berthier

Enquanto Napoleão avançava para Viena, procurando decidir o resultado do conflito na zona do Danúbio, Masséna foi o primeiro marechal com a responsabilidade de um comando independente e respectivo teatro de operações. Assumiu o comando do Exército de Itália, com cerca de 50 000 homens, destinado a disputar a frente do Rio Adige com as forças austríacas do Arquiduque Carlos. O futuro duque de Rivoli deveria também manter o comandante austríaco o mais ocupado possível, de forma a este não regressar a Viena e ameaçar a retaguarda de Napoleão, enquanto este perseguia as forças austro-russas para a Morávia. O teatro de operações italiano não era novidade para Masséna, que tinha aí combatido entre 1795 e 1797 sob a liderança de Napoleão e defendera Génova no célebre cerco que assegurou a marcha do então cônsul Bonaparte pelos Alpes para Milão, em 1800. Além disso, como já referido, não era a primeira vez que assumia o comando de um exército. Comandara o Exército da Helvécia e depois de este ser suprimido e adicionado ao Exército do Danúbio, ficou com o comando deste último. Seria com esta força que disputou, com o Arquiduque Carlos, a Primeira Batalha de Zurique de 2 a 5 de Junho de 1799 e viria a obter a glória de derrotar na mesma região as forças russas de Korzakhov na Segunda Batalha de Zurique a 25-26 de Setembro de 1799. Portanto, a escolha de Napoleão tinha as suas razões: Masséna conhecia o território e já tinha defrontando o comandante inimigo.

Ao contrário da *Grande Armée*, as forças de Masséna ficaram organizadas pelo sistema divisionário sendo os seus comandantes os seguintes: Gardanne 1ª Divisão, Verdier 2ª Divisão, Molitor 3ª Divisão, Duhesme, 4ª Divisão, Seras 5ª Divisão, Partouneaux Divisão de Reserva, Pully Divisão de Cavalaria, D'Espagne Divisão da Cavalaria Ligeira Divisão e Mermet 1ª Divisão de Cavalaria de Reserva. Devido às responsabilidades da campanha, Masséna tinha alguma autoridade chegando mesmo a negociar um cessar-fogo com o Arquiduque Carlos, a 29 de Setembro de 1805, que durou até 14 de Outubro. A partir desse dia, as hostilidades foram-se perpetuando com Masséna a manter o rival austríaco ocupado em Verona, a 18 de Outubro, onde garantiu uma passagem para o Adige, e a batalha de Caldiero, a 30 de Outubro, onde dividiu as suas forças num flanco esquerdo, comandado por si, um flanco direito, comandado por Verdier, e uma força a norte, em Verona, sob o comando de Seras. A vitória francesa obrigou o Arquiduque Carlos a recuar até Laybach (Ljubilana) acabando por reunir-se

com o Arquiduque João em Maribor, congregando uma importante força na região. Masséna, depois de os perseguir até dia 16 à actual capital eslovena, recebeu ordens para se juntar ao teatro de operações austríaco com o seu exército, que passou a ser o VIII Corpo, o antigo de Mortier, suprimido para reforçar as forças de Lannes e Soult, juntando a Marmont em Graz enquanto Ney ficava em Klagenfurt, com a missão de bloquear a ameaça de Maribor, que acabaria por não aparecer. O comando de Masséna foi um sucesso, tinha cumprido o objectivo de manter o arquiduque Carlos ocupado e depois iria efectuar a conquista de Nápoles com o mesmo sucesso e com Gouvion Saint-Cyr sob a sua alçada. A sua autoridade foi inquestionável, não havia marechais que a pusessem em causa, conhecia o teatro de operações bem como o sistema divisionário que lhe permitiu um controlo maior dos seus subalternos e maior familiaridade no uso das divisões em campanha. No entanto a pouca agressividade do comandante austríaco, bastante hesitante, e o facto de o teatro de operações ser em menor escala em comparação com os da Guerra Peninsular, beneficiaram em muito o já experiente Masséna. O tamanho do efectivo e do teatro de operações viriam a ser um problema para o marechal que teve de ser comandante em chefe na ausência de Napoleão, Berthier em Abril de 1809.

Quando se fala em marechais abusarem do seu comando sob ausência de Napoleão e cometerem erros que podiam pôr em causa o sucesso do exército francês, os vários marechais do teatro peninsular são os primeiros a serem referidos. Deixados sob a liderança de José e do seu ajudante de campo, Jourdan, a dificuldade destes em cooperar e a falta de unidade de comando tornou-se um ponto de discussão natural quando se fala da Guerra Peninsular. No entanto, quando aqueles foram deixados em Espanha começaram a dar sinais de clivagem em Junho de 1809, durante o despique com Wellington em Talavera de la Reina, em meados de Abril desse ano, um marechal começara a dar problemas a Napoleão durante o seu curto período enquanto comandante da *Armée d'Allemagne*. Curiosamente tanto Marshal Cornwall²³⁷ como Andrew Roberts²³⁸ apresentam a mesma justificação para esta escolha. Napoleão tinha em Davout e Masséna escolhas mais acertadas, para o comando de um exército, mesmo que temporário, mas não o fez devido ao possível choque entre ambos, fruto do seu carácter orgulhoso, de se considerarem generais vitoriosos, marechais da mesma classe e iguais entre eles. Assim, deixou-os no comando dos seus corpos de exército, ficando Berthier

²³⁷ MARSHALL-CORNWALL, James, *Napoleon as Military Commander*, London, Weidenfeld & Nicolson; New printed edition (2000), pp. 195-196;

²³⁸ ROBERTS, Andrew, *Napoleon the Great*, Milton Keynes, Penguin Books, 2014, p. 501;

como responsável pela organização do exército durante a sua ausência em Paris, visto ser no papel o segundo na hierarquia da Grande Armée, ainda que num papel administrativo.

Napoleão tinha regressado de Espanha a 24 de Janeiro de 1809 e estava desde então preocupado com a possível ofensiva do exército austríaco do Arquiduque Carlos. Detinha na altura os corpos de exército de Bernadotte, Oudinot e Davout na Alemanha, cerca de 90 000 homens, que corriam o risco de serem apanhados pela poderosa ofensiva dos austríacos, que contavam com perto de 260 000 homens. Berthier, actuando como comandante em chefe da *Armée d'Allemagne*, deveria receber ordens de Napoleão e distribuí-las pelos comandantes dos vários corpos para que se preparassem para uma possível ofensiva após o dia 15 de Abril de 1809²³⁹. Em fins de Março, chegou um relatório que informava que as forças austríacas estavam a concentrar-se na margem direita do Rio Inn, levando Napoleão, entre 28 e 30 de Março, a preparar instruções sobre a composição e localização das forças da *Armée d'Allemagne*. Se os austríacos atacassem antes do dia 10 de Abril, os franceses deveriam concentrar-se atrás do rio Lech com a sua direita em Augsburg e a sua esquerda no Danúbio entre Ingolstadt e Donauwörth, onde seria estabelecido o quartel-general imperial. O ataque não ocorreu e a 10 de Abril Napoleão deu ordens a Berthier para concentrar as tropas em Augsburg e Donauworth com a Guarda Imperial e os seus cavalos em Estugarda. A ordem seguinte, enviada horas depois da anterior, através do semáforo Chappe, pode ter sido o que provocou a confusão e levou Berthier errar²⁴⁰. David Chandler salienta que esta nova ordem, feita após a captura de cartas de Metternich, era para colocar Davout em Regensburg (Ratisbon), caso houvesse ataque depois do dia 15. O historiador coloca a hipótese de uma má interpretação do então *Major Général* da *Grande Armée* do que Napoleão pretendia tendo em conta a data do suposto ataque²⁴¹. Já Marshal-Cornwall considera que foi um erro de Napoleão ter dado essa ordem, pois Davout ficaria exposto no seu flanco esquerdo, e o resultado foi que Berthier teve problemas na organização das forças francesas²⁴². O atraso de novas ordens piorou o caso e confundiu ainda mais o marechal. Este chegou a escrever uma carta a solicitar que o imperador regressasse o mais depressa possível para

²³⁹ ROBERTS, Andrew, *Napoleon the Great*, Milton Keynes, Penguin Books, 2014, pp 501;

²⁴⁰ CHANDLER, David, *The Campaigns of Napoleon*, London, Weidenfeld and Nicholson, 13ª Edição, 1995, 1ª Edição (1966), p. 679;

²⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 679;

²⁴² MARSHALL-CORNWALL, James, *Napoleon as Military Commander*, London, Weidenfeld & Nicholson; New printed edition (2000), p. 198;

restabelecer o seu comando e as ordens serem melhor preparadas de acordo com as circunstâncias²⁴³.

Mas o mal estava feito. Berthier saiu a 11 de Abril de 1809 de Estrasburgo a caminho de Augsburg. Quando chegou, este compreendeu que era impossível concentrar as forças francesas na região de Ratisbon. A 13 de Abril de 1809, tendo em conta estas circunstâncias, Berthier deu novas ordens aos comandantes na região: ordenou Davout que a cavalaria de Saint Hillaire saísse da região de Ratisbon; e a Oudinot foi ordenado que fosse para Neuburg, a 15 km de Ingolstadt. Estes movimentos foram feitos enquanto Berthier perspectivava para as forças francesas um posicionamento em Neumarkt e Beilgnies. Este movimento acabou por dispersar as forças francesas. Marshal-Cornwall evidencia como o exército ficou assim cortado das suas linhas de comunicação e que os locais relatados por Berthier eram demasiado distantes, com Beilgnies a cerca de 40 km a oeste de Ratisbon e Neumarkt demasiado a norte²⁴⁴. Andrew Roberts realça que esta movimentação de forças resultou num perigo grave para Davout, então em Ratisbon, e na dispersão do exército ao longo de 120 km do Rio Lech, com cerca de 52300 soldados no Norte e 68700 no Sul.

Quando soube destas movimentações, Napoleão estava em Louisburgo tendo escrito no dia 16 uma dura carta a Berthier na qual dizia que queria as forças concentradas e o marechal acabou por fazer o oposto do que ele pediu²⁴⁵. Napoleão foi obrigado a corrigir o seu marechal naquilo que ficou conhecido como a Manobra de Lansdhut. O Arquiduque Carlos esperava derrotar as forças de Davout e Lefebvre, este em Landshut, com um movimento de pinças. Mas a marcha lenta dos austríacos e a reacção de Napoleão acabaram por inviabilizar tal objectivo. Davout recebeu ordens para recuar até ao exército principal e juntar-se a Lefebvre, então enviado para Abensberg juntamente com Vandamme, de forma que os dois corpos de exército fixassem e aguentassem o ataque do comandante austríaco. Ao mesmo tempo, Masséna e Oudinot deveriam marchar para Fresing e Landshut, a partir de Augsburg, de forma a ameaçar o flanco esquerdo do Arquiduque Carlos. A manobra transformou um exército em retirada e em perigo de dispersão numa força na ofensiva, apanhando os austríacos de surpresa. A consequência

²⁴³ CHANDLER, David, *The Campaigns of Napoleon*, London, Weidenfeld and Nicholson, 13ª Edição, 1995, 1ª Edição (1966), p. 679

²⁴⁴ MARSHALL-CORNWALL, James, *Napoleon as Military Commander*, London, Weidenfeld & Nicolson; New printed edition (2000), p. 199;

²⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 199;

desta manobra foi o combate de várias batalhas seguidas entre 19 de Abril e 23 de Abril em Abensberg (19 de Abril), Teugen-Hausen (20 de Abril), Landsduth (21 de Abril), Eckmuhl (21 de Abril) e Ratisbon (22-23 de Abril) que acabaram por empurrar as forças do arquiduque em direcção a Viena.

Foi um período curto de comando por parte de Berthier, funcionando como substituto temporário de Napoleão enquanto este estava em Paris e se preparava para juntar ao seu exército. A relutância de Napoleão em dar o comando a um marechal, preferindo, segundo Roberts, que tivesse sob alçada de um membro da família imperial, levou a dá-lo a alguém que, ainda que tivesse o respeito dos marechais, por funcionar como a voz de Napoleão, não tinha experiência de comando, por ser um militar especializado do estado-maior. A própria ansiedade sobre as datas de ataque austríaco e como as forças deveriam reagir geraram uma maior confusão. A constante centralização do poder militar em Napoleão teve as suas primeiras repercussões - e mais teriam - quando deixou o controlo das forças peninsulares num membro familiar sem capacidade militar e incapaz de exercer a autoridade política sobre os seus comandantes.

O Problema Peninsular

Com Napoleão de partida para Paris, devido ao som dos tambores de guerra austríacos, a situação francesa em Espanha parecia melhor do que antes da intervenção do imperador francês. Este coordenou a *Armée d'Espagne*, colocando rapidamente em acção o sistema de corpos de exército que se apoderou de Madrid e conseguiu a expulsão de John Moore pela Corunha através da marcha rápida de Soult, Ney e outras forças francesas que procuraram aniquilar os ingleses. Havia assim corrigido os erros de Maio-Agosto 1808, em que os corpos de observação de Junot, Bessières, Dupont, Moncey e as forças lideradas por Murat, nomeado Lugar-Tenente do Imperador em Espanha, não tinham estabelecido o controlo pretendido e tiveram mesmo duros revezes. Nesse período os eventos do Dois de Maio de 1808 precipitaram na altura uma insurreição espanhola que obrigou a uma resposta francesa. Procurando restabelecer o domínio francês, Dupont iria para Toledo e depois para Córdoba, enquanto Moncey foi para Valência e Bessières, em Burgos, deveria estar atento às movimentações de Cuesta e Blake.

Isolados uns dos outros e a grandes distâncias, num território de serras e florestas que complicava a velocidade da marcha, os corpos de observação tiveram de actuar sozinhos como se fossem colunas avançadas. Os resultados não foram os melhores. A 26 de Junho de 1808, Moncey viu que não tinha qualquer capacidade para efectuar um cerco

à cidade de Valência, não tendo efectivo ou artilharia de cerco, acabando por retirar-se dois dias depois. Em meados de Julho haveria duas batalhas com sabores diferentes. O mais amargo foi Bailén que culminou com a rendição do general Dupont em 19 de Julho. Indo de Toledo para Córdoba, as linhas de comunicação com Madrid ficaram demasiado extensas e o regresso à capital ficou ainda mais complicado com a marcha lenta provocada pelas carroças cheias de pilhagem da antiga capital do califado omíada. A armadilha espanhola de Castaños foi o suficiente para capturar as forças francesas, anulando em certa medida a vitória de Bessiéres, a 14 de Julho, em Medina el Secco. O ocupante de Portugal, Junot, também fracassou e foi derrotado no mês de Agosto pelas forças inglesas de Wellington nas batalhas de Roliça e Vimeiro, conseguindo ao menos a atenuante da Convenção de Sintra. As ordens de Napoleão tinham isolado em demasia as suas forças, em boa parte constituída por conscritos da classe 1808, ficando sem capacidade de se apoiarem uma às outras na vastidão ibérica.

Nos finais de Janeiro de 1809, os marechais e os seus corpos de exército da *Armée d'Espagne* estavam ocupados com os objectivos deixados por Napoleão: o I Corpo de Victor havia vencido em Uclés, a 13 de Janeiro de 1809, e partia para a Extremadura onde deveria invadir Portugal para prestar apoio ao outro exército invasor, o II Corpo de Soult, que havia recentemente visto os ingleses partir da Corunha; o III Corpo de Moncey e o recém-formado V Corpo de Mortier estavam sob o comando de Lannes no cerco de Saragoça; Ney e o VI Corpo deveriam pacificar a região da Galiza; e Lefebvre sairia do comando do IV Corpo, deixado para Sebastiani. Com Napoleão em Paris desde 24 de Janeiro de 1809, os assuntos ibéricos ficaram nas mãos do comandante em chefe das forças franceses em Espanha, o seu irmão José Bonaparte. A ajuda-lo, desde o seu reinado em Nápoles, estava o experiente Marechal Jourdan, que não tinha ainda entrado em qualquer campanha durante o reinado napoleónico. A sua última acção decorrera entre Março e Abril de 1799, quando comandou o Exército do Reno contra o Arquiduque Carlos, resultando então em duas duras derrotas em Stockach e Ostrach. Deu então o seu comando a Masséna e optou por se concentrar na vida política, enquanto deputado, do que na militar. Sob a sua alçada estariam os corpos de exército dos marechais Soult, Ney, Victor, Moncey, e Mortier, e dos generais Sebastiani e Dorsenne. Iniciava-se assim a primeira de três fases de comando francês na Guerra Peninsular, o do comando josefino.

Nesta fase, os comandantes dos vários corpos de exército deveriam obedecer a José Bonaparte enquanto comandante em chefe. Entre Fevereiro e Junho de 1809 não

existiram grandes problemas, pois os vários marechais estavam ocupados com as missões traçadas por Napoleão. Soult deveria avançar e conquistar o Porto até 5 de Fevereiro, e Lisboa até 16 de Fevereiro. As datas previstas para o cumprimento da missão a Soult foram os primeiros sinais do que viria a ser as constantes más interpretações de Paris a nível de questões de logística, geografia e da capacidade do inimigo na campanha peninsular. A data inicial nem seria cumprida, com Soult a sair a 8 de Fevereiro de Compostela e a ter problemas em passar o esquema defensivo português do Rio Minho. Foi assim obrigado a seguir por Orense, onde Soult pretendia marchar pelo Vale do Tâmega e ocupar Chaves, objectivo atingido a 12 de Março. O marechal Victor teve enfrentar Cuesta em Medellin, a 28 de Março, estando igualmente atrasado no apoio a Soult. Havia pedidos de Napoleão que não estavam de acordo com a realidade portuguesa. A falta de conhecimento do território, respectivos obstáculos naturais e a constante subvalorização do inimigo anglo-português e espanhol foram entraves ao sucesso dos franceses. E os fracassos de Soult, expulso em Abril por Wellington, e de Victor, que não conseguira sequer entrar em Portugal, resultariam no primeiro desafio à autoridade do rei José e do seu ajudante de campo Jourdan.

Em Talavera de la Reina, onde os corpos de Sebastiani e Victor iam enfrentar Wellington e as forças de Cuesta. Jourdan pedira que se esperasse por Soult, que vinha em marcha desde Salamanca, com apoio de Mortier, e poderia atacar a rearguarda aliada num ataque coordenado com os restantes comandantes. Contudo, Victor queria atacar de imediato, apesar de José, Jourdan e Sebastiani serem contra a ideia²⁴⁶. O primeiro acabaria por levar de vencida a sua opinião e a ansiedade de José contribuiu para esse acto por temer que o irmão voltaria a irritar-se com nova fuga inglesa e ter ouvido que Soult poderia demorar mais do que se pensava a chegar ao Vale do Tejo²⁴⁷. Como se sabe, os constantes assaltos de Victor não resultaram em nada e os franceses saíram derrotados de Talavera de la Reina. Além desta situação, Wellington apercebeu-se do movimento de Soult, e retirou-se rapidamente, salvando a suas forças de serem cercados pelos franceses. As tensões começaram a piorar quando Soult foi nomeado o novo ajudante de José, com o cargo de Major General das forças francesas em Espanha, que resultou no afastamento temporário de Ney do grupo de comandantes de corpos na Península, por supostamente

²⁴⁶ ESDAILE, Charles, *The Peninsular War*, London, Penguin Books, 2002, p. 205;

²⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 205;

recusar obedecer ao seu rival dos tempos do Reno. O próprio comportamento deste no saque de Ávila também não tinha caído bem ao rei José.

Mesmo com a conhecida má relação de Soult com José, estes obtiveram de início uma importante vitória em Ocaña. Mais tarde, em novo debate sob o caminho seguinte, Soult defendeu a invasão de Portugal, mas José propôs a conquista da Andaluzia e Cádiz. A demanda andaluza acabaria por ser a escolhida, após um tempo de espera sem resposta de Napoleão. Os corpos de exército de Soult, Mortier, Sebastiani e Victor, cerca de 68 mil homens foram direcionados para a Andaluzia e não contra os ingleses em Portugal, resultando numa nova dispersão de forças para um objectivo desnecessário e que deu tempo a Wellesley para treinar o exército português e construir as linhas de Torres Vedras. No entanto, Soult foi capaz de usar o sistema de corpos de exército com sucesso e coordenou bem os marechais que estavam ao seu dispor. Mortier sempre foi um homem de cooperação e Victor aceitou as ordens do seu novo comandante. Sevilha foi cercada, mas o desejo de uma rápida conquista por José, de forma a ter uma entrada triunfante na cidade e uma importante vitória política para exhibir aos espanhóis, resultou no desvio de forças e não pôde seguir rapidamente para Cádiz, que se tornaria inexpugnável. Apesar dos problemas iniciais, a fase josefina teve ao menos um fim de sucesso, mas falhava administrativamente e as constantes drenagens no tesouro francês irritavam Napoleão. Descontente pelo irmão ter dado os parabéns pela operação andaluza a Soult, quando a ideia foi de José, este viria a receber mais um duro golpe do seu irmão.

O dia 8 de Fevereiro de 1810 marca o início de uma nova fase de comando. As ordens passavam a vir de Paris e os marechais teriam a autonomia e autoridade para fazer a guerra e a administração à sua maneira, sem ter que dar satisfações a José e apenas a Napoleão. Assim, Aragão, Navarra, Catalunha e a Biscaia passavam a ser províncias imperiais e os seus governadores teriam poder civil e militar. Os seus corpos de exército passariam a ser denominados exércitos e deveriam actuar de forma regional ou dando apoio numa operação colectiva, como viria a suceder no futuro. Napoleão não ficou por aqui, e desferiu outro rude golpe no irmão, tirando a recente joia da coroa, a Andaluzia, fazendo desta uma província imperial sob o governo de Soult. Napoleão acabou de vez com a autoridade de José sobre as forças francesas e concedia bastante espaço de manobra aos seus marechais e generais nomeados governadores-gerais. Aquele que faria maior proveito da nova situação seria Suchet, que tirou partido do seu governo de Aragão, sob alçada de José e depois de Paris, para estabilizar a região e obter o bastão de marechal.

Entretanto, entre Julho-Agosto de 1810, o *Armée du Portugal* começou a ser organizado para conquistar Almeida e Ciudad Rodrigo, já com problemas logísticos pelo meio e alguns comandantes a não aceitarem ser ultrapassados por Masséna. Foi o caso de Junot, que numa carta à esposa relatou que o imperador não confiava nas capacidades dele e de Ney para o comando da missão, uma relação de comando que viria a revelar-se extenuante e complicada para Masséna ao longo da campanha, tendo que enfrentar a má-vontade de um marechal e de um general com ambições de o substituir.

Quanto a Soult, o seu exército deveria prestar apoio às forças de Masséna a partir do Sul, mas as exigências eram enormes para o efectivo que possuía, perto de 25 000 soldados, pois deveria conquistar Campo Maior, Juromenha, Badajoz e Elvas, que tinham o seu conjunto 20 mil homens, e dar apoio à invasão de Masséna, onde deveriam unir-se por uma passagem no Tejo. Haveria o apoio do V Corpo de Mortier, mas de Victor não se poderia esperar nada, por estar ocupado com as operações do cerco de Cádiz. Nas suas memórias, Soult salienta este problema de efectivos, os que Paris apresentava e os que realmente existiam. Nestas circunstâncias ocorreria novo retrocesso com Masséna a perder no Buçaco e a ser obrigado a retirar-se de Portugal em Março de 1811. Soult viria a ser acusado, injustamente, de não ajudar Masséna e de não ser capaz de se reunir com ele, esquecendo os críticos do constante desafio que as forças de Campo Maior e Badajoz foram perante os franceses. Mortier, sempre cooperante, derrotou os espanhóis em Gévora del Caudillo, a 19 de Fevereiro de 1811, e Soult conseguiu a rendição de Badajoz a 11 de Março de 1811. Por esta altura, já o exército de Masséna iniciara a retirada e Ney liderava a retaguarda. Apesar da denominação de exércitos dada nos novos decretos, não passavam dos antigos corpos de exército enviados por Napoleão entre 1808-09, com um efectivo cada vez menor devido a necessidade de guarnecer fortalezas e cidades. Curiosamente, devido à falta de gendarmaria, referido por Chartrand como sendo um ponto fraco, Soult, Suchet e Augereau tiveram de formar unidades de guarda nacional local para ajudar no policiamento e libertar os soldados para as operações militares. Ao pedir que Soult avançasse pelo sul nestas circunstâncias e conhecendo o inimigo, mais uma vez se pedia o impossível a nível de cumprimento de missões quer a nível de datas quer a nível dos efectivos existentes. A dureza da defesa do sul de Portugal seria bem observada em Albuera, onde Soult se apresentou com um efectivo inferior ao de Beresford.

Na campanha portuguesa viriam ao de cima novas discussões entre Masséna e Ney. Inicialmente, este último viu com agrado o comando de Masséna, por ter sido comandado por ele em Zurique. Contudo, quando este chegou com o seu "séquito" de ajudantes onde se destacava um oficial de feições femininas, com uniforme de dragão francês, Ney mudou de opinião e viria a partir de então a criticar duramente Masséna, fosse pelo atraso em Viseu ou por trazer a amante, que recusava cumprimentar. O despique entre ambos atingiu o ponto máximo durante as várias acções de rectaguarda, onde Ney preferia um movimento mais rápido na marcha. Acabaria por enfrentar o seu comandante em chefe por causa da decisão de ir para Cória e Palencia, quando achava que se deveria ir para Salamanca, onde seria mais vantajoso para o exército recuperar e dar luta a Wellington²⁴⁸. Por mais que uma vez Masséna enviou missivas a Ney intimando-o a obedecer a esta ordem. Como sinal de força Ney avisou que não obedeceria a tais ordens e ameaçou que não levaria o VI Corpo para tal destino. Após uma relação pesada e cheia de actos de desobediência, Masséna destituiu Ney do cargo de comandante do VI Corpo do Exército Francês, terminando assim a presença do marechal em Portugal²⁴⁹. Não seria o último marechal a dar problemas a Masséna. Na derrota francesa de Fuentes de Oñoro, entre 3 a 5 de Maio de 1811, Bessiéres não só não cedeu as peças de artilharia que trouxe consigo - Lepic pressionara-o a não as dar pois deveriam estar de reserva - como este mesmo general recusou uma ordem para intervir com a sua cavalaria em apoio a Montbrun, dizendo a Masséna que obedecia apenas a Bessiéres²⁵⁰. A atitude deste marechal chegou aos ouvidos de Napoleão que não gostou da pouca cooperação dada. Tanto este como Masséna saíam da campanha peninsular, com o marechal Marmont a assumir o comando da *Armée du Portugal* e Dorsenne a ficar com o *Armée du Nord*.

Em Maio de 1811, Suchet foi elevado ao marçhaletato, um dos quatro novos marçhais desse ano. A 8 de Julho de 1811, Jourdan regressou para assumir o governo de Madrid e as forças da *Armée du Centre*. No entanto, a derrota de Fuentes Onõro, de Albuera e a perda de Almeida deu a oportunidade necessária para Wellington finalmente ameaçar Badajoz e Ciudad Rodrigo. A primeira cidade foi logo ameaçada após Albuera, com um cerco que durou até 10 de Junho de 1811, porque Marmont conseguira apoiar

²⁴⁸ KOCH, General, *Memórias de Masséna Campanha de 1810-1811 em Portugal*, (tradução por Manuel Ruas), Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp.205-206;

²⁴⁹ Idem, *ibidem*, pp. 208-209;

²⁵⁰ Idem, p. 268;

Soult, dirigindo para Sul com o seu *Armée du Portugal*, para acabar com o cerco. No entanto, Napoleão iniciaria uma série de ordens e retirada de efectivos da frente ocidental que enfraqueceria os franceses e seria aproveitada por Wellington. Para ajudar Suchet, agora marechal após o seu triunfo em Tarragona, pediu a José para enviar parte do *Armée du Centre* para ajudar no cerco de Valência e não seria o único a dar forças. Marmont teve de ceder 12 000 homens a Suchet²⁵¹ na conquista da cidade valenciana. Charles Esdaile refere que Napoleão considerava que Wellington não atacaria Ciudad Rodrigo; até Berthier confiava que o exército anglo-português estava enfraquecido pela doença, que supostamente havia atingido 20 000 soldados, e que haveria apenas outros 20 000 para o combate. Como consequência deste desvio de forças, Drouet ficou com a defesa da frente que ia desde a Serra Morena ao rio Tejo enfraquecida, e o próprio Marmont não foi proactivo o suficiente contra Wellington. Os franceses sempre conseguiram a conquista de Valência, a 9 de Janeiro de 1812, contudo as forças anglo-lusas de Wellington aproveitaram para tomar Ciudad Rodrigo a 19 de Janeiro de 1812, que tinha então todas as armas de cerco da *Armée du Portugal*.

Charles Esdaile²⁵² culpa Napoleão ao retirar um importante efectivo para reforçar o contingente de Suchet, mais de 12 000 homens, e para piorar a situação, ainda retirou 15 000 homens para combater na Rússia, efectivo constituído por toda a Jovem Guarda e os regimentos polacos. As forças francesas ficaram assim muito enfraquecidas para defender uma frente bastante extensa, ao mesmo tempo que tinham de ocupar praças e cidades fortificadas com guarnições que garantissem a sua segurança. A 9 de Fevereiro de 1812 outro marechal abandonaria o teatro ibérico, Victor, para participar na campanha russa. Napoleão retirava soldados e comandantes que iriam fazer falta a José, de novo nomeado, em 16 de Março de 1812, comandante em chefe das forças francesas em Espanha. Nesse mesmo dia, Badajoz era cercada por Wellington e Napoleão impediu Marmont de ir em auxílio da fortaleza porque o seu exército deveria segurar Leão e Castela a Velha de forma a poder marchar contra Almeida e Ciudad Rodrigo, que considerava de fácil conquista porque a guarnição era de má qualidade e mal equipada²⁵³. Nem mesmo o envio a Paris do Coronel Jardt, por parte de Marmont, convenceu Napoleão. José e Jourdan estavam a par do sucedido, compreendiam o perigo e reconheciam que se devia ajudar Soult com Dorsenne, Suchet e Marmont. Mas não

²⁵¹ ESDAILE, Charles, , *The Peninsular War*, London, Penguin Books, 2002, p. 372;

²⁵² Idem, ibidem, p. 398;

²⁵³ Idem, pp. 381-382

conseguiram reunir estas forças e mesmo Marmont só recebeu a missiva com esse pedido a 27 de Março, quando estava já ocupado com missão de vigiar Almeida e bloquear Ciudad Rodrigo. Badajoz caiu a 6 de Abril²⁵⁴.

O decreto de 1810 já tinha concedido autoridade aos marechais para estarem mais à vontade no comando das suas forças e no governo das suas províncias. Se estes já se revelavam reticentes em ajudar noutras frentes, fruto dos problemas nos seus próprios teatros de operações, mais ainda ficaram quando o efectivo começou a diminuir e a ameaça aliada cresceu. Os riscos começaram cada vez mais a pesar nas decisões. Jourdan, nas suas memórias, é quem melhor retrata as circunstâncias em que as forças francesas se encontravam após a perda de Badajoz, com uma análise da situação de campanha de 28 de Maio de 1812. Fala do seu comando, *Armée du Centre*, cujo efectivo era, de acordo com ele, de 9300 tropas imperiais francesas e 5800 espanholas, uma força com pouca capacidade de actuar sozinha em grandes operações. Ao longo do relato deve destacar-se o problema do *Armée du Nord* de Dorsenne, em que o marechal afirma²⁵⁵;

«O Príncipe de Neuchâtel (Berthier) anunciou ao rei que a *Armée du Nord* está sob o seu comando, no entanto o general em chefe (Dorsenne) recebeu ordens contrárias. Nós não sabemos qual é a situação desse exército, mas parece que a partir da correspondência do general Dorsenne com o rei que não é suficiente numeroso para manter a submissão da população do país que ocupa e garantir as boas comunicações com a França. Então, mesmo que estivesse sob as ordens do rei, este não poderia contribuir para as operações gerais, mas o rei seria informado sobre o que está acontecendo por esta importante linha de comunicação, ele saberia os recursos das praças e províncias do norte, a nível material e de subsistência, e os inimigos não publicariam mais que o rei não ordena nessas províncias, porque estas estão unidas à França²⁵⁶, o que destrói todas as medidas políticas que o rei está autorizado a tomar...É tão político e militar que este exército passe para o comando do rei».

É bastante esclarecedor o que Jourdan evidencia. A última frase do texto salienta a importância política do exército estar nas mãos de José e para a sua autoridade. A partir do momento que as províncias passaram para o domínio imperial francês, assim como o

²⁵⁴ ESDAILE, Charles, , *The Peninsular War*, London, Penguin Books, 2002, pp. 382-383;

²⁵⁵ JOURDAN, Jean Baptiste, *Mémoires Militaires du Marechal Jourdan*, Paris, Ernest Flammarion Editeur, 1899, pp. 387-388;

²⁵⁶ Referência ao decreto de 8 de Fevereiro 1810

controlo dos seus exércitos, José teve a sua autoridade enfraquecida perante os espanhóis e também perante os vários marechais que detém o governo-geral. A análise de Jourdan não expressa só este problema, realça igualmente a situação precária da *Armée du Midi* de Soult, que apesar de ter um contingente de 54 000 homens, boa parte está ocupada em bloquear Cádiz e outros efectivos vigiam Ballesteros e outros chefes em zonas meridionais da Andalúzia, restando apenas cerca de 24 000 homens com capacidade de socorrer um possível ataque a Badajoz, mas com o grave risco de se perder Sevilha. Quanto aos restantes exércitos, a *Armée d'Aragón* e a *Armée du Portugal*, Jourdan realça que o primeiro se encontrava na mesma situação do exército de Dorsenne, de não haver um controlo efectivo e de Suchet recusar enviar uma divisão para reforçar a *Armée du Centre* por medo de comprometer a segurança de Valência, dando destaque à oposição de Suchet à autoridade real de José, pois este teria a Catalunha sob a sua alçada, sendo as suas últimas palavras sobre Suchet esclarecedoras da relação deste com José:

«Este exército está, devido à sua situação, em mau estado para competir em operações gerais e instruções dirigido ao seu general em chefe mantê-lo num sistema particular. A administração civil e militar, sendo exclusivamente das mãos do Marechal Suchet, sendo os seus relatórios para o rei por consideração e conveniência. O comando de Sua Magestade não tem mais nada de real».

As forças de Marmont, apesar de serem caracterizadas como fortes, cerca de 52 000 homens, estavam distribuídas por várias posições como Astorga, Valladolid, cuja linha de comunicações exigia bastante protecção, Ávila, Alba de Tormes, Zamora, Benevento, Palência, Toro e, segundo Jourdan, tinham de vigiar as milícias de Bragança e o exército galego, sendo apenas capaz de reunir 25000 homens. Estas condições e exigências da ocupação da *Armée du Portugal* levaram mesmo o marechal a dizer que não tinham capacidades de enfrentar o exército anglo-português²⁵⁷. Jourdan demonstra o estado do exército francês como claramente enfraquecido e com a autoridade de José inexistente perante os vários marechais, que temem sair da sua zona de operações devido ao risco de enfraquecer a sua posição e perder posições estratégicas que tinham sido dificilmente conquistadas. Marmont arriscaria o embate com Wellington numa série de manobras que resultaram na batalha de Salamanca a 22 de Julho. Apesar de ter mostrado habilidade táctica e ter quase surpreendido o rival inglês, Marmont acabou derrotado e

²⁵⁷ JOURDAN, Jean Baptiste, *Mémoires Militaires du Marechal Jourdan*, Paris, Ernest Flammarion Editeur, 1899, pp. 389-390;

ferido em combate, obrigando Clauzel a assumir o comando. Não mais voltaria a Espanha. Soult teve de sair de Cádiz e Sevilha, por medo de ver as suas linhas de comunicação cortadas, e partiu para Valência onde se juntou a José e a Suchet. A reunião destes homens seria vital para a ofensiva francesa que se daria meses depois.

Quando Wellington entrou em Madrid, houve uma resposta conjunta francesa e com real concentração de forças. Após o cerco de Burgos falhar, a 31 de Outubro de 1812, as forças francesas lançaram uma ofensiva com os exércitos de Soult, D'Erlon e Souham a empurrarem Wellington fora de Madrid. As repercussões da Rússia acabariam por chegar à frente ibérica, com nova retirada de efectivos, cerca de 20 000 soldados veteranos, para aquela que seria a campanha da Alemanha de 1813. Ainda mais enfraquecidos pela perda deste contingente, as forças francesas foram sendo empurradas em várias frentes. Wellington iniciou, em Maio de 1813 a ofensiva que o levou até Vitória, onde venceu as forças francesas comandadas por José, Jourdan e Sebastiani a 21 de Junho. Soult regressaria como comandante de todas as forças francesas, depois de ter sido chamado para ajudar na campanha alemã, e tentou defender a linha do Ebro. Só a partir desse momento existiu um verdadeiro comando central com um militar experiente, mas já era tarde. Soult ainda lançou ofensivas em Bidassoa, para libertar San Sebastian. O marechal venceu as batalhas de Maya e Roncesvalles, só que após a queda de Bidassoa os franceses teriam de defender o seu território, facto que não sucedia desde das Guerras da Revolução de 1792 a 1803. O Sistema de Corpos não tinha sido usado no seu real potencial, por falta de um comando que coordenasse as forças no terreno e que administrassem as regiões de forma eficiente e com apoio local, excepção feita a Suchet.

Na campanha peninsular verificou-se o uso dos corpos de exército como unidades da escala superior - exército -, e com responsabilidades regionais. Isto resultou num teatro de operações vasto que obrigou à dispersão de efectivos para missões de guarnição ou bloqueio, como se verificou em Cádiz. Isto limitava as forças dos marechais comandantes e governadores-gerais da província que lhes foi dada, sendo a sua intransigência em ajudar ou enviar efectivos bastante natural, quando estavam cada vez mais pressionados pelas acções de guerrilha, de ocupação de território e operações contra o exército regular espanhol, ao mesmo tempo que falhavam em obter o apoio local. A juntar a isto havia uma falta clara de autoridade política que actuasse como comando central destas forças. Napoleão cometera o erro de entregar este comando a José para depois o retirar, em 1810, e voltaria a iniciar o mesmo ciclo com nova nomeação em 1812, e consequente perda em

1813 para Soult, um ciclo que enfraqueceu de vez a autoridade do irmão perante os marechais e concedeu uma autonomia que acabou por ser uma faca de dois gumes para os interesses franceses. Se Soult e Suchet conseguiram expandir e triunfar em Aragão e Andaluzia o mesmo não se pode dizer da missão Portugal que não conseguiu ser cumprida devido a não ter sido possível concentrar forças para uma grande ofensiva. Tanto Soult como Masséna viram-se sozinhos nas suas invasões porque Victor não foi capaz de passar a fronteira com as forças de Cuesta e da Leal Legião Lusitana a perturbarem a operação e o próprio Soult, em 1810-11, devido às várias fortalezas que tinha de ultrapassar com um efectivo enfraquecido pelo bloqueio de Cádiz e missões de guarnição.

A Campanha de 1813 e o Plano Tranchenberg

A campanha seguinte revelaria outro problema dos marechais num comando independente, desta vez com grandes exércitos sob a sua alçada. O desastre russo, com a perda de quase 400 mil homens, obrigou Napoleão a chamar não só a reserva da classe de 1812 como também as classes de 1813 e 1814, que eram bastantes jovens com os mais novos a terem idades entre os 17 e os 18 anos. Os soldados desta conscrição seriam chamados de «Marias Luíças», tanto pela juventude como por ela ter assinado os *senatus consultum* para esta nova leva de soldados. Como foi normal em casos anteriores foi aplicado o sistema de Regimento em Marcha (*régiment en marche*) e à chegada à zona do Saale, entre Weissenfels e Mesenburg, havia uma estranha mistura de jovens soldados das recentes conscrições com veteranos de Espanha, foram chamados cerca de 20 mil soldados, e sobreviventes da campanha russa. Seriam estes soldados que formariam a nova *Grande Armée* para a campanha de 1813, que foi dividida em 12 corpos de Exército²⁵⁸: I Corpo (Davout), II Corpo (Victor), III Corpo (Ney), IV Corpo (Bertrand), V Corpo (Lauriston), VI Corpo (Marmont), VII Corpo (Reynier), VIII Corpo (Poniatowski), IX Corpo (Bávaros), X Corpo (Rapp), XI Corpo (MacDonald) e o XII Corpo (Oudinot).

A campanha iniciou-se com a marcha em *bataillon de carré* para enfrentar o exército russo e o prussiano. Coluna da direita com Ney, Marmont e Cavalaria da Guarda, Coluna da esquerda com Macdonald e Lauriston e a rectaguarda com Bertrand e Oudinot. Havia uma clara falta de cavalaria e isso notou-se nas batalhas seguintes de Lutzen, a 2

²⁵⁸ MARSHALL-CORNWALL, James, *Napoleon as Military Commander*, Nova Iorque, Penguin Books, 1967 (1ª Edição) 2002, p. 230;

de Maio, e Bautzen, a 20-21 de Maio. Napoleão manteve a superioridade tática e estratégica e soube usar bem o sistema de corpos em ambas, derrotando o exército coligado; contudo faltou cavalaria para fechar a armadilha e teve perdas enormes, mais de 20 mil baixas em cada batalha. Entretanto, havia problemas na coligação, com interesses nacionais, como proteger Berlim por parte dos prussianos e recuar para a Polónia por parte dos russos, a resultar em tensão e a interferir com o objectivo principal, que era derrotar Napoleão, que ocupava Dresden. As interferências do Czar Alexandre resultaram na demissão de Wittengstein como comandante do exército coligado, com Barclay de Tolly a assumir esse papel e a entrar logo em choque com Blücher. A solução, para estes problemas no comando e no campo de batalha, seria encontrada após o armistício de Pleichwitz, que durou até 17 de Agosto de 1813, com a entrada da Áustria. Esta actuou primeiro como mediadora, mas acabaria por se integrar na coligação com um exército numeroso, com os aliados suecos liderados pelo Príncipe Herdeiro Carlos João (Bernadotte) e um plano de coligação.

Depois de muita discussão e esforço de Metternich, Schwarzenberg foi nomeado comandante da coligação, apesar de Alexandre ter tentado essa posição com o apoio de Moreau e Jomini, recém-entrados no exército russo como seus ajudantes de campo. O plano da coligação, apelidado de Trachenberg, tinha como principais pontos os seguintes: que o maior exército seria o da Boémia, liderado por Schwarzenberg, e as forças só seriam empregues contra Napoleão quando em vantagem numérica, especialmente quando dois exércitos aliados estivessem presentes. Criou-se o mito de que o plano era evitar Napoleão e ir atrás dos seus marechais, mas era mais que isso. A ideia era a coligação combater o inimigo quando este estivesse em inferioridade numérica e evitá-lo quando estivesse em vantagem. Para este plano foram estabelecidos três exércitos, o referido da Boémia, com 230 mil homens (austríacos e russos) em Praga, o Exército da Silésia com 95 mil homens (prussianos e russos) sob a direcção de Blücher e, na zona de Breslau, o Exército do Norte (suecos e prussianos), com 110 mil homens, sob o comando do Príncipe Herdeiro da Suécia Carlos João, a proteger Berlim. Napoleão ordenou, a 19 de Agosto de 1813, que Oudinot avançasse para conquistar Berlim com três corpos de exército, perto de 70 mil homens, e perseguiu Blücher até Lowenberg, após este fugir à batalha, obedecendo ao plano da coligação. Ao ver esta recusa de batalha, o imperador deixou a MacDonald cerca de 66 mil homens e o objectivo de perseguir Blucher até determinado ponto, o Rio Oder,

e fixá-lo enquanto Oudinot se ocuparia de Berlim. Estas duas decisões revelar-se-iam fatais e as situações ideais para pôr o plano Trancheberg em marcha.

No avanço de Oudinot, Napoleão deu-lhe instruções de como deveria fazer marchar os seus corpos e decidir de acordo com as obrigações do comando independente que lhe foi entregue²⁵⁹. Nessa reunião, a 13 de Agosto, avisou-o para fazer marchar o IV corpo para Luben e o III Corpo de Reserva de Cavalaria para Bruth; o XII Corpo deveria unir-se com este e avançar para Berlim. Teria de ter em conta o apoio dado pelas forças francesas instaladas em Madgeburgo e Hamburgo e depois de tomar Berlim deveria ir tomar Luckau com Davout e ameaçar a linha de retirada do Exército do Norte, que esperava ter 60 mil homens. Houve preocupação no aspecto estratégico, contudo, Napoleão nada lhe disse quanto a disposições e situações de nível tático²⁶⁰. O marechal Oudinot não soube aplicar o sistema de *bataillon de carré* na marcha e dividiu o seu exército em 3 colunas, XII Corpo e III Corpo de Cavalaria por Luckewalde, VII Corpo por Schoneweide e o IV Corpo por Sperenderg, a alguns quilómetros do ponto de partida que foi Bayruth. O terreno não foi reconhecido previamente por Oudinot. Era caracterizado pela presença de rios, florestas e pantanoso. Para além destas características o território foi alvo de chuvas recentes, deixando o terreno lamacento, o que tornaria as marchas mais lentas e pesadas. Oudinot, apesar de ter todos os corpos a um dia de marcha, cerca 30 km um do outro, ao não se adaptar ao terreno e ao clima deixou-os ainda isolados e foram sendo atacados.

O IV Corpo em Blakenfeld, VII Corpo de Reynier em GrossBeeren e só a chegada do XII Corpo e do III Corpo de Cavalaria preveniu a aniquilação do corpo de Reynier. A má coordenação das forças, a lentidão da marcha e o seu isolamento resultaram na derrota de Grossbeeren a 23 de Agosto, pelos prussianos de Von Bulow e pelo Príncipe Herdeiro Carlos XIV João. Quanto a MacDonald, a 21 de Setembro, após Napoleão se aperceber da retirada de Blucher, ficou com o comando das forças francesas e deveria utilizar os III, V e XI Corpos de Exército e no II Corpo de Reserva de Cavalaria, agora denominado temporariamente o Exército do Bober (actual rio Bober), para prevenir que Blücher avançasse para Dresden por Zittau, e devia ir até à vila de Jauer, onde estabeleceria uma linha de defesa no Rio Bober. Só deveria atacar Blücher se o inimigo não tomasse a

²⁵⁹ SMITH, Eric S., *Napoleon's Marshalate and the Defeat of 1813* Master Thesis, North Texas University, 2004, pp. 103-105;

²⁶⁰ Idem, *ibidem*, pp. 105-106;

ofensiva e não tivesse reforços. Foi-lhe dito²⁶¹ como devia dispor as forças, um corpo devia fazer reconhecimento e, caso o inimigo tentasse cruzar o rio, deveria concentrar as suas forças aí e atacá-lo. Se fosse empurrado, deveria retirar para Zitau. Acima de tudo, a missão era fixar Blücher e segurar as suas linhas. Macdonald preferiu a ofensiva a partir do Rio Katzbach e nem fez o reconhecimento do terreno, mandando o V Corpo de Lauriston para Hennesdorf, o XI Corpo e o II Corpo de Cavalaria de Sebastiani pelo centro para Leignitz e, à sua esquerda, o III Corpo de Souham para Leignitz, dando uma volta maior para atacar a retaguarda de Blucher. Dividiu o exército em dois, e os prussianos aperceberam-se disso. Quando o II Corpo de Cavalaria e o XI Corpo atravessaram o rio foram atacados pelos prussianos. MacDonald pretendia fixar o exército de Blücher, mas as forças de Souham tiveram que atravessar 15 km para cruzar o rio para a outra margem e o V Corpo foi atacado pelas forças prussianas de Langeron, deixando o centro de MacDonald isolado, sendo assim derrotado pelas forças prussianas de Blücher, que obrigaram a sua retirada.

Após estas acções vitoriosas, foi lançado um ataque em Dresden, entre 26- 27 de Agosto, a um inferiorizado Napoleão, que resultou numa derrotada coligação e num clima tenso dentro desta. Contudo, Schwarzenberg impôs a sua vontade. Recuou para a Boémia, com o exército dividido agora em dois, um austríaco e outro russo, esperando uma melhor oportunidade. No entanto, novas movimentações francesas resultariam em duas derrotas que enfraqueceram ainda mais Napoleão. Este, após a vitória de Dresden, mandou o general Vandamme perseguir os prussianos até Pirna, onde foi apanhado pela coligação em Kulm, resultando numa derrota e na perda de 5 mil homens e mais de 10 mil prisioneiros. Napoleão insistiu em capturar Berlim, enviando Ney com 70 mil homens, onde estavam os XII Corpo de Oudinot, o IV Corpo de Bertrand e o VII Corpo de Reynier, para tentar conquistar novamente a capital prussiana. Durante a batalha, Ney não soube coordenar os Corpos ao seu dispor. O IV Corpo entrou em contacto com os prussianos em Juterborg, sendo atacado pelos corpos de Von Bulow e von Tauentzien. O VII Corpo chegou e apoiou na esquerda de Bertrand, enquanto Oudinot chegava a Goldsdorf, protegendo a esquerda francesa. Ney em vez de deixar este flanco protegido, lançou todo o corpo de Oudinot para apoiar Reynier, deixando o flanco esquerdo totalmente exposto aos prussianos, o que foi aproveitado por Von Bulow para os derrotar. O marechal Ney

²⁶¹ SMITH, Eric S., *Napoleon's Marshalate and the Defeat of 1813* Master Thesis, North Texas University, 2004, pp. 114-115;

não contou também com ajudantes de campo capazes de lhe fornecer os relatórios sobre a situação, fruto da enorme perda que o corpo de oficiais teve durante a invasão russa; contudo, não deixou de ser um erro crasso do marechal que produziu esta nova derrota em Dennewitz.

Em 1813 Napoleão já estava no centro de comando e a insistir na conquista de Berlim, um objectivo que, segundo ele, poderia levar a Prússia a sair da coligação. Para cumprir esta missão entregou dois exércitos a marechais, o primeiro a Oudinot e o segundo a Ney. Ambos falharam e foram motivo de estudo por parte de Eric C. Smith, que dedicou grande parte do seu argumento a relatar o episódio de Oudinot e a questionar porque é que Napoleão, sabendo das dificuldades daquele marechal em dirigir essas forças, lhe entregou o comando de três corpos de exército cujas perdas iriam fazer falta. Voltaria a fazer o mesmo com Ney, colocando Oudinot sob a sua alçada e o fracasso voltou a surgir com mais um avultado número de baixas. Isto, quando Ney revelou dificuldades em fechar em Bautzen a linha de retirada inimiga. Bernadotte e Moreau, antigos comandantes franceses, conheciam as limitações dos seus antigos camaradas sendo normal que evitassem dar batalha a Napoleão, a não ser com uma vantagem superior, e atacar os comandantes que estavam isolados. Eles sabiam bem o que sucederia quando saíssem da zona de comando de Napoleão e que a possibilidade de vitória aumentaria.

Capítulo 10- Os promovidos de 1807-1815: mérito, amizade e redenção

Os Critérios de Napoleão:o bastão na mochila

Vimos, no primeiro capítulo, os critérios que Fadi El Hage considerava terem sido usados para as escolhas dos marechais de França e observamos também o mesmo para a escolha dos marechais do império na classe de 1804. Agora, com o império em vigor e o marechalato criado, como seriam escolhidos os novos membros? Para mais, havia a questão de gerir o número máximo estabelecido pela constituição, de dezasseis marechais activos. Podemos aceitar que Napoleão não iria usar o título de marechal para apaziguar possíveis pressões, já o havia feito em 1804, e nem por presença ou influência de um individuo na corte, ele e o alto comando nunca aceitariam um marechal que não tivesse dado provas do seu mérito em campanha. Um marechal era, acima de tudo, o segundo soldado do império, se considerarmos que Napoleão era a grande figura do exército e a figura mais idolatrada entre as hostes militares. No entanto, dois dos critérios de que El Hage fala, o de extrema necessidade ou contingência, e o de um evento ou aparecimento de uma personalidade, seriam usados por Napoleão para nomear os seus marechais. Contudo, terá existido outro critério? A de pressão externa na nomeação? Será descabido tendo em conta o carácter de Napoleão? Quando foi a promoção de 1809, ouviu-se dizer:

La France à nommé MacDonald (A França nomeou MacDonald)

L'armée à nommé Oudinot (O exército nomeou Oudinot)

L'amitié à nommé Marmont (A amizade nomeou Marmont)

Terá havido mesmo pressão para as nomeações de MacDonald e Oudinot? Não houve outras circunstâncias, como a perda de Lannes, o marechal mais vezes nomeado para missões de assalto, onde o choque da infantaria e a violência do ataque eram importantes. Oudinot, um homem que liderara desde 1803 uma divisão de granadeiros, não poderá ser visto como alguém escolhido para substituir aquele que chamaram o *Rolando da Grande Armée*. Mesmo MacDonald, redimido e chamado do exílio, não terá sido para mostrar à França um sinal de reconciliação com um antigo general das guerras da Revolução Francesa? Existem também outras circunstâncias que levaram à nomeação de mais marechais, desde as novas frentes até à saída de alguns para serem soberanos dos seus próprios territórios como Berthier, para príncipe de Neuchâtel, Murat, para rei de Nápoles, e Bernadotte para príncipe herdeiro da Suécia. Jourdan, supostamente perdeu o estatuto quando assumiu o cargo de Ajudante de Campo do rei de Espanha, a 17 de Julho

de 1808²⁶², devido à sua ausência no almanaque imperial de 1811, mas isso não significa que tenha realmente perdido o estatuto, pois não há nenhum decreto de Napoleão que o tenha retirado e a própria constituição é clara nisso, a dignidade era inamovível, com permissão de acumular cargos. Além disso a 26 de Março de 1809, na carta nº 14955, escrita pelo Ministro de Guerra Clarke e revisto pelo próprio Napoleão, este é ainda referido como Marechal, mais precisamente *Monsieur le Marechal*, e tem o título de *Major-General du Armée d'Espagne*, o que demonstra que o novo cargo não lhe tirou o título de marechal²⁶³.

Estas questões são normais quando se verifica o porquê das novas promoções, mas um factor comum aparece e esse é o de valor militar, seja em acção numa grande batalha, como Wagram e Friedland, ou em vitórias pessoais como Polotsk e Tarragona. O mito do bastão na mochila de cada soldado era algo muito presente nas mentes dos soldados da *Grande Armée*, pois os marechais eram, tal como eles, filhos do mérito e das oportunidades geradas pela revolução. Esta ambição era ainda mais forte no alto comando, com os generais a ambicionarem o bastão. Mesmo o sucesso administrativo, como chave para o sucesso na campanha militar, terá de ser colocado entre os critérios porque vai haver em Gouvion Saint Cyr um general vitorioso de forma consecutiva em Espanha mas que não terá o seu o bastão devido ao seu comportamento e administração da região. Um dos pontos a discutir é se o comando de corpos de exército serve de antecâmara para o marechalato. O sucesso naquele comando levou seis dos sete generais de divisão ao marechalato, e mesmo Poniatowski tinha-se destacado como comandante do Corpo de Exército Polaco nas campanhas de 1812 e 1813. E também pode justificar, porque Napoleão deu constantemente a Junot este tipo de comando, mesmo após vários os falhanços em Portugal, Espanha e por fim Rússia, a ponto de Rapp relatar que Napoleão havia afirmado que era por erros como o de Smolensk, onde Junot falhou em fechar a retirada russa, que aquele general nunca havia ganho o bastão. Existem outros que estiveram perto, desde o referido pela historiografia Dupont l'Étang, o derrotado de Bailén, e os que morreram antes dessa glória como Lassalle e Saint Hillaire.

²⁶² GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, p. 178

²⁶³ *Lettre 14955, Correspondance de Napoléon publié par ordre de Empereur Napoléon III* Tome 16, Paris, Henri Plon et Dumain, 1861, pp. 457-458;

Glória e Redenção na Vitória: Victor, MacDonalld e Gouvion Saint Cyr



Figura 27- Marechal Victor. Fonte: <https://www.frenchempire.net/statistics/images/officers/victor.jpg>

No dia 19 de Julho de 1807, Napoleão fez a primeira promoção ao marechalato desde a sua criação. A honra de ser o primeiro a obter o bastão entre os campos de batalha napoleónicos coube ao general Claude Victor Perrin, que James Arnold considerou ter actuado com mestria na batalha de Friedland, realçando a sua capacidade de reacção em ajudar Ney e em colocar os russos em xeque. Recuando um pouco antes destes eventos, Victor nem sequer tinha assumido um cargo de comando durante o período imperial, um caso estranho. Após Marengo, era esperado que Victor, que acompanhou Napoleão em Toulon e Itália, assumisse um lugar de destaque no alto comando francês, pois havia comandado bem o seu corpo de exército em Montebello, onde ajudou Lannes, e no flanco esquerdo em Marengo, tendo então sido elogiado por Berthier²⁶⁴. Mas tinha sido relegado para a sombra, não sendo marechal em 1804, quando tinha feito mais que muitos dos nomeados, como Davout e Bessières, e podia afirmar-se como já tendo experiência de comando de uma unidade na escala corpo de exército pela campanha de Marengo. Victor nascera 7 de Dezembro de 1764 e começara como praça, aos 17 anos, no Regimento de Artilharia de Grenoble. Chegou a sargento de granadeiros em Toulon. Como vários graduados dessa classe aproveitou a revolução para ir subindo, integrando o 3º Batalhão dos Voluntários do Drôme, e no cerco de Toulon, em 1793, já era Tenente-Coronel. Tal como Napoleão, foi promovido a general de brigada fazendo a carreira em Itália. A primeira experiência foi com Napoleão e teve a recompensa de ser general de divisão a 20 de Dezembro de 1797. Esteve novamente no Exército de Itália, desta vez sob a liderança de Joubert, e, mais tarde, de Championnet, entre 1798-1799, enquanto comandante divisionário. Participou em todas as batalhas da campanha, sendo ferido em Trebbia. Comanda mais tarde a rearguarda em Fossano, a 4 de Novembro de 1799, após a derrota de Genova. Uma carreira italiana

²⁶⁴ ARNOLD, James R., *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 513;

até Marengo. A partir daí, assumiu o governo militar de Nantes e comandou o Exército da Batávia em duas ocasiões: em 1800 e em 1803.

Quando fora chamado para chefiar o Estado-Maior de Lannes, a 7 de Outubro de 1806, estava a regressar de uma missão como ministro plenipotenciário em Copenhaga e, num curto espaço de tempo, fora ferido em Jena, a 14 de Outubro de 1806, e capturado por guerrilheiros prussianos a 20 de Janeiro de 1807, tendo sido depois trocado por outros prisioneiros. Desde Marengo que não comandava soldados em batalha. Foi escolhido para substituir o convalescente Bernadotte no I Corpo. Já que a carreira não o lhe tinha dado um lugar de destaque, teria que ser uma batalha levá-lo para um caminho de ascensão. Victor deve o seu bastão à coragem e capacidades tácticas demonstradas na batalha de Friedland. Ney tinha recebido ordens para ficar entre Posthenen e Sortlach, o flanco direito do exército, enquanto o centro ficava com Lannes, estando Oudinot entre estes dois marechais. Victor ficaria na reserva²⁶⁵ com o seu I Corpo, e a divisão de cavalaria de dragões do general Lahoussaye. Para maior das coincidências era o aniversário de Marengo, seriam sete anos de uma grande vitória para Napoleão e para Victor eram sete anos desde o seu último comando nessa mesma batalha.

A batalha foi prosseguindo até ao momento em que Ney viu o seu flanco direito atacado por Benningsen. Dois homens se destacariam em apoio do marechal do VI Corpo: Dupont e Victor. O primeiro atacou a direita e o centro do ataque russo, enquanto Victor²⁶⁶ atacou o flanco da cavalaria russa, conseguindo fechar a abertura feita pelos russos no flanco francês. Depois, deu ordens para o General Sernamont concentrar cerca de 30 peças de artilharia para bombardear as forças russas. Chandler referiu mesmo que Napoleão se tinha revelado um mestre da grande táctica, mas mais uma vez deveu a vitória à capacidade táctica dos seus comandantes com destaque para Dupont e Victor. Desta vez Victor - que tinha a alcunha do *Beau Soleil*, pela constante alegria mostrada - não seria esquecido e semanas depois foi-lhe entregue o bastão, enquanto Dupont viria a ter a confiança de comandar o seu próprio corpo de exército. Um substituto de última hora tinha ganho o mais pretendido dos títulos da *Grande Armée* e a data de Marengo já

²⁶⁵ CHANDLER, David, *The Campaigns of Napoleon*, London, Weidenfeld and Nicholson, 13ª Edição, 1995, 1ª Edição (1966), pp. 577-578;

²⁶⁶ ARNOLD, James R., *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicholson, 2000, p. 51

não era o do seu último comando no campo de batalha, era agora a data do seu bastão de marechal na Friedland.



Figura 28- Marechal Étienne

MacDonald. Fonte:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/24/MacDonald_parr_antoine_jean_gros.jpg

pelo meio chegou a haver a possibilidade de serviço em Nápoles, acabou quando foi chamado em Abril para comandar de corpo de exército na *Armée d'Italie* de Eugénie Beauharnais. Na carta enviada ao seu enteado, Napoleão não podia ser mais claro quanto ao que achava de MacDonald:

«Meu Filho, dei ordens para o General MacDonald servir na *Armée d'Italie*; ele está indo imediatamente para lá. Este oficial tem talento e coragem, mas eu não confio nas suas opiniões políticas. Suponho que ele irá servir-te ao máximo, e que servirá em áreas que invocam os seus talentos e serviços anteriores. Eu não lhe disse nada. Ele será empregado como general de divisão, mas será dado a este o comando de um *flanco* (Corpo de Exército). Este favor que ele receberá de ti, irá ligar irá liga-lo a ti completamente.²⁶⁷

²⁶⁷ PARRISH, Ricky Eugene, *The Military and - Diplomatic Career of Jacques Étienne MacDonald*, Tallahassee, The Florida State University College of Arts and Sciences, 2005, pp 131-132; tradução do autor de um excerto retirado do *Napoléon to Eugène, 2 April 1809, Eugène de Beauharnais, Mémoires et correspondance politique et militaire du prince Eugène, Publiés, annotés et mis en ordre par baron Albert du Casse* (Paris, 1858-1860), IV,p. 417.

Havia ainda suspeitas, apesar das circunstâncias que levaram à necessidade de chamar comandantes experientes. MacDonald serviria o vice-rei de Itália, após a derrota de 16 de Abril de 1809, em Sacile. Filho de um exilado escocês, nasceu a 17 de Novembro de 1765 em Sedan. Era visto como um homem de carácter sóbrio e simples, que aos 19 anos entrou na vida militar no Regimento de Maillebois, em 1785, como tenente. Idealista, juntou-se à revolução e ascendeu de forma rápida devido às suas capacidades de oficial e pelas prestações em Jemappes, a 6 de Novembro de 1792, onde era capitão. Dois anos depois, a 15 de Novembro, já era general de divisão, estando na campanha holandesa, onde lutou com bravura no Waal. Em Julho de 1798 foi comandante do exército de ocupação em Roma e participou na campanha italiana de 1798-99, enquanto comandante do Exército de Nápoles. Destacou-se pela negativa, sendo derrotado por Suvorov na Batalha de Trebbia a 17-19 de Junho de 1799 e pela má relação com Victor e Moreau. Aliás explicaria isto a Napoleão num jantar, tendo-lhe sido prometido o comando do Exército do Baixo Reno enquanto Moreau ficava com o do Alto Reno, mas o último conseguiu o comando unificado nas barbas de MacDonald²⁶⁸. Mais tarde viria a mostrar talento quando atravessou os Alpes, pelo Splügen com o Exército de Grisons em Dezembro 1800.

Comandante experiente, acabaria por ser uma importante ajuda ao ainda inexperiente Eugénie, comandando o centro na vitória francesa no Rio Piave, a 8 de Maio, e perseguindo os austríacos do arquiduque João até território da Dalmácia. Na região obteria a rendição de Laybach (Ljubljana) a 23 de Maio. A campanha prosseguiu, com Eugénie a receber ordens de Napoleão para avançar para Hungria. MacDonald fez o mesmo, de forma a juntar-se a Marmont. Chegaria tarde à batalha de Raab a 14 de Junho, parecia que o signo de Marengo acompanha também MacDonald na sua chegada à campanha do Danúbio e no momento de mais outra vitória para Eugénie. Não participou no combate mas o seu tempo de acção chegaria em Julho no que seria a decisiva batalha de Wagram. Depois de recuperar das feridas de Aspern-Essling, Napoleão instalou-se em Lobau e preparou um contra-ataque contra as forças austríacas na mesma região da derrota de Maio. Para isso, teve de chamar as forças de Eugénie e Marmont, para reunir um efectivo capaz de se impor ao Arquiduque Carlos. A batalha durou dois dias, com pesadas baixas para ambos os lados e a ascensão de três homens a marechal, um dos quais

²⁶⁸ MACDONALD, Jacques Étienne, *Recollections of Marshal Macdonald* Volumes 01-02, Tradução inglesa por Stephen Louis Simeon, London, Richard, Bentley and Son, 1892, p. 280;

MacDonald. No primeiro dia, 5 de Julho, Napoleão já havia cruzado o Danúbio com parte das suas forças para enfrentar os austríacos, Eugénie deveria, com MacDonald, prestar apoio a Davout que defenderia o flanco direito dos franceses em Glinzedorf. Com o tempo, deveriam atacar juntamente com Oudinot e Bernadotte as forças austríacas no meio do Russbach. O primeiro momento relevante para a *Armée d'Italie* apareceu por volta das 19H00, quando Eugénie, com MacDonald, atacou o II Corpo austríaco em Baumesdorf, um ataque, segundo Hankinson, criticado por Macdonald devido aos austríacos estarem entricheirados²⁶⁹. Chandler refere que esteve quase a quebrar as linhas austríacas, mas o Arquiduque Carlos conseguiu reforçá-las com contingentes do I e III Corpos. Não seria agora que o general francês teria o seu sucesso em Wagram.

Napoleão pressionaria no segundo dia de batalha - 6 de Julho -, destacando-se a actuação do IV Corpo de Masséna e a concentração de artilharia por parte de Lauriston, que fustigou o flanco direito austríaco. No entanto, caberia ao *Armée d'Italie* o ataque central, a *masse de décision*²⁷⁰ como Chandler lhe chamou, o que seria o esforço desta força francesa. O facto de Bernadotte ter, por iniciativa própria, cometido o erro de sair da sua posição de Aderklaa sem avisar o Quartel-General Imperial, elevou as responsabilidades da missão, fruto de Bernadotte acabar por retirar-se e deixar Masséna bastante pressionado. Enquanto Masséna estabilizava as suas forças com o apoio da artilharia, MacDonald organizou o seu corpo de exército, com apenas 8 000 soldados, numa formação em cunha que avançaria com as baionetas levantadas. Esta força tinha na frente oito batalhões distribuídos em quatro pares, que seguiam em colunas de nove soldados, estando em cada flanco quatro batalhões com a rectaguarda protegida por outros 3 batalhões²⁷¹. Foi um ataque onde MacDonald demonstrou as suas qualidades de organizador e capacidade táctica na colocação de formações em batalha, uma reminiscência dos tempos de oficial nas guerras revolucionárias. Foi, contudo, um alvo ideal para a artilharia e havia falta de reservas de cavalaria para o apoio, apesar de Nansouty e Walther se posicionarem nos flancos com o que restava da sua cavalaria. MacDonald tinha de penetrar as linhas austríacas em Süssenbrünn, uma missão que se revelou dura a ponto de MacDonald ficar com apenas 1500 homens e ter de exigir

²⁶⁹ HANKINSON, Alan, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 243;

²⁷⁰ CHANDLER, David, *The Campaigns of Napoleon*, London, Weidenfeld and Nicolson, 13ª Edição, 1995, 1ª Edição (1966), p. 723;

²⁷¹ HANKINSON, Alan, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 250;

reforços. Napoleão estava a observar este ataque e providenciou o que pode com a Jovem Guarda e o que restava das forças de Eugénie.

Wagram seria mais uma vitória após Eugénie e Oudinot assegurarem o centro e Masséna ter chegado a Aspern. Nesse mesmo dia, MacDonald recebeu o bastão e nas suas memórias refere que Napoleão foi ter com ele pessoalmente, felicitando-o e afirmando que deveriam ser amigos a partir desse momento; pelo meio o imperador cometeu a gaffe de o fazer Marechal de França e não do Império. Tinham sido dois dias longos e MacDonald foi o único a ser feito marechal no momento de glória em pleno campo de batalha, confirmado a 12 de Julho de 1809 juntamente com Oudinot e Marmont. Tal como Victor, Macdonald havia feito uma carreira preenchida nas Guerras de Revolução, comandou exércitos e tinha esperanças de ser marechal em 1804 devido a este critério. Acabaria por sê-lo cinco anos mais tarde, redimido das suspeitas e apesar de futuras derrotas teria a redenção completa com o seu comportamento leal.

A glória no calor da batalha continuaria a redimir comandantes com a Gouvion Saint-Cyr, que tinha um currículo maior que os anteriores, a receber o bastão em 1812. Quando chegou o ano de 1804, mesmo com o seu comportamento frio e intransigente perante a proclamação do império e de Napoleão, Gouvion Saint-Cyr não foi afastado e até foi feito Coronel General dos Couraceiros do Exército, um posto equiparado ao do marechalato na constituição. Ficou encarregue de comandar as forças enviadas para Nápoles, servindo de apoio de Masséna, então ocupado no norte de Itália com o Arquiduque Carlos. Gouvion Saint-Cyr era visto como um homem frio, algo estóico e dado a relações conturbadas com os seus camaradas generais. De origem modesta, o pai era corticeiro e a mãe era oriunda da pequena burguesia, nasceu em Toul, no Merthe et Moselle, a 13 de Abril de 1764. Curiosamente não fugiu para ser militar como alguns marechais, fugiu para Itália para ser pintor e actor. Acabou por regressar sem ter atingido sucesso que queria e foi eleito sargento no 1º Batalhão de Caçadores Republicanos a 1 de Setembro de 1792. Dois meses depois, a 1 de Novembro, chegou a capitão por eleição. O seu talento para o desenho fez com que Custine o aproveitasse para o seu estado-maior, após testemunhar a sua qualidade dos seus desenhos das fortificações de Hocheim. A partir daí subiu, assumindo-se como oficial corajoso e, apesar do temperamento difícil, de carácter honesto e incorrupto. Foi general de divisão a 10 de Junho de 1794. Até 1797 assumiu o comando de um divisão sob Desaix, lutando no Reno, e a 6 de Março de 1798 foi comandante do Exército de Roma, onde devolveu as jóias ao Príncipe Dória, mas três

meses depois saiu por problemas políticos para ser comandante do Exército de Mayence em Abril de 1799. Serviu depois na campanha de Itália, em 1799, onde lutou em Novi, e em 1800 no Reno, onde chocou com Moreau. Por onde passava, tinha sempre problemas com o comando superior devido à sua atitude. Nem mesmo a vitória em Biberach, a 9 de Maio de 1800, o colocou nas boas graças de Moreau. Viria a desempanhar mais tarde uma missão diplomática em Espanha.

Gouvion Saint-Cyr, que Thiebault referiu como merecendo o marechalato em 1804, era visto como um tático hábil, especialmente nas capacidades defensivas, uma excepção no meio da guerra ofensiva que fazia parte da doutrina francesa desde Valmy, em 1792. A sua primeira grande campanha do período napoleónico foi a de Espanha, em 1808, como um dos poucos generais de divisão com o comando do seu próprio corpo de exército, o VII. O seu último comando havia sido o I da Reserva em Boulogne em 1806, e, tal como os anteriores, a falta de comandantes com experiência de comando superior levou Napoleão chamá-lo para o teatro ibérico. Actuaria na Catalunha, entre Dezembro de 1808 e Dezembro de 1809, coleccionando uma série de vitórias sobre as forças espanholas. A sua experiência de comando independente levou-o a conquistar Rosas, a 5 de Dezembro de 1808, e a vencer as batalhas de Cardedeu, a 16 de Dezembro de 1808, Molins del Rey, a 21 de Dezembro de 1808, San Mazin, a 19 de Fevereiro de 1809 e Valls, a 25 de Fevereiro de 1809. Esta série de sucessos parecia suficiente para ser o seguinte nomeado ao marechalato. Tinha estabilizado o teatro de operações da Catalunha e Coates-Wright refere este sabor algo agridoce do que estava a ser a campanha de Saint Cyr.

Apesar dos sucessos iniciais, e a preocupação em manter os soldados devidamente equipados e alimentados num território hostil, estava a falhar na conquista de Girona. Este cerco temperou de amargura o que parecia ser uma campanha de sucesso. Desagradado com a lentidão do cerco, Napoleão anunciou que Augereau iria assumir o comando na Catalunha. A reacção de Saint-Cyr não foi a melhor. Apesar de ter a desculpa do atraso do seu substituto em assumir o comando devido a um caso de gota, Saint-Cyr acabou por tomar uma atitude que resultou num exílio longo e provocado pelo próprio Napoleão. Coates Wright²⁷² relata que o general, usando a desculpa de se encontrar com o ministro de guerra Clarke, partiu para Perignan em Outubro, já com o cerco de Girona

²⁷² COATES-WRIGHT, Philipp, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 127;

em andamento desde 6 de Junho de 1809. Aí encontrou um saudável Augereau e isto precipitou Saint-Cyr a apresentar a sua saída do comando. Apresentou uma justificação médica do Inspector-Geral da Catalunha como prova da sua doença e saiu após congratular Augereau. O resultado foi a prisão deste, sendo depois libertado para um exílio de 18 meses na sua casa em Reverseaux.

As exigências de uma nova frente na Rússia levou Napoleão a chamar Gouvion-Saint Cyr para assumir o comando do VI Corpo Bávaro e a ficar sob a alçada do já marechal Oudinot. Enquanto MacDonald deveria sitiar Riga, aqueles deveriam seguir o exército russo de Wittgenstein. A relação entre os dois não era a melhor. Oudinot detestava-o, e a impertinência de Saint Cyr era constante. Após uma batalha sem resultados, a 1 de Agosto em Klyastitsy, o confronto decisivo com Wittgenstein iria ocorrer a 18 de Agosto de 1812 em Polotsk e teve um mau início, com Oudinot a ser ferido gravemente e a ceder o comando a Gouvion Saint-Cyr²⁷³. Philip Coates Wright usaria o relato de Marbot²⁷⁴ para caracterizar o comando do general nessa batalha:

«Saint-Cyr tomou as rédeas do comando com uma mão firme e capaz, e em poucas horas o aspecto das coisas mudaram inteiramente – tão grande fora a influência de um homem hábil que sabe como inspirar confiança»²⁷⁵. (Citação de Philip Coates Wright, retirada da edição inglesa da obra *The Memoirs of Baron de Marbot*, Vol 1, 1894, p. 534)



Figura 29- Marechal Gouvion Saint-Cyr. Fonte <https://www.frenchempire.net/static/images/officers/gouvionStCyr.jpg>

Surpreendente foi a resposta de Saint-Cyr perante a adversidade russa. Aproveitando a possibilidade de Wittgenstein supor que os franceses iriam retirar-se para além do Rio Dwina, devido aos incidentes de 16 de Agosto, o general resolveu tomar a ofensiva. De forma inteligente construíra uma nova ponte durante a noite e enviara tropas para a outra margem, onde seriam escondidas entre os relevos naturais do Polotsk. Para surpresa dos russos, atacou durante a tarde do dia 18 o centro e o flanco esquerdo, com as forças de Wrede na vila de Spas e as divisões de Legrand e Verdier no centro.

²⁷³ COATES-WRIGHT, Philipp, “*The Owl – Gouvion St.Cyr*”, *Napoleon’s Marshals*, , Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 128;

²⁷⁴ Idem, *ibidem*, p.133;

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 133;

Wittgenstein foi obrigado a contra-atacar com as reservas e a cavalaria da guarda imperial russa, que causou graves problemas aos franceses. A situação foi controlada com o uso das forças suíças, posicionadas no cemitério de Polotsk.

A vitória pertenceu a Gouvion Saint-Cyr, que recebeu o seu bastão no dia 27 de Agosto. O novo marechal tinha uma carreira que justificaria a ascensão ao macharelato bem mais cedo, mas o seu carácter orgulhoso e impertinente prejudicaram-no em relação a Moreau, a Napoleão e a outros generais. A reacção à sua missão de Espanha, ligação a Moreau, que já estava mais que terminada, e ao império, devido à sua crença republicana, pesaram em 1804. Em 1809 teve um início prometedo mas mais uma vez o comportamento impertinente levou a melhor. Creio por isso que se fosse pela carreira, Gouvion Sanit-Cyr já há muito que teria recebido e que, tal como MacDonald, foi a glória da vitória que lhe concedeu redenção e o bastão. Antes de partir para Polotsk já tinha em parte reatado as relações com Napoleão, tendo ficado na altura impressionado com a personalidade e capacidade do imperador após uma conferência com todos os comandantes. E voltaria a elogiá-lo em 1813 durante a campanha alemã, parecia que Saint-Cyr havia finalmente ganho o seu espaço.

O substituto de Lannes: Oudinot dos Granadeiros



Figura 30 - Marechal

Oudinot. Fonte:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/55/Marshal_Nicolas_Oudinot.jpg

De todos os marechais nomeados por Napoleão após 1804, Oudinot é na minha opinião uma promoção baseada em dois critérios: sucesso em Wagram e continuidade. Ao contrário dos anteriores, teve desde 1803 um papel fundamental e bastante activo enquanto comandante da divisão de granadeiros da *Grande Armée*. Não era um pária como MacDonald ou um homem na sombra como Victor e nem um renegado como Gouvion Saint-Cyr, que viram as suas carreiras pesar pouco até à sua nomeação. Desde o momento que Napoleão preparava a invasão a Inglaterra que Oudinot estava a ser integrado para ter o tal papel fulcral referido anteriormente. Em Arras treinou e organizou a divisão de granadeiros, uma tropa de elite focada no choque e assalto tão típicos da infantaria pesada e a ferramenta ideal para estar nas mãos do

marechal Lannes e do seu V Corpo. A força comandada por Lannes era cheia em talento, havendo homens como Suchet; na divisão de cavalaria ligeira destacava-se Treillard e depois Lassalle, na mesma posição. Se o IV Corpo era a unidade de equilíbrio e o III Corpo representava o exemplo de um corpo de exército então o V Corpo de Lannes era a força de assalto por excelência, onde se misturava a audácia do seu comandante com a persistência de Oudinot e a calma de Suchet como ponto de equilíbrio destas duas lâminas.

Oudinot viria a actuar como reserva em Austerlitz e Jena; tinha tomado o sabor do combate em Hollabrünn, onde foi ferido e recusara ser substituído por Duroc, e actuou em Ostrolenka, quando as forças francesas marchavam na Polónia. Em Friedland viria a ter um papel crucial como força de junção entre os corpos de exército de Lannes e Ney. O cargo de maior responsabilidade apareceu quando assumiu temporariamente o comando do II Corpo da *Armée d'Allemagne*, nos primeiros momentos do ataque do Arquiduque Carlos, até ser substituído por Lannes. Após a morte deste último, assumiu o comando em definitivo daquele corpo de exército e, em Wagram, conquistou o seu bastão com uma desobediência. Quando estava em Grosshofen, no segundo dia da batalha de Wagram, Oudinot recebeu ordens só para atacar os austríacos se fosse atacado primeiro por estes. Porém apercebera-se de uma oportunidade que podia dar vantagem aos franceses e cruzou o Russbach tomando Baumersdorf e os montes Wagram²⁷⁶. É referido que, no dia seguinte, Napoleão perguntou a Oudinot se sabia o que tinha feito e que merecia ser executado, enquanto o general defendia-se, afirmando que tinha esperanças que não cumprira mal o seu dever.²⁷⁷ Seria feito marechal a 19 de Julho e dizia-se que fora o exército que havia pedido Oudinot, então orfão de Lannes, que tinha sido desde o princípio do império o principal granadeiro da *Grande Armée*. Napoleão deve ter visto o mesmo, perdera um dos marechais que melhor compreendia a sua forma de comandar e sabia empregar de forma eficiente o seu corpo de exército para os trabalhos mais duros, onde o calor da batalha exigia coragem e audácia. Oudinot era o mais ferido dos marechais, estava habituado a liderar uma tropa de assalto, esteve anos a fio sob a liderança de Lannes e fora recentemente um dos vencedores de Wagram, com uma atitude de iniciativa e puro oportunismo, característica apreciada e muito típica do próprio Napoleão. Tendo em conta estas características, era a solução ideal, numa altura que

²⁷⁶ AUSTIN, Paul Britten, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 390;

²⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 390;

Napoleão perdera Lannes e Murat, o seu comandante de cavalaria, para o governo de Nápoles.

A vitória e um processo de continuidade funcional dentro da estrutura devido às suas capacidades de comando de infantaria levaram Oudinot ao marechalato. Nasceu a 25 de Abril de 1767, filho de um fabricante de cervejas. Em Wagram tinha atingido o auge e provavelmente não estava arrependido de ter deixado a educação para ser livreiro para se juntar ao exército aos 17 anos, no regimento de Médoc em 1784. Na Revolução passara de Chefe da Legião da Guarda Nacional do Meuse, em 1790, a tenente-coronel do 3º batalhão de voluntários. Fez a sua carreira quase toda no Reno, sendo promovido a general de brigada a 13 de Junho de 1795 e chegou a ser ferido e preso em Neckerau. Em Abril de 1799 foi promovido a general de divisão e serviu de ajudante de campo de Masséna em Zurique. Voltou a estar com ele em Génova e a ter o mesmo cargo ao lado de Brune. Quando assumiu o comando da 1ª divisão de infantaria em Brugges, antes de irem para Arras, mal sabia que estava a iniciar o seu caminho até ao bastão de marechal.

Amizade ou mérito? Marmont e a Dalmácia

O bastão de Marmont levantou dúvidas no momento da sua entrega a 19 de Julho de 1809. MacDonald e Oudinot tinham tido acções fulcrais em Wagram e havia uma corrente que apoiava as suas nomeações; contudo, a nomeação de Marmont levantou a questão da amizade na entrega do bastão. Fora ou não a proximidade a Napoleão que dera o título de marechal? O que Marmont fizera até aquele momento seria suficiente? John Pimlott, citando Dunn-Patinson, refere um suposto episódio onde Napoleão referiu o seguinte:

«Tenho medo que tenha ocorrido de ter ouvido a minha afecção em vez do teu direito a esta distinção. Tens bastante inteligência, mas são precisas...qualidades guerreiras que ainda não possuis e do qual tens de trabalhar muito para obtê-las. Entre nós, tu ainda não fizeste o suficiente para justificar a minha escolha.»²⁷⁸

São palavras duras, mas não sabemos se foram realmente proferidas, pois o folclore napoleónico tende a criar heróis e vilões, e Marmont viria a ter um episódio que marcaria para sempre o seu legado durante as guerras napoleónicas. Marmont nascera a 20 de Julho de 1774 no seio da pequena burguesia; o pai era um mestre-ferreiro com

²⁷⁸ PIMLOTT, John L., *“Friendship’s Choice-Marmont”*, Napoleon’s Marshals, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 260;

alguma fortuna. Entrou, como muitos, num batalhão de voluntários em Chartres, em 1790; no entanto, foi cadete na escola de Artilharia em Chalons. Tenente do 1º Regimento de Artilharia apeado, em 1792, era capitão quando seguiu com Napoleão para Toulon, acompanhando-o em todas as campanhas entre 1793 e 1800. Foi no Egipto que chegou a general de brigada, fruto do seu trabalho na artilharia e voltaria a mostrar serviço nesta arma em Marengo, quando a reorganizou para o assalto de Desaix e para a carga de Kellermann. Como recompensa, ascendeu a general de divisão em 9 de Setembro de 1800 e a Inspector-Geral da Artilharia em 16 de Setembro de 1802. Em 1803, Marmont comandou o II Corpo e esteve na campanha do Ulm e Austerlitz, mas com pouca acção. Os primeiros sinais de destaque surgiram na subjugação da Dalmácia e na conquista de Ragusa, que lhe viria a dar o ducado, mas não o bastão; receberia antes o cargo de Governador Militar da Dalmácia, com o seu corpo de exército a passar a ter o nome de Exército da Dalmácia, fruto das operações que viria a ter nesta região, recentemente anexada para o reino de Itália.



Figura 31- Marechal

Marmont. Fonte:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6e/Marmont.jpg>

Entre 1806 a 1809, partilhou o controlo da região com o governador civil Vincenzo Dandolo, e ambos deixariam a sua marca, fruto do carácter liberal, progressista, proactivo e organizador. No entanto, chocaram devido à forte personalidade de ambos, tendo a rivalidade começado sobre a precedência hierárquica sobre quem visitava primeiro quem²⁷⁹. Ambos tinham pela frente um país bastante atrasado e com recente domínio veneziano e austríaco. O veneziano fora bastante feudal e o austríaco fora caracterizado pela política de germanização administrativa e cultural. Dandolo, um adepto do código civil, empreendeu reformas na educação, justiça e administração em prol do progresso, e como referido foram aproveitadas por Marmont na sua fase de Governador-Geral entre 1809 a 1811. Quando a Marmont foi um importante contribuinte nas reformas que a região estava a ter. Uma

²⁷⁹ BUNDY, Frank J., *The Administration of the Illyrian Provinces of the French Empire*, Omaha, University of Nebraska, 1966, p. 23;

das suas primeiras medidas foi usar a *Gendarmerie* do agora *Armée du Dalmatie* para missões de policiamento local, por Dandolo ter falhado na criação de uma milícia local, a *forza territoriale*, devido a problemas de orçamento e a deserções²⁸⁰.

Os contributos mais importantes de Marmont foi a iniciativa de usar o exército para a construção de estruturas públicas em conjunto com a população. Desenvolveu um projecto de estradas para melhorar as comunicação e o comércio da região tendo obtido de Dandolo um apoio de 900 escavadores, 30 pedreiros e os cerca de 12 000 civis convocados pelo sistema de *corvée*²⁸¹. Os engenheiros militares foram usados para construir minas, enquanto se reestruturou o sistema de correios com a milícia local. Apesar deste contributo era vincado que a manutenção daquelas infraestruturas era responsabilidade do poder civil. Para financiar estas obras de Marmont, Dandolo teve de obter fundos através de venda do contrabando capturado, subscrições voluntárias e fundos da administração central. Contudo, a essa cooperação teve maus momentos, com Dandolo a denunciar Marmont a Eugénie pelo apoio que prestou ao clero franciscano. As bases estruturais para as Províncias Ilírias estavam a ser criadas com Marmont no centro da actividade. Viria a entrar novamente em campanha em 1809, contra a presença austríaca na região, lutando na Batalha de Gospic, disputada entre 21-22 de Maio de 1809, os mesmos dias de Aspern-Essling. Marmont iria mais tarde juntar-se a Napoleão, para a batalha de Wagram. Esteve na reserva, mas acabaria por participar na perseguição à força austríaca que culminou na batalha de Znaim, a 10 de julho de 1809. Cometeu o erro de prolongar demasiadamente o avanço francês e esteve quase a ser derrotado, sendo por isso censurado por Napoleão pela impetuosidade do acto²⁸².

Marmont merecia o bastão pelos seus actos administrativos, provavelmente não em 1809, mas sim em 1811. O seu governo, analisado no capítulo da administração, teve repercussões positivas e o seu trabalho de quatro anos de governador militar, e depois geral, fora elogiado pelos próprios austríacos. Se o bastão fosse entregue quando Marmont foi chamado para assumir a *Armée du Portugal*, provavelmente teria sido mais aceite devido ao trabalho nos Balcãs napoleónicos, cujo legado ainda hoje está bem presente na região. A última parte não passa de mera suposição, o que fica é que Marmont

²⁸⁰ BUNDY, Frank J., *The Administration of the Illyrian Provinces of the French Empire*, Omaha, University of Nebraska, 1966, pp. 25-26;

²⁸¹ Idem, *ibidem*, pp. 36-37;

²⁸² PIMLOTT, John L., *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 259;

foi recompensado com o marechalato a 19 de Julho de 1809, apresentando na sua folha de serviço mais acções administrativas que batalhas vencidas, reflexo da sua imagem de organizador e de administrador.

Administração e as suas Vitórias: Suchet em Aragão



Figura 32- Marechal Suchet. Fonte:
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c4/Louis-Gabriel_Suchet.jpg/250px-Louis-Gabriel_Suchet.jpg

A carreira de Suchet antes do Império revela um homem que merecia reconhecimento mais cedo. De origem burguesa, o pai era fabricante de seda, nasceu a 2 de Março de 1770 em Lyon. Teve uma boa educação, especialmente na área do comércio, e parecia destinado a seguir o caminho do pai, o que sucedeu até aos 17 anos. A revolução levou-o até aos voluntários de Ardèche em 1792; um ano depois era tenente-coronel no 4º Batalhão de Ardèche, onde estaria em Toulon. Foi um veterano de Itália, no 18º Regimento, e chegou a chefe de brigada em Outubro de 1797, pelo seu papel na campanha, chefiando o estado-maior de Brune na campanha suíça, onde criticou o seu comportamento. Ascendeu a general de brigada a 23 de Maio de 1798, e viria novamente a chefiar o estado-maior, desta vez de Joubert, no Exército de Itália, de 1798-1799. Durante esse período foi acusado de intriguismo, insolência e

comportamento aristocrático. Seria como general de divisão, desde 10 de Julho de 1799, que começou a ter relevo. Ficou sob o comando de Masséna e destacou-se pela defesa do Var. Em 1801 chegou a Inspector-Geral da Infantaria. Não foi o suficiente para ser marechal em 1804, no entanto, nos anos seguintes, na qualidade de comandante divisionário de Soult e de Lannes, teve um papel relevante na nova era napoleónica.

A 26 de Abril de 1809, Suchet recebeu o comando do III Corpo, por conselho de Lannes, substituindo Junot. Herdava um exército ainda inexperiente e uma região hostil à presença francesa. Não era o seu primeiro comando superior, uma vez que tinha chefiado em 1800 um corpo de exército em Itália, defendendo o Var com sucesso, o que

mereceu elogios de Carnot, que comparou aquela defesa às Termópilas²⁸³. Só que, no período imperial, era primeira vez que ele merecia tal confiança e era alguém suficiente inteligente e ciente do peso do comando e das responsabilidades que o novo teatro de operações arcava. Ainda há pouco tempo um outro general, Dupont, falhara, e até o seu antecessor tivera problemas em Portugal, porque não sucederia o mesmo com Suchet? É por isso que vemos logo de início um homem proactivo na parte administrativa. Já antes de Soult manter os poderes locais em Sevilha para manter a colecta de impostos, Suchet havia feito o mesmo e com uma estranha nomeação. Um dos defensores de Saragoça, Mariano Dominguez, foi chamado para intervir em nome de Suchet junto dos *ayuntamentos*, enquanto comissário geral da polícia; ao garantir o poder municipal permitia que as instituições políticas funcionassem como factores de estabilização social e não só para os impostos. A nomeação de Dominguéz fez parte da política de nomeação de aragoneses para os cargos administrativos, reservando apenas os financeiros para os franceses. Fez questão de mudar as pessoas que estavam à frente dos municípios, de forma a ter elementos favoráveis ao rei José, porque nessa época Madrid ainda governava a região.

Antes de partir para operações militares, Suchet procurava deixar a sua rectaguarda segura e um centro de operações com capacidade de alimentar o exército, pois deveria viver do que a terra dava, fossem alimentos ou dinheiro. No que Espées chama de período josefino de Suchet²⁸⁴, o general nomeou novos regedores, mesmo pessoas que não queriam sê-lo, criticou e questionou a actuação municipal sobre o abastecimento e alojamento do exército. Este era apenas um dos vários problemas existentes, como os preços dos produtos de primeira necessidade - carne, aveia, cevada, palha e lenha - cada vez mais inflacionados, a escassez da moeda, e a resistência local a pagar as contribuições. Apesar da iniciativa administrativa, a primeira batalha não lhe correu bem, sendo derrotado a 23 de Maio de 1809 por Blake em Alcaniz e obrigado a recuar para Saragoça. Este primeiro percalço foi vital para o que Suchet tinha de fazer em relação ao exército; tendo em conta as circunstâncias, não bastava controlar Saragoça, teria de conquistar as várias praças-fortes da Baixa Catalunha, como Lérida e Tortosa,

²⁸³ OJALA, Jeanne A., *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 485;

²⁸⁴ ESPÉES, Carlos Franco de, «La administración Francesa en Aragón: el gobierno der mariscal Suchet 1809-1813», *Dossier La Ocupación francesa de España 1808-1814: Ejército, política y administración*, Carlos Franco de Espés (coord.) Jerónimo Zurita, 2016, pp. 97-98;

antes de avançar para as cidades de Tarragona e Valência. O general não só empreendeu reformas na administração civil para manter o exército operacional, como o reorganizou e treinou para obter o controlo da região, tendo um mês mais tarde obtido duas grandes vitórias sobre Blake, no espaço de poucos dias: a de Marí a 15 de Junho, e a de Belchite, a 18 de Junho de 1809.

A fase seguinte já foi sob a égide directa de Napoleão, com o decreto de 8 de Fevereiro de 1810 a conferir um poder quase supremo a Suchet na região aragonesa. Era agora o governador-geral, com poderes civis e militares, tendo de assumir a administração pública, a polícia, as finanças, a justiça, com poder de nomear os funcionários. As reformas empreendidas por Suchet foram tantas e em tantos sectores da sociedade que Carlos Espées teve que dividir as várias medidas em distintos vectores: administrativo, eclesiástico, judicial e económico. No administrativo, seguiu o mesmo caminho de Augereau, organizando a região de Aragão para seu melhor governo. Através do decreto de 18 de Setembro de 1810, dividiu-a em duas regiões administrativas delimitadas pelo Rio Ebro, a Margem Direita e a Margem Esquerda, governadas por Comissários Gerais. Deixou as finanças nas mãos de Larreguy, um franco-espanhol, nomeou Agustin de Quinto Comissário Geral de Carenina (Margem Direita) e Dominguez de Saragoça (Margem esquerda), onde seriam apoiados por um governo civil constituído agora por municipalidades. Suchet demonstrou, ao longo de seu governo, esta confiança administrativa nos aragoneses, medida que se destinava a ter a elite local do seu lado, dando-lhes cargos civis importantes, o que não era exclusivo seu, pois Soult, MacDonald e Augereau tinham feito o mesmo. No entanto, Suchet obteve maior sucesso, porque mais que o apoio procurou a existência de uma confiança mútua. Nas finanças constituiu um sistema mais fiável com a criação da *Contúduria Geral del Gobierno de Aragón*, que registava a entrada e saída de valores, listagem de rendas e bens nacionais; a 8 de Janeiro de 1811 ficavam com a responsabilidade das contas e rendas do clero, dando a Suchet o controlo das rendas civis e eclesiásticas. Esta entidade reunia-se de 8 em 8 dias com a respectiva acta. Esta reformas empreendidas em relação ao clero levaram-no a ser o único a ter sucesso na desamortização dos bens da igreja. Para isso soube manter boas relações com Bispo de Huesca, Miguel Santander, que tinha o poder do clero local nas suas mãos. Conseguiu assim vender os bens da igreja através do decreto de 3 de Fevereiro de 1811, e retirou-lhes o poder judicial e político.

A centralização francesa foi uma clara influência em Suchet assim como o Código Civil que não ficou só pela retirada do poder ao clero, fê-lo igualmente com o alcaides e os corregedores, tirando-lhes o poder jurisdicional e criou a 18 de Dezembro de 1810 uma nova administração para a justiça com o decreto *Gobierno civil e Admnistracion de Justiça*. O modelo feudal dava agora lugar à introdução de juízes ordinários, sala de crime para o julgamento e uma Junta Criminal Extraordinária para crimes políticos. Tudo isto fora efectuado antes do marechalato ser entregue. O bastão de marechal chegaria a 8 de Julho de 1811 com a vitória no cerco de Tarragona. Napoleão havia-lhe prometido se conquistasse o mais cedo possível a cidade, de grande importância estratégica devido ao seu porto. No entanto não fora só Tarragona que havia sido conquistada. Desde que assumira o governo-geral a 8 de Fevereiro de 1810, haviam caído nesse ano Lérida, a 14 de Maio, Mequinenza, a 8 de Junho, e Tortosa, já a 2 de Janeiro de 1811. Estas conquistas deviam muito ao que Suchet havia feito a nível administrativo, assegurando a estabilidade necessária para empreender estes vários cercos. Quando assume o marechalato, assume-o por ser comandante da *Armée d'Aragón* como também por ser o governador-geral de Aragão. Enquanto os outros clamavam a glória do bastão pela batalha, Suchet fazia -o pela campanha toda em si, demonstrando que uma administração eficaz podia trazer vitórias no campo de batalha. Reconheceu também que o seu corpo de exército não era capaz de assumir o teatro de operações se não tivesse o apoio de população.

Após ser marechal continuaria o seu processo de conquistas e medidas de reforma, tendo pelo meio chocado com Madrid. A 4 de Março de 1812 organizou a jurisdição eclesiástica, tirando-lhe o poder soberano e determinando que os assuntos civis seriam da pertença do governo, suprimindo os tribunais eclesiásticos e passando os casos para a tribunal civil de Aragão. O Bispo passou a ter apenas jurisdição económica e religiosa, mantendo no entanto boas relações com Suchet. O marechal criou também uma polícia local, cuja liderança foi dada a Luís Merle. Esta polícia foi introduzida devido à falta da *gendarmerie* como força de apoio, uma medida também implementada por vários marechais nos seus governos. Na conquista de Valência, Mercader y Riba clama que Suchet entregou os víveres e equipamento da Intendência Nacional aos valencianos, suprimiu os contributos de guerra da Junta, no entanto não deixou de receber 3 000 000 francos em tributo. Continuou a colocar admitir antigos funcionários espanhóis e manteve

franceses nos financeiros²⁸⁵. Este episódio, em Valência, demonstrava a sua vontade em ter a confiança da elite e manteve esta política pedindo uma nova Junta de Notáveis, para o pedido da contribuição anual²⁸⁶. Aí seria igualmente apresentado o orçamento em que 18 000 000 francos seriam usados para cobrir os custos do ano e solicitou várias medidas como a criação de uma Junta Social e a construção e reparação de pontes e estradas. Aliás esta integrou o plano de obras públicas para combater a pobreza e o desemprego²⁸⁷, assim como o canal imperial. Nem tudo correu bem, o Bloqueio Continental pesava e Napoleão recusou que fosse aplicada as mesmas condições da Holanda com taxa de 50%.

O sistema económico teve de ser mudado a 11 de Junho de 1812, devido ao fracasso da anterior, com a criação de quatro intendências gerais (Saragoça, Huesca, Teruel e Alcaniz) que substituíram os comissariados da Margem direita e Esquerda. Lacuée passou a ser o Intendente Geral principal e viria a chocar com Suchet devido às suas interferências. Outra alteração foi a de Dominguez, que passou a ser o Director Geral da Polícia. Apesar do controlo que tinha dos seus soldados, Suchet teve os seus maus momentos, destacando-se os incidentes da conquista de Tarragona e consequente massacre da guarnição e vários civis. Demonstrou similaridades com Marmont, na iniciativa administrativa, e deu o seu cunho pessoal na relação com a população e na capacidade de usar esta para obter vantagem nas operações militares. Com o advento da ofensiva inglesa foi obrigado a recuar para a Catalunha onde teve os poderes de governador militar mas não civis devido a ser um departamento, além que esteve ocupado com a ofensiva das forças espanholas e anglo-sicilianas de Bentick. O seu legado havia deixado a honra de ser reconhecido como *el hombre justo* e quando morreu o seu amigo Bispo Miguel de Santander deu ordem para os sinos tocarem em sua honra em Saragoça. Foi único marechal de sucesso na Guerra Peninsular, visto normalmente como um cemitério de generais e marechais.

²⁸⁵ MERCADER I RIBA, Juan, «El Mariscal Suchet, Virrey de Aragón, Valencia e Cataluña», *Cuadernos de Historia*, Jerónimo Zurita, N.º. 2, 1951, p. 138;

²⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 139;

²⁸⁷ Idem, p. 139;

As escolhas estranhas: Poniatowski e Grouchy



Figura 33 - Marechal Príncipe Poniatowski. Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/80/Prince_Joseph_Poniatowski_by_J%C3%B3zef_Grassi.jpg

Os dois últimos a receber o marechalato foram também as mais curiosas nomeações de Napoleão. Um era um nobre polaco, um príncipe de sangue, que comandou as forças polacas ao serviço da *Grande Armée* desde 1812. O outro fora, ao longo do período napoleónico, um homem de cavalaria marcado pelo episódio de Waterloo. Poniatowski foi marechal do império por três dias e razões da sua nomeação são associadas à lealdade. Davout, durante os primeiros contactos entre franceses e polacos, traçou uma imagem pouco positiva de Poniatowski, e não lhe vaticinava um grande futuro.

Davout viria a mudar de opinião sobre Poniatowski, graças às qualidades demonstradas na reorganização do exército polaco, transformando-o numa força eficaz. A sua raiz patriótica deve-se muito à família onde nasceu, os Poniatowskis. O seu tio tinha sido rei da Polónia pela mão de Czarina Catarina da Rússia. Nasceu em Viena, a 7 de Maio de 1763, quando o pai, André Poniatowski, estava em missão, frequentando as cortes de Viena, Berlim e São Petersburgo durante a juventude. Fez a sua formação militar com Mack, o derrotado de Ulm, e no exército austríaco entre 1780 a 1787, onde chegou tenente-coronel. Serviu entre 1788 a 1794 na Polónia, comandando a 4ª Divisão na vitória sobre Markov em Zielence, a 18 de Junho de 1791. No entanto, o falhanço da insurreição polaca levou-o a afastar-se da via política em 1794, situação que terminou com a vinda de Napoleão em 1806. Assumiu então a chefia do ministério de guerra. Até 1812, Poniatowski serviu o Grão-Ducado de Varsóvia e a causa polaca, tendo liderado a campanha polaca contra os austríacos no verão de 1809, conseguindo conquistar Cracóvia. Nigel de Lee salienta que Napoleão também mudara de opinião sobre ele, após os eventos de 1809 e da consequente evolução do exército polaco entre 1810-1812; contudo, continuava a olhá-lo com alguma suspeição, não por uma suposta amizade à Rússia que alguns da alta nobreza

polaca possuíam, mas porque se tornava cada vez mais um herói do ponto de vista nacional polaco e um entrave às boas relações com a Rússia²⁸⁸.

Com o cruzamento do rio Niemen a 21 de Junho de 1812, começava uma nova fase da odisseia napoleónica de Poniatowski, na altura comandante do V Corpo Polaco. Lutou em Smolensk e esteve na frente de Borodino, defendendo o flanco direito de Davout, na tentativa de conquistar os redutos russos. No início da retirada o exército polaco contava com apenas 5000 dos 30 000 organizados antes da campanha, mas não deixaram de actuar de forma corajosa na retirada francesa de 1812, onde ajudaram Eugénie na Batalha do Vyazma, a 8 de Novembro. Um lado mais sentimental de Poniatowski, então ferido do combate de Krasnoi, foi revelado quando chorou perante o estado das tropas polacas que atravessavam o Berezina. Apesar de todas as circunstâncias, continuou a lutar ao lado de Napoleão com um recém-formado Corpo Polaco que viria a ser o VIII Corpo da nova *Grande Armée* de 1813. Deveria actuar durante o verão em Zitau, observando as passagens da Boémia. Napoleão conferiu-lhe as honras de marechal, mas não o bastão, que só viria a ser obtido 15 de Outubro de 1813, pouco antes da fatídica Batalha de Leipzig, quando Napoleão fazia revista ao VIII Corpo Polaco. Nigel de Lee²⁸⁹ considera que o foi havia sido uma forma de comprar a lealdade de Poniatowski, quando já tinha havido deserções em massa de contingentes dos estados alemães. Seria o terceiro e último marechal a morrer em combate depois de Bessières e de Lannes. Morreu a 18 de Outubro de 1813. A batalha de Leipzig havia fracassado para os franceses e durante a sua retirada, a explosão prematura da ponte, onde se efectuava a passagem das forças francesas, deixou as unidades de MacDonald, Oudinot e Poniatowski do lado errado do rio. Os dois primeiros salvaram-se, nadando até à outra margem, mas Poniatowski, enfraquecido pelos ferimentos sofridos e pelas fortes correntes, acabou por morrer afogado. O seu corpo seria recuperado e enviado para a terra-mãe. Pelos serviços prestados, o bastão foi plenamente merecido, no entanto, era um príncipe estrangeiro e o momento da entrega, tão tarde na campanha, levou a que a nomeação fosse vista mais como um gesto político.

²⁸⁸ LEE, Nigel de, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 426;

²⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 433;



Figura 34 - Marechal Grouchy.

Fonte:https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b1/Emmanuel_de_Grouchy_2.jpg

Grouchy foi o último marechal nomeado pelo imperador, a 17 de Abril de 1815, após o regresso de Elba. De origem nobre - era marquês - nasceu em Paris a 23 de Outubro de 1766. Frequentou a escola de Artilharia em Estrasburgo, onde ascendeu a tenente a 14 de Março de 1781. Foi na arma de cavalaria que fez carreira, começando como capitão do Regimento Estrangeiro Real em 1784. Saiu do exército em 1787 para ser chamado em 1791 como tenente-coronel do 12º Regimento de Caçadores a Cavalos, prestando serviço na Vendéia, e com Hoche no Exército de Brest, sendo depois afastado do exército por ser nobre. Regressou à actividade em 1794 e foi promovido a general de divisão a 29 de Novembro desse ano, voltando a servir Hoche. Mais tarde, esteve com Joubert em Itália, na campanha de 1798-99, onde foi feito prisioneiro.

Serviu depois sob Moreau, enquanto comandante de uma divisão de infantaria, na campanha da Alemanha de 1800-1801. Chegou a inspector-geral da cavalaria a 23 de Setembro de 1801.

O que terá levado Napoleão a nomear Grouchy como marechal, em detrimento de outros candidatos, como Rapp, que tinha comandado o X Corpo na defesa de Danzig, ou Vandamme, leal e por várias vezes comandante de corpos de exército? Ainda hoje a razão para a nomeação de Grouchy levanta dúvidas. Ao longo do período imperial, de 1804 a 1814, Grouchy foi um homem de cavalaria, elogiado por Chandler pelas suas qualidades, mas limitado no comando de infantaria, apesar de o ter feito em Hohelinden, a 3 de Dezembro de 1800, e até ter começado como oficial de artilharia, pontos salientados por James Lunt na defesa das capacidades de Grouchy. Esteve presente em várias das campanhas napoleónicas, construindo um currículo cheio de comandos de divisões de cavalaria nas campanhas do Ulm (II Corpo), Jena (III Corpo de Davout), Eylau, Friedland e Wagram. Foi frequentemente elogiado pela sua acção na campanha russa, onde comandou o 3º Corpo de Reserva de Cavalaria, e na da defesa de França, em 1814, com

particular destaque nas batalhas de Fevereiro e Março de Craone, Vauchamps, Troyes e Brienne.

Um dos factos que pode ter pesado na decisão da entrega do bastão foi a acção de pacificação em Midi, onde capturou o duque de Angôleme. Ou seja, houve razões políticas na escolha de Grouchy. Contudo, olhando para a carreira e para este último acto em Midi, foi, certamente, a conjugação destas duas vertentes que levou Grouchy ao marechalato, a 16 de Abril de 1815, e à entrega do complicado comando dos corpos de exército que compunham o flanco direito da *Armée du Nord*. Os nomeados anteriores tinham tido participações importantes em batalhas, demonstrando capacidade administrativa no governo das províncias imperiais e no comando de exércitos e corpos de exército, o que os levou ao marechalato. Mesmo Jourquin considera que o bastão de Grouchy fora recompensa de Napoleão pelo seu comando da *Armée du Midi* na subjugação realista do duque de Angôleme e das circunstâncias da altura, pois vários marechais não se juntaram a Napoleão, a ponto de este riscar vários nomes, e outros recusarem o seu convite. Esta conjuntura, de poucos marechais ao serviço de Napoleão, pode ter dado a Grouchy a oportunidade ideal para ganhar o bastão. No entanto, há que acrescentar o factor de ausência de comandantes de cavalaria. Napoleão havia perdido os seus melhores generais de cavalaria – Lassalle, Bessièrès, Walther, Montbrun – e Grouchy era o homem indicado, devido ao seu currículo, para ser o novo comandante da cavalaria da *Grande Armée*, papel que assumiu em conjunto com o já referido comando do flanco direito da *Armée du Nord* que combateria na campanha de Waterloo.

Os que falharam

Os marechais acima referidos ganharam o bastão durante o período imperial. No entanto, não foram os únicos que cobijaram o título de marechal do império. Em 1804, um resignado Marmont foi dos primeiros a mostrar insatisfação e desejo de o obter, ao ser ultrapassado por Bessièrès entre os nomeados da primeira promoção. Mas este havia conseguido o bastão, ao contrário de Junot, que achava também que deveria ter sido marechal. Napoleão não recompensou estes membros, próximos da sua pessoa, por razões de currículo, nenhum deles tinha tido um comando de um exército ou divisão, e mesmo o criticado Bessièrès era uma escolha de continuidade enquanto comandante da guarda pessoal de Napoleão. Marmont, como se viu, foi o primeiro general de divisão a merecer a confiança do comando de um corpo de exército enquanto Junot substituiria Lannes na missão diplomática de Portugal, regressando a tempo de participar na campanha do Ulm.

Sendo um marechal a escolha natural para comandar um corpo de exército ou força maior, a entrega desta unidade a um general de divisão significaria não só um importante voto de confiança nas suas capacidades como podia servir de antecâmara para o marechalato. Se obtivesse sucesso o bastão era quase uma certeza.

Entre 1805 e 1814, Napoleão confiou o comando de um corpo de exército a vários generais. Entre 1805 e 1807, Marmont e Victor foram os escolhidos, com o último a reinvidicar sucesso após Friedland. A partir de 1807, Napoleão resolveu conceder uma oportunidade a Junot para obter o bastão, com o comando do Corpo de Observação da Gironda, tendo como missão ocupar Portugal e capturar a família real. Não seria o único. Dupont l' Etang tinha-se destacado em Ulm e Friedland como comandante de divisão do VI Corpo do Marechal Ney. Em 1808, três homens tinham agora oportunidade de se revelar dignos de serem marechais: Junot em Portugal, Dupont L'Etang em Espanha e Marmont como governador militar da Dalmácia, com o seu corpo de exército a servir de força de ocupação. Os dois primeiros acabariam por falhar, com derrotas na Roliça, Vimeiro e Bailén. Dupont caíria mesmo em desgraça não conseguindo demonstrar o talento de 1805-07 enquanto Junot salvou-se com a Convenção de Sintra, que levou o exército para a França com transporte inglês, e concedeu-lhe mais uma oportunidade junto de Napoleão.

Em 1809, Junot teria nova oportunidade de comando, mas já não era o único general de divisão no teatro ibérico. Saint Cyr estava com o VII Corpo, Sebastiani assumiu o IV de Lefebvre. Junot assumiu o comando do III Corpo de Moncey, sendo substituído pelo general Suchet. Regressaria para ser comandante do VIII Corpo da *Armée du Portugal*, mas com pouco sucesso, partilhando mais um fracasso com Ney, Masséna e Reille, outro general que merecera a confiança de um corpo de exército. Seguiria para a Rússia, ficando com o Corpo Vestfaliano de Jerónimo, que abandonou a campanha. Em Smolensk, o combate foi duro e um erro de Junot provocou a ira de Napoleão, que pretendia fechar o assunto russo nessa cidade. Houve mesmo um momento que em não consegue animar as suas tropas vestfalianas e foi Murat quem tomou o seu comando. Napoleão responsabilizou Junot pelo duro revês de Smolensk e, segundo Rapp, foi por essas acções que não obteve o bastão²⁹⁰. Confiando no jovem general como fonte, era claro o que Napoleão tudo fizera para Junot ser marechal assim como era o fim das

²⁹⁰ RAPP, Jean, *Memoirs of General Count Rapp*, 1ª Edição, Londres, Henry Colburn and Co, Conduit Street; 1823, p. 191-192;

oportunidades, mesmo depois de ter estado bem em Borodino. Contudo fala-se em problemas mentais de Junot quando este assumiu o governo das Províncias Ilírias, onde esteve por pouco tempo, morrendo a 29 de Julho de 1813. David Chandler faz uma breve referência ao general Louis-Vincent-Joseph Le Blond de Saint-Hilaire a quem teria sido prometido o bastão após a batalha de Eckmühl, no dia 22 de Abril de 1809, onde contribuiu de forma importante para a derrota austríaca, empurrando as forças inimigas, juntamente com Friant, para além do Oberlauchling. Enquanto a divisão do general marchava na parada sob olhar de Napoleão, este disse a Saint-Hilaire que merecera o bastão de marechal e, portanto, iria tê-lo²⁹¹. Até então, Saint-Hilaire tinha sido apenas comandante divisionário, liderando a sua divisão na tomada dos Montes Pretzen sob a vigilância de Soult, e estivera com o IV Corpo ao longo das campanhas de 1805-1807. David Chandler cita Dupont e a obra *Napoléon et ces Grogards*²⁹², não sendo possível confirmar o incidente.

Estes foram os nomes que mais apareceram na historiografia dos marechais do império como candidatos mais sérios ao bastão e com oportunidades para a sua obtenção, sendo que Dupont deve parte dessa fama ao falhanço de Bailén. Olhando para os vários comandantes de corpos exército na Guerra Peninsular e noutras campanhas, apercebemo-nos que, apesar de comandos relativamente positivos e por vezes vitoriosos, não se destacaram tanto como os nomeados anteriormente, excepção feita a Grouchy. Sebastiani comandou o IV Corpo, Dorsenne substituiu Bessiéres no *Armée du Nord* em Espanha e no governo Burgos e Castela a Velha, Reille liderou o II Corpo da *Armée du Portugal*, Clauzel revelou talento na reorganização desta força após a ausência forçada de Marmont pelo ferimento de Salamanca. Mas, no geral, ficaram aquém do sucesso de Suchet em Aragão e não tiveram as mesmas responsabilidades administrativas dele. A partir de 1813, Napoleão encontra-se rodeado de generais de divisão a comandar corpos de exército e corpos de reserva de cavalaria, mas os resultados da campanha não criaram o contexto ideal para a concessão do marechalato e mesmo a derrota e o aprisionamento atingiria alguns como Vandamme, no comando do I Corpo na batalha do Kulm, a 30 de Agosto de 1813. Em 1815, homens como Rapp e Clauzel mereceram o comando de um corpo de exército, mas não o bastão. Curiosamente, Luís XVIII e Luís Filipe recuperariam alguns desses comandantes de corpos de exército de 1813-1814 para os promoverem a marechais

²⁹¹ CHANDLER, David, *The Campaigns of Napoleon*, London, Weidenfeld and Nicholson, 13ª Edição, 1995, 1ª Edição (1966), p. 694;

²⁹² Idem, *ibidem*, p. 1137;

de França durante a Segunda Restauração: Lauriston em 1816, por Luís XVIII; Mouton e Clauzel, em 1831, Sebastiani, em 1840, Drouet em 1843 e Reille em 1847, todos por Luís Filipe. O contexto de 1813-1815 revelara-se problemático para a ascensão de novos marechais e, em 1815, aqueles que poderiam sê-lo sofreram com a derrota de Waterloo; mas os que sobreviveram foram recompensados mais tarde com o advento do liberalismo francês da Revolução de Julho e também com Luís XVIII.



Figura 35 – Jean Andoche Junot, a figura mais associada a oportunidades para ser marechal. Seria Duque de Abrantes, dos poucos generais com funções militares a ter tal honra. Fonte: <https://www.frenchempire.net/static/images/officers/junot.jpg>

Parte IV

O fim de uma era

Capítulo 11 – Na Abdicação, Primeira Restauração e 100 dias

A queda de Paris

A 31 de Março de 1814, a capital do império francês rendeu-se às forças da coligação lideradas por Alexandre. Moncey, Marmont e Mortier estiveram na defesa de Paris, com o primeiro a destacar-se pela defesa dos portões de Clichy. No entanto, o receio de um desfecho semelhante ao de Moscovo terá levado às negociações de armistício de forma a poupar Paris. A forma como se chegou a este acordo já mostrava sinais do que viria a acontecer. José Bonaparte havia dado permissão para os marechais negociarem a paz, mas Mortier só foi informado por Marmont às 4 da tarde do dia 30 de Março. Ambos estiveram presentes nas negociações na Petit Jardin Café, perto do portão de La Villete²⁹³. Por ter a missão de evacuar as tropas para além do Sena e em direcção a Fontainebleau, Mortier deixou para Marmont as negociações, no entanto suspeitava o suficiente para deixar o Capitão Paul de Bourgoing no Quartel-General do VI Corpo do Duque de Ragusa para o informar de qualquer eventualidade. No Sul, Suchet e Soult faziam o que podiam para sustentar a ofensiva de Wellington e das forças aliadas de Portugal, Inglaterra, Espanha e agora da Sicília, devido à invasão liderada por Bentick. Berthier, Oudinot, MacDonald e Ney ainda recuperavam da derrota em Arcis sur Aube, a 21 de Março, e nem a vitória em Saint Dizier, a 29 de Março, compensou a perda de Paris; Augereau não tinha intervindo com a sua força então em Lyon. Por fim, Victor recuperava da queda em favor com Napoleão após ter chegado tarde à Batalha de Montereau.

Em pior situação, para além das fronteiras, estavam dois marechais. Davout defendia Hamburgo com tudo o que podia, mantendo a sua persistência tão característica em cumprir a missão, mas Gouvion Saint Cyr não teve sucesso na defesa de Dresden, foi enganado nas condições da rendição e estava preso em Karslbud, o único prisioneiro de guerra enquanto marechal do império. Nem todos os marechais estavam em condições de serviço activo. Lefebvre tinha estado a recuperar da campanha da russa, o peso da idade fazia-se sentir, e não era o único sem nenhum comando militar significativo no momento de queda do império. Com um mero papel administrativo estava Masséna, como governador militar em Marselha, tal como Jourdan em Rouen, mas Brune continuava no exílio, sem qualquer desempenho. Sérurier estava em Les Invalides, onde queimou os vários estandartes conquistados pelos franceses desde Luís XIV e os objectos

²⁹³ GRAY, Randall, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 310;

pertencentes a Frederico o Grande, entre os quais a espada. Kellermann ficaria em Paris, depois de ter organizado a Guarda Nacional. Pérignon abandonou Nápoles, pois Murat traía Napoleão. Tanto este como Bernadotte eram agora soberanos que estavam a defender os interesses das suas populações e a manutenção das respectivas coroas. O napolitano deixara Eugénie sozinho na defesa do norte de Itália e o sueco expandia a sua influência no norte da Europa, tendo a Noruega como grande objectivo. O Czar Alexandre entraria na cidade a 1 de Abril e faria um discurso perante o Senado. A França tinha caído.

Os homens obedecerão os seus chefes

“Os homens me obedecerão”, terá dito Napoleão, de forma obstinada, recusando a perspectiva de abdicar sem lutar, pois ainda tinha esperanças de levar de vencida os exércitos da Coligação. Mas em que se baseava tal fé? A *Grande Armée* era uma sombra da glória de outrora, encontrava-se inferiorizada em efectivos militares e a França estava cercada em todas as fronteiras pelos exércitos da coligação. Estas agravantes e o cansaço de combater dia e noite originou uma resposta seca, mas educada, de Ney à obstinação imperial: “Os homens obedecerão os seus chefes”²⁹⁴. É aqui que nasce o papel final dos marechais no período imperial, durante os eventos de 4 de Abril de 1814 em Fontainebleau. Além da invasão, o Senado havia destituído Napoleão e confirmado Luís XVIII como rei da França, após as manobras políticas de Talleyrand. As circunstâncias levaram os comandantes do exército francês a reunirem-se e a pressionar Napoleão a abdicar de forma a obter a paz. Os marechais do império uniram-se como grupo de pressão política. Os “revoltosos” eram Ney - o chefe - Moncey, MacDonald, Lefévre, Berthier e Oudinot. De acordo com MacDonald, os marechais não queriam que Paris sofresse o mesmo destino de Moscovo²⁹⁵ e entregaram a proposta a Napoleão que aceitou abdicar. Apesar de alguns recuos na decisão, propõe abdicar-se a favor do rei de Roma, com Maria Luísa como Regente.

A delegação para negociar esta proposta com o Czar Alexandre era para ser liderada pelos Marechais Marmont e Ney e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Caulaincourt, contudo MacDonald tomou o lugar de Marmont que estava ainda com o seu exército em Essone. A única exigência era uma cláusula contra alterações negociais

²⁹⁴ CHANDLER, David, *Napoleon's Marshals*,. Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. LIV;

²⁹⁵ MACDONALD, Jacques Étienne, *Recollections of Marshal Macdonald* Volumes 01-02, Tradução inglesa por Stephen Louis Simeon, London, Richard, Bentley and Son, 1892, p. 286;

em relação à pessoa de Napoleão. Feitos os preparativos, dirigiram-se ao encontro do Czar, apanhando pelo meio um muito nervoso Marmont. Este chegou a referir que estava a negociar a rendição das suas tropas, tendo entregado o comando ao general Souham. Caulaincourt pediu que Marmont os acompanhasse e que Souham recebesse ordens para não se mover. Foram então recebidos pelo Czar Alexandre no palácio de Talleyrand, na madrugada de 5 de Abril, por volta da uma da manhã²⁹⁶. Apresentaram a proposta, recusada por Alexandre por não ter sido feita com o Senado. Caulaincourt e os marechais responderam que a escolha do Senado, de um herdeiro Bourbon para o trono, era uma medida contra a opinião popular, e que havia ainda forças fiéis a Napoleão. Mas Alexandre avisou que as tropas de Marmont passaram há pouco para Versalhes, consumando a sua rendição para surpresa dos representantes franceses. As suspeitas de Mortier acabaram por se concretizar.

A rendição colocara fim à proposta da abdicação de Napoleão a favor do rei de Roma. Quanto ao caso Marmont, após o próprio Ney tomar conhecimento que fora aquele a dar as ordens para a rendição, os marechais expulsaram Marmont do grupo. Mais tarde, Caulaincourt, Ney e MacDonald voltaram a reunir-se com Napoleão, ainda com a situação da abdicação na mesa das negociações. Caulaincourt tinha falado com Napoleão no dia 6, sobre o falhanço, com o imperador a ponderar lutar no Loire. Esta possibilidade levou a Ney pedir a Berthier que não distribuísse nenhuma ordem de Napoleão. Estabeleceu-se um tratado a 11 de Abril, em consonância com o Senado e Napoleão, segundo o qual este abdicaria e partiria para Elba, recebendo uma anuidade real. Ney, durante as negociações, tinha-se colocado ao lado de Talleyrand e do governo, enviando a este uma carta em que Napoleão aceitaria o proposto, para gáudio dos restantes²⁹⁷. O convite de Talleyrand, de se juntar ao novo regime, foi feito a MacDonald e Caulaincourt, que recusaram por estarem ainda ligados a Napoleão²⁹⁸. Depois dos marechais e Caulaincourt terem assinado o tratado com os ministros do governo provisório, os dois que permaneceram leais foram entregar pessoalmente a Napoleão o acordo, que estranhou a ausência de Ney, mas compreendeu a escolha. MacDonald e Caulaincourt mantiveram

²⁹⁶ ATTERIDGE, A.H., *Marshal Ney: The Bravest of the Brave*, Barnsley, Pen & Sword Military, 2005 (1912 edição original) pp. 163-165;

²⁹⁷ MACDONALD, Jacques Étienne, *Recollections of Marshal Macdonald* Volumes 01-02, Tradução inglesa por Stephen Louis Simeon, London, Richard, Bentley and Son, 1892, pp. 318-319;

²⁹⁸ Idem, *ibidem*, pp. 326-327;

a lealdade até à dispensa formal de Napoleão, contribuindo para uma negociação que resultou na paz e evitou mais derramamento de sangue.

A questão da traição dos marechais é bastante complexa. É verdade que recusaram obedecer às ordens do imperador e assim puseram em causa o seu juramento de obediência às constituições do império e lealdade ao soberano, no entanto, numa primeira instância, queriam salvar o trono imperial através de uma regência feita por María Luísa e em favor do Rei de Roma. Num primeiro momento, a constituição manteve-se salvaguardada assim como a dinastia através do seu herdeiro legítimo. Contudo, a decisão de Marmont tinha mudado tudo, precipitando os plenipotenciários a fazer o possível para salvar a situação. Sem o apoio total do exército, pela deserção do corpo de exército de Marmont, os negociadores não tinham mais nenhum trunfo, mas a influência de Tallyrand em manter a nação pacificada e o interesse dos marechais em manter os seus privilégios resultou num processo que conduziu Napoleão para Elba. Se os notáveis do Senado conseguiram um lugar no novo regime, os militares, que haviam defendido a França pelos vários campos de batalha europeus, não podiam obter o mesmo?

Assim que teve oportunidade, Ney desertou para o lado do novo regime e outros o seguiriam. Tanto Oudinot como MacDonald foram dispensados para prestar a lealdade ao novo regime, Berthier saiu das Tulherias, a 13 de Abril, para não mais regressar e, entretanto, Soult e Suchet combatiam no sul. A batalha de Toulouse, 10 de Abril de 1814, ocorreu depois da abdicação. Davout manteria a defesa de Hamburgo bem para além do período imperial. O abandono dos marechais e a prestação de lealdade ao novo regime tinha sido feito da seguinte forma seguindo Gillet²⁹⁹:

- 7 de Abril: Berthier, Lefebvre, Ney, Oudinot e Marmont
- 8 de Abril: Mortier, Kellermann, Jourdan e Sérurier
- 10 de Abril: Victor, por carta
- 11 de Abril: Moncey
- 14 de Abril: MacDonald

Masséna e Brune prestariam igualmente a sua lealdade a partir das suas casas, mas não é referida qualquer data. Outros até fariam a prestação de lealdade a 9 de Abril, Ney e Berthier fizeram questão de enviar uma carta ao governo, Senado e ao rei em que

²⁹⁹ GILLET, Jean Claude , *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print,2014, pp. 361-370;

indicam que o exército será obediente e leal ao príncipe a quem a nação apela para assumir o trono. Napoleão entretanto partira e ainda encontrara Augereau, que já tinha prestado lealdade ao rei, a 24 de Abril, e supostamente este dissera ao antigo imperador que a culpa da sua desgraça era de ele próprio, uma provável referência às negociações de Frankfurt que concederiam a Napoleão o trono e a França com as fronteiras de 1792. A águia partia para um novo ninho e um novo rei deveria ser recebido pelas hostes militares francesas.

Os Marechais na Primeira Restauração

A primeira recepção ao rei foi em Compiégne, a 15 de Abril de 1814. Estavam presentes nove marechais: Berthier, Brune, Lefebvre, MacDonald, Ney, Marmont, Moncey, Mortier e Sérurier. Estes receberam o novo rei e asseguram a lealdade do exército a estes, com Luís XVIII a aceitar que deve depender destes. Berthier respondeu confirmando a lealdade e que os marechais eram parte integrante do novo regime, com as seguintes palavras³⁰⁰:

*Senhor, depois de vinte e cinco anos de incerteza e tempestades, o povo francês restaurou o cuidado de sua felicidade à sua dinastia como oito séculos de glória. Seus exércitos, senhor, cujos marechais são agora o órgão, estão felizes por serem chamados pela sua fidelidade para secundar tais esforços generosos.*³⁰¹

Luís XVIII não foi facilmente conquistado por estas palavras, ainda havia suspeitas de quem servira Napoleão durante mais de uma década, uma ligação difícil de cortar. Devido isto, Gillet sublinha que o rei adoptou três tipos de medidas para com os marechais, baseadas na prudência e respeito pela hierarquia³⁰²:

- **Posições baseadas no prestígio e sem interesse militar ou estratégico:**

Marmont - capitão da 6ª Companhia da Guarda Real, sendo-lhe recusado o cargo de ministro de guerra;

Berthier - capitão da 5ª Companhia da Guarda Real;

- **Posições isoladas e com funções administrativas e militares:**

Mortier - Governador de Lille;

Suchet - Governador de Estrasburgo;

Victor - Governador de Mézieres;

³⁰⁰ GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, p. 365;

³⁰¹ Idem, ibidem, p. 365;

³⁰² Idem, pp. 367-368;

Augereau - Governador de Lyon;

Jourdan - Governador de Rouen;

Masséna - Governador de Marselha;

Soult - Governador de Rennes seria chamado para ser Ministro de Guerra;

Pérignon - Governador de Paris;

- **Posições de Confiança**

MacDonald - Governador de Bourges e Conselho de Guerra;

Oudinot - Ministro de Estado, Governador de Metz e Conselho de Guerra;

Ney - Conselho de Guerra, Comandante em chefe dos dragões, lanceiros, caçadores a cavalo e couraceiros da Guarda Real, e na altura do regresso de Elba recebe o Governo de Besançon;

Moncey – Inspector-Geral da Gendamerie, sai pouco tempo depois para dar lugar a Savary;

Aquelas posições não foram as únicas honras dadas aos marechais. Luís XVIII garantiu os seus títulos imperiais e deu a todos o título de cavaleiro da Ordem de São Luís, cabendo a Berthier o cargo de comandante da ordem e a Kellermann a recepção da Grã-Cruz daquela. Havia a crença de que os marechais funcionariam como força de estabilidade durante a transição do novo regime, controlando o exército, força que, mantida na ordem, poderia ser usada como dissuasor de uma eventual insurreição popular.

Mas nem todos foram recompensados, houve uma exceção entre os marechais: Louis Davout. Este estava a defender Hamburgo quando Napoleão abdicara, recebendo a notícia por parte de Benningsen. A resposta foi a que se esperava de Davout, dizendo que o imperador, com ou sem abdição, não tinha por hábito comunicar com um dos seus comandantes através de um general inimigo. A 11 de Maio de 1814 chegava finalmente o enviado real, o General Gérard, que deu ordens a Davout para desistir da cidade e para lhe entregar o comando das suas forças. O acto de rendição terminou a 27 de Maio com cerca de 26 000 soldados franceses a serem evacuados e outros 5000 a ficarem devido a doença, com o acordo de serem repatriados. Davout caiu em desgraça perante o rei, tendo sido banido de Paris para Svigny sur Orge. Além disso foi acusado de actos criminosos em Hamburgo, devido à destruição de vários edifícios, tratamento da população e apropriação do Banco de Hamburgo. Enviou a Soult uma carta onde defendia a sua inocência e MacDonald chegou a exigir um tribunal de justiça de marechais para lavar a honra de Davout. O marechal chegou mesmo elaborar para Luís XVIII um dossier

completo sobre o que sucedeu em Hamburgo, *Memoire au Roi*, onde defendia a sua inocência. Devido à sua notória lealdade para com Napoleão, era normal que se transformasse no pária entre os marechais que aderiram ao novo regime. O vencedor de Auerstadt não vacilou e seria o único marechal a continuar a ter correspondência regular com Napoleão durante a sua estadia em Elba.

Neste novo ambiente de satisfação os novos senhores do reino, o marechal Soult foi aquele que teve uma atitude mais política e de procurar ganhar a confiança do regime, honrando as tropas realistas caídas em Quiberon e fazendo favores à nobreza bretã. Chegaria assim a ministro de Guerra. Outros preferiram o afastamento, como Lefebvre, que afastou-se da corte Bourbon, e Gouvion Saint-Cyr que preferiu regressar a Reverseaux e aí se manteve apesar das constantes chamadas do rei, enviando apenas cartas e entre elas deixou um suposto conselho: se queria a lealdade do exército deveria deixar o comando deste para os seus coronéis. Mortier, que chegou a escrever ao seu irmão, Victoire, que poderia ir para Elba³⁰³, também aderiu ao regime. Outros, como MacDonald, Oudinot e Ney apareciam com um papel mais destacado e de confiança. No entanto, nem tudo corria bem, a nobreza imperial era mal vista pelos emigrados, considerados oportunistas; houve episódios, como o tratamento dado à esposa de Ney, que o levou a ter um momento de ira. A relação entre duas gerações que viram a revolução e o império de diferentes formas estava a ter os primeiros choques que marcariam a década de 20 do século XIX e influenciaram as obras de Honoré de Balzac, Stendhal e Vitor Hugo. Dentro do exército, os novos oficiais, homens que tinham lutado contra a França ou nem sequer tinham combatido, eram uma presença vista como insultuosa para os soldados. O regime Bourbon havia subestimado o exército e os seus oficiais, que ainda viam com orgulho o passado revolucionário e que Napoleão soubera agradar com honras. Viria o momento em que o exército demonstraria que os marechais não eram os seus chefes e nem os seus representantes.

A Fuga de Elba

Quando Napoleão desembarcou na França vinde de Elba, já tinha contado com a ajuda indirecta de um marechal do império, Masséna, que na altura como governador militar de Marselha resolveu ser o mais lento possível a reagir à incursão do seu antigo mestre imperial, preferindo ver o que acontecia. Se Napoleão triunfasse, poderia apoiá-

³⁰³ GRAY, Randall, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 323;

lo; se falhasse, podia sempre dizer que escapara e não conseguir reagir a tempo. Outros fizeram questão de manifestar a lealdade ao trono. Jourdan fez uma declaração pública em Rouen, acusando Napoleão de ser um déspota e um inimigo público do reino, enquanto Augereau o denunciava, comparando-o a um simples bandoleiro. Entre palavras e reacções lentas, outros tinham que actuar para deter a marcha sobre Paris. As duas primeiras acções de relevo foram a chamada de Gouvion Saint-Cyr para assumir um corpo de exército em Orleães, que deveria descer o vale do Rhône, e Ney foi convocado por Soult para ocupar o cargo de Governador Militar de Besançon, com os 6000 homens aí instalados, Supostamente, terá surgido nessa ocasião a declaração de Ney ao rei, de que traria Napoleão numa jaula de ferro. França estava em polvorosa e claramente dividida entre leais ao rei e ao imperador, no entanto, no exército sabia-se bem quem era o seu líder: Napoleão. Marmont chegou a aconselhar o reforço das Tulherias, que não se concretizou, Victor assumiu o comando em Sedan. A 8 de Março, Soult declarou que o general Bonaparte era um aventureiro. Os dados estavam lançados e Napoleão tinha cruzado o seu Rubicão uma segunda vez, tal como havia feito quando saiu do Egipto para fazer o Brumário.

Os sinais de inquietude e de insurreição começaram a sentir-se entre as hostes militares. Em Lille, MacDonald saiu para Lyon, onde deveria ajudar o Duque de Orleães. No dia 10 de Março, era claro que os soldados não estavam com os Bourbons quando estes recusaram gritar um “Viva o Rei”, a pedido do marechal MacDonald. O mais ridículo foi o relato do que sucedeu a seguir, onde a guarda avançada de Napoleão tinha chegado e estava a conviver com os homens que deveriam guardar a cidade³⁰⁴. O Duque de Orleães fugira e deixou MacDonald sozinho, tendo o marechal, que recusava trair o rei, sido obrigado a fazer o mesmo, partindo para Paris onde chegou a tempo de aconselhar o rei a partir e a exilar-se. No seu séquito, que partiu para Ghent, iam Victor, Marmont e Berthier. Gouvion Saint-Cyr refugiou-se em Bourges e Pérignon tentou, sem sucesso, estabelecer uma praça-forte realista em Toulouse. Mas outros fariam o contrário. Mortier, não conseguindo controlar os soldados, acedeu aos seus pedidos e passou para o lado de Napoleão. Ney recebeu a 13 de Março a visita de Bertrand e uma carta de Napoleão, onde dizia que o receberia como o havia feito após a batalha de Borodino. Na altura indeciso e nervoso com o que se passava, estando bem ciente de que o seu exército

³⁰⁴ MACDONNEL A.G., *Napoleon and his Marshals*, London, Prion, 1934(original) 1998 (nova edição), p. 265;

estava com Napoleão, reuniu-se com Bourmont e Lecourbe para os consultar quanto ao que fazer. O primeiro era um realista e o segundo um antigo amigo de Moreau expulso do exército por Napoleão; não eram propriamente homens que apreciavam o imperador. Quando, a 18 de Março de 1815, se ia dirigir aos soldados quanto à sua resolução, Ney ficou ainda mais perturbado com o ambiente pró napoleónico vigente. Sendo um homem que zelava pelos interesses dos seus soldados e não gostava de os abandonar, como o demonstrara na retirada da Rússia, não iria fazer o mesmo aqui. Declarou-se a favor de Napoleão no meio da apoteose das várias tropas francesas, obrigando Bourmont e Lecourbe a fugir. Atteridge, na defesa da atitude de Ney, declara que havia rumores de um suposto apoio austríaco a Napoleão para além do mais que óbvio principio de motim que as forças do marechal indicavam. A reputação do marechal estava manchada e os realistas viriam a responsabilizá-lo mais tarde.

A 23 de Março viria finalmente a dispensa de lealdade do rei a todos o que o serviam e muitos aproveitaram para se associar a Napoleão, entre os quais Soult. Curiosamente, Suchet até mostrou o seu apoio a Napoleão depois desta data, mas sem o conhecimento do acto real. Escreveu na altura ao Prefeito de Colmar, garantindo que Napoleão asseguraria as constituições, a paz e independência da França. Oudinot, não conseguindo levantar a população de Metz contra Napoleão, partiu para Bar, onde manteria durante algum tempo contacto directo com Davout, que lhe escreveu ao longo dos 100 dias para se juntar a Napoleão, obtendo sempre resposta negativa e o fim da amizade que os ligava. Augereau, sempre oportunista, declarava-se agora a favor de Napoleão, mas este não esqueceu os incidentes de Lyons e o marechal não obteve o que esperava. No momento em que Napoleão entrava em Paris, os seguintes marechais tinham-lhe prestado apoio: Brune, Suchet, Soult, Pérignon, Mortier, Ney, Davout e Augereau. Contra Napoleão estavam Berthier, Marmont e Victor, havendo ainda mais quatro que não tinham dado apoio: Gouvion Saint-Cyr, MacDonald, Oudinot e Moncey.

Os 100 Dias e Waterloo

A 20 de Março de 1815, Napoleão foi recebido nas Tulherias por Lefebvre e por Davout. Fez questão de perdoar vários marechais, trazendo-os para o que seria o seu novo regime: Brune, tanto tempo afastado, era agora Governador de Toulon, Jourdan foi perdoado e além de manter o posto era feito conde e a Masséna foi oferecido o governo de Metz, que recusou, ficando na Câmara de Pares. No entanto, aquele último, em carta à sua esposa publicado no *Moniteur* a 18 de Abril de 1815, admitia que tinha deixado

Napoleão escapar de propósito. Sérurier fizera questão de enviar uma carta de felicitações a Napoleão. Outros foram várias vezes convidados a juntar-se a Napoleão, como Davout a pressionar Oudinot, e a sua recusa veio levar Napoleão a considerar que havia sido a sua jovem 2ª esposa, de origem nobre, que influenciara o velho granadeiro a afastar-se de si. MacDonald, que se refugiou em casa devido a gota, recusara também juntar-se a Napoleão por lealdade ao rei, e o mesmo sucedeu com Gouvion Saint Cyr que se manteve em Reverseaux. Entre regressos e afastamentos, Napoleão fez questão de no dia 10 de Abril riscar da lista dos marechais os seguintes nomes: Berthier, Marmont, Victor, Perignon, Augereau e Kellermann. É o único documento onde Napoleão realmente retira a alguém o marechalato e o nome de Berthier vem acrescentar dúvidas quanto à conclusão de Gillet de que Berthier não era marechal devido a ser Vice-Condestável e o mesmo quanto a Jourdan, que regressava às graças de Napoleão. No último caso, a ausência no almanaque imperial não pode ser suficiente para se concluir que tenha saído do marechalato.

No dia 14 de Abril, quando se dirigiu à Câmara de Pares, Napoleão fez questão de se fazer acompanhar por Brune, Davout, Jourdan, Lefebvre, Masséna, Moncey, Mortier, Ney, Soult e Suchet. Dias mais tarde, um novo homem chegava ao marechalato, Grouchy. Entre mensagens de reconciliação e de paz, a Europa, reunida no Congresso de Viena, não acreditava nas palavras de Napoleão, sendo natural um novo conflito. Para isso tinha de se reorganizar o exército e estabelecer comandos para os marechais e generais que ficaram. Esse papel coube a Davout, enquanto Ministro de Guerra, com o apoio de Lazare Carnot. O Marechal de Ferro fez juz à fama que angariara, enquanto administrador e organizador. Conseguiu reunir 280 000 homens e o equipamento possível para o conflito que se avizinhava. Para combater ao lado de Napoleão foi criada a *Armée du Nord* constituída pelas seguintes forças: I Corpo (D'Erlon), II Corpo (Reille), III Corpo (Vandamme), IV Corpo (Gerard), VI Corpo (Lobau) , Corpo de Reserva de Cavalaria (Grouchy) e a Guarda Imperial. Os únicos marechais a acompanhar Napoleão eram Soult, no antigo papel de Berthier, e Mortier com a Guarda Imperial. Não havia sinal mais claro do que havia chegado o marechalato em Maio de 1815. Envelhecido, dividido e devido a várias frentes os homens de comando deveriam estar mais espalhados para assumir responsabilidades de relevo e não concentrados à volta de Napoleão como havia sido em 1805.

Era uma oportunidade para a nova geração de generais mostrar o seu valor e eventualmente conquistar o bastão, sendo para isso necessário a vitória. Davout ficou em Paris como governador da cidade; é estranho Napoleão ter deixado nesse cargo um dos seus melhores comandantes mas também era o único a quem podia confiar a defesa acérrima de Paris - não queria um novo Marmont. Suchet ficou com a *Armée d'Alpes*, localizado em Lyon, onde deveria ter atenção à ameaça austríaca e contaria com o apoio do V Corpo de Rapp - *Armée du Rhine* - em Estrasburgo. Brune estaria em Toulon com o II Corpo de Observação ou *Armée du Var* e Grouchy assumiu o papel que coube a Murat e a Bessièeres no comando da cavalaria. Eram até então os únicos marechais com papel activo, apenas seis marechais tinham comandos militares de relevo. Enquanto as forças aliadas marchavam em direcção às fronteiras francesas, outro marechal, Berthier, morria em circunstâncias misteriosas - queda accidental ou suicídio. O falecimento ocorreu a 1 de Junho, quando estava no parapeito da sua casa em Bamberg. Murat tinha tentando levantar a Itália com a proclamação de Rimini, mas o talento de comandar a cavalaria não era igual quando se comandam exércitos de várias armas; a derrota chegou na batalha de Tolentino, quando deixava o campo de batalha pensando que era vencedor, mas o resultado foi o inverso. Obrigado a regressar a Nápoles, fugiu para França a 21 de Maio, mas Napoleão recusou recebê-lo ou dar-lhe qualquer comando.

Ney não tinha ainda merecido a confiança de Napoleão mas eventos levariam a que assumisse um comando militar. Mortier tivera uma crise de ciática e Ney, chamado para um eventual cargo, assumiu por ordens de Napoleão o comando da Guarda Imperial. Os próximos dias decidiriam a sorte do império e teriam graves repercussões. Sault, que tivera problemas com Davout quanto à distribuição de ordens, a ponto do último ter de reivindicar uma posição de força, não conseguia um desempenho com o mesmo sucesso de Berthier e muitas ordens foram mal distribuídas. Na batalha de Ligny, a sua última vitória, apesar do sucesso de Napoleão, Ney não teve um comportamento positivo em Quatre Bras. Devido a um problema de comunicação, o corpo de D'Erlon não foi usado por ambas as partes para dar o golpe final ao inimigo. D'Erlon tinha sido chamado para cortar a retirada de Blucher e dos prussianos, mas pelo caminho foi chamado novamente por Ney para ajudar no ataque aos ingleses de Wellington. O dia 16 de Junho teve um sabor agridoce. Napoleão dispôs-se a perseguir os ingleses de Wellington com a ameaça prussiana de perto, enviando então Grouchy e 30 000 homens dos corpos de Vandamme

e Gérard para perseguir os prussianos. A batalha de Waterloo revelou-se fatídica e dois marechais acabariam por ter um papel negativo.

A batalha com as forças aliadas de Wellington decorreu no dia 18 de Junho de 1815, com os franceses a preferirem um ataque central às linhas aliadas. No Mont Saint-Jean, Wellington comandou de perto as forças dirigindo como pôde a defesa contra as ofensivas de Napoleão enquanto esperava por Blucher. O Imperador esperava que Grouchy estivesse a bloquear esta força e que intervisse ao ouvir o som dos canhões, tendo mesmo pedido a Soult, às 10H00, que enviasse um mensageiro para pedir essa intervenção³⁰⁵. Hougomont, La Haye Sainte e Plancenoit foram locais de combates violentos e a cavalaria francesa e inglesa estiveram activas ao longo do dia sofrendo ambas pesadas baixas devido à impetuosidade dos seus comandantes. Ney, pensando que Wellington estava a retirar-se, lançou a cavalaria pesada francesa contra a infantaria aliada, que esperou o ataque posicionado-se em quadrados. O marechal atacou sem apoio da artilharia e da infantaria, tornando-se um alvo fácil. Ney voltaria a intervir quando tomou La Haye Sainte, mas de pouco valeu com surgimento dos prussianos de Blücher, que atacaram Plancenoit. A vantagem era dos aliados em número e em moral. No rescaldo da batalha, os factores que levaram à derrota de Napoleão não podem só atribuir-se a Ney e ao erro de Grouchy. Chandler critica Napoleão³⁰⁶ por ter dado a Ney a enorme responsabilidade de comandar parte do exército. O seu argumento baseia-se na ordem dada por Napoleão, às 13H00, para que a artilharia do I, II e VI Corpos de Exército se concentrasse sobre o monte Saint-Jean, enquanto a divisão da esquerda de D'Erlon deveria avançar para o ataque, seguido do resto das divisões do I Corpo e com apoio do II Corpo. Nessa ordem, Ney acrescentou que D'Erlon deveria estar ciente que o ataque começaria da esquerda e não da direita. Isto indica, para Chandler, que Ney teria assim uma grande responsabilidade, um erro de Napoleão devido ao comportamento errático que o marechal estava a ter. Mais tarde, Napoleão teria a opinião que Mortier, o marechal que Ney substituiu, nunca atacaria os quadrados ingleses.³⁰⁷

Quanto a Grouchy, este não seguiu o conselho de Gérard de seguir o som dos canhões, preferindo continuar a perseguir os prussianos, resultando na batalha do Wavre

³⁰⁵ CHANDLER, David, *The Campaigns of Napoleon*, London, Weidenfeld and Nicholson, 13ª Edição, 1995, 1ª Edição (1966), pp. 1067-1068;

³⁰⁶ Idem, ibidem, pp. 1069-1072;

³⁰⁷ GRAY, Randall, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, pp. 323-324;

mas também na sua ausência em Waterloo. Napoleão não deveria ter dividido as suas forças, mas tinha a necessidade de bloquear os prussianos enquanto enfrentava os aliados. James D. Lunt fez a defesa de Grouchy³⁰⁸, com o argumento de que, após Ligny, Grouchy esperou por novas ordens. No dia 17 voltou a não ser recebido por Napoleão, só mais tarde é que cavalga com este pelo campo de batalha de Ligny. Às 13H00 foi ordenado que se dirigisse a Gembloux para reconhecer a posição prussiana, se era na da direcção de Namur ou de Maastricht, devendo então perseguir o inimigo e se possível conhecer a reais intenções de Blucher e de Wellington. O marechal mandou então a cavalaria atrás dos prussianos, mas Excelmans perdera-os estes em Gembloux. Recebeu então a informação, vinda de Napoleão, de que Blucher estava em Wavre. Foi por causa desta ordem que Grouchy preferiu marchar para Wavre em vez de seguir o conselho de Gérard. Quando recebeu o despacho de Soult, feito às 10H00 desse dia, com as ordens de Napoleão, eram já 16H00 e estava a cerca de 20 km de Waterloo. Encontraria uma força prussiana em Wavre, que derrotou a 19 de Junho de 1815, tendo depois levado as forças francesas sob o seu comando para Rheims e de seguida para Paris, onde os entregou a Davout.

As repercussões da batalha de Waterloo chegaram a Paris, significando uma nova invasão aliada. A 23 de Junho, Napoleão já estava em Malmaison quando se reuniu com Davout. Este insistia que Napoleão mantivesse a luta, mas a letargia do imperador e uma nova abdicação a favor de Napoleão II, a 22 de Junho, obrigou Davout a ter que negociar o melhor acordo possível com os aliados, fruto da possibilidade de muitos serem tratados como traidores. Ney chegou a Paris a 20 de Junho e dois dias depois criticaria Napoleão na Câmara dos Pares acusando-o de ser o responsável pela derrota de Waterloo, por não usar a Guarda, e que o exército tinha demasiadas fraquezas³⁰⁹. A 1 de Julho, Davout reuniu-se com os marechais Lefebvre, Masséna, Ney, Soult, Mortier e Gouvion Saint-Cyr. Apenas Lefebvre e Gouvion-Saint Cyr sugeriram a defesa de Paris, Soult aconselhara a submissão e Masséna recusou o comando da Guarda Nacional, chegando este a ser contactado por Fouché que recomendou que não fizessem nada até ao regresso do rei. Nessa altura, Davout já tinha defendido Versailles e Rocquecoort dos ataques prussianos. A 4 de Julho, Davout conseguiu finalmente o armistício com Paris a ser ocupada, amnistia

³⁰⁸ LUNT, James D., *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, pp. 148;

³⁰⁹ YOUNG, Peter, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, pp. 373-374;

geral para todos os envolvidos e saída do *Armée du Loire*. Este exército tinha sido usado como trunfo, pois Davout tinha dito que se não chegasse a acordo usaria esta força para fazer a guerra. Demitiria-se de ministro de guerra, entregando o cargo a Gouvion Saint-Cyr a 8 de Julho, e deu o comando do exército a MacDonald a 1 de Agosto de 1815. Entretanto, Brune seguia para Paris, após ter transferido o comando ao Marquês de Rivère, quando foi reconhecido, capturado em Avignon no dia 2 de Agosto e acusado de ter participado na execução da princesa Lamballe durante o período revolucionário. Seria morto a tiro e o corpo deitado ao rio Rhône, tornando-se no quarto marechal morto em serviço. Soult, antes de ir a Paris, organizou as tropas fugitivas em Laon, tendo eventualmente regressado à sua casa de St Amans La Bastide, onde temia as consequências do terror branco. Suchet, após ter resistido aos ataques vindos de Sabóia, teve de negociar um armistício com os austríacos a 12 de Julho. A segunda vida do império havia durado pouco e agora vinham as represálias realistas.

As Consequências da traição ao rei

Santa Helena foi o destino de Napoleão, depois de ter sido obrigado a render-se em Rochefort ao capitão do navio inglês *Bellerophon* no dia 15 de Julho. Enquanto Napoleão se preocupava com o futuro exílio, outros incidentes ocorriam em Paris pois os seus seguidores dos “100 dias” tinham outras preocupações. Os realistas pretendiam exercer represálias pelos actos que levaram ao fim a Primeira Restauração. Soult partira para Dusseldorf, ciente que a amnistia não o protegeria dos nobres que o culpavam de traição ao rei. Grouchy partiu para a América, onde se estabeleceu em Filadélfia, consciente que seria responsabilizado pela morte do Duque de Angôleme. Augereau e Suchet viram as suas honras e pensões associadas retiradas pelo rei, sendo aquele último, bem como Lefebvre, expulso da Câmara dos Pares. Sérurier foi afastado do cargo de Governador dos Les Invalides. Davout partiu para Savigny, tendo de partilhar a sua casa com um destacamento aliado. Ney recebeu passaportes de Fouché, um em nome dele e outro sob o nome de Michel Theodore, comerciante de Neuborg para a sua fuga. Os marechais que foram leais tiveram diferentes atitudes com os seus antigos camaradas. Uns tentariam salvar os seus camaradas, como MacDonald que ajudou a escapar vários oficiais, e outros, como Victor e Marmont, procuravam demonstrar quão leais eram ao rei, mesmo que tivessem de condenar antigos amigos. Suchet estava na altura a convencer Ney a emigrar, oferecendo dinheiro e passaportes ao antigo camarada.

Gouvion Saint Cyr insere-se no grupo que tentou salvar oficiais que lutaram por Napoleão nos Cem Dias. Entre 8 de Julho a 25 de Setembro, o seu período no cargo de ministro de guerra, tentou salvar o exército, reformando-o com base em legiões departamentais, mas acabou por ser dissolvido. Assistiu à purga do exército que resultou na geração *demi-solde* retratada na obra *Coronel Chabert*, heróis de outro tempo e agora renegados bonapartistas para a sociedade. Eram repercussões da influência ultra-realista que saiu reforçada dos Cem Dias e que deixou o exército na mão de oficiais realistas incompetentes, com um efectivo de 80 000 homens, um misto de voluntários e veteranos. A questão do julgamento de oficiais traidores também chegou às mãos de Saint-Cyr, tendo chegado às suas mãos uma lista de mais de 1000 nomes de oficiais que deveriam ser punidos, porém esta lista era apenas para punições leves. No entanto a segunda lista, de 18 nomes de militares que deviam ser julgados e provavelmente executados, era a que pesava mais na consciência do agora ministro. Entre os dezoito nomes da lista estava o do marechal Michel Ney, preso a 3 de Agosto em Bessône, com o capitão da escolta a relatar a sua tristeza pelos insultos que o marechal sofrera por parte da população. Gouvion Saint-Cyr tentou que ele fosse julgado em tribunal militar encabeçado por Augereau, Masséna, Mortier, Moncey e mais três generais, para obter a demissão e prisão. Masséna recusou, alegando os incidentes de 1811, Moncey também, embora sem justificação, caindo em desgraça perante o rei, mas não seria a sua última participação no julgamento de Ney. Os outros cinco, entre os quais Augereau e Mortier, justificaram a recusa com a natureza política do caso. Infelizmente para Saint Cyr pretendia-se que Ney fosse julgado pela Câmara dos Pares, um claro julgamento político e que deveria servir de exemplo.

Para proteger Ney e outros militares, Davout saiu de Savigny, oferecendo-se mesmo para ser julgado em troca das vidas de Delaborde, Gilly, Excelmans, Drouot, Clausel, Alix, Dejean e Marbot, argumentando que tinham actuado sob as suas ordens. Contudo, viu a oferta recusada. Em relação ao seu camarada Ney, evocou o acordo da amnistia e estava bastante apreensivo com a possibilidade de Ragusa, como apelidava Marmont, ser um dos condenantes de Ney. Devido à sua actuação, foi retirado a Davout os seus cargos e renumerações. MacDonald interveio, chegando a um acordo para que Davout ficasse em Savigny sob vigilância policial a partir de 21 de Junho de 1816. A esposa de Ney tentou interceder junto de Wellington com a justificação da amnistia a

voltar a ser o ponto de referência³¹⁰. Davout também se juntara a esta pressão, com a questão da amnistia. A resposta de Wellington foi que não podia interferir em assuntos do rei e dos seus súbditos. Aglaé Ney, a esposa de Ney, pressionara igualmente Luís XVIII³¹¹, lembrando o último dos serviços que Ney lhe prestara. A principal testemunha de acusação foi o General Bourmont que relatou o que sucedeu em Besançon. Cinco marechais votariam a favor da execução: Marmont, Victor, Pérignon, Sérurier e Kellermann. A carta de Moncey³¹², que defendeu a carreira e os sacrifícios de Ney à França, não teve o efeito desejado, valendo-lhe de pouco a defesa dos serviços de Ney à nação. Gouvion Saint Cyr, então par do reino, esteve no julgamento de Ney a 21 de Novembro de 1815, tendo votado deportação, mas a maioria pronunciou-se pela condenação à morte de Ney. Este saiu com desgosto da Câmara dos Pares. Entre os que condenaram estavam antigos subalternos de Ney, o general Dupont l'Etang e Maison, que fora salvo por Ney na Rússia em 1812 em Pleszcenitsk³¹³. Os outros generais que votaram foram Lauriston e Latour-Mauborg.

Quando tomou conhecimento de Waterloo, Murat partiu Ajaccio, para tentar ocupar novamente o trono napolitano. Nem mesmo a oferta de ser conde de Lipona, com ele e Carolina a viverem na Boémia, o convenceu a voltar atrás. Chegou a Reggio Calabria a 6 de Outubro mas foi capturado, solicitando a libertação dos seus companheiros que nada tinham a ver com o assunto. Seria executado a 13 de Outubro de 1815, pedindo apenas que não lhe vendassem os olhos, não lhe atirassem à cara e que queria dar ordem de tiro. Mesmo no fim Murat gostava de mostrar a sua coragem, diz-se que beijou o retrato de Carolina e procedeu à ordem de execução recebendo os tiros sem vacilar. Marmont foi o último sobrevivente do Grupo Bonaparte. A morte levava Duroc, Lannes, Berthier, Bessiéres, Junot e Murat. Ney foi condenado à morte a 6 de Dezembro e executado a 7 de Dezembro. Tal como Murat, rejeitou a venda e exigiu que fosse ele a dar a ordem de tiro. A sua execução foi no Carrefour de l'Observatoire nos Jardins do Luxemburgo. Os que ficaram leais ao rei foram recompensados: MacDonald foi feito chanceler da Legião de Honra; Oudinot assumiu o comando da Guarda Nacional do Seine; Victor foi nomeado de novo governador em Meziéres e Kellerman ajudaria a organizar o exército realista. A

³¹⁰ ATTERIDGE, A.H., *Marshal Ney: The Bravest of the Brave*, Barnsley, Pen & Sword Military, 2005 (1912 edição original), p. 194;

³¹¹ Idem, *ibidem*, p. 190;

³¹² MACDONNELL A.G., *Napoleon and his Marshals*, London, Prion, 1934(original) 1998 (nova edição), p. 280;

³¹³ Idem, *ibidem*, pp. 278-282;

era Napoleónica terminou e os marechais tiveram que refazer a sua vida numa sociedade dominada pelos emigrados e pelos ultra-realistas da facção do futuro Carlos X.



Figura 36- Gravura sobre a execução de Ney. Fonte:

<http://www.artnet.com/WebServices/images/110009911dRJ5GFgbNECfDrCWvaHBOcF08D/edouard-armand-dumaresq-the-execution-of-mari%C3%A9chal-ney.jpg>



Figura 37 - Gravura sobre a execução de Murat. Fonte:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/3/3d/Death_of_Murat.jpg

Capítulo 12 – Um legado de rivalidades sob o olhar de Napoleão

Legado de Rivalidades

Era bem conhecido o antagonismo entre os marechais, que não escondiam a ambição desmedida, o carácter difícil e a procura do favor do Imperador. Estas situações geraram constantes discussões que até os levaram a empunhar a espada, prontos para um duelo, mesmo em frente dos seus subalternos. Entre as maiores rivalidades as mais duradouras foram as de Lannes com Bessiéres, Soult com Ney e Bernadotte com Davout. Também ocorreram picardias curtas com um tom duro, em que Lannes, Davout e Ney aparecem como habituais alvos ou instigadores da fúria dos seus camaradas de marechalato. O mais curioso é que as rivalidades não surgiram de um esperado confronto entre o grupo Bonaparte com o grupo do Reno, mas sim entre elementos dentro destes grupos como os elementos o grupo Bonaparte, Lannes, Murat e Bessiéres, e os veteranos do Reno Ney, Soult, Bernadotte e Davout. Ao longo do período imperial, ocorreram picardias naturais entre o alto comando, como Masséna, um “italiano”, e Ney, um veterano do Reno, mas nada complexo e longo como foram as rivalidades anteriores.

Um das rivalidades mais acesas do marechalato imperial e bem conhecida dos contemporâneos, onde se destaca o relato de Marbot em Aspern-Essling, é a de Lannes e Bessiéres, dois dos marechais mais próximos de Napoleão. Homens de Itália, um tornou-se o da vanguarda e outro da guarda pessoal. A origem gascã podia tê-los tornado próximos, mas parece que alimentou ainda mais o confronto entre ambos. A rivalidade poderá ter ocorrido já em Itália fruto da amizade de Bessiéres com Murat, com quem Lannes habitualmente discutia e lutava pela proximidade com Napoleão. Seria no período consular que a rivalidade teria o seu início mais público e agravou ao longo dos anos seguintes. A primeira situação ocorreu quando Lannes e Murat disputavam a mão de Carolina e Bessiéres resolveu interceder pelo seu amigo ajudando-o a vencer a mão de jovem irmã Bonaparte. O caso podia ter morrido aí, já que Lannes arranhou a sua própria noiva, no entanto nova interferência de Bessiéres em assuntos da Guarda Consular levou a que o ódio entre os dois ficasse ainda mais vincado. Bessiéres denunciou Lannes a Napoleão sobre um desvio de fundos do tesouro da unidade para pagar os uniformes, levando o então Cônsul a chamar Lannes e a ter com ele uma tensa discussão. Há quem diga que foi um rumor para justificar a ida de Lannes para Portugal, no entanto algo marcara profundamente a relação entre Bessiéres e Lannes e a sua procura pela afeição de Napoleão.

Jean Claude Gillet realça o empenho de Lannes pelo reconhecimento e afeição de Napoleão, com a carta que ele escreveu à esposa afirmando: «Tu sabes, minha querida Louise, quanto o amo! Fico feliz quando ele me diz que também tem amizade para mim»!³¹⁴. No entanto, a campanha de Jena e da Polónia gerou alguns problemas com Murat e depois Bessières. Lannes ficou descontente com Murat, por causa das constantes queixas deste a Napoleão sobre o V Corpo estar a atrasar a vanguarda e de este não reconhecer o papel da unidade na ofensiva. Lannes teve de se queixar Napoleão desta situação. Apesar de Napoleão rectificar Lannes, este dissera que bastava uma palavra do imperador para fazer os soldados felizes.³¹⁵ Mas a relação com Napoleão deteriorou-se com uma situação a envolver Bessières, quem acompanharia o imperador em Tilsit. O facto de ter sido Bessières a acompanhar Napoleão para o encontro de Tilsit era para Lannes um sinal de desrespeito. Chegou a escrever à esposa queixando-se do que considerava ser um tratamento revoltante de Napoleão³¹⁶. A procura por fazer parte do grupo pessoal de Napoleão marcara tanto a subida de Lannes e Bessières, com o último a levar vantagem no início do período imperial.

Contudo, as coisas foram melhorando para Lannes, aos poucos foi sendo recompensado, Recebeu o principado de Sievers, um feudo, estando entre os primeiros marechais bem recompensados, e fora nomeado comandante de dois corpos de exército, comandados por Moncey e Mortier, tendo vencido em Tudela e conquistado Saragoça. A proximidade a Napoleão proporcionou um volte face e Bessières ficaria sob o comando de Lannes no primeiro dia da batalha de Aspern-Essling; o velho granadeiro ficou finalmente à frente e aproveitou o momento, tendo Marbot dado o testemunho de um dos mais caricatos episódios napoleónicos³¹⁷. Durante a batalha de Aspern-Essling, Lannes ordenou ao jovem oficial para dar a ordem a Bessières que devia pressionar mais na carga. Esta ordem era uma espécie de insulto, sugerindo que a cavalaria não estava a fazer o seu trabalho. Bessières, orgulhoso, recusou cumprir a ordem e Marbot teve que ir mais que uma vez dar as ordens. Na terceira vez, Marbot foi mais severo com o marechal Bessières, levando este a considerar a atitude do jovem oficial como um acto de insolência, quando

³¹⁴ GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, p. 147;

³¹⁵ HORWARD, Donald, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 204;

³¹⁶ Idem, *ibidem*, pp 205;

³¹⁷ MARBOT, Jean-Baptiste-Antoine-Marcelin, baron de, *The Memoirs of Baron Marbot*, volume 1, tradução inglesa por Arthur John Butler, London, Longmans and Co, 1913, pp. 423- 426;

na verdade Marbot apenas estava a cumprir as ordens de Lannes. No final do dia, Lannes e Marbot foram para o campo de Masséna, tendo Marbot ficado isolado temporariamente de Lannes. Por coincidência, Marbot encontrara Masséna e Bessiéres pelo caminho e o último aproveitou para resolver o assunto da insolência anterior. Disse que devia ter cuidado na forma como se expressava perante superiores e se este estava apenas a obedecer a ordens, então Lannes tinha que lhe dar satisfações. O que sucedeu depois entrou no mito napoléonico. Lannes ter-se-ia escondido e apareceu à frente de Bessiéres no momento seguinte às palavras ditas. Pediu desculpa por duvidar de Marbot e pediu então satisfações a Bessiéres pelo seu comportamento. Este perguntou-lhe se tinha realmente dado a ordem da carga, ao que Lannes respondeu afirmativamente e que o imperador lhe havia dado o comando, pelo que lhe cabia a ele obedecer. Ambos estiveram prestes a travar um duelo mesmo em frente aos seus subordinados, o que foi evitado por Masséna, na qualidade de autoridade superior, como ditava o protocolo. Acabariam por ir ter com Napoleão, que censurou Bessiéres e nem o convidou para jantar, ficando Lannes sentado à sua direita, uma vitória pessoal deste último nesta pequena guerra pelos favores imperiais.

A relação entre Davout e Bernadotte também não foi a melhor e ficou marcada pelo episódio de Auerstadt. Há rumores de que Davout chegou a pedir a resolução do incidente num duelo e que Napoleão terá intervindo para o evitar. Havia a ideia de que Davout andava a vigiar o “suspeito” Bernadotte quando mudara para perto de casa dele, contudo não havia até então razões para que ambos os marechais se tornassem rivais. Barton³¹⁸ considera que Bernadotte devia ter seguido o seu plano inicial do dia 13 Outubro. Na altura Bernadotte informou Berthier, em carta escrita às 18H00, que estava a caminho de Dornburg e que a partir daí seguiria para Weimar ou outro ponto qualquer. Houve então mudança de planos, com Lannes e os restantes corpos prontos para um ataque em Jena e, se o inimigo não atacasse, receberiam novas ordens no dia seguinte. Bernadotte não recebeu nada e foi através de Davout que conheceria estes factos. Devido a estas novas circunstâncias, Bernadotte redigiu nova carta a Berthier, às 20H00, informando este que havia sido comunicado por Davout das novas ordens, então deixadas pelo Ajudante de Campo Périgord, e de Davout atacar o flanco esquerdo inimigo na eventualidade de Lannes ser atacado. No entanto devido a ser apenas uma eventualidade, devendo esperar por novas ordens, Bernadotte avisou que ficaria em Naumburg à espera

³¹⁸ BARTON, D. Plunket,, *Bernadotte and Napoleon 1763-1810*, London, John Murray, 1921, pp. 134-137

do que o imperador ordenasse. Marshal Cornwall relata que Davout quis dar o comando do seu III Corpo a Bernadotte, facto extraordinário fruto do orgulho daquele marechal. Ao não marchar para Dornburg, Bernadotte acabou por não participar em nenhuma das batalhas. Barton refere que defensores de Bernadotte falam em malícia de Berthier, mas era mais provável que este não sabia se Bernadotte estava em Naumburg ou Dornburg. Contudo Marshal Cornwall relata a opinião de Henri Houssaye, que se Berthier tinha dúvidas do posicionamento de Bernadotte, Naumburg ou Dornburg, deveria ter enviado ordens para ambas as posições. As coisas azedaram na Alemanha³¹⁹ quando Bernadotte soube que Davout abrira as suas cartas a ponto de dizer ao oficial que as entregou que resolveria o assunto com a ponta do seu chicote. Outro assunto: a revista à casa do Príncipe Sayn-Wittgenstein, levou Davout a acusar Bernadotte de não fazer bem o seu trabalho. Este respondeu com uma carta, dizendo, de forma sarcástica, que os agentes que revistaram a casa, Bourrienne e o Coronel Gérard, eram pessoas de confiança do imperador e que avisaram o príncipe de acordo com as instruções dadas, terminando com duas provocações. Uma delas era que entre as cartas achadas na busca, havia uma da Princesa Augusta da Prússia que elogiava Davout por ter feito de forma célere a retirada das suas tropas daquele país. A outra foi a forma como se dirigiu a Davout com a seguinte frase: «Foi uma honra, Duque, ter sido o seu mais humilde e obediente servente, Bernadotte»³²⁰. A rivalidade não morreria e ainda hoje se discute a acção de Bernadotte se foi ou não justificável.

Outras picardias foram surgindo ao longo do império com Davout, Ney e Lannes como protagonistas. Davout teria problemas com Ney quando se queixou dele devido à passagem do VI Corpo por Varsóvia e, mais tarde, em 1812, quando se queixou que Ney estava a ser lento na retirada e discutiriam ainda mais depois da derrota de Krasnoi, tendo estas disputas sido arbitradas por Napoleão. Contudo, Ney não tinha conflitos apenas com Davout, teve-os por várias vezes com Murat. O primeiro choque ocorreu na campanha do Ulm, quando ele e Lannes ficaram sob o comando de Murat. A 10 de Outubro de 1805, após passarem Guntzburg, Ney criticou Murat por este ordenar a colocação do VI Corpo na margem sul do Danúbio quando a melhor posição era na margem norte. Ney voltaria a criticar Murat na campanha russa. Durante esta não só criticou os uniformes de Murat como também o que fazia com a cavalaria, uma crítica comum com Davout, que deixava

³¹⁹ BARTON, D. Plunket, *Bernadotte and Napoleon 1763-1810*, London, John Murray, 1921, pp. 200-202;

³²⁰ Idem, *ibidem*, pp. 201-202;

demasiadas vezes a infantaria sozinha. Murat foi talvez o maior alvo de raiva dos marechais, pois, além de Ney e de Lannes, também Davout o não apreciava e chegou quase a vias de facto na Rússia em 1812, tendo de ser separados por Bessières e por vários ajudantes de campo³²¹. Lannes também não andou apenas ao despique com Murat e Bessières. Quatro dias antes de Austerlitz, o gascão não gostou da atitude de Soult e da colocação das tropas de Lannes e Murat, resultando numa discussão entre ambos os marechais que foi aumentando e teve que ser interrompida por Napoleão. Tal como em Aspern Essling, Lannes reagiu de forma emotiva e chegou a desafiar Soult para um duelo³²². As discussões e problemas em ficar sob o comando de outros marechais resultaram num episódio duplo para Ney, e este esteve curiosamente em ambos os lugares, de comandante e comandado. Em Espanha houve rumores de que não queria ficar sob o comando de Soult, especialmente depois de terem discutido na Galiza, quando o último solicitou material depois da fracassada invasão de Portugal, daí ter sido afastado, mas Atteridge fala em licença³²³. Mais tarde, em Dennewitz, seria Ney o visado na questão da autoridade, pois Oudinot, também marechal, não gostara de ficar sob o comando de alguém de que não gostava e já havia suportado recentemente Gouvion Saint-Cyr, conhecido pelos problemas que dava aos generais. Problemas e choques entre homens de personalidade forte e vincada é uma situação normal e isso ocorreu de forma natural entre os marechais, que se mantinham mais controlados na presença de Napoleão.

Napoleão e os marechais: opinião e os choques que existiram

A opinião de Napoleão sobre os marechais está muito presente na historiografia do marechalato. Tanto David Chandler como os historiadores franceses Gillet e Jourquin usam o *Memorial de Santa Helena* como principal fonte sobre as opiniões de Napoleão sobre os homens que foram os principais comandantes dos seus exércitos. No entanto é uma leitura complexa e quiçá perigosa, com algumas injustiças, fruto do contexto em que o *Memorial* foi escrito por Las Cases, sucedendo o mesmo com as memórias de outro homem que partilhou o desterro do imperador em Santa Helena, o general Barão de Gourgaud. Napoleão fora exilado após a derrota de Waterloo, afastado literalmente para os confins do mundo onde não pudesse ser uma ameaça. A sua queda teve a influência

³²¹ GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, p. 125;

³²² Idem, ibidem, p. 126;

³²³ ATTERIDGE, A.H., *Marshal Ney: The Bravest of the Brave*, Barnsley, Pen & Sword Military, 2005 (1912 edição original, p. 111;

dos marechais, na primeira abdicação, quando recusaram combater uma força de coligação numerosa às portas de Paris, e poucos foram o que se juntaram a ele quando regressou de Elba. Berthier e Marmont foram talvez aqueles a quem o acto de traição deve ter pesado mais em Napoleão, vindo de uma ilha conhecida pelos habitantes guardarem rancor e desejo de *vendetta* pessoal, com o mito de que teria de ser feita mesmo que atravessasse gerações. Mas deixando o lado emotivo, e tão agarrado às suas raízes corsas, Napoleão tinha razão em sentir-se amargurado pois fizera-os marechais, dera-lhes títulos nobiliárquicos e avultadas prendas e pensões. Era natural que esperasse reconhecimento e fidelidade em troca, tal como o senhor feudal espera do seu vassalo. O mesmo ocorrera com os restantes marechais, havia o sentimento de que foi ele que lhes deu o estatuto que possuíam. Era natural que o Imperador exprimisse opiniões rancorosas, emotivas e cínicas, havendo, no entanto, ainda algum reconhecimento.

Uma das suas opiniões mais complexas é sobre Davout, especialmente a seguinte afirmação³²⁴: «Se pensam que Davout era devoto a mim vocês estão enganados, não conhecem os homens. Vocês não conhecem Davout como eu o conheço». Davout já tinha contactado a Inglaterra antes de sair Paris para se encontrar com Napoleão e que tentara persuadir o imperador que era para comprar armas. É difícil saber se é verdade, pois Davout não se pode defender. Esta opinião negativa de Napoleão em relação a Davout é, segundo John Galagher, reforçada por Laura Junot e Bourriéne nas suas memórias, com a primeira a relatar que o marido tinha falado que Napoleão detestava Davout e o antigo secretário, Bourriéne, fala que Napoleão havia dado uma opinião negativa de Davout no Egipto³²⁵. O marechal fizera inimigos devido ao seu carácter forte e conflituoso. Contudo, Davout permaneceu leal a Napoleão em 1814 e Jourquin salienta que, numa confissão a Montholon³²⁶, este elogiara a sua lealdade, pois quando a causa estava em perigo e depois perdida, apenas este havia conservado as suas honras. O mito de um suposto ódio e mesmo inveja a Davout perpetuou-se devido a Napoleão supostamente não o ter elogiado após Auerstadt, e John Keefe considera que o marechal fora esquecido e só recompensado dois anos depois com o devido ducado da vitória³²⁷. Na verdade, Napoleão não só elogiara

³²⁴ GOURGAUD, Gaspard General Barão, *Talks with Napoleon*, Chicago, R.R Donnelley and Sons, 1903, pp. 264-265;

³²⁵ GALLAGHER, John, «Davout and Napoleon: A Study of Their Personal Relationship», *The Journal of Napoleonic Society* Vol 1, nº1, April, 1997;

³²⁶ JOURQUIN, Jacques., *Les Maréchaux de Napoléon*, Saint Cloud, Editions Soteca, 2012, p. 61;

³²⁷KEEFE, John M., *Marshal Louis Nicholas Davout and the Art of Command*, Fort Leavenworth, Kansas, School of Advanced Military Studies United States Army Command and General Staff College, 1994, p. 23;

Davout no Boletim Imperial³²⁸ como lhe deu a honra de entrar primeiro em Berlim com o seu III Corpo³²⁹. E quanto ao ducado, John Keefe provavelmente não explorou o tema da nobreza imperial, pois esta só foi criada dois anos depois, com Napoleão a iniciar um processo de implementação com o ducado de Danzig a Lefebvre, sendo natural que no final desse período que Davout e outros marechais só tenham recebido o ducado em 1808. É notório a existência de uma relação complexa entre Davout e Napoleão, pois após tantas recompensas este saíra aos poucos das graças do imperador depois de discussões com Murat, Jérôme e Ney durante a campanha de 1812.

Quanto ao grupo Bonaparte, há opiniões sobre as suas qualidades e ingratidões. Berthier é talvez o mais criticado, a par de Murat. O homem tido como “esposa” do imperador tivera sempre uma relação complicada com o seu mestre, com rumores que iam desde de uma vez ter sido agarrado pela cabeça por Napoleão para depois a bater várias vezes contra uma parede devido a um erro, bem como insultos. Em troca do seu trabalho empenhado e árduo foi sempre, de todos os marechais, o mais amplamente recompensado. Em Santa Helena, Napoleão considerou-o como sendo fraco de espírito, devido a incidentes no Egipto, e de ser um homem de talento técnico e especial, uma referência às qualidades de estado-maior, contudo depois dos elogios considerava-o pretensioso, orgulhoso, indeciso e sem opinião própria³³⁰, um ganso que ele tinha transformado numa águia³³¹. Contudo, diria a Gourgaud que teria feito melhor serviço que Soult em Waterloo³³². Por coincidência, na mesma conversa também criticou Marmont, dizendo que a vaidade foi a sua ruína e o desejo de posteridade o seu caixão, uma referência à traição de Abril de 1814³³³, um marechal a quem Napoleão preferiu deixar críticas curtas e directas. Outro visado foi Murat, mas as opiniões sobre ele foram apresentadas com um misto de tristeza e de raiva pela ingratidão. Visto por Napoleão como homem ideal para liderar a cavalaria, mostra tristeza pela sua morte, considerando

³²⁸ GALLAGHER, John, «Davout and Napoleon: A Study of Their Personal Relationship», *The Journal of Napoleonic Society*, Vol 1, nº1, April, 1997;

³²⁹ CHANDLER, David, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, p. 115;

³³⁰ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene*, Volume 1, Lexington, Thomas Smith, 1823, p. 177;

³³¹ Idem, ibidem, p. 353;

³³² GOURGAUD, Gaspard General Barão, *Talks with Napoleon*, Chicago, R.R Donnelley and Sons, 1903, pp 187;

³³³ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene*, Volume 1, Lexington, Thomas Smith, 1823, p. 177;

que se tinha arriscado em demasia³³⁴. Dizia que o tinha perdoado em Elba e que deveria ter aceitado o serviço de Murat durante os Cem Dias, pois se tivesse comandasse a cavalaria em Waterloo este não atacaria os quadrados, mas Napoleão achava que a população e o exército o viam como o homem que perdeu a França e a traiu pelo trono napolitano. Os elogios vão depois dando lugar a críticas, realçando que não devia ter feito homens demasiado grandes, acima da sua inteligência, numa alusão ao trono dado a Murat, e que a sua conduta o tinha levado a um triste fim. A proclamação de Murat, que dissera que o estandarte de Napoleão era o do crime, não caiu bem e voltou a salientar que Murat era um homem pouco inteligente, apesar da sua imensa coragem³³⁵. Mas nem todos os marechais foram alvo de críticas. Elogiou Bessières, caracterizando-o como um homem bom, generoso e humano, que havia lutado como um Bayard e morrido como um Turenne³³⁶ e disse a Gourgaud que gostaria de o ter tido em Waterloo³³⁷, assim como Lannes.

Se a relação profissional entre Napoleão e Davout foi complexa, o que dizer de Lannes. Fala-se em amizade e outros em algo que fora desaparecendo à medida que o império foi avançando. Em cartas enviadas à esposa nota-se em Lannes um homem descontente por não ser suficientemente reconhecido³³⁸. Na altura da sua convalescença, após o ferimento na batalha de Aspern-Essling, Marbot, Pelet e Philippe-Paul de Ségur confirmam um pesar enorme de Napoleão, onde chorara e estava a confortar Lannes, tratando-o sempre por tu, o que demonstra que existira amizade para com o marechal. Este era visto por Napoleão como um homem de luta que depois se afirmou como um grande oficial³³⁹ e este ficou desolado com a morte de Lannes. Quando questionado sobre os supostos delírios de Lannes, quando este se encontrava ainda a recuperar da amputação, em que terão sido ouvidos insultos à sua pessoa, Napoleão considerava ser um absurdo, apesar de admitir que Lannes era dado a momentos de impetuosidade. Contudo Napoleão afirma que se esses ímpetos fossem ditos à frente de alguém, Lannes

³³⁴ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene*, Volume 1, Lexington, Thomas Smith, 1823, pp. 316-317;

³³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 354-356;

³³⁶ Idem, pp. 275-276;

³³⁷ GOURGAUD, Gaspard General Barão, *Talks with Napoleon*, Chicago, R.R Donnelley and Sons, 1903, p. 188;

³³⁸ JOURQUIN, Jacques, *Les Maréchaux de Napoléon*, Saint Cloud, Editions Soteca, 2012, p. 61;

³³⁹ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene*, Volume 1, Lexington, Thomas Smith, 1823, pp. 275-276;

partiria a cabeça deste antes de ouvir qualquer coisa³⁴⁰. Mesmo no seu período em Santa Helena, Napoleão ainda defendia Lannes, alguém que vira como uma pessoa de grande coragem. Mas confessava duas coisas sobre Lannes: que este e Ney matariam Gourgaud se obtivessem vantagem disso e que a sua ida a Portugal e perda do comando da Guarda Consular se deveu a questões políticas. Napoleão alegou que a esposa de Lannes o tinha visitado, dizendo que o marido pouco dormia e que falava durante o sono de tiranos, cônsules, república e era visitado por antigos jacobinos³⁴¹. Por isso, enviou-o para Portugal. Mas o relato de Gourgaud é suspeito e deve ser posto em causa pois, na mesma obra, *Talks with Napoleon*, esta história é usada para Bernadotte, com mudança de protagonistas. A esposa aflita passa a ser Desirée, a conversa durante o sono é sobre conspirações e Moreau e as visitas suspeitas de antigos jacobinos é a de Moreau a visitar para fazer as pazes³⁴². Desta forma as memórias de Gourgaud tornam-se suspeitas, mas não deixa de ser importante relatar estes estranhos e peculiares episódios historiográficos sobre Napoleão e os seus marechais, pois o mito napoleónico é um dos temas mais alimentados no século XIX, seja de forma positiva, como lenda militar, ou negativa de forma a impulsionar a imagem britânica do ogre corso.

Ney e Bernadotte são outros marechais sobre os quais a opinião de Napoleão é igualmente explorada nas memórias do exílio, considerando o primeiro um homem de grande coragem mas de pouca decisão³⁴³, comparando-o a Murat, dizendo mesmo, mais tarde, que ambos apenas tinham coragem e nada mais de recomendável³⁴⁴. Considerava que Ney havia sido mal defendido no seu julgamento, salientando que devia ter sido mais nobre nas suas afirmações, e que mentira quando diz que lhe enviara proclamação. É provável que a proclamação referida por Napoleão seja a da sua chegada a Lyon, e que de acordo com Atteridge³⁴⁵ foi lida por Ney aos seus soldados. Contudo o mesmo autor salienta que Ney não usou a versão original trazida de Lyon por dois oficiais da Guarda Imperial, mas sim uma versão manuscrita pelo próprio Ney. Napoleão também considera-

³⁴⁰ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene*, Volume 2 Part 4, London, Henry Colburn and Co, 1823, pp. 351-353;

³⁴¹ GOURGAUD, Gaspard General Barão, *Talks with Napoleon*, Chicago, R.R Donnelley and Sons, 1903, p. 91;

³⁴² Idem, *ibidem*, p.124;

³⁴³ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene*, Volume 1, Lexington, Thomas Smith, 1823, p. 205;

³⁴⁴ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene*, Volume 2, Part 3, London, Henry Colburn and Co, 1823, p. 230;

³⁴⁵ ATTERIDGE, A.H., *Marshal Ney: The Bravest of the Brave*, Barnsley, Pen & Sword Military, 2005 (1912 edição original, p. 171;

o um excelente comandante de 10 000 homens, não mais que isso, e que a partir daí começa a ser mais crítico, achando que era incompetente para comandar um número superior de homens e que não tinha talento. Considera que Ney não tinha coragem moral e para descrever esta usa uma suposta opinião de Cafarelli de Salga sobre Ney: A coragem e a integridade de um Hussardo.³⁴⁶ Chega a dizer que nunca o devia ter feito marechal e que devia ter sido apenas general de divisão. Esta opinião é dada a Gorgaud, sendo demasiado violenta no conteúdo, pois com Las Cases Napoleão classifica Ney de corajoso entre os corajosos, mas que as outras faculdades ficaram subordinadas a essa coragem, salientando ainda que Ney fora levado pelo impulso do país e que devia ter usado a amnistia obtida na capitulação. Uma observação mais fiável e perto do que achava de Ney, contudo se achava que era mau comandante para 10 000 homens, para quê fazê-lo marechal, comandante do VI Corpo e de várias forças ao longo das campanhas de 1812-1814? Por estas situações, desde as fontes ao próprio contexto em que foram dadas as opiniões, que é preciso algum cuidado, apesar de ser necessário relatar os testemunhos recolhidos por Gourgaud e Las Cases. Bernadotte é outro tema das conversas de Napoleão. Sempre fora alvo de discussão, com vários exemplos de comportamentos que irritaram Napoleão, como ocorreu em 1809, quando quis elogiar o Corpo Saxão com uma declaração pública, quando só Napoleão tinha esse direito e quando a própria unidade havia estado aquém em comparação com as unidades de Oudinot, Davout, MacDonald e Lauriston. Contudo, Napoleão teve a peculiaridade de não o considerar um traidor, apenas um ingrato, afirmando que deveu o trono à esposa e à sua ligação com a família Bonaparte, através da irmã, esposa de José. Mesmo assim, não deixa de apelidá-lo de serpente que crescera no seio napoleónico e que fora ele a informar os inimigos das tácticas e do sistema francês, uma alusão à campanha de 1813 e ao plano Tranchenberg³⁴⁷. Para Napoleão, era um homem que sacrificara a pátria à glória e ao trono sueco³⁴⁸.

Em relação aos outros marechais, Napoleão apresenta opiniões mais curtas e menos desenvolvidas que as anteriores. Não chega a falar de Pérignon. Sobre Kellermann pouco diz, compara-o a uma figura ausente juntamente com Valance e Beurnonville. Sobre Masséna, refere-o como homem corajoso e que mais coragem

³⁴⁶ GOURGAUD, Gaspard General Barão, *Talks with Napoleon*, Chicago, R.R Donnelley and Sons, 1903, p. 223;

³⁴⁷ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene*, Volume 3 Part 5, London, Henry Colburn and Co, 1823, pp. 170-173;

³⁴⁸ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene* Volume 4 Part 7, London, Henry Colburn and Co, 1823, pp. 142-143;

ganhava quanto mais difícil era a batalha, no entanto era um predador para as pilhagens tal como Brune e Augereau, cujo comportamento em Lyon deixou marcas em Napoleão, levando-o a dizer que já não era um soldado e que a sua coragem e virtudes iniciais se perderam em troca de honras, dignidades e fortunas. Homem de carácter volúvel e cujas maneiras e linguagem dava aspecto de um fanfarrão, mas não esquece a sua coragem em Castiglione. Sobre Sérurier, tinha-o como um mau general, um homem severo com maneiras de um major, contudo honesto e de confiança.³⁴⁹ Lefebvre era caracterizado pela sua simplicidade, lembrando-se de um episódio em que recebera oficiais de um regimento com o seu uniforme de cabo, e pela sua coragem, pouco importando com as manobras, fossem à esquerda ou à direita. Acaba por invocar o episódio de Danzig, de relatórios confusos que foram se tornando mais claros à medida que o combate evoluiu³⁵⁰. Mudara a sua opinião em relação a dois marechais, Jourdan e MacDonald. Napoleão reconheceu que tinha tratado mal o primeiro e que era natural este estar zangado com ele. Mas ficou satisfeito com a moderação deste e de se mostrar como um exemplo de elevação e carácter, um verdadeiro patriota segundo o exilado de Santa Helena³⁵¹; no entanto, não deixa de criticar o seu comportamento em 1796, quando abandonou Moreau, e em 1800, quando perdeu para Kray³⁵². Sobre MacDonald reconheceu que este tinha razões para o trair, mas demonstrara lealdade, e, tal como inicialmente avaliara negativamente Katzbach, em que manobrou mal, mas Napoleão suspeitava que Souham, sob o comando do marechal na batalha anterior, já estivesse a ser falso com ele³⁵³. O relato segundo o qual que MacDonald estava com remorsos de ter traído Napoleão poderá ser um dos vários exageros que Gourgaud apresenta³⁵⁴.

O marechal Soult recebeu um misto de elogios e de críticas. Napoleão reconhecia e elogiava os seus feitos de 1814 e a sua acção quando regressou pela segunda vez a Espanha, para reorganizar o exército e assumir o comando. Considerava-o um bom conselheiro, mas atrás do Arquiduque Carlos em qualidade militar. Chegou a desculpar a sua má prestação em Waterloo por falta de ajudantes de campo capazes, um problema

³⁴⁹ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene*, Volume 1, Lexington, Thomas Smith, 1823, pp. 156-158;

³⁵⁰ GOURGAUD, Gaspard General Barão, *Talks with Napoleon*, Chicago, R.R Donnelley and Sons, 1903, p. 229;

³⁵¹ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene*, Volume 3, Part 6, London, Henry Colburn and Co, 1823, pp. 358-361

³⁵² GOURGAUD, Gaspard General Barão, *Talks with Napoleon*, Chicago, R.R Donnelley and Sons, 1903, p. 59;

³⁵³ Idem, *ibidem*, p.164;

³⁵⁴ Idem, p. 260;

que já existia desde o fim da campanha russa de 1812, e que apesar de ser um bom general, era-o sob alçada de um comandante em chefe. Tal como disse que Oudinot havia caído nas influências da sua esposa nobre, Napoleão disse o mesmo de Soult, que teria sido levado pela sua própria ambição e da esposa. Sobre três outros marechais deixou opiniões diferentes: elogiou Victor, que seria mais do que aparentava, e usou o exemplo do Berezina³⁵⁵; criticou Gouvion Saint-Cyr, culpando-o do Kulm, onde VanDamme fora derrotado, confessando que nunca o devia ter empregado, cedendo à pressão do Conde de Lobau. Chegou a apontar que não se importava com quem estava sob fogo e que deixava os seus camaradas lutar sem os ajudar³⁵⁶. É injusto nesta opinião, sabendo que havia deixado este Gouvion Saint-Cyr em Dresden isolado e destinado a ser prisioneiro de guerra. E faz o mesmo com Moncey, sem afirmar que o marechal lhe disse que não poderia quebrar o juramento ao rei mas também não podia lutar contra o seu imperador³⁵⁷, acusando-o de ter traído a pátria por não o ter ajudado³⁵⁸. Nas suas memórias, Gourgaud refere que Napoleão admitira o erro de ter confiado 30 000 homens a Grouchy e que devia ter dado esse comando a Suchet, pois este sabia comandar e tinha mais poder de fogo, enquanto Grouchy era um bom homem de cavalaria³⁵⁹.

Das fontes usadas para o levantamento das opiniões de Napoleão sobre os marechais, a que foi escrita por Gourgaud é onde se nota opiniões mais negativas e mais rancorosas, o que recomenda um certo grau de cuidado. Mas estas não foram as únicas deixadas por Napoleão, havendo outras na historiografia napoleónica e descritas por Jourquin, David Chandler e Gillet. Uma das mais populares era considerar Soult o melhor da Europa a nível tático e das manobras³⁶⁰, sem deixar de referenciar a componente da pilhagem e que devia ter feito dele um exemplo com uma execução quando regressou de Elba, e coloca Suchet entre os melhores generais franceses, a par de Gérard e Clauzel. Brune não é só alvo de ríticas, era reconhecido o seu papel enquanto vencedor da campanha da Batavia, digna de um triunfo romano e a idade de Kellerman não escondia a coragem e actividade que possuía, especialmente em Valmy. As caracterizações mais positivas também chegam a Moncey, mesmo com as memórias de Gourgaud a

³⁵⁵ GOURGAUD, Gaspard General Barão, *Talks with Napoleon*, Chicago, R.R Donnelley and Sons, 1903, p. 227;

³⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 205;

³⁵⁷ Idem, p. 177

³⁵⁸ Idem, p. 227;

³⁵⁹ Idem, p. 186;

³⁶⁰ JOURQUIN, Jacques, *Les Maréchaux de Napoléon*, Saint Cloud, Editions Soteca, 2012, p. 42;

salientarem a sua falta de patriotismo, era considerado honesto³⁶¹ e provou ser um homem de carácter na defesa de Ney, mesmo sabendo que poderia suscitar a hostilidade do rei. Existem igualmente críticas a Mortier, classificado como um comandante frágil, a MacDonald, capaz apenas de comandar vinte a vinte e cinco mil soldados, uma mistura de homem corajoso e competente mas lento e preguiçoso, e a Oudinot, corajoso, contudo de mente pequena e de fácil domínio da esposa, que a par de Marmont não devia ter sido marechal. Quanto ao príncipe polaco Poniatowski, Napoleão salienta a sua coragem e bravura, bem como a intenção de o fazer rei da Polónia se tivesse tido sucesso na Rússia. No fim, o quadro de opiniões apresentado é complexo e contraditório, com opiniões esquecidas e outras deliberadamente exageradas pelos transcritores das opiniões e Napoleão.

Apesar de tudo, os marechais do império deixaram uma marca importante na memória de Napoleão, fosse pela negativa fosse pela positiva.

Vida depois Napoleão: a segunda Restauração

Luís XVIII iniciou processo de reconciliação a 14 de Julho de 1816, com vários marechais a serem chamados para prestar juramento e tomarem o bastão com a flor de liz: Moncey, Jourdan, Mortier, MacDonald, Oudinot, Suchet, Gouvion Saint-Cyr, Kellermann e Pérignon estavam entre os presentes. Augereau já não foi a tempo, faleceu a 12 de Junho de 1816 em La Houssaye, a mansão onde havia comandado o VII Corpo. Meses depois, 4 de Abril de 1817, morria o seu camarada de Itália, Masséna. Por essa altura Davout já tinha visto o seu salário restituído, a 7 de Janeiro de 1816, muito oportuno devido a várias dívidas que acumulara durante o período de suspensão. Um ano depois, em Agosto, recuperava o bastão de marechal. Aos poucos foi cedendo e aceitou prestar lealdade aos Bourbon. Uma ordenança real de 6 de Março de 1819 chama-o a ele, Sérurier e a Jourdan para assumirem o estatuto de pares do reino. A 26 de Maio do mesmo ano, Soult teve permissão para regressar a França e recebeu o perdão com base na ordenança anterior. Quanto a Davout, em 1822 aceitou ser *mayor* de Savigny, mantendo-se activo, mas a tuberculose tinha-o atingido e morreria dessa doença a 1 de Junho de 1823. Banc afirma que Luís XVIII proibira os soldados dos Invalides de assistir ao seu funeral, mas todos os marechais que estavam em Paris foram honrar Davout, sendo o seu corpo levado

³⁶¹ CHANDLER, David, ed, *Napoleon's Marshals*, London, Weidenfeld & Nicolson; New printed edition, 2000, p. LVII;

por dois deles: Mortier e Jourdan e por outros dois generais, Maison e Belliard³⁶². O perdão chegou também a Mortier, nomeado governador militar da 15ª Divisão Administrativa, em Rouen, e eleito em Outubro de 1816 para a câmara dos deputados pelo Departamento do Norte. Ao lado de Masséna, em Pére-Lachaise, mais um marechal seria enterrado, Sérurier, falecido a 21 de Dezembro de 1819, meses depois de ser par do reino.

Os que permaneceram leais a Luís XVIII tiveram as suas recompensas reais. MacDonald e Oudinot ficaram no Conselho de Guerra e Gouvion-Saint Cyr voltou a ser ministro de Guerra, entre 23 de Junho a 12 de Setembro de 1817. Era um homem activo que se esforçava para reorganizar o exército³⁶³. Continuou a sua luta para dar aos veteranos napoleónicos uma nova vida, tentando resolver o problema dos *demi-solde* pois, a purga no exército e nos cargos públicos resultou em cerca de 20 mil sargentos e oficiais dispensados³⁶⁴, colocados a meio soldo que lhes dava o nome, e perto de 200 a 300 mil soldados rasos³⁶⁵ dispensados. Era um problema para a sociedade que os via como homens violentos, bonapartistas, à procura de duelos enquanto se refugiavam nos cafés e vestiam os seus uniformes debaixo de longas casacas. Gouvion Saint-Cyr criou então a reserva, que seria para integrar veteranos com seis anos de serviço. Os Ultrarrealistas voltariam a minar os esforços de Saint-Cyr e aboliram a reserva em 1824, pois era uma força vista como um complemento para os veteranos de Napoleão e uma ameaça ao recém-formado exército realista. Coates-Wright considera que se criou um problema a longo prazo, pois a ausência de uma reserva foi um dos problemas do lado francês na Guerra Franco Prussiana e nem mesmo Soult conseguiu incluir a reserva no seu período de governo. No meio deste problema, Saint-Cyr ainda conseguiu manter a lei de recrutamento aberto a todos e estabeleceu uma escola de estado-maior e de mestre quarteleiro a nível de corpo de exército³⁶⁶. As suas intenções de querer reformar o exército, mantendo-o leal ao rei, ao mesmo tempo que protegia os veteranos, demonstram que por detrás do seu carácter estoico e frio havia alguém que procurava proteger os seus

³⁶² BANC, Jean Claude, *Dictionnaire des Maréchaux de Napoléon*, Normandie Roto Impression, Lonrai, 2013, p. 103;

³⁶³ GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014, p. 392;

³⁶⁴ FORREST, Allan, *The Legacy of the French Revolutionary Wars: The Nation in arms in French Republican Memory*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2009, pp. 66- 67;

³⁶⁵ Idem, *ibidem*, pp. 67;

³⁶⁶ COATES-WRIGHT, Philipp, *Napoleon's Marshals*, Coordenado por David G. Chandler, Paperback Edition, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2000, pp. 131-132;

soldados, tanto os do presente como os do passado. Morreu a 17 de Março de 1830, meses antes da revolução de Julho. Curiosamente, um dos oficiais que esteve a meio-soldo foi Grouchy, que regressou da América a 1820, aproveitando o perdão real de 1819. Foi reinstalado como tenente-general na reserva mas teria de esperar pelo momento ideal para voltar a ser marechal. Victor conseguira também ser Ministro de Guerra a 14 de Dezembro de 1821 mas foi demitido, como culpado da desorganização no exército.

O período monárquico foi dando frutos a outros marechais. Jourdan foi nomeado governador em Grenoble, par do reino em 1819 e conseguiu ser conde com a respectiva *majorat*. Mais tarde, teve uma participação importante na coroação de Carlos X, a 29 de Maio de 1825, transportando a coroa enquanto Mortier levava a mão da Justiça e Moncey, o novo *doyen* dos marechais, transportava a espada de Carlos Magno. Moncey havia recuperado as boas graças de Luís XVIII depois da recusa em presidir ao tribunal contra Ney e de ter escrito uma carta pública em defesa deste. Passara de prisioneiro na fortaleza de Ham, durante três meses, à reinstituição do marechalato a 3 de Julho de 1816 e a par do reino na mesma data de Davout e de Jourdan. O mais curioso é que voltaria a comandar exércitos, e de todos os teatros o seu regresso foi na Guerra Civil de Espanha, entre Fevereiro e Novembro de 1823. Com o seu IV Corpo do Exército dos Pirineus, Moncey derrotou Espoz e Mina e tomou Barcelona. Outro marechal do império que teve participação activa na referida campanha foi Oudinot, como comandante do I Corpo de Exército. O pai dos granadeiros fora dos mais recompensados, elevado a duque hereditário e a par do reino a 31 de Outubro de 1817. Moncey regressou, depois do conflito, ao seu posto de comandante da 9ª Divisão Administrativa, que fora seu desde 5 de Abril de 1820 a 5 de Novembro de 1830, com um outro papel no período liberal, Governador dos Les Invalides.

MacDonald optou por se manter afastado de actividades políticas e militares, situação contrária a Marmont, que quis ter um papel de relevo ao lado dos Bourbons. Fora eleito membro da Academia das Ciências em 1816 e, em Setembro do ano seguinte, era nomeado comissário extraordinário do rei da 7ª e 19ª divisões militares administrativas. Não conseguiu ser Ministro de Guerra, mas exerceu depois as funções de embaixador da França na coroação de Nicolau I, e a 25 de Julho foi feito general da Guarda Real. Só a 17 de Fevereiro de 1828 chegou ao Conselho de Guerra, ao lado de Victor. Chardigny refere que Marmont foi um dos instigadores da guerra na Argélia e acabou por não ser

ele a participar na conquista de Argel³⁶⁷. Ficou mal visto por não ter conseguido impedir a revolução de Julho como Governador Militar de Paris, cargo que ocupava desde 1821.

Devido à sua avançada idade, Kellermann pouco beneficiou deste período morrendo a 13 de Setembro de 1820; no dia seguinte quis o destino que Lefebvre também viesse a falecer. Tinha dado tudo ao império, perdeu um filho na campanha russa e mesmo assim continuou a comandar a Velha Guarda na retirada. A sua esposa Catherine, a lavadeira que muitos *émigré* achavam peculiar frequentar a corte, ergueu-lhe um monumento, a suas expensas, em Pére-Lachaise, ao lado de Masséna e de Pérignon. Ali, onde repousarão outros marechais que o tempo virá buscar, era lembrado o comandante da vanguarda do Exército do Reno, Duque de Danzig e vencedor de muitas batalhas. Suchet oficiou o seu funeral, assim como os de Sérurier e de Davout. Apesar de lhe terem sido restituídas as dignidades na ordenança real de 5 de Março, Suchet caiu esquecido pelo regime e no final da sua vida foi fustigado pela doença, que não lhe permitiu que participasse na coroação de Carlos X enquanto portador do ceptro. Na parte final da sua vida juntou-se a uma sociedade para melhorar as condições das prisões. Morreu em Marselha a 3 de Janeiro de 1826 e em plena Saragoça, Miguel de Santander, bispo auxiliar da cidade, mandou cantar os sinos em honra de Suchet e dedicou-lhe um *Te Deum*. O cerco de Saragoça deixou profundas cicatrizes, contudo os aragoneses não esqueceram aquele que a quem chamaram el *hombre justo*. O antigo marechal com maior sucesso foi Bernadotte, agora Carlos XIV João, rei da Suécia e da Noruega, desde 7 de Fevereiro de 1818. A casa Bernadotte ainda reina na Suécia. Protagonizou o episódio curioso de mandar retirar a bandeira tricolor da embaixada francesa em 1830, após a Revolução de Julho, cujo representante era o filho de Ney. Deixou para trás o breve sonho de ser rei de França e tornou-se demasiado conservador, entrando por vezes em conflito com os membros das facções mais liberais.

Vida depois Napoleão: Liberalismo e o novo Império

Luís Filipe de Orleães foi aclamado rei em Julho de 1830, iniciando o período da chamada Monarquia de Julho. Mais liberal, o novo rei não só promoveu a entrada em cargos públicos de ex-funcionários e militares napoleónicos, como incentivou uma política de reconciliação com as memórias da Revolução e do Império. Grouchy voltou a ser marechal a 19 de Novembro de 1831 e foi nomeado par do reino no ano seguinte.

³⁶⁷ CHARDIGNY, Louis, *Les Maréchaux de Napoleon*, Vanves, L’Imprimerie Bordard et Taupin, 1984, p. 388;

Jourdan era ministro dos Negócios Estrangeiros a 2 de Agosto de 1830 e depois o novo Governador dos Invalides a partir de 7 daquele mês e ano, até à data da sua morte, em 23 de Novembro de 1833. O cargo voltaria às mãos de um marechal do império, Moncey, a 17 de Dezembro de 1833, o qual estará em funções até à sua morte, a 20 de Março de 1842, tendo pedido para ser enterrado na ala dos Bravos, perto do túmulo do homem cujas cinzas recebera um ano antes, Napoleão. Oudinot, que se tornara aliado do rei Luís Filipe na Revolução, seria outro marechal a assumir o governo dos Invalides, a 21 de Outubro de 1842, cargo que, tal como os antecessores, foi seu até à morte, ocorrida a 13 de Setembro de 1848. Mas nem todos os marechais se associaram ao novo regime. Victor recusou-o, com base nos seus ideais políticos, e mais tarde fez questão de estar presente no regresso do corpo de Napoleão, em 1840, onde também compareceram sete marechais. Morreu a 1 de Março de 1841, sem qualquer actividade de relevo no novo regime.

Outros marechais tiveram cargos políticos de relevo. Mortier foi embaixador na Rússia em duas ocasiões, 1830 e 1832, e foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros do Reino, tendo ainda a pasta do ministério da Guerra, entre 18 de Novembro 1834 e 12 de Março de 1835. Seria assassinado durante uma parada real pela máquina infernal de Fieschi, um engenho com vários mosquetes ligados uns aos outros e preparado para dar uma salva de tiros. O rei Luís-Filipe esteve entre os feridos. Soult aproveitou o período da Revolução de Julho e antes da fundação do II Império para ter uma participação activa no regime e com lista vasta de cargos: presidente do conselho de 1832 a 1834, Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1839 e 1840, Presidente do Conselho e Ministro de Guerra de 1840 a 1845 e Presidente do Conselho de 1845 a 1847. Soult procurou reformar e reorganizar o exército. Tal como Saint Cyr estava ciente do problema que era a falta de soldados e de uma reserva, querendo igualmente um exército mais unido. Tomou como medida estender a base de recrutamento, encurtando o tempo de serviço. A implementação seria tentada através da Lei de Recrutamento de 1832, recusada pelo parlamento. A 1 de Maio de 1833 fez um relatório, onde avisava que era necessário criar uma reserva de 500 000 homens, mas nada foi feito e o problema subsistiu, com Soult a não ver os efeitos da falta desta na Guerra Franco Prussiana. Estaria presente na coroação da Rainha Vitória, como representante da França, encontrando-se com Wellington. Seria feito marechal general, o quarto a seguir a Turenne, Villars e Maurice de Saxe, tendo morrido a 26 de Novembro de 1851 com uma carreira longa de serviço à

França que remontava desde os tempos que fora um mero sargento nas guerras da revolução com o sonho de ter a sua própria padaria na vila onde nascera.

Aos poucos, a geração do império ia desaparecendo, Grouchy morreu a 29 de Maio de 1847 e MacDonald a 25 de Setembro de 1840 na sua casa em Courcelles du Roi. Bernadotte faleceu a 8 de Março de 1844, deixando o trono sueco aos seus herdeiros, que ainda hoje governam. Marmont, afastado e forçado ao exílio, pelo meio, a 26 de Janeiro de 1831, conheceu o jovem duque do Reichstadt e falou-lhe do pai. A tristeza de não poder ir para a França consumiu-o aos poucos, andou pela Holanda, e pela Áustria até se fixar em Veneza, em 3 de Março de 1841, cidade onde morreu no dia 3 de Março de 1852. O último marechal do império desaparecia do mundo dos vivos, levando com ele as memórias do império e a ambição que o bastão de marechal simbolizava.

Conclusão

Napoleão descreveu os marechais como homens que conseguiram o que queriam graças à sua ambição. Para ele, a chama sagrada dos marechais extinguiu-se e estavam agora dispostos a descer aos níveis dos marechais de Luís XV³⁶⁸. Será esta apreciação justa, depois de um olhar para o que fizeram ao longo do império? Quando Napoleão criou o marechalado imperial, provavelmente conhecia bem aqueles homens, as suas personalidades e ambições pessoais. Aliás, as razões que levaram à instituição do marechalato imperial não foram só honoríficas ou para criar o que seria o principal grupo de comando da *Grande Armée*. Havia razões políticas que visavam trazer o exército e o seu alto comando para o lado do trono imperial. O bastão de marechal, tão cobiçado pela pequena e média nobreza francesa, com a perspectiva de comando de exércitos e de ser o representante do imperador, era o instrumento ideal para obter o apoio do alto comando e ligação directa ao exército.

O imperador criava assim uma dignidade que satisfazia uma questão funcional, tendo a partir de 1804 um grupo de elementos destacados entre o alto comando para o comando superior de unidades militares, sem esquecer a questão honorífica, pois distinguia os generais mais prestigiados, e a questão política, associando-os ao trono imperial. Nas nomeações podemos encontrar diversas razões para os escolhidos: continuidade de funções e recompensa pela proximidade aos elementos do grupo Bonaparte; talento emergente como nos casos de Davout, Murat, Soult e Lannes; razões de ordem política nas nomeações de Bernadotte, Brune, Augereau e Jourdan; meramente honoríficas, ao celebrar os teatros operacionais das Guerras da Revolução Francesa com comandantes das campanhas dos Pirinéus, Itália, Flandres, Holanda, Suíça, Reno e Egipto, bem como os principais vencedores das batalhas de Valmy, Zurique, e Fleurus, indo de encontro ao que se já fazia no período monárquico; reconhecimento do talento de generais como Masséna, Bernadotte e Augereau, ou de toda uma carreira, como os experientes Sérurier, Lefebvre, Kellermann e Pérignon, tal como já ocorrera durante o período monárquico. Finalmente, razões destinadas a evitar uma cisão no exército entre as facções de veteranos do Reno e Itália\Egipto, que resultou num equilíbrio entre o número de veteranos de ambas as partes em 1804. Napoleão soubera assim aproveitar o legado do marechalato real para assimilar o alto comando deixado pela Revolução Francesa ao novo

³⁶⁸ LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene* Volume 3 Part 6, London, Henry Colburn and Co, 1823, p. 28;

regime imperial. O alto comando e o exército passaram a estar unidos em redor de uma pessoa, o imperador Napoleão I. Através de honras e recompensas, o baluarte republicano tornaria-se com o tempo no baluarte imperial e de culto à figura do imperador.

Contudo, não bastava dar o bastão. À medida que o império expandia, Napoleão precisava de reforçar as ligações entre ele e os marechais. A criação de uma nova corte europeia não era só para efeitos de prestígio e afirmação dinástica. Os marechais, bem como outros militares e importantes figuras do poder civil, receberiam principados, ducados e condados com as respectivas anuidades imperiais e feudos. Só que os rendimentos viriam da casa imperial e dos territórios anexados na Prússia Polaca e Itália, principalmente Veneza. Desta forma, eram praticamente vassallos, pois dependiam da continuidade de Napoleão e da sua dinastia no trono imperial, o que pode ter sido um dos factores que os levaram a defender, em 1814, a abdicação a favor de Napoleão II. Napoleão era assim factor de estabilidade territorial e sucessão nesta nobreza militar e seus feudos. Aquele quis igualmente criar uma nova nobreza imperial que mantivesse o mérito revolucionário, daí a preocupação de recompensar um marechal senador e com passado de defesa da revolução e seus ideais. Napoleão entregava aos marechais um estatuto elevado e recompensava-os, mas em troca pretendia lealdade absoluta e gratidão.

A expansão do império também trouxe exigências administrativas em que o exército teria de funcionar como força de ocupação e também como representante do império nos novos territórios. A nomeação os principais cargos de governador-geral em Espanha, Polónia, Balcãs e Alemanha foram para marechais. E, como se pôde observar, tornaram-se mesmo representantes do poder civil napoleónico. A implementação da administração civil francesa centralizada, do código civil, da divisão de poderes, retirando mesmo à igreja o poder jurisdicional em Espanha, política de obras públicas para combater o desemprego por parte de três marechais em regiões diferentes (Davout nas cidades Hanseáticas, Suchet em Aragão e Marmont nas Províncias Ilírias), a criação de uma guarda ou milícia local para preencher a ausência da *gendarmérie* como força de apoio do exército na Catalunha, Aragão, Andalúzia e Províncias Ilírias. Cada um teve uma forma pessoal de governar estas populações, baseada na sua personalidade e carácter: a política de *charme* de Bernadotte com a elite local; a dureza em cumprir o Bloqueio Continental de Davout, sempre visto como incorruptível, mas ainda dado aos ideais da revolução quando estava a governar a Polónia; a ganância de Soutl na sua relação com Cádiz e na obtenção de obras de arte em Sevilha enquanto procurava reorganizar a região

e providenciar recursos à fábrica de pólvora e fundição. A tentativa de manter o comércio local vivo foi igualmente preocupação de Suchet, MacDonald e Davout com o objectivo de aliciar a população para o seu lado e obter dela o sustento do exército, fruto da política de requisições e de viver da terra que o governo de Paris exigia. Suchet foi o que deixou um legado mais positivo, seguido de Marmont, nas Províncias Ilírias. O seu bastão teria sido mais aceite em 1811 pelo trabalho que fez na região, a ponto de ter sido um dos poucos marechais a conseguir relações diplomáticas, mais concretamente com os otomanos da Bósnia. No tema das relações internacionais, realça-se não só toda a negociação para Bernadotte ser eleito príncipe herdeiro da Suécia, a principal conquista diplomática de um marechal, que contou com o apoio de Napoleão, e teria graves consequências para o império, assim como o governo de Murat em Nápoles. Este último foi rei na condição de vassalo imperial, como eram os irmãos de Napoleão, com várias obrigações para com imperador, desde o bloqueio, não terem representações diplomáticas fora do império e a obrigação de fornecer contingentes para o esforço de guerra francês.

No comando militar, foram criados, desde 1803, vários campos de treino na costa francesa do Canal da Mancha, para fazerem parte do que seria a estrutura de corpos de exército da *Grande Armée*. A sua contribuição nos exércitos napoleónicos a partir daí tornaria-se permanente e bem demonstrada com a presença em força dos marechais do império nos comandos de corpos de exército até 1812 e de exércitos na campanha peninsular. Os marechais do império haviam sido peças chave entre 1805 e 1807, naquelas que foram as “obras-primas” de Napoleão, revelando como os corpos de exército, quando bem comandados, podiam empreender os feitos de Ulm, Austerlitz, Jena, Auerstadt e Friedland. Contudo, mesmo na era dourada, ocorrem erros, como a não intervenção de Bernadotte em Jena-Auerstadt e o erro de Ney em sair da sua zona de aquartelamento, originando as movimentações que resultariam em Eylau, um batalha de resultados pírricos para ambos os lados. Tudo isso mostra que nem tudo era perfeito e que a autonomia dada aos marechais enquanto comandantes de corpos de exército podia causar dissabores ao comandante em chefe. A Guerra Peninsular e a campanha de 1809 demonstraram os primeiros sinais do problema, quando a responsabilidade dos marechais aumentava e Napoleão não estava por perto para os dirigir. Na Península Ibérica o erro de dar o comando a José não caiu bem entre os marechais, que preferiram seguir ordens directas de Paris a obedecer ao rei em Madrid. Acabaram por se dispersar e actuar nos seus próprios teatros de operação, mas também não contribuiu para o esforço de guerra o

claro desfasamento da realidade ibérica por parte de Paris, que dera missões de invasão com datas impossíveis a Soult e a Victor, ou de conquista, por considerar que havia efectivos suficientes, como sucedeu com Soult, para dar apoio a Masséna, esquecendo a capacidade das fortalezas da fronteira luso-espanhola, e que o I Corpo de Victor estava a bloquear Cádiz. Jourdan, a 28 de Maio de 1812, estava ciente destes problemas, salientando que a intrasigência dos vários marechais em ceder tropas e apoio se devia ao medo de perder o que haviam conquistado no seu território. Além que a drenagem de efectivos na frente ibérica entre 1812-13, para as campanhas na Rússia e na Alemanha, não ajudou as forças francesas, que iam tendo cada vez mais baixas devido às acções da guerrilha, forças regulares espanholas e para o exército anglo-português. Faltou-lhes também a cooperação da população e capacidade de conseguir que as regiões governadas lhe concedessem alguma autonomia financeira e de recursos, algo apenas obtido por Suchet.

É verdade que houve dificuldades na cooperação entre os marechais, mas as recusas foram justificadas pelos problemas das suas próprias campanhas. Há que realçar que marechais como Marmont e Mortier vieram sempre que puderam em apoio a Soult na questão de Badajoz. Mesmo Ney, com toda a sua teimosia e insolência, manteve-se activo no comando da rectaguarda da *Armée du Portugal*. Na Guerra Peninsular, a derrota francesa não se deveu somente ao comando independente, houve também a ausência de um verdadeiro comando central com autoridade política para liderar. Um maior envio de efectivos e a não a retirada de forças ali estacionadas poderiam ter invertido a situação, porque as regiões espanholas eram vastas e obrigavam à existência de guarnições para manter as linhas de comunicação activas. O Decreto de 1810 que praticamente anexava Aragão, Andaluzia, Catalunha, Navarra e Biscaia ao domínio imperial francês foi uma machadada na autoridade do rei José, que nunca recuperou de tal decisão. As campanhas de 1809 e de 1813 revelaram problemas no comando independente, primeiro Berthier, sem capacidade de substituir Napoleão, e cujo posicionamento obrigara este a efectuar a manobra de Landshut para acabar com a ameaça austríaca. Em 1813, Oudinot revelou-se incapaz de um comando superior, não sendo por acaso que ele, Ney e MacDonald acabaram por ser alvo do estudo de Eric C. Smith quanto aos problemas dos marechais no comando superior de exércitos. O caso de Oudinot ter que ouvir a cada passo o que devia fazer por parte de Napoleão, é uma imagem clara do que se passava. Em Dennewitz, por exemplo, a ausência de ajudantes de campo e o facto de Ney ter ido para o calor da

batalha, em vez de ficar atrás a manobrar as forças, são percalços dos marechais no comando de forças em maior escala do que corpos de exército.

Outro tópico relevante é o do mérito. Entre os marechais, como observado, quatro foram recompensados por feitos em batalhas, exceção feita a Marmont, Suchet, Poniatowski e Grouchy. A recompensa de um feito numa batalha já era recorrente na França monárquica e revolucionária, sendo natural que Victor, MacDonald, Oudinot e Gouvion Saint-Cyr fossem reconhecidos pelos seus feitos, sendo que o último foi o único como comandante em chefe na batalha, pois os restantes estiveram sob a supervisão de Napoleão. Suchet foi também uma exceção, recompensado pelo seu governo de Aragão e como as suas medidas tinham libertado o exército para conseguir várias vitórias, que culminaram com o marechalato em Tarragona. Poniatowski cabe no perfil do vencedor do bastão por mérito, pois tinha tido um bom desempenho na campanha de 1812 e comandou um corpo de exército. No entanto, o momento da entrega do bastão ficou marcado como uma oferta política e para assegurar a lealdade das forças polacas. Marmont e Grouchy foram casos peculiares, o primeiro não havia brilhado em qualquer batalha e talvez o bastão fora entregue cedo demais enquanto Grouchy fora recompensado pelo serviço contra o Duque de Angême e por faltar marechais comandantes de cavalaria, já que assumiria numa primeira instância o comando da Reserva de Cavalaria para depois assumir o flanco direito e os corpos de exército de Gérard e Vandamme.

Todas estas acções haveriam de resultar num enorme peso dos marechais na estrutura napoleónica, que culminou na primeira abdicação. Napoleão tinha-lhes dado títulos, comandos de exércitos, governos e fundos anuais, só que as circunstâncias levaram os marechais a seguir por outro caminho. A França estava enfraquecida pelas constantes conscrições e o efectivo era claramente inferior ao da coligação inimiga. Napoleão esperava que a França se sublevasse, como os espanhóis o fizeram, mas esquecera que tinha drenado os seus recursos humanos e que aquela era uma nação cansada da guerra tal como o seu comando, que combatia desde 1792 pelos interesses franceses. Existiu a tentativa de salvaguarda do trono imperial numa dinastia bonapartista, mas a traição de Marmont frustrou qualquer esperança nesse sentido. No seu conjunto, os marechais traíram e recusaram obedecer a Napoleão, a única forma de não perderem os seus privilégios e também de não permitirem que a guerra se prolongasse. Foi um misto de egoísmo e de sobrevivência, que lhes garantiu um lugar no regime da Primeira Restauração, onde deviam funcionar como figuras de estabilidade e ligação do exército

ao rei. Mas falharam. Napoleão teve razão, os soldados ainda se sentiam seus e o rumo conservador do regime e a presença de oficiais emigrados não ajudaram o ambiente sentido no exército. Houve uma divisão entre os marechais quando Napoleão regressou, e que marcaria os tempos seguintes. Os que se conservaram ao lado do rei asseguraram a participação em cargos influentes durante a Segunda Restauração, enquanto os párias e exilados, mais concretamente Soult e Mortier, tomaram cargos relevantes no governo francês de Luis Filipe de Orleães.

Napoleão teve parcialmente razão. A chama extinguiu-se, mas não por causa dos privilégios, razão demasiadamente redutora perante tudo o que aqueles homens fizeram. Fora o constante estado de guerra e cada vez maior número de problemas que iam enfrentando que levou a que a chama da Revolução e dos primeiros anos do império se fosse apagando. O fulgor deu lugar ao cansaço e à frustração. O quadro traçado por Napoleão é demasiado geral, esquecendo Davout e Suchet que foram sendo marginalizados pela sociedade monárquica, em virtude de serem vistos como bonapartistas. Os marechais tinham estado com Napoleão Bonaparte do primeiro ao último momento da epopeia napoleónica, partilhando os seus sucessos e fracassos. Conforme se observou, os marechais foram mais que soldados ao serviço do império, foram também uma importante ramificação da instituição imperial enquanto membros mais destacados da nobreza do império, governadores-gerais das principais conquistas territoriais, representantes do mérito revolucionário e da ambição hegemónica da França napoleónica. As contribuições nestas várias vertentes foram as razões que levaram à elaboração deste trabalho e que mostraram que o marechalato imperial pode ser uma porta para a introdução do estudo do império napoleónico no seu todo, desde as questões militares às questões sociais, económicas e administrativas do governo de Napoleão.

Bibliografia

Fontes

1-Correspondência

«Lettre 10795», *Correspondance de Napoléon publié par ordre de Empereur Napoléon III* Tome 13, Paris, Henri Plon et Dumain, 1861;

«Lettre 13176», *Correspondance de Napoléon publié par ordre de Empereur Napoléon III* Tome 16, Paris, Henri Plon et Dumain, 1861;

«Lettre 13177», *Correspondance de Napoléon publié par ordre de Empereur Napoléon III* Tome 16, Paris, Henri Plon et Dumain, 1861;

«Lettre 14755», *Correspondance de Napoléon publié par ordre de Empereur Napoléon III* Tome 19, Paris, Henri Plon et Dumain, 1861, pp 457-458;

Retirado do site: archive.org

2-Decretos-Lei\Regulamentos

- *Constitution de l'na XII -Empire-28 Floréal:*

Retirado do site:

<http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-de-l-an-xii-empire-28-floreal-an-xii.5090.html>

- *Décret de la Convention nationale du 21 février 1793 l'an II de la République française, relatif à l'organisation de l'armée*, Grenoble, Imprimerie d' Allier, 1793;

Retirado do site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6257532x.texteImage>

- DUBERGIER,J.B (Ed),, *Pasinomie ou Collection Complète des Lois, Décrets, Arrêtes et Réglemens Généraux* Tome 15, 1836;

Retirado do site:

https://books.googleusercontent.com/books/content?req=AKW5QacXY38pPSsBfJ1LYpNMvJFLSBPLw9GHEEdkUfO0yElqnxCTrHRGjGYhPDMw-EFF9ord1AzHOMtcWKCeukQ53Jb5CfNu_4HihvRfJyQEbBrb6E-RLDA_SaFq4bpe-LHG2-ich4NTwpmHXF4gNY2QuckJjROZsG3PDp7KPGqF2RjnsSw1yaFppUpHHk-

7WgNQz___eExUJzYFncOmOQCMAJWvMF64aL3TtDt6w4ax5LHQpAhqgbOAIqw
m_LeLCdioAYYD2ieP1vd7cLqciCsdUYXMZ7uRJant-8JFKAJJjFDM5v-QYs0

- *Règlement sur l'uniforme des généraux, des officiers des Etats-majors des armées et des places, des officiers du corps du génie, des inspecteurs aux revues*, Paris, Chez Magimel, 1803;

Retirado do site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8426960v/f11.image>

- LIEVIENS, BÉGAT, VERDOT, *Fastes de la Légion d'Honneur* Tome 1, Paris, Chez B. Saint Edme, 1842;

Retirado do site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k39276j>

- RÉVEREND, Vicomte A., *Armorial du Premier Empire: titres, majorats et armoiries concédés par Napoléon Ier* Tome 1, Paris, Alphonse Picard et Fils, 1894;

Retirado do site: <https://archive.org/details/armorialdupremie01reve>

3-Memórias

- BOURRIÉNNE, Louis Antoine Fauvelet de, *Mémoires de M. de Bourrienne Ministre d'etat de Napoléon, le Directoire, le Consulat, l'Empire et la Restauration* Tome 6, Paris, Chez Advocat, 1829;

Retirado do site: https://archive.org/details/bub_gb_SEtOAAAACAAJ

- GOURGAUD, Gaspard General Barão, *Talks with Napoleon*, Chicago, R.R Donnelley and Sons, 1903;

Retirado do site: <https://archive.org/details/talksofnapoleona00gour>

- LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene* Volume 1, Lexington, Thomas Smith, 1823;

Retirado do site: <https://archive.org/details/memorialdesainte00lasc>

- LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene* Volume 2 Part 3, London, Henry Colburn and Co, 1823;

Retirado do site: <https://archive.org/details/memorialdesaint02lascrchive.org>

- LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene* Volume 2 Part 4, London, Henry Colburn and Co, 1823;

Retirado do site: <https://archive.org/details/mmorialdesaint0202lascuoft>

- LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene* Volume 3 Part 5, London, Henry Colburn and Co, 1823;

Retirado do site: <https://archive.org/details/mmorialdesaint0301lascuoft>

Retirado do site: <https://archive.org/details/mmorialdesaint0301lascuoft>

- LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene* Volume 3 Part 6, London, Henry Colburn and Co, 1823;

Retirado do site:

https://books.google.pt/books/about/M%C3%A9morial_de_Sainte_H%C3%A9l%C3%A8ne_journal_of.html?id=WIIuAAAAMAAJ&redir_esc=y

- LAS CASES, Emmanuel Comte de, *Memorial de Saint Helene* Volume 4 Part 7, London, Henry Colburn and Co, 1823;

Retirado do site: <https://archive.org/details/mmorialdesaintehv4p1lasc>

-MARBOT, Jean-Baptiste-Antoine-Marcelin, baron de, *The Memoirs of Baron Marbot* volume 1, tradução inglesa por Arthur John Butler, London, Longmans and Co, 1913;

Retirado do site: <https://archive.org/details/memoirsbarondem01marbgoog>

- PELET, Jean Jacques, *The French Campaign in Portugal de 1810-1811 an Account by Jean Jacques Pelet*, (tradução por Donald D, Howard), Minnesota, University of Minnesota, 1973;

-RAPP, Jean, *Memoirs of General Count Rapp* ,1ª Edição, Londres, Henry Colburn and Co, Conduit Street; 1823;

Retirado do site: <https://archive.org/details/memoirsofgeneral00rapp>

- THIÉBAULT, General Paul, *Memóires du Général Baron Thiébault* Volume 03, Paris, Tipographie Plon, 1894;

Retirado do site: <https://archive.org/details/memoiresdugener03calmgoog>

4-Relatórios\Processos Verbais

-SÉGUR, Louis-Phillipe, *Procès-Verbal de la Ceremonie du Sacre et du Couronnement de ll mm L'Empereur Napoléon et L'Imperatrice Joséphine*, Paris, Imprimerie Impériale, 1805;

Retirado do site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6524612g.texteImage>

Estudos

1-Obras de Referência

- CHANDLER, David, ed, *Dictionary of The Napoleonic Wars*, London, Wordsworth Editions; (1979), New printed edition (2003);
- SMITH, Digby, *Napoleon's Regiments Battle Histories of the Regiments of the French Army 1792-1815*, Londres, Greenhill Books, 2000;
- SMITH, Digby, *The Greenhill Napoleonic Wars Data Book: Actions and Losses in Personnel, Colours, Standards and Artillery, 1792-1815*, Londres, Greehill Books, 1998;

2-Obras Gerais

- BLOND, Georges, *La Grande Armée*, translation by MAY, Marshall, London, Arms and Armour Group imprint of the Cassell Group, 1997, 1ª Edição (1977);
- CHANDLER, David, *The Campaigns of Napoleon*, London, Weidenfeld and Nicholson, 13ª Edição, 1995, 1ª Edição (1966);
- EL HAGE, Fadi, *Histoire des Maréchaux de France à L'époque Moderne*, Paris, Nouveau Monde Éditions et Ministère de la Defense, 2012;
- ELTING, John R., *Swords Around the Throne: Napoleon's Grande Armée*, New York, Da Capo Press Edition, 1997, 1ª Edição 1988;
- ESDAILE, Charles, *As Guerras de Napoleão Uma História Internacional 1803-1815*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011 (edição portuguesa) 2007(edição original);
- FISCHER, Todd, *The Napoleonic Wars: The Rise of the Emperor Volume 1*, Oxford, Osprey Publishing, 2001;
- FISCHER, Todd, *The Napoleonic Wars: Empires Fight Back 1808-1812 Volume 2*, Oxford, Osprey Publishing, 2001;

- FORREST, Allan, *The Legacy of the French Revolutionary Wars: The Nation in arms in French Republican Memory*, New York, Cambridge University Press, 2009;
- FREMONT-BARNES, Gregory, *The Napoleonic Wars: Peninsular War 1807-1814 Volume 3*, Oxford, Osprey Publishing, (2002);
- FREMONT-BARNES, Gregory, *The Napoleonic Wars: Fall of French Imperium 1813-1815 Volume 4*, Oxford, Osprey Publishing, 2002;
- FREMONT-BARNES, Gregory, *The French Revolutionary Wars*, Oxford, Osprey Publishing, 2001;
- GODECHOT, Jacques, *Europa e América no tempo de Napoleão 1800-1815*, São Paulo, Ciências Sociais e Humanas, Pioneira, 1984;

3-Bibliografia Específica

3.1-Sobre os Marechais

- BANC, Jean Claude, *Dictionnaire des Maréchaux de Napoléon*, Normandie Roto Impression, Lonrai, 2013;
- BUKHARI, Emir, *Napoleon's Marshals*, London, Osprey Publishing ltd, 1979;
- CHANDLER, David, ed, *Napoleon's Marshals*, London, Weidenfeld & Nicolson; New printed edition (2000);
- CHARDIGNY, Louis, *Les Maréchaux de Napoleon*, Vanves, L'Imprimerie Bordard et Taupin, 1984;
- DELDERFIELD R.F., *Napoleons's Marshals: The March of the Twenty Six*, Liverpool, Hodder and Staughton, 1962;
- DUNN-PATTISON, R.P., *Napoleon's Marshals*, London, Methuen and Co, 1909 (2ª Edição);

Retirado do site: <https://archive.org/details/napoleonsmarshal00dunnuoft>

- GAVARD, Ch, *Galerie des Maréchaux de France*, Paris, Bureau des Galeries Historiques de Versailles, 1839;

Retirado do site: <https://archive.org/details/galeriedesmarch00gavagoog>

- GILLET, Jean Claude, *La part d'ombre des Maréchaux de Napoléon*, La Plaine de Saint Denis, Bernard Giovanagengeli Éditeur, ISIS Print, 2014;

-HUMBLE, Richard, *Napoleon's Peninsular Marshals*, Londres, Redwood Press, MacDonald Editions, 1973;

- JOURQUIN, Jacques, *Les Maréchaux de Napoléon*, Saint Cloud, Editions Soteca, 2012;

- KEEFE, John M., *Failure in Independent Tactical Command: Napoleon's Marshals in 1813*, Fort Leavenworth, Kansas, School of Advanced Military Studies United States Army Command and General Staff College, 1995;

Retirado do site: <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a293453.pdf>

- MACDONNEL A.G., *Napoleon and his Marshals*, London, Prion, 1934(original) 1998 (nova edição);

-SMITH, Eric C., *A Pre-professional Institution: Napoleon's Marshalate and the Defeat of 1813*, thesis, Denton, Texas, 2014;

Retirado do site:

https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc699890/m2/1/high_res_d/thesis.pdf

-TULARD J., FAYARD J.F., FIERRO A., *História da Revolução Francesa Volumes I e II*, Tradução: Franco de Sousa, Lisboa, Edição livros do Brasil, 1989;

3.2- Sobre cada Marechal

Bernadotte

- BARTON, D. Plunket, *Bernadotte and Napoleon 1763-1810*, London, John Murray, 1921;

Retirado do site: <https://archive.org/details/cu31924028418527>

- SCOTT, Franklin D., «Bernadotte and the Throne of France, 1814», *The Journal of Modern History* Vol. 5, No. 4 (Dec., 1933), pp. 465-478;

Retirado do site: <https://www.jstor.org/stable/1872081>

Béssières

- P.M (sem outra referência), *Vie du maréchal Bessières, duc d'Istrie*, Lille, Desclée, de Brouwer et Cie, 1903;

Retirado do site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1175112f>

Brune

- BOIG, Lacoste du, *Le Márechal Brune*, Paris, Brive, 1878;

Retirado do site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6464162h.texteImage>

- VIGIER, Comte de, *Précis Historique de la Campagne de 1807 fait in la Pomeraine Suedois par le Márechal Brune*, Limogeas, Chapoulaud Imprimeurs, 1855;

Retirado do site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k63674056.texteImage>

Davout

- CHÉRIER, Gabriel de, *Histoire de la vie Militaire, Politique et Administrative du Márechal Davout*, Paris, Cosse, Marshal et Cie, 1866;

Retirado do site:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k63411384.r=de+Ch%C3%A9nier+Histoire+de+la+vie+militaire+de+Davout.langFR>

- GALLAGHER, John, «Davout and Napoleon: A Study of Their Personal Relationship», *The Journal of Napoleonic Society* Vol 1, nº1, April, 1997;

Retirado do site:

http://www.napoleonicsociety.com/english/scholarship97/c_davout.html

- KEEFE, John M., *Marshal Louis Nicholas Davout and the Art of Command*, Fort Leavenworth, Kansas, School of Advanced Military Studies United States Army Command and General Staff College, 1994;

retirado do site: www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a284511.pdf

Jourdan

- JOURDAN, Jean Baptiste, *Mémoires Militaires du Márechal Jourdan*, Paris, Ernest Flammarion Editeur, 1899;

Retirado do site: <https://archive.org/details/mmoiresmilitai00jour>

Kellerman

- BOTIDOUX, Le Deist de, *Esquisse de la Carrière Militaire de François Etienne Christophe de Kellermann, Duc de Valmy, redigé sur les notes de Monsieur Le Mârechal*, Paris, J.M.Eberhart, 1817;

Retirado do site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6313992g.texteImage>

Lannes

- CHRINSHAW, Margaret, «A military bull in a diplomatic China shop: General Jean Lannes's mission to Lisbon 1802-1804», Originally published in Selected papers of the Consortium on Revolutionary Europe, 1996;

retirado do site http://www.napoleon-series.org/ins/scholarship98/c_lannes.html

- EVERSON, Robert., *Marshal Jean Lannes in the Battles of Saalfeld, Pultusk and Friedland, 1806-1807: The Application of Combined Arms in the The opening of Battle*, Fort Leavenworth, Kansas, School of Advanced Military Studies United States Army Command and General Staff College, 1994;

retirado do site: www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a284591.pdf

- THOMAS, Gen. Charles, *Le Mârechal Lannes*, Paris, Calmann Lévy Editeurs, 1891;

Retirado do site: <https://archive.org/details/lemarchallannes00thougoo>

Macdonald

- MACDONALD, Jacques Étienne, *Recollections of Marshal Macdonald Volumes 01-02*, Tradução inglesa por Stephen Louis Simeon, London, Richard, Bentley and Son, 1892;

Retirado do site: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.66407>

-PARRISH, Ricky Eugene, *The Military and - Diplomatic Career of Jacques Étienne MacDonald*, Tallahassee, The Florida State University College of Arts and Sciences, 2005;

Retirado do site: fsu.digital.flvc.org/islandora/object/fsu%3A180417

Masséna

- HOWARD, Donald, «The French Invasion of 1810-11 Masséna's Responsibility», *XXXV Congresso Internacional de História Militar A Guerra de Napoleão Antecedentes, Campanhas Militares e Impactos de Longa Duração*, Casal de Cambra, Caleidóscopio, 2008, pp 439-451;

- KOCH, General, *Memórias de Masséna Campanha de 1810-1811 em Portugal*, (tradução por Manuel Ruas), Lisboa, Livros Horizonte, 2007;

Moncey

- MONCEY, Bon -Adrien, *Le Maréchal Moncey, Duc de Conegliano*, Paris, Callmann Levy Editeur, 1902;

Retirado do site <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9742624q.texteImage>

Mortier

- FRIGNET-DESPRÉAUX, Édouard, *Le maréchal Mortier, duc de Trévise Tome 3*, Paris, Berger-Levrault, 1920;

Retirado do site: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k503860c>

Murat

- ATTERIDGE, A.H., *Murat Marshal of France and King of Naples*, New York, Brentano's, 1911;

Retirado do site: <https://archive.org/details/cu31924024336657>

- ESPITALIER, Albert, *Napoleon and King Murat*, London, John Lane The Bodley Head, 1912;

Retirado do site: <https://archive.org/details/napoleonkingmura00espirich>

Ney

- ATTERIDGE, A.H., *Marshal Ney: The bravest of the brave*, Barnsley, Pen & Sword Military, 2005 (1912 edição original);

- BONNAL, Henri , *La vie militaire du Maréchal Ney, duc d'Elchingen, prince de la Moskowa Vol 02*, Paris , R. Chapelot, 1910;

Retirado do site: <https://archive.org/details/laviemilitairedu02bonn>

- NEY, Michel, *Military Studies* (tradução por G.H.Caunter), London, printed by Samuel Bentley, (1833);

retirado do site: <https://archive.org/details/militarystudies00neygoog>

Oudinot

- OUDINOT, Nicholas Charles, *Memoirs of Marshal Oudinot Duc de Reggio compiled by Gaston Stegler*, Tradução inglesa Alexander Teixeira de Mattos, London, Henry and Co, 1896;

Retirado do site: <https://archive.org/details/memoirsofmarshal00oudiuoft>

Sérurier

- TUETÉY, Louis, *Un General de L'Armée D'Italie: Sérurier 1742-1819*, Paris, Berger Levrault et Cie, 1895;

Retirado do site: <https://archive.org/details/ungrndelarmed00tuetgoog>

Soult

- SOULT, Jean Dieu, *Memórias do Marechal Soult Sobre a Guerra em Espanha e Portugal*, tradução por Maria Paula Torres Sant'Anna e Nadia Bentahar, Tipografia Guerra, Lisboa, 2009;

Suchet

- ESPÉES, Carlos Franco de, «La administración Francesa en Aragón: el gobierno del mariscal Suchet 1809-1813», *Dossier La Ocupación francesa de España 1808-1814: Ejército, política y administración*, Carlos Franco de Espés (coord.) Jerónimo Zurita, 2016, pp 89-126;

Retirado do site: <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/35/84/07francodeespes.pdf>

- MERCADER I RIBA, Juan, «El Mariscal Suchet, Virrey de Aragón, Valencia e Cataluña», *Cuadernos de historia Jerónimo Zurita*, Nº. 2, 1951, pp. 127-142;

Retirado do site: <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/01/44/04mercader.pdf>

- ROLLET, Jean Philippe, *Conqueror and Administrator: Civil and Military Actions of Marshall Louis- Gabriel Suchet in the Spanish Province of Aragon 1808-1813*, Quantico, United States Marine Corps Command and Staff College Marine Corps University, 2008;

retirado do site <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a491525.pdf>

3.3- Obras sobre Napoleão

- ASPREY, Robert, *The Rise and Fall of Napoleon Vol 1: Rise v. 1*, London, Abacus New Ed edition (6 Sep 2001);
- ASPREY, Robert, *The Rise and Fall of Napoleon Vol 2: The Fall Vol 2*, London, Abacus; New Ed edition (5 Sep 2002);
- ROBERTS, Andrew, *Napoleão e Wellington*, Lisboa, Edições Verbo, (2002);
- ROBERTS, Andrew, *Napoleon the Great*, Milton Keynes, Penguin Books, 2014;
- MARSHALL-CORNWALL, Sir James, *Napoleon as Military Commander*, London, Weidenfeld & Nicolson; New printed edition (2000);

3.4- Tática e Estratégia nas Guerras Napoleónicas

- GLOVER, Michael, *Warfare in the Age of Bonaparte*, New York, Cassell associate of the MacMillan Publishing Co, 1980;
- GRIFFITH, Paddy, *French Napoleonic Infantry Tactics 1792-1815*, Oxford, Osprey Publishing, 2007;
- MUIR, Rory, *Tactics and the Experience of Battle in the Age of Napoleon*, St Edmundsbury Press Ltd, Bury St Edmunds, Suffolk, 2000;
- NOSWORTHY, Brent, *Battle Tactics of Napoleon and his Enemies*, London, Constable, 1995;
- ROTHENBERG, Gunther, *Art of Warfare in the Age of Napoleon*, Bloomington, Indiana University Press, 1980;

3.5 – Administração no período Napoleónico

3.5.1 Geral

- COFFIN, Victor, «A preliminar Study of the Administrative Policy of Napoleon I», *The American Historical Review Press* Vol 13 nº4, Oxford, Oxford University Press 1908, pp 753-778;

Retirado do site: <http://www.jstor.org/stable/1834264>

- TULARD, Jean, «Napoléon et la naissance de l'administration française», *Revue du Souvenir Napoléonien* n°359, 1988, pp 5-9;

Retirado do site: <https://www.napoleon.org/histoire-des-2-empires/articles/napoleon-et-la-naissance-de-ladministration-francaise/>

3.5.2 Península Ibérica

- LAFON, Jean Marc, «Justices d'exception napoléoniennes, militaires et civile, dans l'Espagne occupée, l'exemple de l'Andalousie», *Crime, History & Societies* Vol. 13, No. 2, 2009, pp. 69-87;

Retirado do site: <https://journals.openedition.org/chs/1113>

- LAMARCA I MARQUÉS, Albert, «L'administració de Justícia a Catalunya durant l'ocupació Napoleònica (1808-1814):La traducció al català del Code», *Pedralbes*, n° 15, 1995, pp. 279-307;

Retirado do site: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/86082.pdf>

- MERCADER I RIBA, Juan, «L' oficialitat del català sota la dominació napoleònica», *Bulletín de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*, II, 1953, pp 7-22;

Retirado do site: <https://publicacions.iec.cat/repository/pdf/00000059/00000090.pdf>

- MERCADER I RIBA, Juan, «La Guerra del Francès i la dominació napoleònica», *Miscellanea Aqualatensia* n°5, 1987, pp 81-336;

Retirado do site:

<https://www.raco.cat/index.php/MiscellaneaAqualatensia/article/view/133115>

- RROURA, Luís, «La Administración Napoleónica en España», *Dossier La Ocupación francesa de España 1808-1814: Ejército, política y administración*, Carlos Franco de Espés (coord.) Jerónimo Zurita, 2016, pp 73-87;

Retirado do site: <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/35/84/06roura.pdf>

- VERDAGUER, Maties Ramisa, *La Guerra del Francès a Catalunya*, 2008;

Retirado do site: <https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2008/frances/article3.pdf>

3.5.3 Alemanha

-AELSTAD, Katherine, «Paying for War: Experiences of Napoleonic Rule in the Hanseatic Cities», *Central European History* nº39, Conference Group for Central European History of the American Historical Association, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp 641-675;

Retirado do site: <https://www.jstor.org/stable/20457180>

- FISHER, Herbert A.L., *Studies in Napoleonic Statesmanship in Germany*, Oxford, Clarendon Press, 1903;

Retirado do site: <https://archive.org/details/studiesinnapole00fish>

- HAIDINGER, Brendan, *The Napoleonic Empire and the Making of Modern Public: Policing, Politics and Parades in XIX Century Hamburg 1805-1830*, Virginia Commonwealth University, 2013;

Retirado do site: <https://scholarscompass.vcu.edu/etd/3111/>

3.5.4 Províncias Ilírias\Dalmácia

- BUNDY, Frank J., *The Administration of the Illyrian Provinces of the French Empire*, Omaha, University of Nebraska, 1966;

Retirado do site: <https://digitalcommons.unomaha.edu/studentwork/401/>

- COSIC, Stejpan, «Dubrovnik under French rule 1810-1814», *Dubrovnik Annals* 4, Zagreb, Croatian Academy of Sciences and Arts, 2000, pp 103-142;

Retirado do site: <https://hrcak.srce.hr/file/12648>

- PRPIC, George, «French Rule in Croatia 1806-1813», *Balkan Studies* 5 nº2, 1964, pp 221-276;

Retirado do site:

<https://ojs.lib.uom.gr/index.php/BalkanStudies/article/download/548/555&prev=search>

3.6 – Nobreza Imperial

- BLAUFARB, Rafe, «The creation of the Imperial Nobility», *Napoleonica La Revue* 2008/2 (N° 2), 2008, pp 16-27;

Retirado do site:

<https://www.cairn.info/revue-napoleonica-la-revue-2008-2-page-16.htm>

- DWYER, Philip G., «Napoleon and the Foundation of the Empire», *The Historical Journal* Vol. 53, No. 2 (JUNE 2010), Cambridge, Cambridge University Press, pp. 339-358;

Retirado do site: https://www.jstor.org/stable/40865691?seq=1#page_scan_tab_contents

- MANSEL, Philip, *The Eagle in Splendour: Napoleon I and his Court*, London, George Philip, 1987;

- MANSEL, Philip, « Le pouvoir de l’habit ou l’habit du pouvoir», *Se vêtir à la cour en Europe (1400-1815)*, 6/2015, editado por Isabelle Paresys and Natacha Coquery, 2015;

Retirado do site: <https://journals.openedition.org/apparences/1313>

- PETITEAU, Natalie, «Noblesse d’Empire et élites au XIXème siècle : une fusion réussie», *Souvenir napoléonien*, n°411, janvier-février, 1997, pp 5-13; Fonte online: <https://www.napoleon.org/histoire-des-2-empires/articles/noblesse-dempire-et-elites-au-xixeme-siecle-une-fusion-reussie/>

- THIERS, Adolphe, *Histoire du Consulat et de l’Empire* Tome 2, La Haye, Chez Le Héritiers Doorman, 1846;

Retirado do site:

https://books.google.pt/books/about/Histoire_du_consulat_et_de_l_empire.html?id=i7NCAAAAcAAJ&redir_esc=y

- TULARD, Jean, *Napoléon et la noblesse d’ Empire*, Paris, Éditions Tallandier, 1ª Edição (1979), 2003;

3.7 – Uniformes (Artigos do Ministério da Defesa Francês)

- *Les étoiles, insignes des grades et des fonctions des Officiers Generaux;*

<https://www.defense.gouv.fr/layout/set/popup/content/download/193817/2139636/version/1/file/ETOILES%2C+INSIGNES+DES+GRADES+ET+DES+FONCTIONS+DES+OG.pdf>

- *Le Règlement du 20 Thermidor an VI et les premiers insgnes des Officiers Généraux;*

Retirado do site:

<https://www.defense.gouv.fr/layout/set/print/content/download/193808/2139574/version/1/file/Le+R%C3%A8glement+du+20+Thermidor+an+VI.pdf>.

3.8- Relações Internacionais

- AMINI, Aridj, «Napoleon and Persia», *British Institute of Persian Studies*, Vol. 37 , Oxfordshire, Taylor & Francis, Ltd.1999, pp. 109-122;

Retirado do site: <http://www.jstor.org/stable/4299997>

- NESTER, William, *The Jeffersonian Vision, 1801-1815: The Art of American Power During the Early Republic*, Brassey, Potomac Books, 2013;

- ISAKSEN, Emma, *Debating the Treaty of Stockholm, 3d March 1813: A study of Parliament, Policy and International Law*, 2013;

Retirado do site <https://www.duo.uio.no/handle/10852/36268>

3.9- Alto Comando francês durante a Revolução Francesa

- ACHORN, Erik, «Bernadotte or Bonaparte? », *The Journal of Modern History* Vol. 1, No. 3 Sep., Chicago, The University of Chicago Press, 1929, pp 378-399;

Retirado do site: <https://www.jstor.org/stable/1871426>

- BIEN, David, «La réaction Aristocratique avant 1789: L’Exemple de Armée» , *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 29^e année, N. 2, 1974. pp. 505-534:

Retirado do site: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1974_num_29_2_293486

- BLAUFARB, Rafe, «Démocratie et Professionalism: l'avancement par l'élection dans l'armée française», *Annales historiques de la Révolution française*, n°310, 1997. pp. 601-625;

Retirado do site: www.persee.fr/doc/ahrf_0003-4436_1997_num_310_1_2079

- BODIN, Jean Luc, « Le militaire en Maçonnerie (XVIIIème-XIXème siècles)», *Histoire, économie & société* 2-4, 1983, pp. 549-576;

Retirado do site:

http://www.persee.fr/docAsPDF/hes_0752-5702_1983_num_2_4_1342.pdf

- BOKOBZA, Serge, «Liberty vs Equality: The Marquis of Lafayette and France», *The French Review* Vol. 83, No. 1 ,Oct., Carbondale , American Association of Teachers of French, 2009, pp. 114-131;

Retirado do site: <https://www.jstor.org/stable/25613910>

- BRACE, Richard Munthe, «Charles Dumouriez and the Girodins», *The American Historical Review*, Volume 56, Issue 3, 1 April 1951, pp 493–509;

Retirado do site:<https://academic.oup.com/ahr/article-pdf/56/3/493/291419/56-3-493.pdf>

- BRACE, Richard Munthe, «Carnot and the Treason of Dumouriez», *The Journal of Modern History* Vol. 21, No. 4 ,Dec., Chicago, The Chicago Euniversity Press, 1949, pp 313-316;

Retirado do site: <https://www.jstor.org/stable/1878283>

- BROWN, Howard G., «Politics, Professionalism and the Fate of Army Generals after the Thermidor», *French Historical Studies* Vol. 19, No. 1 Spring, Durham, Duke Univesrsity Press, 1995, pp 133-152;

Retirado do site: https://www.jstor.org/stable/286902?seq=1#page_scan_tab_contents

- BROWN, Michelle, «The Popular leadership of Marquis Lafayette in the French Revolution», *The Upsilonian* Vol XI, Summer, 1999;

Retirado do site:

<https://www.ucumberlands.edu/downloads/academics/history/vol11/MichelleBrown99.html>

- CORVISIER, André, «Aspects Militaires de la Noblesse Française XV-XVIII Siècles», 1973, pp 336-355;

Retirado do site:

<https://hssh.journals.yorku.ca/index.php/hssh/article/viewFile/38910/35315>

- EL HAGE, Fadi, «Comment la Révolution abolit la dignité de Maréchal de France», *Annales historiques de la Révolution française* 2008/4 n° 354, 2008, 51-75;

Retirado do site: <https://journals.openedition.org/ahrf/10877>

- HOWE, Patricia Chastain, «Charles François Dumouriez and the Revolutionizing of French Foreign Affairs in 1792», *French Historical Studies* Vol. 14, No. 3 Spring, Durham, Duke University Press, 1986, pp 367-390;

Retirado do site: <https://www.jstor.org/stable/286382>

- HUNT, Lynn, LANSKY, David, HANSON, Paul, «The Failure of the Liberal Republic in 1795-1799: The Road to Brumaire», *The Journal of Modern History* Vol. 51, No. 4 Dec., Chicago, The Chicago University Press, 1979, pp. 734-759;

Retirado do site: <https://www.jstor.org/stable/1877164>

3.10-Campanhas Militares das Guerras Napoleónicas

- ESDAILE, Charles, *The Peninsular War*, London, Penguin Books, 2002;

- GLOVER, Michael, *Legacy of Glory: The Bonaparte Kingdom of Spain*, New York, Scribner's and Sons, 1971;

- KUEHN, John T., *The Reasons for the Success of the Sixth Coalition Against Napoleon in 1813*, Fort Leavenworth, Kansas, School of Advanced Military Studies United States Army Command and General Staff College, 1997;

- LIEVEN, Dominic, *Russia Against Napoleon The Battle for Europe 1807-1814*, Londres, Penguin Books, 2016;

- MOURA, Rui, «A Retirada de Masséna: O fim de um Pesadelo ou princípio do fim de um sonho», *O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular - Volume III*, Lisboa, Tribuna da História, 2012;

- ROTHENBERG, Gunther, *Napoleon's Great Adversaries: The Archduke Charles and Austrian Army 1792-1814*, Indiana, Indiana Univ Pr; First Edition edition, 1982;

ROUSSET, Camille, *La Grande Armée 1813*, Paris, Didier et Libraires, 1871;

Lista de Imagens:

Figura 1- Luckner e Rochembeau, marechais de França no período revolucionário

Imagens retiradas dos sites:

[https://en.wikipedia.org/wiki/Jean-](https://en.wikipedia.org/wiki/Jean-Baptiste_Donatien_de_Vimeur,_comte_de_Rochambeau#/media/File:Rochambeau_Versailles.jpg)

[Baptiste_Donatien_de_Vimeur,_comte_de_Rochambeau#/media/File:Rochambeau_Versailles.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Jean-Baptiste_Donatien_de_Vimeur,_comte_de_Rochambeau#/media/File:Rochambeau_Versailles.jpg)

https://en.wikipedia.org/wiki/Nicolas_Luckner#/media/File:Nicolas_Luckner.jpg

Página.....22

Figura 2- Charles Dumouriez

Imagem retirada do site:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/88/Charles-](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/88/Charles-Fran%C3%A7ois_Dumouriez.PNG)

[Fran%C3%A7ois_Dumouriez.PNG](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/88/Charles-Fran%C3%A7ois_Dumouriez.PNG)

Página.....33

Figura 3-Charles Pichegru, vencedor da campanha da Holanda 1794-95

Imagem retirada do site:

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pichegru.jpg>

Página.....34

Figura 4- Golpe do 18 Brumário e evento que inicia o consulado de Napoleão

Imagem retirada do site:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/Bouchot_-](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/Bouchot_-_Le_general_Bonaparte_au_Conseil_des_Cinq-Cents.jpg)

[_Le_general_Bonaparte_au_Conseil_des_Cinq-Cents.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/Bouchot_-_Le_general_Bonaparte_au_Conseil_des_Cinq-Cents.jpg)

Página.....38

Figura 5 - General Moreau(esquerda) e Cadoudal (direita)

Imagens retiradas dos sites:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2b/Jean_Victor_Marie_Moreau_%](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2b/Jean_Victor_Marie_Moreau_%281792%29.jpg)

[281792%29.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2b/Jean_Victor_Marie_Moreau_%281792%29.jpg)

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/78/Georges_Cadoudal_Coutan.jpg

Página.....41

Figura 6 – Decreto do 28 do Floréal redigido por Maret

Imagem retirada da obra:

BANC, Jean Claude, *Dictionnaire des Maréchaux de Napoléon*, Normandie Roto Impression, Lonrai, 2013, pp 23;

Página.....38

Figura 7- Pela seguinte ordem : Lannes, Murat, Bessiéres e Berthier. Os membros do Grupo Bonaparte feitos marechais em 1804

Imagens retiradas dos sites:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/Julie_Volpeli%C3%A8re_%28d%27apr%C3%A8s_G%C3%A9rard%29_-_Le_mar%C3%A9chal_Lannes_%281769-1809%29%2C_1834.jpg

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/21/Murat2.jpg>

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bf/Jean-Baptiste_Bessi%C3%A8res.jpg

<http://wikiimages.qwika.com/thumb/en/5/59/Louisberthier1.jpg/250px-Louisberthier1.jpg>

Página.....58

Figura 8- Pela seguinte ordem: Bernadotte, Augereau, Jourdan e Brune, marechais ligados à ideologia republicana e jacobina

Imagens retiradas dos sites:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Jean-Baptiste_Jules_Bernadotte.jpg

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/76/Belloc_-_Le_mar%C3%A9chal_Charles_Pierre_Fran%C3%A7ois_Augereau%2C_duc_de_Castiglione.jpg

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/45/Jourdan.jpg>

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d2/Guillaume_Marie-Anne_Brune.jpg

Página.....60

Figura 9- Pela seguinte ordem: Soult, Davout, Mortier e Ney. Veteranos do Reno e curiosamente os quatro seriam dos poucos a aliar-se a Napoleão nos *Cem Dias*.

Imagens retiradas dos sites:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/02/Dubufe_-_Marshal_Mortier.jpg

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e9/Marechal_Ney.jpg/800px-Marechal_Ney.jpg

<https://i2.wp.com/napoleonbonapartepodcast.com/wp-content/uploads/2008/11/davout.jpg?fit=417%2C505>

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1d/Jean-de-Dieu_Soult_-_W%C3%A4chter.jpg

Página.....63

Figura 10 - Masséna e Moncey: Dois homens que colocaram-se à parte de diferendos e preferiram seguir o seu caminho

Imagens retiradas dos sites:

https://vignette.wikia.nocookie.net/aigles-et-lys/images/1/18/Marechal_Moncey_%28d%C3%A9tail%29.jpg/revision/latest?cb=20160724170153&path-prefix=fr

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/27/Renault_-_Andr%C3%A9_Mass%C3%A9na%2C_duc_de_Rivoli%2C_prince_d%27Essling%2C_mar%C3%A9chal_de_France_%281756-1817%29.jpg

Página.....66

Figura 11-Kellermann um dos marechais senadores

Imagem retirada do site:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/95/Marechal-Kellermann.jpg>

Página.....68

Figura 12- Pela seguinte ordem: Lefebvre, Pérignon e Sérurier, os restantes senadores recompensados com o marechalato

Imagens retiradas dos sites:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b6/Fran%C3%A7ois-Joseph_Lefebvre.jpg/800px-Fran%C3%A7ois-Joseph_Lefebvre.jpg

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5d/Dominique-Catherine_P%C3%A9rignon.jpg

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/68/Jean_mathieu_philibert_serurier.jpg/800px-Jean_mathieu_philibert_serurier.jpg

Página.....70

Figura 13- Cerimónia da Coroação de Napoleão. À esquerda nota-se Berthier com o Globo e à direita está Murat com a cesta da coroa e atrás deste os marechais que participaram na cerimónia imperial

Imagem Retirada do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/08/Jacques-Louis_David%2C_The_Coronation_of_Napoleon_edit.jpg

Página.....72

Figura 14- Cerimónia da entrega das águias imperiais aos regimentos, algo romantizada. Os marechais a erguerem os seus bastões juntamente com os soldados e os seus novos símbolos regimentais. Nos quadros de invocação do poder imperial os marechais tem presença destacada

Imagem Retirada do site:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b0/Jacques_Louis_David-Serment_de_1%27arm%C3%A9e_fait_%C3%A0_1%27Empereur_apr%C3%A8s_la_distribution_des_aigles%2C_5_d%C3%A9cembre_1804.jpg/1024px-](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b0/Jacques_Louis_David-Serment_de_1%27arm%C3%A9e_fait_%C3%A0_1%27Empereur_apr%C3%A8s_la_distribution_des_aigles%2C_5_d%C3%A9cembre_1804.jpg/1024px-Jacques_Louis_David-Serment_de_1%27arm%C3%A9e_fait_%C3%A0_1%27Empereur_apr%C3%A8s_la_distribution_des_aigles%2C_5_d%C3%A9cembre_1804.jpg)

Jacques_Louis_David-

[Serment_de_1%27arm%C3%A9e_fait_%C3%A0_1%27Empereur_apr%C3%A8s_la_distribution_des_aigles%2C_5_d%C3%A9cembre_1804.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b0/Jacques_Louis_David-Serment_de_1%27arm%C3%A9e_fait_%C3%A0_1%27Empereur_apr%C3%A8s_la_distribution_des_aigles%2C_5_d%C3%A9cembre_1804.jpg/1024px-Jacques_Louis_David-Serment_de_1%27arm%C3%A9e_fait_%C3%A0_1%27Empereur_apr%C3%A8s_la_distribution_des_aigles%2C_5_d%C3%A9cembre_1804.jpg)

Página.....72

Figura 15- Murat e Lefebvre com o uniforme cerimonial e a exibirem o bastão de marechal na sua mão direita. O chapéu de Murat é claramente diferente da versão suada por Lefebvre, colocado atrás deste, assim como o seu cinturão.

Imagens retiradas dos sites:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b6/Fran%C3%A7ois-Joseph_Lefebvre.jpg/800px-Fran%C3%A7ois-Joseph_Lefebvre.jpg

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fe/Fran%C3%A7ois_Pascal_Simon_G%C3%A9rard_005.jpg

Página.....92

Figura 16- Uniforme de campanha usado pelos marechais Bernadotte e Ney, este com típico *Gros Bonnet* com as penas brancas

Imagens retiradas dos sites:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c7/Jean-Baptiste-Jules_Bernadotte%2C_Prince_de_Ponte-Corvo%2C_roi_de_Su%C3%A8de%2C_Mar%C3%A9chal_de_France_%281763-1844%29.jpg/387px-Jean-Baptiste-Jules_Bernadotte%2C_Prince_de_Ponte-Corvo%2C_roi_de_Su%C3%A8de%2C_Mar%C3%A9chal_de_France_%281763-1844%29.jpg

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bd/Bataille_-_Michel_Ney%2C_duc_d%27Elchingen%2C_prince_de_La_Moskowa%2C_Mar%C3%A9chal_de_France_%281769-1815%29.jpg

Página.....93

Figura 17- Napoleão chega a Berlim e atrás vem os marechais e vários generais de divisão. *Charles Meynier - Entrée de Napoléon à Berlin. 27 octobre 1806*

Imagem retirada do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/de/Charles_Meynier_-_Entr%C3%A9e_de_Napol%C3%A9on_%C3%A0_Berlin._27_octobre_1806.jpg/800px-Charles_Meynier_-_Entr%C3%A9e_de_Napol%C3%A9on_%C3%A0_Berlin._27_octobre_1806.jpg

Página.....94

Figura 18- Marechais com os seus uniformes. Atrás nota-se muitos oficiais generais a usar chapéus com a cobertura branca em vez da negra.

Imagem retirada do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/de/Charles_Meynier_-_Entr%C3%A9e_de_Napol%C3%A9on_%C3%A0_Berlin._27_octobre_1806.jpg/800px-Charles_Meynier_-_Entr%C3%A9e_de_Napol%C3%A9on_%C3%A0_Berlin._27_octobre_1806.jpg

Página.....95

Figura 19- As raras exceções: Berthier com o uniforme de Vice Condestável e Bessiéres normalmente é lhe associado o uniforme de Coronel General da Guarda Imperial

Imagens retiradas dos sites:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/10/Louis-Alexandre_Berthier%2C_Prince_de_Neufch%C3%A2tel_et_de_Wagram%2C_mar%C3%A9chal_de_France_%281753-1815%29.jpg

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/a1/Reisener_-_Portrait_du_mar%C3%A9chal_Jean-Baptiste_Bessi%C3%A8res%2C_duc_d%27Istries_%281768-1813%29.jpg/381px-Reisener_-_Portrait_du_mar%C3%A9chal_Jean-Baptiste_Bessi%C3%A8res%2C_duc_d%27Istries_%281768-1813%29.jpg

Página.....96

Figura 20- Bastão de marechal (7), botões (6), epaulette (8) e uma das pontas do cinturão de marechal (5)

Imagem retirada do site:

<https://i.pinimg.com/736x/37/a2/15/37a2156f817e4be7b3743ee44432717f--empire.jpg>

Página.....96

Figura 21 a 23: os Brasões dos marechais.

Imagem retirada do site:

https://fr.wikipedia.org/wiki/Armorial_du_Premier_Empire#Mar%C3%A9chaux_de_l%27Empire

Página.....97 a 99

Figura 24 – Morte Lannes. Napoleão, o cirurgião Larrey e mais atrás Bessiéres com o seu uniforme de Coronel-General da Cavalaria da Guarda Imperial. Primeiro marechal morto em combate

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/54/Lannes_mortally_wounded_at_Essling_%28E._Boutigny%29.jpg

Página.....100

Figura 25- Marechal Berthier

Retirado do site:

<http://www.historyofwar.org/Pictures/berthier.jpg>

Página.....100

Figura 26- As formações: A primeira do topo esquerdo é a prescrita por Napoleão e as seguintes 3 são as prescritas por Soult a Legrand, Saint Hillaire e Vandamme.

Retirado do livro:

NOSWORTHY, Brent, *Origins of the Impulse Warfare*, Battle Tactics of Napoleon and his Enemies, Londres, Constable, 1995, pp 83-102;

Página.....151

Figura 27- Marechal Victor

Retirado do site:

<https://www.frenchempire.net/static/images/officers/victor.jpg>

Página.....189

Figura 14- Marechal Etti  ne MacDonald

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/24/MacDonald_par_Antoine_Jean_Gros.jpg

Página.....191

Figura 29- Marechal Gouvion Saint-Cyr

Retirado do site:

<https://www.frenchempire.net/static/images/officers/gouvionStCyr.jpg>

Página.....196

Figura 30 - Marechal Oudinot

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/55/Marshal_Nicolas_Oudinot.jpg

Página.....197

Figura 31- Marechal Marmont

Retirado do site:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6e/Marmont.jpg>

Página.....200

Figura 32- Marechal Suchet

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c4/Louis-Gabriel_Suchet.jpg/250px-Louis-Gabriel_Suchet.jpg

Página.....202

Figura 33 - Marechal Príncipe Poniatowski

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/80/Prince_Joseph_Poniatowski_by_J%C3%B3zef_Grassi.jpg

Página.....206

Figura 34 - Marechal Grouchy

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b1/Emmanuel_de_Grouchy_2.jpg

Página.....208

Figura 35 – Jean Andoche Junot, figura mais associada a oportunidades para ser marechal. Seria Duque de Abrantes, dos poucos generais com funções militares a ter tal honra.

Retirado do site:

<https://www.frenchempire.net/static/images/officers/junot.jpg>

Página.....212

Figura 36- Gravura sobre a execução de Ney

Retirado do site:

<http://www.artnet.com/WebServices/images/11000991ldRJ5GFgbNECfDrCWvaHBOcFo8D/edouard-armand-dumaresq-the-execution-of-mari%C3%A9chal-ney.jpg>

Página.....230

Figura 37 - Gravura sobre a execução de Murat

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/3/3d/Death_of_Murat.jpg

Página.....230

Anexos

Figura 38 - Augereau

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/76/Belloc_-_Le_mar%C3%A9chal_Charles_Pierre_Fran%C3%A7ois_Augereau%2C_duc_de_Castiglione.jpg

Página.....296

Figura 39 - Bernadotte

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Jean-Baptiste_Jules_Bernadotte.jpg

Página.....299

Figura 40 - Berthier

Retirado do site:

<http://wikiimages.qwika.com/thumb/en/5/59/Louisberthier1.jpg/250px-Louisberthier1.jpg>

Página.....302

Figura 41 - Bessiéres

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bf/Jean-Baptiste_Bessi%C3%A8res.jpg

Página.....305

Figura 42 - Brune

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d2/Guillaume_Marie-Anne_Brune.jpg

Página.....308

Figura 43 - Davout

Retirado do site:

<https://i2.wp.com/napoleonbonapartepodcast.com/wp-content/uploads/2008/11/davout.jpg?fit=417%2C505>

Página.....310

Figura 44 – Gouvion Saint-Cyr

Retirado do site:

<https://www.frenchempire.net/static/images/officers/gouvionStCyr.jpg>

Página.....313

Figura 45 – Grouchy

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b1/Emmanuel_de_Grouchy_2.jpg

Página.....317

Figura 46 – Jourdan

Retirado do site:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/45/Jourdan.jpg>

Página.....321

Figura 47 – Kellermann

Retirado do site:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/95/Marechal-Kellermann.jpg>

Página.....324

Figura 48 – Lannes

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/Julie_Volpeli%C3%A8re_%28d%27apr%C3%A8s_G%C3%A9rard%29_-_Le_mar%C3%A9chal_Lannes_%281769-1809%29%2C_1834.jpg

Página.....328

Figura 49 – Lefebvre

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b6/Fran%C3%A7ois-Joseph_Lefebvre.jpg/800px-Fran%C3%A7ois-Joseph_Lefebvre.jpg

Página.....331

Figura 50 – MacDonald

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/24/MacDonald_par_Antoine_Jean_Gros.jpg

Página.....334

Figura 51 – Marmont

Retirado do site:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6e/Marmont.jpg>

Página.....337

Figura 52 – Masséna

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/27/Renault_-_Andr%C3%A9_Mass%C3%A9na%2C_duc_de_Rivoli%2C_prince_d%27Essling%2C_mar%C3%A9chal_de_France_%281756-1817%29.jpg

Página.....341

Figura 53 – Moncey

Retirado do site:

https://vignette.wikia.nocookie.net/aigles-et-lys/images/1/18/Marechal_Moncey_%28d%C3%A9tail%29.jpg/revision/latest?cb=20160724170153&path-prefix=fr

Página.....343

Figura 54 – Mortier

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/02/Dubufe_-_Marshal_Mortier.jpg

Página.....346

Figura 55 – Murat

Retirado do site:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/21/Murat2.jpg>

Página.....349

Figura 56 – Ney

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e9/Marechal_Ney.jpg/800px-Marechal_Ney.jpg

Página.....353

Figura 57 – Oudinot

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/55/Marshal_Nicolas_Oudinot.jpg

Página.....357

Figura 58 – Pérignon

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5d/Dominique-Catherine_P%C3%A9rignon.jpg

Página.....361

Figura 59 – Poniatowski

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/80/Prince_Joseph_Poniatowski_by_J%C3%B3zef_Grassi.jpg

Página.....364

Figura 60 – Sérurier

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/68/Jean_mathieu_philibert_serurier.jpg/800px-Jean_mathieu_philibert_serurier.jpg

Página.....366

Figura 61 – Sout

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1d/Jean-de-Dieu_Sout_-_W%C3%A4chter.jpg

Página.....369

Figura 62 – Suchet

Retirado do site:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c4/Louis-Gabriel_Suchet.jpg/250px-Louis-Gabriel_Suchet.jpg

Página.....373

Figura 63 – Victor

Retirado do site:

<https://www.frenchempire.net/static/images/officers/victor.jpg>

Página.....376

Anexos

Nota: Como forma de complementar este trabalho, foram adicionadas cronologias biográficas de cada marechal e quadros referentes à sua origem social, carreira militar e administrativa. Estas adições tem como base bibliográfica as várias obras pesquisadas por esta tese.

Augereau



Figura 38- Augereau

Pierre-Francois-Charles Augereau	
Data de Nascimento	21 de Outubro de 1757 - Faubourg St. Marceau, Paris
Morte	12 de Junho de 1816 – La Houssaye en Brie
Alcunha	<i>Le Brigand</i>
Origens Sociais	Filho de vendedores de frutas
Esposas	Casou com Joséphine Marie Marguerite Gabrielle Grach (1766-1806) em 1788 Casou com Adelaïde Joséphine de Bournonville de Chavagne (1789-1869) entre 1806 e 1807
Descendência	Não
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Vendedor de Relógios, Professor de Dança e Esgrima em Dresden Deputado do Corpo Legislativo em 1799
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
1774	Voluntário no Regimento Irlandês de Clare
1776	Transferência para os Dragões de Artois
1776	Suposto serviço no Exército Prussiano - Guarda Real e no Regimento Bevern-Brunswick
1780	Suposto serviço no Exército Russo
1784	Regimento de Cavalaria de Bourgogne
1786	Instrutor no Exército de Nápoles

1790	Voluntário na Guarda Nacional
1791	<i>adjutant-major</i> Cavalaria da Legião Germânica
26 de Junho 1793	Capitão no 11º Regimento de Hussardos
27 de Setembro de 1793	<i>Adjutant-General /Chef de Brigade</i> – Coronel – e integração no Exército dos Pirinéus Ocidentais -
23 de Dezembro de 1793	Promoção a General de Divisão no Exército dos Pirinéus Ocidentais
29 de Abril a 1 de Maio de 1794	Participação na Batalha de Boulou
13 de Agosto de 1794	Participação na Batalha de Sant Llorenç de la Muga
17-20 de Novembro de 1794	Participação na Batalha da Montanha Negra
Julho de 1795	Integração no Exército de Itália
23 de Novembro de 1795	Participação na Batalha de Loano
11 de Março de 1796 a 4 de Setembro de 1797	Comandante divisionário no Exército de Itália de Napoleão. Participa nas principais batalhas da campanha como: Miliesimo, Lodi, Arcola e Castiglione, onde teve papel de destaque
8 de Agosto de 1797	Comandante da 17ª Divisão Militar Administrativa
4 de Setembro de 1797	Participa no Golpe do 18 do Fructidor
23 de Setembro de 1797	Comandante em Chefe dos Exércitos do Sambre e Meuse e do Reno e da Mosela
9 de Dezembro 1797	Comandante em Chefe do Exército do Reno
28 de Janeiro de 1798	Comandante da 10ª Divisão Militar Administrativa
20 de Dezembro de 1799	Comandante em Chefe do Exército da Batávia
1804	Comandante em Chefe do Campo de Baione e de Brest
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
Agosto de 1805 a Março de 1807	Comandante do VII Corpo da <i>Grande Armée</i> tendo participado nas campanhas do Ulm, Jena e em Eylau;
7 de Fevereiro de 1807	Participa na Batalha de Eylau, onde o seu VII Corpo teve baixas significativas, a ponto de ser extinto após este combate.

1 de Junho de 1809 a Maio de 1810	Governador-geral da Catalunha e Comandante do VII Corpo da <i>Armée du Espagne</i> . Esta unidade passou a ser o Exército da Catalunha
9 de Dezembro de 1809	Fim do Cerco de Girona
1812	Comandante do XI Corpo, com responsabilidade de vigiar a retaguarda e as linhas de comunicação durante a campanha da Rússia
Janeiro-Fevereiro de 1813	Comandante das forças em Berlim, saiu por doença
Junho de 1813	Comandante do IX Corpo
Agosto a Dezembro de 1813	Comandante do XVI Corpo, participou em Naumburg e Leipzig
Janeiro-Abril de 1814	Comandante do Exército do Rhone em Lyon
Maio de 1814-Março de 1815	Governador da 14ª Divisão Militar. Durante este período foi feito par do Reino e Cavaleiro de São Luís
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Casteglione a 26 de Abril de 1808 • Par do Reino em 1814 • Cavaleiro de São Luís em 1814
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 13 de Outubro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 22 de Fevereiro de 1805 • Chefe da 15º Coorte desde 1804

Bernadotte



Figura 39- Bernadotte

Jean-Baptiste-Jules Bernadotte	
Data de Nascimento	26 de Janeiro de 1763 - Pau, Nouvelle-Aquitaine
Morte	8 de Março de 1844 – Estocolmo, Suécia
Alcunha	<i>Sergent Belle-Jambe</i>
Origens Sociais	Filho de advogado
Esposa	Casou com Desirée Clary (1777-1860) em 1798
Descendência	Oskar Bernadotte (1799-1859) – rei da Suécia
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Estudante de Direito de 1777 a 1780
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
3 de Setembro de 1780	Voluntário no Regimento Real de La Marine - mais tarde 60º Regimento de Infantaria
16 de Junho de 1785	Promoção a Cabo
21 de Junho de 1786	Furriel
11 de Maio de 1788	Sargento (<i>Sergent-Major</i>)
7 de Fevereiro de 1790	<i>Adjutant</i>
6 de Novembro de 1791	Eleito tenente do 36º Regimento
18 de Julho de 1793	Capitão – Participa nos combates de Spire e Mayence na frente do Reno contra forças prussianas
30 de Novembro de 1793	<i>Adjutant-Majori</i> no 36º Regimento
Janeiro-Fevereiro de 1794	Participa em novos combates na zona de Wervik e Menin – desta vez contra forças britânicas

8 de Fevereiro de 1794	<i>Chef de Batallion</i> (Tenente – Coronel) na 71 ^a Demi-Brigade no Exército do Reno
4 de Abril de 1794	<i>Chef de Brigade</i> (Coronel)
20 de Junho de 1794	General de Brigada no Exército do Sambre e do Meuse
26 de Junho de 1794	Participa na Batalha de Fleurus
Outubro-Novembro de 1794	Participa no Cerco de Maastricht
23 de Outubro de 1794	General de Divisão no mesmo Exército
1795-1796	Colocado na zona do Palatinado – as suas forças passam o Inverno em Boppard
Junho de 1796	Participa na Campanha do Reno, mantendo-se no Exército do Sambre e Meuse
21-22 de Agosto de 1796	Comanda a retaguarda na Batalha de Theiningen, tendo recebido elogios
Janeiro de 1797	Transferência para Itália, onde esteve sob o comando de Napoleão
19 de Março de 1797	Captura a fortaleza de Gradisca
Janeiro a Julho de 1799	Embaixador em Viena.
2 de Julho- 14 de Setembro de 1799	Ministro da Guerra
1800	Membro do Conselho de Estado
18 de Abril de 1800	Comandante em Chefe do Exército do Oeste na Vendeia
1803	Embaixador nos Estados Unidos, não chegou a exercer devido à venda do Lousiana
14 de Maio de 1804	Governador em Hanôver e comandante do Exército de Hanôver – futuro I Corpo
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
Agosto de 1805 a Julho de 1807	Comandante do I Corpo da <i>Grande Armée</i>
2 de Dezembro de 1805	Segura o flanco esquerdo francês em Austerlitz
14 de Outubro de 1806	Não participa nas batalhas de Jena e Auerstadt, resultando em clivagens com Davout e Napoleão

6 de Novembro de 1806	Vence a Batalha de Lübeck, obtendo a rendição de Blücher. Tem um comportamento honroso com o regimento sueco
25 de Janeiro de 1807	Luta contra os russos na Batalha de Mohrungen
7 a 8 de Fevereiro de 1807	O mensageiro enviado por Berthier a Bernadotte foi capturado por cossacos, resultando na ausência do anterior em Eylau
5 a 6 de Junho de 1807	Ferido na Batalha de Guttstadt-Deppen – substituído por Victor
14 de Julho de 1807	Governador Militar das Cidades Hanseáticas. Ocupou em 1808 a Dinamarca
7 de Março de 1809	Comandante do Exército Saxão, mais tarde o IX Corpo Saxão que actuou em Wagram
12 de Agosto– 24 de Setembro de 1809	Comandante do Exército destacado para combater a invasão britânica na região do Walcheren
21 de Agosto de 1810	Eleito Príncipe Herdeiro da Suécia, adoptando o nome de Carlos XIV João
1813-1814	Comandante do Exército sueco e do Exército do Norte
23 de Agosto de 1813	Carlos XIV João e Von Bulow vencem Oudinot em Gross Beeren
6 de Setembro de 1813	Carlos XIV João e Von Bulow vencem Ney e Oudinot em Dennewitz
16 a 19 de Outubro de 1813	Participa na Batalha de Leipzig
14 de Janeiro de 1814	Tratado de Kiel com a Dinamarca que renuncia a Noruega
5 de Fevereiro e 1818 – 8 de Março de 1844	Rei da Suécia e da Noruega
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Príncipe de Ponto Corvo a 5 de Junho de 1806
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 22 de Fevereiro de 1805 • Chefe da 8º Coorte desde 1804

Berthier



Figura 40- Berthier

Louis Alexandre Berthier	
Data de Nascimento	20 de Novembro de 1753 - Versalhes
Morte	1 de Junho de 1815 – Bamberg, Baviera
Alcunha	Esposa do Imperador
Origens Sociais	Filho de oficial e cavaleiro de São Luís (pequena nobreza)
Esposa	Casou com Maria Elizabeth, princesa de Pfalz-Zweibrücken-Birkenfeld em 1808
Descendência	Napoléon Alexandre Louis Joseph (1810-1877) Caroline Joséphine (1812-1905) Marie Anne Wilhelmine Alexandrine Elisabeth (1815-1878)
Formação Militar	Sim. Engenharia Militar com o pai no Corpo de Oficiais de Engenharia e Topografia 1766-1770
Outras Actividades	-
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
11 de Março de 1770	Tenente na Legião da Flandres
2 de Janeiro de 1777	Capitão no Regimento Real de Cavalaria Alemã do Príncipe de Lambesc
20 de Abril de 1780	Transferência para o Regimento de Soissonais e participou na Força Expedicionária Francesa para os Estados Unidos da América, ficando sob o comando de Rochambeau até 1783

2 de Dezembro de 1787	Nomeado <i>Aide-Marechal général des logis</i> no mesmo regimento
1 de Junho de 1788	Promoção a Major
11 de Julho de 1789	Tenente Coronel e o comando da Guarda Nacional de Versalhes
1 de Abril de 1791	<i>Adjutant-général-Colonel</i>
22 de Maio de 1792	Marechal de Campo
1792	Chefe de Estado Maior de Rochembeau no Exército do Norte. Depois da destituição deste foi de La Fayette ainda em Maio e depois em Julho de Luckner. Foi
Agosto de 1792	Dispensado do Exército por suspeita de ser realista, fruto de ser Cavaleiro de São Luís desde 1788
Maio de 1793	Voluntário no Exército da Costa Ocidental
Junho de 1793	Chamado para servir no Estado-maior do General Biron durante a Guerra da Vendeia, onde foi ferido em combate
2 de Março de 1795	General de Brigada e Chefe do Estado Maior do Exército dos Alpes e de Itália
13 de Junho de 1795	Promoção a General de Divisão, integra mais tarde o Exército de Itália do então General Bonaparte como Chefe de Estado-maior daquelas forças.
9 de Dezembro de 1797	Comandante em Chefe do Exército de Itália
9 de Março de 1798	Chefe de Estado Maior do Exército de Inglaterra, mais tarde o futuro Exército do Oriente que partiu para o Egipto.
10 de Novembro de 1799	Ministro da Guerra
2 de Abril de 1800	Comandante em Chefe do Exército da Reserva que combateu em Marengo
14 de Junho de 1800	Participa na batalha de Marengo
11 de Agosto de 1800	Missão diplomática a Espanha
8 de Outubro de 1800 a 1 de Setembro de 1807	Ministro da Guerra
19 de Maio de 1804	Marechal do Império

1805-1814	<i>Major General da Grande Armée</i> e Chefe de Estado-maior de Napoleão – acompanhou o imperador em todas as campanhas até 1814
Abril de 1809	Comandante do Exército da Alemanha na ausência de Napoleão
Junho de 1814	Capitão da Guarda Real, Par do Reino e Comandante da Ordem de São Luís
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Príncipe de Neuchatel e Valagin a 30 de Março de 1806 • Príncipe de Wagram a 31 de Dezembro de 1809 • Vice – Condestável do Império a 26 de Agosto de 1807 • Membro do Senado em 1807 • Par do Reino em 1814 • Comandante da Ordem de São Luís em 1814
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 2 de Outubro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805 • Chefe da 1º Coorte desde 1804

Bessiéres



Figura 41- Bessiéres

Jean Baptiste Bessiéres	
Data de Nascimento	6 de Agosto de 1768 - Prayssac, Lot
Morte	1 de Maio 1813 - Weißenfels, Saxónia-Anhalt - morto em combate
Alcunha	Le Bayard
Origens Sociais	Filho de cirurgião Barbeiro
Esposa	Casou com Marie Jeanne Adèle Lapeyrière (1781-1840) em 1801
Descendência	Napoléon Bessiéres (1802-1856)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Cirurgião-Barbeiro
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
7 de Abril de 1792	Integração na Guarda Constitucional do Rei
5 de Junho de 1792	Integração na Legião dos Pirinéus e depois no 22º Regimento de Caçadores a Cavallo
1 de Novembro de 1792	Promoção a <i>adjudant-sous-officier</i>
16 de Fevereiro de 1793	Promoção a alferes (<i>sous-lieutenant</i>)
10 de Maio de 1793	Promoção a Tenente
8 de Março de 1794	Promoção a Capitão
29 de Abril a 1 de Maio de 1794	Participação na Batalha de Boulou
13 de Agosto de 1794	Participação na Batalha de Sant Llorenç de la Muga
17-20 de Novembro de 1794	Participação na Batalha da Montanha Negra
Julho de 1795	Integração no Exército de Itália

5 de Junho de 1796	Comandante dos Guias do Exército de Itália
4 de Setembro de 1796	Promoção a <i>Chef de Escadron</i> – Tenente-Coronel - após participação no Combate do Roveredo
9 de Março de 1798	Promoção a <i>Chef de Brigade</i> - Coronel
19 de Julho de 1798 a 23 de Agosto de 1799	Integração no Exército do Oriente – acompanha Napoleão no seu regresso à França
9 de Novembro de 1799	Participação no Golpe do 18 do Brumário
10 de Novembro de 1799	Comandante da Guarda a Cavallo (<i>Garde a Cheval</i>) da Guarda Consular
18 de Julho de 1800	Promoção a General de Brigada
28 de Novembro de 1801	Comandante da cavalaria da Guarda Consular
13 de Setembro de 1802	Promoção a General de Divisão
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
1805-1808	Comandante da Guarda Imperial
1808	Comandante do II Corpo do Exército de Espanha
14 de Julho de 1808	Vitória na Batalha de Medina de RioSeco perante Blake e Cuesta
Abril-Julho de 1809	Integração no Exército da Alemanha - participou nas batalhas de Aspern Essling e Wagram
6 de Julho de 1809	Ferido na Batalha de Wagram
26 de Setembro de 1809	Comandante do Exército do Norte
1810	Governador de Estrasburgo, onde chegou a receber a ainda a imperatriz Maria Luísa, então a caminho de Paris
15 de Janeiro de 1811	Comandante do Exército do Norte em Espanha
1812	Comandante da Cavalaria da Guarda Imperial
1813	Integração no Exército da Alemanha – comandante de toda a cavalaria
1 de Maio de 1813	Missão de reconhecimento a Weißenfels, sendo morto em combate
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque da Istría a 28 de Maio de 1809
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 11 de Dezembro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804

	<ul style="list-style-type: none">• Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805• Chefe da 3ª Coorte desde 1804
--	--

Brune



Figura 42- Brune

Guillaume-Marie-Anne Brune	
Data de Nascimento	13 de Maio de 1763 - Brive-la-Gaillarde
Morte	1 de Agosto de 1815 – Avignon – assassinado pela população
Alcunhas	Patagónio, Batávio
Origens Sociais	Filho de Advogado
Esposa	Casou com Angélique Pierre (1766-1829) em 1793
Descendência	Não. Adoptou duas filhas
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Jornalista, Aluno de Direito
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
1791	Membro do Clube dos <i>Cordeliers</i>
1791	Consegue o posto de <i>adjudant-major</i> no 2ª Batalhão do Seine-et-Oise
5 de Setembro de 1792	Adjunto do <i>adjudant-général</i>
12 de Outubro de 1792	Promoção a <i>adjudant-général</i>
1793	Promoção a Coronel e integração no Exército da Bélgica como Comissário
13-14 de Julho	Participação na Batalha de Brécourt onde foi suprimida uma insurreição federalista em Pacy-sur-Eure
18 de Agosto de 1793	Promoção a General de Brigada e integração no Exército do Norte

8 de Setembro de 1793	Participação na batalha de Hondshoote
5 de Outubro de 1795	Participa no 13 do Vendemiário
11 de Março de 1796 a 4 de Setembro de 1797	Integração no Exército de Itália
17 de Agosto de 1797	Promoção a General de Divisão
8 de Março a 27 de Março de 1798	Comandante em Chefe do Exército da Helvécia - destacou-se pela pilhagem
13 de Outubro de 1798	Comandante em Chefe do Exército da Holanda
19 de Setembro de 1799	Vitória na Batalha de Bergen perante forças anglo-russas
6 de Outubro de 1799	Vitória na Batalha de Castricum perante forças anglo-russas
14 de Janeiro de 1800	Comandante em Chefe do Exército do Oeste
5 de Maio de 1800	Comandante em Chefe do Exército da Reserva
13 de Agosto de 1800	Comandante em Chefe do Exército de Itália
25 de Dezembro de 1800	Vitória na Batalha de Pozzolo perante forças austríacas
4 de Dezembro de 1801	Membro do Conselho de Estado
23 de Setembro de 1802	Embaixador no Império Otomano
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
1 de Setembro de 1805	Comandante em chefe do Exército das Costas do Oceano
15 de Dezembro de 1806	Governador-geral das Cidades Hanseáticas
15 de Julho de 1807	Conquista de Stralsund perante forças suecas – negociação com o rei sueco não cai no goto de Napoleão que afasta Brune
16 de Abril de 1815	Comandante da 8ª Divisão Militar Administrativa
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Par do Reino em 1814 • Cavaleiro de São Luís em 1815
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 2 de Outubro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805

Davout



Figura 43-Davout

Louis-Nicolas Davout	
Data de Nascimento	10 de Maio de 1770 - Annoux, Borgonha
Morte	1 de Junho de 1823 - Paris
Alcunhas	Marechal de Ferro, Tirano
Origens Sociais	Pequena Nobreza – D'avout
Esposas	Casou com Marie-Nicolle Adelaide Seguenot (1768-1795) em 1791 e divorciou-se desta em 1794 Casou com Louise Aimée Leclerc (1782-1868) em 1801
Descendência	Paul (1802–1803) Joséphine (1804–1805) Antoinette Joséphine (1805 – 1821) Adèle Napoleone (June 1807 – 1885) Napoleon (1809–1810) Napoleon <i>Louis</i> (1811 – 1853) Jules (1812–1813) Adelaide-Louise (1815 – 1892)
Formação Militar	Sim, na Escola Militar Real de Paris
Outras Actividades	
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
27 de Setembro de 1785	Cadete na Escola Militar Real de Paris
2 de Fevereiro de 1788	Alferes no Regimento de Cavalaria Real de Champagne
15 de Setembro de 1791	Saída da unidade

22 de Setembro de 1791	Eleito <i>Chef de Bataillon</i> – Tenente-Coronel - do 3º Batalhão de Voluntários do Yonne
20 de Abril de 1792	Integração no Exército do Norte
6 de Novembro de 1792	Participa na Batalha de Jemappes
18 de Março de 1793	Participa na Batalha de Neerwinden
Março de 1793	<i>Chef de Brigade</i> – Coronel – provisório
4 de Abril de 1793	Recusa juntar-se a Dumouriez e tenta prendê-lo
Maior de 1793	<i>Adjutant-Général</i> provisório
Julho de 1793	Integração no Exército do Oeste – campanha da Vendeia
18 de Julho de 1793	Participa na Batalha de Vihiers contra os insurrectos da Vendeia
29 de Agosto de 1793	Saída do exército por ser nobre
24 de Setembro de 1794	Regresso ao activo e promoção a general de brigada onde se junta ao General Debrun no Cerco do Luxemburgo
1795 a Junho de 1796	Integração no Exército do Reno e da Mosela
Junho de 1796 a Março de 1797	Participa na Campanha do Reno sob a liderança de Moreau no Exército do Reno – amizade com Desaix
19 de Julho de 1798 a 23 de Agosto de 1799	Integração no Exército do Oriente – acompanha Desaix na Campanha do Baixo-Egipto
3 de Julho de 1800	Comandante da cavalaria do Exército de Itália e promoção a general de divisão
24 de Junho de 1801	Inspector-Geral da Cavalaria
28 de Novembro de 1801	Um dos quatro comandantes da Guarda Consular
Setembro de 1803	Comandante em chefe do campo de treinos em Bruges
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
Outubro de 1805 a Junho de 1807	Comandante do III Corpo da <i>Grande Armée</i>
2 de Dezembro de 1805	Percorre mais de 80 km em 2 dias, chegando a tempo de participar na Batalha de Austerlitz

14 de Outubro de 1806	Vitória na Batalha de Auerstadt perante forças prussianas com o dobro do efectivo
12 de Outubro de 1808	Comandante em chefe do Exército do Reno
8 de Abril de 1809	Comandante do III Corpo no Exército da Alemanha
21 a 22 de Abril de 1809	Participa na Batalha de Eckmühl – fundamental na Manobra de Landshut
6 de Julho de 1809	Participa na Batalha de Wagram
1 de Janeiro de 1810	Comandante em chefe do Exército da Alemanha
1 de Novembro de 1811	Comandante em chefe do Corpo de Observação do Elba
1 de Fevereiro de 1812	Comandante do I Corpo da <i>Grande Armée</i>
25 de Junho de 1812	Primeira força francesa a cruzar o Niemen – Davout assume a vanguarda da <i>Grande Armée</i> na campanha russa
7 de Setembro de 1812	Participação na Batalha de Borodino
18 de Outubro de 1812	Comanda a retaguarda da retirada da Rússia sendo o seu I Corpo substituído pelo III Corpo de Ney com o decorrer da campanha
16 de Julho de 1813	Comandante do XIII Corpo da <i>Grande Armée</i>
26 de Julho de 1813 a 11 de Maio de 1814	Defende Hamburgo para além da abdicação de Napoleão, rendendo-se após chegada de Gérard com mensagem do rei Luís XVIII
20 de Março de 1815	Ministro da Guerra
5 de Julho de 1815	Comandante em chefe do Exército do Loire
14 de Julho de 1815	Cede o comando do exército anterior a MacDonald
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Príncipe de Eckmühl a 15 de Agosto de 1809 • Duque de Auerstadt a 28 de Março de 1808
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 11 de Dezembro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805 • Chefe da 6ª Coorte desde 1804

Gouvion Saint-Cyr



Figura 44- Gouvion Saint-Cyr

Laurent Gouvion Saint-Cyr	
Data de Nascimento	13 de Abril de 1764 - Toul
Morte	17 de Março de 1830 – Hyères, Var
Alcunhas	O Mocho, O Espartano do Reno
Origens Sociais	Filho de Curtidor
Esposa	Casou com Anne Gouvion (1775-1844) em 1795
Descendência	Laurent-Camille (1815-1904)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Actor, Pintor,
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
1 de Setembro de 1792	Voluntário no 1º Batalhão de Caçadores de Paris
1 de Novembro de 1792	Eleito capitão na unidade anterior
11 de Setembro de 1793	Promoção a <i>Chef de Bataillon</i> – Tenente-Coronel – e nomeação para <i>adjutant – général</i> do Exército do Norte por indicação dos Representantes em Missão
10 de Janeiro de 1794	Promoção a <i>Chef de Brigade</i> – Coronel - por indicação dos Representantes em Missão
10 de Junho de 1794	Promoção a General de Brigada por indicação dos Representantes em Missão
2 de Setembro de 1794	Promoção a General de Divisão e integração no Exército do Reno

13 de Junho de 1795	Integração no Exército do Reno e da Mosela
29 de Outubro de 1795	Participa no fim do cerco de Mayence
2 de Outubro de 1796	Vitória na Batalha de Biberach perante forças austríacas
6 de Março de 1798	Comandante do Exército de Roma
15 de Julho de 1798	Suspensão do serviço
16 de Agosto de 1798	Regresso à actividade no Exército de Mayence
25 de Março de 1799	Participa na Batalha de Stockach sob o comando de Moreau
14 de Maio de 1799	Integração no Exército de Itália
15 de Agosto de 1799	Participa na Batalha de Novi
17 de Dezembro de 1799	Integração no Exército do Reno
14 de Janeiro de 1800	Lugar – Tenente do comandante do Exército do Reno – General Moreau
9 de Maio de 1800	Vitória na Segunda Batalha de Biberach perante forças austríacas
22 de Setembro de 1800	Membro do Conselho de Estado
4 de Fevereiro de 1801	Comando das forças francesas e espanholas na Guerra contra Portugal – futura Guerra das Laranjas
2 de Novembro de 1801	Embaixador na Espanha
14 de Maio de 1803	Comandante do Corpo de Observação do Reino de Nápoles
6 de Julho de 1804	Grande Oficial do Império enquanto Coronel-General dos <i>Cuirassiers</i>
15 de Dezembro de 1805	Comandante do 1º Corpo de Reserva no campo de Boulogne
17 de Agosto de 1808	Comandante do VII Corpo do Exército da Espanha – futuro Exército da Catalunha
16 de Dezembro de 1808	Vitória na Batalha do Cardedeu
20 de Dezembro de 1808	Vitória na Batalha de Molins del Rey
25 de Janeiro de 1809	Vitória na Batalha do Vals
6 de Maio de 1809	Início do cerco a Girona - o seu falhanço resulta na saída do Exército da Catalunha a 1 de Junho de 1809

Junho de 1809 a 1811	Prisão domiciliária pelo seu comportamento sendo depois reintegrado no início de 1811 no Conselho de Estado
21 de Fevereiro de 1812	Comandante do Corpo Bávaro – VI Corpo da <i>Grande Armée</i>
18 de Agosto de 1812	Na ausência do ferido Oudinot vence a batalha de Polotsk perante as forças russas de Wittgenstein
21 de Agosto de 1812	Após ferimento de Oudinot, Comandante em Chefe do II e do VI Corpo da <i>Grande Armée</i>
27 de Agosto de 1812	Marechal do Império
18 de Outubro de 1812	Derrotado na Segunda Batalha de Polotsk por Wittgenstein
12 de Março de 1813	Comandante XI Corpo da <i>Grande Armée</i>
4 de Agosto de 1813	Comandante do Corpo Saxão – XIV Corpo da <i>Grande Armée</i>
11 de Novembro de 1813	Derrotado no cerco de Dresden, sendo feito prisioneiro em Karlsbad
Junho de 1814	Regresso à França
19 de Março de 1815	Comandante do Corpo de Exército no Loire
19 de Julho a 28 de Setembro de 1815	Ministro de Guerra
12 de Outubro de 1815	Governador da 12ª Divisão Militar Administrativa
10 de Janeiro de 1816 a 12 de Agosto de 1818	Governador da 5ª Divisão Militar Administrativa
23 de Junho de 1817	Ministro da Marinha e das Colónias
12 de Setembro de 1817 a 19 de Novembro de 1819	Ministro da Guerra
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Conde do Império em 1808 • Marquês em 1819 • Par do Reino em 1814 • Grande Cruz de São Luís em 1814
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 2 de Outubro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804

- | | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">• Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805 |
|--|--|

Grouchy



Figura 45- Grouchy

Emmanuel Grouchy	
Data de Nascimento	23 de Outubro de 1766 - Paris
Morte	29 de Maio de 1847 – Saint Etienne
Alcunhas	-
Origens Sociais	Nobre, filho dos marqueses de Grouchy
Esposas	Casou com Cecile-Céleste Le Doulcet de Pontécoulant (1767-1827) em 1785 Casou com Fanny Hua em 1827
Descendência	Ernestine (1787–1866) Alphonse Frédéric Emmanuel (1789-1864) Aimée-Clémentine (1791 – 1826) Victor (1796 - 1864) Noémie (1830 – 1843)
Formação Militar	Sim. Na Escola de Artilharia de Estrasburgo.
Outras Actividades	-
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
31 de Março de 1780	Entrada na Escola de Artilharia de Estrasburgo
24 de Agosto de 1781	Alferes (<i>sous-lieutenant</i>) no Regimento de Artilharia do Franche-Comté
24 de Outubro de 1781	Capitão no Regimento Estrangeiro Real

25 de Dezembro de 1786	Tenente-Coronel e alferes na Guarda-Real na companhia Escocesa
17 de Janeiro de 1787	Saída do Exército
18 de Dezembro de 1791	Regresso ao exército como Tenente-Coronel no 12º Regimento de Caçadores a Cavallo (<i>Chasseurs à Cheval</i>)
5 de Fevereiro de 1792	Coronel no 2º Regimento de Dragões
8 de Julho de 1792	Coronel no 6º Regimento de Hussardos
7 de Setembro de 1792	Marechal de Campo no Exército do Midi
8 de Março de 1793	Integrado no Exército das Costas de Cherbourg
15 de Maio de 1793	Integrado no Exército das Costas de Brest
30 de Setembro de 1793	Suspensão das suas funções
19 de Novembro de 1793	Suspensão do Exército devido à sua origem nobre
23 de Novembro de 1794	Reintegração no Exército do Oeste
13 de Junho de 1795	Promoção a General de Divisão e Chefe do Estado-maior do exército anterior
21 de Julho de 1795	Participa na vitória da Baía de Quiberon sobre forças de emigrados franceses
25 de Março de 1796	Chefe do Estado Maior do Exército do Norte
19 de Agosto de 1796	Comandante da Ile de Ré
22 de Setembro de 1796	Comandante da 12ª Divisão Militar Administrativa
17 de Março de 1798	Integrado no Exército da Inglaterra
16 de Agosto de 1798	Integrado no Exército de Mayence
14 de Outubro de 1798	Integrado no Exército de Itália
19 de Junho de 1799	Participa na Batalha de Trébia
15 de Agosto de 1799	Participa na Batalha de Novi
6 de Julho de 1800	Integrado no Exército da Reserva
23 de Julho de 1800	Integrado no Exército do Reno
3 de Dezembro de 1800	Comanda uma divisão na Batalha de Hohenlinden
24 de Julho de 1801	Inspector-Geral da Cavalaria
29 de Agosto de 1803	Integrado no campo de treinos de Bayonne e depois de Brest

Agosto de 1805 a Julho de 1807	Participa nas Campanhas do Ulm, Jena, Eylau e Friedland
Setembro de 1805	Integrado no II Corpo da <i>Grande Armée</i>
Outubro de 1806	Comandante da 2ª Divisão de Dragões
6 de Outubro de 1807	Inspector-geral da Cavalaria da 1ª Divisão Militar Administrativa
8 de Novembro de 1807	Comandante de 4 Brigada de Cavalaria do Corpo de Observação da Costa dos Oceanos
Maior de 1808	Governador de Madrid
Julho de 1808	Comandante da cavalaria na vanguarda do Exército de Espanha
9 de Novembro de 1808	Integrado no Exército de Itália
14 de Junho de 1809	Participa na Batalha de Raab
31 de Julho de 1809	Coronel-General dos Caçadores
26 de Fevereiro de 1812	Comandante do III Corpo de Reserva de Cavalaria da <i>Grande Armée</i> durante a Campanha da Rússia
15 de Dezembro de 1813	Comandante da cavalaria da <i>Grande Armée</i> e participa de forma activa na Campanha da França de 1814
19 de Julho de 1814	Inspector-geral dos caçadores e dos lanceiros (<i>chevau-legers-lanciers</i>)
31 de Março de 1815	Comandante das seguintes divisões administrativas militares: 7ª e 19ª . Parte para Lyon com estas onde captura o Duque de Angôleme
13 de Abril de 1815	Comandante do 7º Corpo de Observação
3 de Junho de 1815	Comandante da cavalaria do exército
16 de Junho de 1815	Participa na Batalha de Ligny
18 de Junho de 1815	Não participa na Batalha de Waterloo
19 de Junho de 1815	Vitória na Batalha do Wavre sobre forças prussianas
23 de Junho de 1815	Comandante do Exército do Norte
24 de Julho de 1815	Suspensão das suas funções
14 de Julho de 1820	Readmitido no quadro do exército e com direito a pensão
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Conde do Império em 1808

	<ul style="list-style-type: none">• Comandante da Ordem de São Luís a 17 de Janeiro de 1815
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none">• Cavaleiro a 11 de Dezembro de 1803• Grande Oficial a 14 de Junho de 1804• Grande Cruz a 13 de Julho de 1807

Jourdan



Figura 46- Jourdan

Jean-Baptiste Jourdan	
Data de Nascimento	29 de Abril de 1762 - Limoges
Morte	23 de Novembro de 1833 - Paris
Alcunhas	Vencedor de Fleurus
Origens Sociais	Filho de Médico-cirurgião
Esposa	Casou com Jeanne Nicolas (1840) em 1788
Descendência	Angélique Catherine (1789/1791- 1879) Camille (180?-1842) Jeanne Madeleine Delphine (1797-1839) Sophie Catherine Victoire (180?-1820) Nina (1800-1833)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Vendedor numa Retrosaria, Vendedor Ambulante
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
2 de Abril de 1778	Soldado voluntário na base de Ile de Rhé
10 de Dezembro de 1778	Incorporado no Regimento de Auxerrois
1 de Julho de 1783	Serviço no Corpo Expedicionário enviado para os Estados Unidos da América
26 de Junho de 1784	Saída do Exército como praça
9 de Outubro de 1791	Eleito <i>Chef de Bataillon</i> do 2º Batalhão do Haute Vienne
6 de Novembro de 1792	Participa na Batalha de Jemappes

27 de Maio de 1793	Promoção a General de Brigada
30 de Julho de 1793	Promoção a General de Divisão
6 a 8 de Setembro de 1793	Lidera uma divisão na Batalha de Hondshoote
11 de Setembro de 1793	Comandante em Chefe do Exército das Ardenas
22 de Setembro de 1793	Comandante em Chefe do Exército do Norte
15-16 de Outubro de 1793	Vitória na Batalha de Wattignies
10 de Janeiro de 1794	Chamado pelo Comité de Salvação Pública por ter desobedecido a uma ordem. Perdoado mas destituído da sua posição de comando
10 de Março de 1794	Regresso ao activo como Comandante em Chefe do Exército da Mosela
12 de Junho de 1794	Início do Cerco a Charleroi
16 de Junho de 1794	Derrota na Batalha de Lambusart perante forças austro-holandesas
26 de Junho de 1794	Vitória na Batalha de Fleurus
7 de Junho de 1795	Fim do Cerco de Luxemburgo
13 de Junho de 1795	Comandante em Chefe do Exército do Sambre e Meuse
24 de Agosto de 1796	Derrota na Batalha de Amberg perante o Arquiduque Carlos da Áustria
3 de Setembro de 1796	Derrota na Batalha de Wurzburg perante o Arquiduque Carlos da Áustria
16-19 de Setembro de 1796	Derrota na Batalha de Limburg perante o Arquiduque Carlos da Áustria
8 de Outubro de 1796	Sai do comando do Exército do Norte
Março de 1797	Deputado pelo Haute-Vienne na Assembleia dos Quinhentos
5 de Setembro de 1798	Promulgação da Lei Jourdan – referente à conscrição
14 de Outubro de 1798 – 13 de Abril de 1799	Comandante em Chefe do Exército do Danúbio
21 de Março de 1799	Derrota em Ostrach perante o Arquiduque Carlos da Áustria

25 de Março de 1799	Derrota em Stockach perante o Arquiduque Carlos da Áustria
Maio de 1799	Volta ao cargo de deputado pelo Haute-Vienne
21 de Janeiro de 1800	Inspector-Geral da Infantaria e da Cavalaria
1800-1802	Administrador-Geral de Piemonte
1 de Dezembro de 1802	Conselho de Estado
25 de Janeiro de 1804	Comandante em Chefe do Exército de Itália
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
17 de Março de 1806	Governador de Nápoles
1808-1809	Major-General do Rei de Espanha – José Bonaparte
27-28 de Julho de 1809	Derrota na Batalha de Talavera de la Reina perante Arthur Wellesley o Duque de Wellington
8 de Julho de 1811	Governador de Madrid
21 de de Junho de 1813	Derrota na Batalha de Vitoria perante Arthur Wellesley o Duque de Wellington
30 de Janeiro de 1814	Comandante da 15ª Divisão Militar Administrativa
21 de Junho de 1814	Governador da 15ª Divisão Militar Administrativa
3 de Maio de 1815	Governador de Besançon e comandante da 6ª Divisão Militar Administrativa
26 de Junho de 1815	Comandante em Chefe do Exército do Reno
27 de Dezembro de 1815	Destituído do cargo de Governador da 15ª Divisão Militar Administrativa
10 de Janeiro de 1816	Governador da 7ª Divisão Militar Administrativa
3 de Agosto de 1830	Comissário provisório do Departamento para os Assuntos Estrangeiros
11 de Agosto de 1830	Governador dos Les Invalides
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Conde do Império em 1814 • Par do Reino em 1816
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 2 de Outubro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805 • Chefe da 16º Coorte desde 1804

Kellermann



Figura 47- Kellermann

Francois-Etienne-Christophe Kellermann	
Data de Nascimento	28 de Maio de 1735 - Estrasburgo
Morte	23 de Setembro de 1820 - Paris
Alcunhas	Vencedor de Valmy, Nestor do Exército
Origens Sociais	Filho de advogado, magistrado em Estrasburgo
Esposa	Casou com Marie-Anne de Barbé-Marbois (1744-1812) em 1769
Descendência	François Etienne Kellermann (1770 -1835) Marguerite Cécile (1773- 1850)
Formação Militar	Sim, como cadete no Regimento de Hussardos de Lowendal.
Outras Actividades	
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
1752	Cadete no Regimento de Hussardos de Lowendal
1753	Aspirante no Regimento Real Bávaro
6 de Maio de 1756	Tenente nos Voluntários da Alsácia
9 de Abril de 1758	Promoção a Capitão de 2ª classe (<i>Capitaine en 2º</i>) – participação na Guerra dos Sete Anos
13 de Abril de 1761	Serviço nos voluntários do Dauphiné

12 de Abril de 1763	Serviço na Legião de Conflans
24 de Março de 1769	Serviço nos Hussardos da Legião de Conflans
24 de Março de 1772	Promovido, temporariamente, a Tenente Coronel
26 de Junho de 1776	Volta a capitão, na posição de <i>capitaine commandant</i>
14 de Novembro de 1779	Promoção a Major no Regimento de Hussardos de Conflans
2 de Abril de 1780	Promoção a Tenente-Coronel no Regimento de Hussardos do Coronel-General
1 de Janeiro de 1784	Promoção a <i>Brigadier des Armées</i>
15 de Janeiro de 1784	Promoção a <i>Mestre-de camp en 2e</i>
9 de Março de 1788	Promoção a Marechal de Campo
19 de Março de 1792	Promoção a Tenente-General
20 de Agosto de 1792	Comandante em chefe do Exército do Centro, mais tarde denominado da Mosela
20 de Setembro de 1792	Vitória na Batalha de Valmy perante forças prussianas
10 de Novembro de 1792	Comandante em chefe do Exército dos Alpes
20 de Maio de 1793	Comandante em chefe do Exército dos Alpes e de Itália
9 de Agosto de 1793	Nomeado para a suprimir a insurreição <i>federé</i> de Lyon
14 de Setembro de 1793	Destituição do Exército após discussão com os representantes em missão de Lyon
15 de Janeiro de 1794	Reintegração no Exército
3 de Março de 1795	Comandante em chefe do Exército dos Alpes e de Itália
31 de Agosto de 1795	Comandante em chefe do Exército dos Alpes
28 de Agosto de 1797	Comandante da 7ª Divisão Militar Administrativa
21 de Outubro de 1797	Reforma
5 de Fevereiro de 1798	Reintegração na organização da cavalaria da 17ª Divisão Militar Administrativa
17 de Abril de 1798	Presidente do Comité Militar para a classificação das praças de guerra
15 de Setembro de 1798	Inspector-Geral da cavalaria do Exército da Inglaterra
16 de Abril de 1799	Inspector-Geral da cavalaria do Interior

15 de Junho de 1799	Inspector das tropas francesas na República da Batávia (Holanda)
19 de Maio de 1804	Marechal do Império – como senador
19 de Setembro de 1805	Comandante do 3º Corpo de Reserva
20 de Setembro de 1806	Coamdante do Exército de Reserva
6 de Outubro de 1807	Inspector-Geral de cavalaria nas seguintes divisões militares administrativas: 5ª, 25ª e 26ª
11 de Novembro de 1807	Inspector-Geral de cavalaria na 26ª Divisão Militar Administrativa
1 de Abril de 1808	Comandante do Exército de Reserva do Reno
25 de Novembro de 1808	Comandante do Exército de Reserva da Espanha
17 de Abril de 1809	Comandante do Exército de Reserva do Reno
8 de Maio de 1809	Comandante do Corpo de Observação do Elba
27 de Junho 1809	Comandante das seguintes divisões militares administrativas: 5ª, 25ª e 26ª
26 de Setembro de 1809	Comandante do Exército de Reserva do Norte
24 de Março de 1812	Responsável pela organização das coortes da Guarda Nacional na 1ª Divisão Militar Administrativa
17 de Abril de 1812	Comandante das seguintes divisões militares administrativas: 25ª e 26ª
20 de Janeiro de 1813	Comandante provisório do Corpo de Observação do Reno
17 de Novembro de 1813	Comandante das seguintes divisões militares administrativas: 2ª, 3ª e 4ª
22 de Abril de 1814	Comissário extraordinário do Rei na 3ª Divisão Militar Administrativa
21 de Junho de 1814	Governador da 5ª Divisão Militar Administrativa
23 de Setembro de 1815	Reforma
14 de julho de 1816	Entitulado ao mesmo tratamento dos Marechais de França
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Valmy em Maio de 1808 • Par do Reino em 1814 • Grande Cruz de São Luís 1815

Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none">• Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805
------------------------	--

Lannes



Figura 48- Lannes

Jean Lannes	
Data de Nascimento	10 de Abril de 1769 - Lectoure, Gers
Morte	31 de Maio de 1809- Ebersdorf, Império Austríaco
Alcunhas	Rolando da <i>Grande Armée</i>
Origens Sociais	Filho de comerciante
Esposas	Casou com Jeanne Jacqueline Barbe, conhecida por Pauline Méric em 1795 e divorciou-se desta em 1799 Casou com Louise Antoinette Guéhéneuc (1782-1856) em 1800
Descendência	Louis Napoléon (1801-1874) Alfred (1802-1861) nasceu em Lisboa Jean Ernest (1803-1882) nasceu em Lisboa Gustave Olivier (1804 -1875) Joséphine (1806 – 1889)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Aprendiz de Tintureiro
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
20 de Junho de 1792	Eleito Alferes do 2º Batalhão de Gers - integração no Exército dos Pirinéus Orientais
17 de Setembro de 1793	Participação na Batalha de Peyrestortes
20 de Outubro de 1793	Promoção a Tenente
21 de Outubro de 1793	Promoção a Capitão
25 de Dezembro de 1793	Promoção a <i>Chef de Brigade</i> - Coronel

29 de Abril a 1 de Maio de 1794	Participação na Batalha de Boulou
13 de Agosto de 1794	Participação na Batalha de Sant Llorenç de la Muga
17-20 de Novembro de 1794	Participação na Batalha da Montanha Negra
Julho de 1795	Integração no Exército de Itália
23 de Novembro de 1795	Participação na Batalha de Loano
11 de Março de 1796 a 4 de Setembro de 1797	Integração no Exército de Itália de Napoleão. Participação de destaque nas batalhas de: Arcola, Bassano e Lodi
15 de Abril de 1796	Participação corajosa na Batalha de Dego, suscitando o interesse de Napoleão nas qualidades de Lannes
17 de Março de 1797	Promoção a General de Brigada
19 de Julho de 1798 a 23 de Agosto de 1799	Integração no Exército do Oriente – acompanha Napoleão no seu regresso à França
20 de Março a 21 de Maio de 1799	Lidera os assaltos a Acre, sendo ferido na boca
10 de Maio de 1799	Promoção a General de Divisão
9 de Novembro de 1799	Participa no Golpe do 18 do Brumário
19 de Novembro de 1799	Comando em Toulouse
15 de Abril de 1800	Comandante da Guarda Consular
9 de Junho de 1800	Vitória na Batalha de Montebello – contou com o apoio de Victor
14 de Junho de 1800	Participação na Batalha de Marengo
1802-1804	Embaixador em Portugal – consegue a assinatura do Tratado de Neutralidade em Abril de 1804
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
22 de Março de 1805	Comandante do 4º Corpo da Costa dos Oceanos
Julho de 1805 a Julho de 1807	Comandante do V Corpo da <i>Grande Armée</i> - com breves interregnos onde foi substituído por Mortier, Lefebvre e Suchet
2 de Dezembro de 1805	Participação na batalha de Austerlitz – teve a missão de segurar o flanco esquerdo francês com Bernadotte
10 de Outubro de 1806	Vitória na Batalha de Saalfeld sobre forças prussianas

14 de Outubro de 1806	Participação importante na Batalha de Jena
26 de Dezembro de 1806	Batalha de Pultusk perante as forças russas do Conde de Bennigsen
24 de Maio de 1807	Ajuda Lefebre no Cerco de Danzig, contando com o apoio de Oudinot
13 de Junho de 1807	Liderou a vanguarda na batalha de Friedland
13 de Setembro de 1807	Coronel-General das Tropas Suíças
23 de Novembro de 1808	Vitória na Batalha de Tudela sobre Castaños
21 de Fevereiro de 1809	Fim do Segundo Cerco de Saragoça
1809	Comandante em chefe do III e V Corpo do Exército da Espanha
Abril de 1809	Substitui Oudinot no comando do II Corpo do Exército da Alemanha
21 de Maio de 1809	Ferido gravemente na Batalha de Aspern-Essling
31 de Maio de 1809	Morre em Viena após ferimentos graves na Batalha de Aspern-Essling
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Montebello a 15 de Julho de 1808
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 24 de Setembro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 22 de Fevereiro de 1805 • Chefe de 9ª Coorte desde 1804

Lefebvre



Figura 49- Lefebvre

Francois-Joseph Lefebvre	
Data de Nascimento	25 de Outubro de 1755 - Houffach (Haut-Rhine), Alsácia
Morte	14 de Setembro de 1820 - Paris
Alcunhas	-
Origens Sociais	Filho de moleiro e fabricante de perucas
Esposa	Casou com Catherine Hübscher (1753-1835) em 1783
Descendência	Tiveram 14 filhos mas 12 morreram na infância. Os dois que sobreviveram foram: Marie Joseph Xavier (1785 -1812) Joseph (1802 -1817)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	-
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
10 de Setembro de 1773	Praça no Regimento <i>Gardes-Françaises</i>
1777	Promoção a Cabo
28 de Junho de 1783	Promoção a Sargento
2 de Junho de 1786	Sargento dos Granadeiros no mesmo regimento
9 de Abril de 1788	Promoção a Primeiro-Sargento
1 de Setembro de 1789	Tenente na Guarda Nacional
1 de Janeiro de 1792	Capitão no 13º Batalhão de Infantaria Ligeira

3 de Setembro de 1793	Promoção a <i>Chef de Bataillon</i> e nomeação para <i>adjutant-général</i>
2 de Dezembro de 1793	Promoção a General de Brigada
29 de Dezembro de 1793	Participação na Batalha de Wissembourg sob o comando de Hoche no Exército do Sambre e do Meuse
10 de Janeiro de 1794	Promoção a General de Divisão
24 de Junho de 1794	Participação na Batalha de Fleurus
4 de Junho de 1796	Participação na Batalha de Altenkirchen
15 de Junho de 1796	Participação na Batalha de Wetzlar
18 de Abril de 1797	Participação na Batalha de Neuwied
Setembro de 1797	Comandante provisório do Exército do Sambre e Meuse após morte de Hoche
21 de Março de 1799	Ferido na Batalha de Ostrach
11 de Agosto de 1799	Comandante da 17ª Divisão Administrativa Militar
9 de Novembro de 1799	Comandante das seguintes divisões administrativas militares: 14ª, 15ª e 17ª
18 de Março de 1800	Comandante da 1ª Divisão do Exército da Reserva
23 de Novembro de 1801	Reforma
19 de Maio de 1804	Marechal do Império enquanto senador
19 de Setembro de 1805	Comandante do 2º Corpo de Reserva da <i>Grande Armée</i>
11 de Setembro de 1806	Comandante do V Corpo da <i>Grande Armée</i> , sendo posteriormente substituído por Lannes
Janeiro de 1807	Comandante do X Corpo da <i>Grande Armée</i>
19 de Março a 21 de Maio de 1807	Cerco de Danzig
Setembro de 1808	Comandante do IV Corpo do Exército da Espanha
31 de Outubro de 1808	Participação na Batalha de Durango ou Pancorbo
7 de Março de 1809	Comandante do Exército Bávaro, que se torna no VII Corpo do Exército da Alemanha
19 a 23 de Abril de 1809	Participação na Manobra de Landshut com presença nas batalhas de: Teugen-Hausen (19 de Abril),

	Abensberg (20 de Abril), Landshut (21 de Abril), Eckmuhl (22 de Abril) e Ratisbon (23 de Abril)
Maio a Outubro de 1809	Colocação no Tirol onde põe fim à insurreição de Andreas Hofer
Abril de 1812	Comandante da Velha Guarda da Guarda Imperial
26 de Janeiro de 1814	De convalescença após a retirada da Rússia
Fevereiro a Abril de 1814	Comandante da Velha Guarda da Guarda Imperial - presente nas batalhas de Montmirail e Champaubert
23 de Setembro de 1815	Reforma, sendo privado da sua pensão no dia 27 de Dezembro de 1815
12 de Janeiro de 1817	Restituição das honras e direitos de um Marechal de França
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Danzig a 27 de Maio de 1807 • Par do Reino em 1814 • Cavaleiro de São Luís em 1814
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 2 de Outubro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 22 de Fevereiro de 1805 • Chefe da 5ª Coorte desde 1804

Macdonald



Figura 50- MacDonald

Etienne-Jacques-Joseph-Alexandre MacDonald	
Data de Nascimento	17 de Novembro de 1765 - Sedan
Morte	25 de Setembro de 1840 - Beaulieu-sur-Loire
Alcunhas	-
Origens Sociais	Filho de fidalgo escocês da família Clanronald
Esposas	Casou com Marie-Constance Soral de Monloisir (1771-1797) em 1791 Casou com Félicité Françoise de Montholon (1780-1804) em 1802 Casou com Ernestine Thérèse Gasparine de Bourgoing (1789-1870) em 1821
Descendência	Anne Charlotte (1792-1870) Adèle Elisabeth (1794-1822) Alexandrine Anne Sidonie (1803-1869) Louis Marie Alexandre Charles (1824-1881)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
1784	Regimento Irlandês no Exército Revolucionário Holandês na guerra contra a Prússia

1 de Abril de 1785	Promovido a Tenente
1786	Regimento extinto
12 de Junho de 1787	Comissão de Alferes (<i>sous-lieutenant</i>) no Regimento de Dillon – futuro 87º Regimento de Infantaria
10 de Outubro de 1791	Promoção a Tenente
17 de Junho de 1792	Ajudante de Campo do General Beurnonville
19 de Agosto de 1792	Promoção a Capitão
29 de Agosto de 1792	Ajudante de Campo do General Dumouriez
6 de Novembro de 1792	Participação na Batalha de Jemappes
12 de Novembro de 1792	Tenente-Coronel no 94º Regimento
1 de Março de 1793	<i>Chef de Brigade</i> – Coronel – 2º Regimento
26 de Agosto de 1793	Promoção a General de Brigada
28 de Novembro de 1794	Promovido a General de Divisão e destacado para o Exército do Norte onde comandou a 1ª Divisão
1797	Comando das tropas colocadas na Holanda
24 de Abril de 1798	Destacado para o Exército de Itália
11 de Julho de 1798	Comandante das tropas francesas em Roma
19 de Novembro a 3 de Janeiro de 1799	Campanha contra o general Mack - em conjunto com general Championnet – que resultou nos combates de Ferentino, Otrocoli e Civita Castellana (5 de Dezembro) e Capua (3 de Janeiro)
13 de Fevereiro de 1799	Comandante em chefe do Exército de Nápoles
19 de Junho de 1799	Derrotado por Suvorov na Batalha de Trébia
21 de Janeiro de 1800	Inspector-Geral da Infantaria
29 de Março de 1800	Destacado para o Exército da Reserva
5 de Outubro de 1800 a 1 de Abril de 1801	Comandante do Exército de Grissons – destacou-se pela travessia da passagem do Splungen
1801	Missão diplomática na Dinamarca
28 de Fevereiro de 1807	Autorizado a servir no Reino de Nápoles
28 de Março de 1809	Destacado para o Exército de Itália, ficando sob o comando de Eugénie de Beauharnais
6 de Julho de 1809	Participação na batalha de Wagram, que lhe valeu o bastão de marechal

12 de Julho de 1809	Marechal do Império
24 de Abril de 1810	Governador-geral da Catalunha e Comandante em chefe do Exército da Catalunha
3 de Abril de 1812	Comandante do X Corpo da <i>Grande Armée</i>
Julho a Setembro de 1812	Cerco a Riga
10 de Abril de 1813	Comandante do XI Corpo da <i>Grande Armée</i>
2 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Lutzen
21 a 21 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Bautzen
26 de Agosto de 1813	Derrotado por Blücher na Batalha de Katzbach
16 a 19 de Outubro de 1813	Participação na Batalha de Leipzig
Janeiro a Abril de 1814	Comandante do XI Corpo da <i>Grande Armée</i>
21 de Junho de 1814	Governador da 21ª Divisão Administrativa Militar
Março de 1815	Comandante do exército formado em Paris, sobre as ordens do Duque de Berry
2 de Julho de 1815	Grande-Chanceler da Ordem Real da Legião de Honra
26 de Julho de 1815	Comandante em Chefe do Exército do Loire
8 de Setembro de 1815	Major-General da Guarda Real
3 de Outubro de 1815 a 13 de Novembro 1830	Governador da 21ª Divisão Administrativa Militar
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Tarento a 9 de Dezembro de 1808 • Cavaleiro de São Luís em 1820
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 2 de Outubro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 14 de Agosto de 1809

Marmont



Figura 51- Marmont

Auguste-Frédéric-Louis Vièssé de Marmont	
Data de Nascimento	20 de Julho de 1774 - Chatillon/Seine , Cote-d'Or
Morte	22 de Março de 1852 – Veneza, Reino da Lombardia - Venécia
Alcunhas	O Rei Marmont, Ragusa
Origens Sociais	Filho de oficial vindo da pequena nobreza
Esposa	Casou com Anne Marie Hortense Perregaux (1779-1857) em 1798
Descendência	Não
Formação Militar	Sim, em Artilharia na Escola de Artilharia de Chalons
Outras Actividades	
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
6 de Julho de 1790	Alferes (<i>sous-lieutenant</i>) no batalhão da guarnição de Chartres
1 de Março de 1792	Escola de Artilharia de Chalons
1 de Setembro de 1792	Tenente 2ª Classe
8 de Março de 1793	Tenente 1ª Classe
2 de Dezembro de 1793	Envio para Toulon, onde ficou sob o comando de Napoleão na artilharia

3 de Fevereiro de 1796	Promoção a Capitão e nomeação para ajudante de campo do então General Bonaparte
8 de Fevereiro de 1796	Promoção a <i>Chef de Bataillon</i> - Tenente-Coronel
11 de Março de 1796 a 4 de Setembro de 1797	Integração no Exército de Itália de Napoleão.
13 de Outubro de 1796	Promoção a <i>Chef de Brigade</i> - Coronel
3 de Maio de 1797	Comandante do 2º Regimento de Artilharia a Cavalo (<i>Artillerie à cheval</i>)
10 de Junho de 1798	Promoção a General de Brigada
19 de Julho de 1798 a 23 de Agosto de 1799	Integração no Exército do Oriente – acompanha Napoleão no seu regresso à França
9 de Novembro de 1799	Participa no Golpe do 18 do Brumário
15 de Abril de 1800	Comandante da Artilharia do Exército de Itália
14 de Junho de 1800	Participação na Batalha de Marengo, onde organizou a artilharia para o último assalto
9 de Setembro de 1800	Promoção a General de Divisão
10 de Setembro de 1802	Primeiro Inspector-Geral da Artilharia
1 de Fevereiro de 1804	Comandante do campo de treinos de Utrecht
1 de Fevereiro de 1805	Coronel-General dos Caçadores a Cavalo
Setembro de 1805	Comandante do II Corpo da <i>Grande Armée</i>
7 de Julho de 1806	Comandante do Exército da Dalmácia (antigo II Corpo)
Julho de 1806 a Julho de 1809	Governo Militar da Dalmácia com administração civil de Dandolo
17 de Maio de 1809	Início da Campanha da Dalmácia contra uma invasão austríaca
24 a 26 de Junho de 1809	Campanha da Dalmácia – Vitória na Batalha de Graz sobre os austríacos
6 de Julho de 1809	Presente na batalha de Wagram - não chega a entrar no combate
11 de Julho de 1809	Persguição ao exército do Arquiduque Carlos - Batalha do Znaim
12 de Julho de 1809	Marechal do Império

1809-1811	Governador-Geral das Províncias Ilírias
9 de Abril de 1811	Comandante em chefe do Exército de Portugal
20 de Janeiro de 1812	Não consegue evitar a perda de Ciudad Rodrigo
22 de Julho de 1812	Derrotado por Arthur Wellesley – Duque de Wellington - na batalha de Salamanca
20 de Fevereiro de 1813	Comandante do 2º Corpo de Observação do Reno
12 de Março de 1813	Comandante do VI Corpo da <i>Grande Armée</i>
2 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Lutzen
21 a 21 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Bautzen
26 a 27 de Agosto de 1813	Participação na Batalha de Dresden
16 a 19 de Outubro de 1813	Participação na Batalha de Leipzig
Janeiro a Abril de 1814	Presente na Campanha da França
25 de Março de 1814	Derrota na Batalha de Fère-Champenoise
31 de Março de 1814	Participação na Batalha de Paris
1 a 4 de Abril de 1814	Rendição do seu VI Corpo aos aliados
1 de Junho de 1814	Capitão-Comandante da 6ª Companhia da Guarda Real
8 de Setembro de 1815	Major-General da Guarda Real
28 de Agosto de 1817	Lugar-Tenente do rei nas seguintes divisões militares administrativas: 7ª e 19ª
29 de Agosto de 1821	Governador da 1ª Divisão Militar Administrativa
1826	Embaixador na Rússia
17 de Fevereiro de 1828	Membro do Conselho Superior de Guerra
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Ragusa a 28 de Junho de 1808 • Grande Cruz de São Luís em 1820
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 2 de Outubro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805

Masséna



Figura 52- Masséna

Andre Masséna	
Data de Nascimento	6 de Maio de 1758 - Nice (Reino da Sardenha)
Morte	4 de Abril de 1817 - Paris
Alcunhas	O Filho querido da Vitória
Origens Sociais	Filho de comerciante – Orfão desde os 6 anos
Esposa	Casou com Anne-Marie-Rosalie Lamare (1765-1829) em 1789
Descendência	Marie (1790-1794) Jacques Prosper (1793-1821) Victoire Thérèse (1794–1857) François Victor (1799-1863)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Vendedor de Fruta, Marinha Mercante, Contrabandista
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
18 de Agosto de 1775	Praça no Exército de Sardenha – 1º Batalhão de Infantaria Ligeira
1 de Setembro de 1776	Promoção a Cabo
18 de Abril de 1777	Promoção a Sargento
14 de Abril de 1783	Promoção a Furriel
4 de Setembro de 1784	Promoção a Ajudante de Oficial

30 de Setembro de 1789	Fim do serviço ao Exército da Sardenha
Setembro de 1791	Eleito <i>Adjutant-Major</i> na Guarda Nacional do Var
1792	Eleito <i>Chef de Bataillon</i> na Guarda Nacional do Var
22 de Agosto de 1793	Promoção a General de Brigada - integrado no Exército de Itália
14 de Dezembro de 1793	Destacado para Toulon
20 de Dezembro de 1793	Promoção a General de Divisão
10 de Janeiro de 1794	Regresso ao Exército de Itália
21 de Setembro de 1794	Vitória na Primeira Batalha de Dego
24 de Novembro de 1795	Vitória na Batalha de Loano – ao lado de Augereau
11 de Março de 1796 a 4 de Setembro de 1797	Integração no Exército de Itália de Napoleão.
19 de Dezembro de 1798	Comandante em Chefe do Exército da Helvécia
6 de Junho de 1799	Derrotado pelo Arquiduque Carlos na Primeira Batalha de Zurique
17 de Julho de 1799	Comandante em Chefe do Exército do Danúbio
25 a 26 de Setembro de 1799	Vitória na Segunda Batalha de Zurique sobre forças russas de Korsakov
20 de Abril a 8 de Junho de 1800	Cerco de Génova
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
30 de Agosto de 1805	Comandante em Chefe do Exército de Itália
18 de Outubro de 1805	Batalha de Verona contra o Arquiduque Carlos
30 de Outubro de 1805	Batalha do Caldiero contra o Arquiduque Carlos
8 de Fevereiro a 18 de Julho 1806	Comandante do Exército de Nápoles – conquista o reino após o cerco de Gaeta
Janeiro a Fevereiro de 1807	Comando temporário do V Corpo na Polónia
13 de Março de 1809	Comandante em Chefe do Corpo de Observação do Reno – futuro IV Corpo que combateria na Campanha do Danúbio em Aspern-Essling e Wagram
19 a 23 de Abril de 1809	Participação na Manobra de Landshut com presença nas batalhas de: Teugen-Hausen (19 de Abril),

	Abensberg (20 de Abril), Landshut (21 de Abril), Eckmuhl (22 de Abril) e Ratisbon (23 de Abril)
3 de Maio de 1809	Participação na Batalha de Ebersberg
20 a 21 de Maio	Participação na Batalha de Aspern-Essling - ferido em combate, partiu a perna após queda do cavalo, continuou a liderar apesar do ferimento
5 a 6 de Julho	Participação na Batalha de Wagram
17 de Abril de 1810	Comandante em Chefe do Exército de Portugal
10 de Julho de 1810	Tomada de Ciudad Rodrigo
27 de Agosto de 1810	Tomada de Almeida
27 de Setembro de 1810	Derrotado por Arthur Wellesley – Duque de Wellington – na Batalha do Buçaco
Março a Abril de 1811	Retirada de Portugal
3 de Maio de 1811	Derrotado por Arthur Wellesley – Duque de Wellington – na Batalha de Fuentes de Oñoro
14 de Abril de 1813	Governador de Toulon
3 a 8 de Julho de 1815	Governador de Paris
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Rivoli a 24 de Abril de 1808 • Príncipe de Essling a 31 de Janeiro de 1810
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 11 de Dezembro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805 • Chefe da 14ª Coorte desde 1804

Moncey



Figura 53- Moncey

Bon-Adrien Jannot de Moncey	
Data de Nascimento	31 de Julho de 1754 – Palise, Doubs
Morte	20 de Abril de 1842 - Paris
Alcunhas	Fabius
Origens Sociais	Filho de advogado que trabalhava na assembleia local
Esposa	Casou com Charlotte de Remillet (1761-1842) em 1790
Descendência	Anne-Françoise (1791-1842) Bon-Marie (1792-1817) Jeanne (1807-1853)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
1768	Voluntário no Regimento de Infantaria de Champagne
18 de Abril de 1774	Gendarme na Companhia dos Ingleses (<i>Compagnie des Anglais</i>)
16 de Agosto de 1779	Alferes (<i>sous-lieutenant</i>) no Corpo de Infantaria de Nassau-Siegen
30 de Agosto de 1782	Tenente 2ª Classe (<i>lieutenant en 2º</i>)

1 de Julho de 1785	Tenente 1ª Classe (<i>lieutenant en 1º</i>), com a mesma unidade em Montreal
1 de Junho de 1788	Transferência para o 5º Batalhão de Caçadores
1 de Abril de 1791	Promoção a Capitão
26 de Junho de 1793	Promoção a <i>chef de Bataillon</i> - Tenente-Coronel
18 de Fevereiro de 1794	Promoção a General de Brigada por um representante em missão e ao serviço do Exército dos Pirinéus Ocidentais
9 de Junho de 1794	Promoção a General de Divisão
17 de Agosto de 1794	Comandante em Chefe do Exército dos Pirinéus Ocidentais
19 de Julho de 1795	A ofensiva liderada por Moncey atinge Bilbao e conclui um armistício em San Sebastian
15 de Setembro de 1795	Comandante da 11ª Divisão Militar Administrativa
16 de Setembro de 1797	Reforma
20 de Setembro de 1799	Regresso à actividade
15 de Novembro de 1799	Membro do Conselho de Oficiais-Generais
30 de Novembro de 1799	Comandante da 12ª Divisão Militar Administrativa
3 de Dezembro de 1799	Comandante da 19ª Divisão Militar Administrativa
24 de Março de 1800	Tenente do Comandante em Chefe do Exército do Reno
Abril de 1800	Integração no Exército da Helvécia
Maior de 1800	Integração no Exército da Reserva
1 de Julho de 1801	Tenente-General das tropas francesas destacadas para a República Cisalpina
Setembro de 1801	General de Divisão no Exército de Midi
3 de Dezembro de 1801 a 15 de Dezembro de 1807	Primeiro Inspector-geral da Gendarmerie
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
16 de Dezembro de 1807	Comandante do Corpo de Observação das Costas do Oceano
28 de Julho de 1808	Não consegue vencer o cerco de Valencia

Outubro de 1808	Comandante do III Corpo da <i>Grande Armée d'Espagne</i>
20 de Fevereiro de 1809	Presente no fim do Segundo Cerco de Saragoça
Março de 1809	Comandante do Exército destacado para a Flandres
1812	Inspector das coortes da Guarda Nacional nos seguintes divisões militares administrativas: 12º, 13º, 14º e 15º
16 de Novembro de 1813	Comandante em Chefe do Exército da Reserva dos Pirinéus
8 de Fevereiro de 1814	Major-General da Guarda Nacional de Paris
31 de Março de 1814	Líder das defesas de Paris
29 de Agosto de 1815	Destituído do cargo por ordenança real
3 de Julho de 1816	Restituição dos cargos e honras
5 de Abril de 1820	Governador da 9ª Divisão Militar Administrativa
12 de Fevereiro de 1823	Comandante em Chefe do IV Corpo do Exército dos Pirinéus
17 de Dezembro de 1833	Governador dos Les Invalides
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Conegliano a 2 de Julho de 1808 • Par do Reino em 1819 • Cavaleiro de São Luís em 1819
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 2 de Outubro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 22 de Fevereiro de 1805 • Chefe da 11º Coorte desde 1804

Mortier



Figura 54- Mortier

Adolphe-Edouard-Casimir-Joseph Mortier	
Data de Nascimento	13 de Fevereiro de 1768 - Cateau-Cambresis
Morte	28 de Julho de 1835 – Paris assassinado no incidente da Máquina Infernal
Alcunhas	O Grande Morteiro – fruto da sua altura (perto de 2 m)
Origens Sociais	Filho de agricultores
Esposa	Casou com Eve-Anne Himmes (1779-1855) em 1799
Descendência	Napoléon (1804-1869) Edouard (1806-1815) Edouard Adolphe Hector Joseph (data desconhecida) Caroline Marie Anne Eve Marguerite (1800-1842) Sophie Malvina Joséphine (1803-1883) Louise (1811-1831) Eve Sophie Stéphanie (1814-1890)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
1 de Setembro de 1791	Eleito capitão no 1º Batalhão do Norte – integrado no Exército do Norte
18 de Março de 1793	Presente na Batalha de Neerwinden

3 de Setembro de 1793	<i>Adjutant-General</i> e promoção a <i>Chef de Bataillon</i> – Tenente Coronel
6 a 8 de Setembro de 1793	Presente na Batalha de Hondschoote
1794	Colocado às ordens do General Marceau
13 de Junho de 1795	Promoção a <i>Chef de Brigade</i> – Coronel
16 de Janeiro de 1797	Transferência para o 23º Regimento de Cavalaria
23 de Fevereiro de 1799	Promoção a General de Brigada
25 de Setembro de 1799	Promoção a General de Divisão feita por Masséna no Exército do Danúbio
26 de Setembro de 1799	Presente na Segunda Batalha de Zurique
19 de Outubro de 1799	Confirmação da graduação
13 de Abril de 1800	Comandante da 17ª Divisão Militar Administrativa e da 15ª Divisão Militar Administrativa
21 de Abril de 1801	Comandante da 17ª Divisão Militar Administrativa
2 de Maio de 1803	Comandante do campo de treinos de Nimégue
Outubro de 1803	Comandante das forças de ocupação de Hanôver
2 de Fevereiro de 1804	Um dos quatro comandantes da Guarda Consular
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
Setembro-Dezembro de 1805	Comandante do VIII Corpo na campanha de Austerlitz
8 de Novembro de 1805	Participação na Batalha de Dürenstein
Janeiro de 1806	Comandante do V Corpo durante a ocupação da Morávia
Dezembro de 1806	Comandante do VIII Corpo na campanha da Polónia
Agosto de 1808	Comandante do VI Corpo na <i>Grande Armée d'Espagne</i>
19 de Novembro de 1809	Participação na Batalha de Ocaña
1811	Coronel-General da artilharia, sapadores e minas da Guarda Imperial
19 de Fevereiro de 1811	Participação na Batalha de Gébora
Abril de 1812	Comandante da Jovem Guarda
18 de Outubro de 1812	Governador do Kremlin
2 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Lutzen

21 a 21 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Bautzen
26 a 27 de Agosto de 1813	Participação na Batalha de Dresden
16 a 19 de Outubro de 1813	Participação na Batalha de Leipzig
Janeiro a Abril de 1814	Presente na Campanha da França
25 de Março de 1814	Derrota na Batalha de Fère-Champenoise
31 de Março de 1814	Participação na Batalha de Paris
22 de Abril de 1814	Comissário extraordinário do Rei na 16ª Divisão Administrativa Militar
21 de Junho de 1814	Comandante das tropas colocadas nos departamentos do Norte, sob o comando do Duque de Orleães
16 de Março de 1815	Inspector de todas as tropas de linha nas praças-fortes de Calais a Landau
8 de Junho de 1815	Comandante de toda a cavalaria da Guarda Imperial – abandona o comando por motivo de doença, sendo substituído por Ney
27 de Dezembro de 1815	Retirado do governo da 16ª Divisão Administrativa Militar
19 de Julho de 1829	Governador da 14ª Divisão Administrativa Militar
11 de Setembro de 1831	Grande-Chancelheiro da Legião de Honra
18 de Novembro de 1834 a 12 de Março de 1835	Ministro de Guerra e presidente do Conselho
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Tréviso a 2 de Julho de 1808
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 11 de Dezembro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805 • Chefe da 2ª Coorte desde 1804

Murat



Figura 55- Murat

Joachim Murat	
Data de Nascimento	25 de Março de 1767 - La Bastide-Fortuniere, Lot
Morte	13 de Outubro de 1815 – Executado no Castelo de Pizzo, Nápoles
Alcunhas	Rei Joachim, Rei Franconi
Origens Sociais	Filho de estalajadeiro
Esposa	Casou com Caroline Bonaparte (1782-1836) em 1800
Descendência	Napoléon Achille (1801-1847) Laetitia Joséphine Marie (1802-1859) Napoléon Charles Lucien (1803-1878) Louise Julie Caroline (1805-1876 ou 1889?)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Estudou para ser padre no Colégio de São Miguel de Cahors e nos Lazaristas de Toulouse entre 1777 e 1787. Fugiu para ser militar. Entre 1789 foi lojista e depois trabalhou numa retrosaria.
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
23 de Fevereiro de 1787	Voluntário no Regimento de Cavalaria <i>Chasseurs des Ardennes</i> que passou a ser denominado no ano seguinte de <i>Chasseurs de Champagne</i> e mais tarde o 12º Regimento de Caçadores a Cavalari
1789	Demissão do Exército
1790	Entrada na Guarda Nacional do departamento de Lot

Janeiro de 1791	Reintegra o Exército. Transferido para a Guarda Constitucional do Rei.
1792	Regressa ao 12º Regimento
20 de Abril de 1792	Promoção a <i>Brigadier</i>
15 de Maio de 1792	Promoção a <i>Maréchal-des-Logis</i>
15 de Outubro de 1792	Promoção a alferes (<i>sous-lieutenant</i>)
14 de Abril de 1793	Promoção a capitão
14 de Agosto de 1793	<i>Chef d'escadron</i> no 21º Regimento de Caçadores a Cavallo (<i>Chasseurs à Cheval</i>) – equivalente a Major
5 de Outubro de 1795	Participa no 13 de Vendemiário, ajudando Napoleão na obtenção das peças de artilharia que seriam usadas no tiro de metralha.
18 de Setembro de 1796	<i>Chef de Brigade</i> - equivalente a Coronel- no mesmo Regimento
1 de Março de 1796 a 4 de Setembro de 1797	Ajudante de campo do então General Bonaparte. Iria ter um papel activo na campanha de Itália (1796-97) enquanto líder da cavalaria
19 de Julho de 1798 a 23 de Agosto de 1799	Integração no Exército do Oriente – acompanha Napoleão no seu regresso à França
23 de Julho de 1799	Promoção a General de Divisão.
25 de Julho de 1799	Batalha de Aboukir. Ferido em combate após participação fulcral na vitória francesa. Um dos poucos que acompanha Napoleão no seu regresso à França
9 de Novembro de 1799	Lidera as tropas que encerrem a Assembleia dos Quinhentos durante Golpe do 18 do Brumário
29 de Novembro de 1799	Comandante e inspector da Guarda dos Cônsules
14 de Junho de 1800	Participa na batalha de Marengo
1 de Agosto de 1800	Comandante dos Granadeiros e Eclaireurs no campo de Beauvais
20 de Novembro de 1800	Comandante em Chefe do Corpo de Observação de Dijon

	Comandante em Chefe do Corpo de Observação de Dijon
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
23 de Julho de 1804	Governador de Paris. Organiza a escolta da Coroação Imperial de 3 de Dezembro de 1804
29 de Agosto de 1805	<i>Lieutenant Général</i> da <i>Grande Armée</i> que lhe concede um lugar superior aos outros marechais, por ser membro da Família Imperial via a esposa
1805-1807	Comandante do Corpo de Reserva de Cavalaria da <i>Grande Armée</i> . Destacou-se pelo seu papel na armadilha do Ulm, na perseguição aos prussianos após Jena (1806) e na carga de Eylau (1807)
20 de Fevereiro de 1808	Nomeado Tenente do Imperador em Espanha
2 de Maio de 1808	Ordena as duras represálias aos eventos revoltosos do Dois de Maio em Madrid
1 de Agosto de 1808 a 2 de Maio de 1815	Rei de Nápoles
Junho-Dezembro de 1812	Líder da cavalaria da <i>Grande Armée</i> na Campanha da Rússia
4 de Dezembro de 1812	<i>Lieutenant Général</i> da <i>Grande Armée</i> . Evacua o exército até Poznan
13 de Janeiro de 1813	Sai da <i>Grande Armée</i> e regressa a Nápoles
26-27 de Agosto de 1813	Regresso à <i>Grande Armée</i> , participa na batalha de Dresden
19 de Outubro de 1813	Após participar na batalha de Leipzig, regressa a Nápoles
Março-Abril de 1814	Deserta Napoleão e passa para o lado da Coligação
2 de Maio de 1815	Derrota na Batalha de Tolentino perante forças austríacas
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Grão Duque de Berg e Clèves a 15 de Março de 1806 • Príncipe do Império em 1805 • Grande almirante em 1805

Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none">• Grande Cruz a 14 de Junho de 1804• Chefe da 12^a Coorte desde 1804
------------------------	---

Ney



Figura 56- Ney

Michel Ney	
Data de Nascimento	10 de Janeiro de 1769 - Sarrelouis
Morte	7 de Dezembro de 1815 – Executado em Paris
Alcunhas	Bravo entre os Bravos, Fúria Vermelha
Origens Sociais	Filho de fabricante de barris
Esposa	Casou com Aglaé Louise Auguié (1782-1854) em 1802
Descendência	Napoleon Joseph (1803-1857) Michel Louis Felix (1804-1854) Eugène Michel (1806-1845) Napoleon Henri Edgar (1812-1882)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Aprendiz de notário, Inspector nas Minas e Forjas
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
6 de Dezembro de 1788	Entrada no 4º Regimento de Hussardos
1 de Janeiro de 1791	Promoção a Furriel
1792	Integração no Exército do Norte
1 de Fevereiro de 1792	Promoção a <i>Maréchal-des-logis</i>
1 de Abril de 1792	Promoção a <i>Maréchal-des-logis chef</i>
14 de Junho de 1792	Promoção a <i>Adjudant</i>
20 de Setembro de 1792	Participação na Batalha de Valmy
29 de Outubro de 1792	Promoção a Alferes (<i>sous lieutenant</i>)
5 de Novembro de 1792	Promoção a Tenente

18 de Março de 1793	Participação na Batalha de Neerwinden
25 de Abril de 1794	Promoção a Capitão - Recebeu do General Kléber o comando de um esquadrão de 500 cavaleiros
Junho de 1794	Integração no Exército do Sambre e Meuse como <i>Chef d'Escadron</i> – Tenente - Coronel
10 de Dezembro de 1794	Promoção a <i>Chef de Brigade</i> – Coronel – e nomeação para <i>adjutant-general</i>
14 de Dezembro de 1794 - 29 de Outubro de 1795	Ferido durante o Cerco de Mainz –regressou em Setembro de 1795
Setembro de 1795 a Junho de 1796	Serviço na Divisão do General Colaud
1 de Agosto de 1796	Promoção a general de brigada
18 de Abril de 1797	Participação na Batalha de Neuwied
21 de Abril de 1797	Capturado pelos austríacos - libertado ao fim de um mês após troca de prisioneiros
28 de Março de 1799	Promoção a general de divisão
23 de Maio de 1799	Serviço no Exército da Helvécia e do Danúbio - comandante da Cavalaria Ligeira
27 de Maio de 1799	Ferido na Batalha de Winterthur
Setembro de 1799	Comando temporário do Exército do Reno - posteriormente entregue ao General Lecourbe
3 de Dezembro de 1800	Comandante de uma divisão de infantaria na Batalha de Hohenlinden
24 de Julho de 1801	Inspector-geral da cavalaria
1802	Comandante da cavalaria do Exército de Santo Domingo
1 de Novembro de 1802	Ministro plenipotenciário na República Helvética e comandante em chefe das forças francesas aí colocadas
28 de Dezembro de 1803	Comandante em chefe do campo de treinos de Compiègne e de Étapes
19 de Maio de 1804	Marechal do Império

Julho de 1805 a Julho de 1807	Comandante do VI Corpo da <i>Grande Armée</i>
14 de Outubro de 1805	Vitória na Batalha de Elchingen
Novembro de 1805	Após invadir o Tirol e ocupa Innsbruck
14 de Outubro de 1806	Participação na Batalha de Jena
8 de Novembro de 1806	Conquista de Magdeburgo
11 de Janeiro de 1807	Inicia os movimentos para Schippenbeil, provocando os eventos que resultariam na Batalha de Eylau
8 de Fevereiro de 1807	Chega tarde mas a tempo de ajudar Napoleão na Batalha de Eylau
14 de Junho de 1807	Participação na Batalha de Friedland, tendo sido ajudado por Victor
1808-1809	Comandante do VI Corpo da <i>Grande Armée d'Espagne</i>
1809-1811	Comandante do VI Corpo da <i>Armée d'Espagne</i>
10 de Julho de 1810	Tomada de Ciudad Rodrigo
27 de Agosto de 1810	Tomada de Almeida
27 de Setembro de 1810	Derrotado por Arthur Wellesley – Duque de Wellington – na Batalha do Buçaco
11 a 15 de Março 1811	Comanda a retaguarda do Exército de Portugal - combates da Pombal (11 de Março), Redinha (12 de Março), Casal Novo (14 de Março) e Foz de Arouce (15 de Março)
22 de Março de 1811	Masséna afasta Ney do comando do VI Corpo
24 de Junho de 1812	Comandante do III Corpo da <i>Grande Armée</i> – participa na Campanha da Rússia
16 a 18 de Agosto de 1812	Ferido na Batalha de Smolensk
7 de Setembro de 1812	Participação na Batalha de Borodino
3 de Novembro de 1812	Assume o comando da retaguarda da retirada com o seu III Corpo, então reduzido a 6000 homens
20 de Novembro de 1812	Participa na Batalha de Krasnoi - chegada ao Orsha onde a retaguarda volta para as mãos de Davout

26 a 29 de Novembro de 1812	Participa na Batalha do Beresina
1813	Comandante em chefe dos III, IV e VII corpos da <i>Grande Armée d'Allemagne</i>
2 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Lutzen
21 a 21 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Bautzen
6 de Setembro de 1813	Derrotado por Bernadotte e Von Bulow na Batalha de Dennewitz
16 a 19 de Outubro de 1813	Participação na Batalha de Leipzig
1814	Comandante da 1ª divisão de <i>voltigeurs</i> da Guarda Imperial
Janeiro a Abril de 1814	Presente na Campanha da França - assume o comando da Jovem Guarda liderando-os em várias batalhas.
4 de Abril de 1814	Liderou o grupo que forçou a abdicação - Moncey, MacDonald, Lefévre, Berthier e Oudinot
20 de Maio de 1814	Comandante em chefe do Corpo Real de Dragões, Caçadores e Lanceiros
Junho de 1814	Governador da 6ª Divisão Administrativa Militar
Junho de 1815	Substitui Mortier no comando da cavalaria da Guarda Imperial e fica com o comando da ala esquerda do Exército do Norte
16 de Junho de 1815	Batalha de Quatre Bras perante Arthur Wellesley – o Duque de Wellington
18 de Junho de 1815	Participação na Batalha de Waterloo
3 de Agosto de 1815	Feito prisioneiro
4 de Dezembro de 1815	Julgado pela Câmara dos Pares – acusado de traição tendo sido executado no dia 6 de Dezembro de 1815
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Príncipe da Moskova a 25 de Março de 1813 • Duque de Elchingen a 6 de Junho de 1808
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 2 de Outubro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805 • Chefe da 7ª Coorte desde 1804

Oudinot



Figura 57- Oudinot

Nicolas-Charles Oudinot	
Data de Nascimento	25 de Abril de 1767 - Bar-de-Duc, Meuse
Morte	13 de Setembro de 1848 - Paris
Alcunhas	Granadeiro, Oudinot dos Granadeiros
Origens Sociais	Filho de Cervejeiro (Fabricante de Cerveja)
Esposa	Casou com François Charlotte Derlin (1768-1810) em 1789 Casou com Eugénie de Coussey (1791-1868) em 1812
Descendência	Nicolas Charles Victor (1791-1863) Auguste (1799-1835) Marie Louise (1790-1832) Caroline Nicolette (1796-1865) Emélie (1796-1805); Joséphine Hippolyte Elisa (1801- 1882) Stéphanie (1809-1893) Charles Joseph Gabriel (1819-1858) Victor Angélique Henri (1822-1891) Louise Marie Thérèse (1816-1909) Caroline Philippine (1818-1896)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	-

Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
2 de Junho de 1784	Praça no Regimento de Médoc
Maio de 1787	Saída do Exército com o posto de Sargento
6 de Setembro de 1791	Eleito Tenente Coronel do 3º Batalhão do Meuse
Setembro de 1792	Defesa com distinção do Forte de Bitche
3 de Novembro de 1793	<i>Chef de Brigade</i> – Coronel – no 4º Demi-Brigade
23 de Maio de 1794	Participação na Batalha de Kaiserlautern
14 de Junho de 1794	Promoção a general de brigada por nomeação dos representantes em missão dos Exércitos do Reno e da Mosela
13 de Junho de 1795	Confirmação da Graduação
Outubro de 1795	Ferido no Combate de Neckerau - regresso a casa para convelescência
Janeiro de 1796	Regresso ao activo – participação na Campanha do Reno de 1796-97
12 de Abril de 1799	Promoção a General de Divisão e integração no Exército do Danúbio, sob a liderança de Masséna
25 a 26 de Setembro de 1799	Participação na Segunda Batalha de Zurique sobre forças russas de Korsakov
8 de Dezembro de 1799	Integrado no Exército de Itália
20 de Abril a 8 de Junho de 1800	Cerco de Génova
25 de Dezembro de 1800	Participação na Batalha de Pozzolo perante forças austríacas - recebeu espada de honra das mãos de Napoleão pelo que fez naquela batalha
24 de Julho de 1801	Inspector-Geral da Infantaria
18 de Dezembro de 1801	Inspector-Geral da Cavalaria
30 de Agosto de 1803	Integrado no campo de treinos de Bruges
5 de Fevereiro de 1805	Comandante dos Granadeiros da Reserva colocados em Arras
Julho de 1805 a Julho de 1807	Participação activa nas Campanhas do Ulm, Austerlitz, Jena e Polónia no V Corpo de Lannes

24 de Maio de 1807	Ajuda Lannes e Lefebvre no Cerco de Danzig
Dezembro de 1807	Comando da guarnição de Danzig
Março de 1809	Comando do II Corpo do Exército da Alemanha – entrega em Abril/Maio o comando ao Marechal Jean Lannes
Junho de 1809	Após morte de Lannes, recebe o comando do II Corpo
6 de Julho de 1809	Participação na Batalha de Wagram
12 de Julho de 1809	Marechal do Império
5 de Janeiro de 1810	Comandante do Exército do Norte
9 de Janeiro de 1812	Comandante do 2º Corpo de Observação do Elba
Março de 1812	Comandante do II Corpo da <i>Grande Armée</i> – Participação na Campanha da Rússia
18 de Agosto de 1812	Na ausência do ferido Oudinot vence a batalha de Polotsk perante as forças russas de Wittgenstein
26 a 29 de Novembro de 1812	Participa na Batalha do Beresina
2 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Lutzen
21 a 21 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Bautzen
31 de Maio de 1813	Comandante do XII Corpo da <i>Grande Armée</i>
23 de Agosto de 1813	Derrotado por Bernadotte e Von Bulow na Batalha de Gross Beeren
6 de Setembro de 1813	Participação na Batalha de Dennewitz
16 a 19 de Outubro de 1813	Participação na Batalha de Leipzig
Janeiro-Abril de 1814	Participação na Campanha da França
8 de Fevereiro de 1814	Comandante do VII Corpo da <i>Grande Armée</i>
20 de Maio de 1814	Comandante em Chefe do Corpo Real de Granadeiros e Caçadores Apeados
21 de Junho de 1814	Governador da 3ª Divisão Militar Administrativa
8 de Setembro de 1815	Major General da Guarda Real
10 de Janeiro de 1816	Governador da 3ª Divisão Militar Administrativa
12 de Fevereiro de 1823	Comandante do I Corpo do Exército dos Pirinéus
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Reggio a 14 de Abril de 1810 • Par do Reino em 1814

	<ul style="list-style-type: none">• Grande Cruz de São Luís em 1817
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none">• Cavaleiro a 11 de Dezembro de 1803• Grande Oficial a 14 de Junho de 1804• Grande Cruz a 16 de Março de 1805

Pérignon



Figura 58- Pérignon

Catherine-Dominique de Pérignon	
Data de Nascimento	31 de Maio de 1754 - Grenade, Haute-Garonne
Morte	25 de Dezembro de 1818 - Paris
Alcunhas	-
Origens Sociais	Pequena Nobreza – Pérignons tornaram-se nobres em 1707
Esposa	Casou com Hélène-Catherine de Grenier em 1786
Descendência	Jean-Baptiste Sophie Pierre (1789-1807) François Henri (1793-1841) Léopold (1806-1862) Marie Josèphe Mélanie (1788-1858) Marie Françoise Germaine(1789?-1844) Justine morreu na infância, sem informação Elisabeth 1790-1790 Marie-Agnès Irma (1803-1849) Adèle morreu na infância, sem informação Caroline (1799-1819) Octavie (1804-1847).
Formação Militar	Sim
Outras Actividades	
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
18 de Agosto de 1769	Brevet de Cadete nos Granadeiros Reais de Guyenne

18 de Agosto de 1784	Alferes (<i>sous-lieutenant</i>) na Guarnição de Lyon. Avanço bloqueado pelo Édito de Ségur que atinge recém-nobres como Pérignon, que não possui o mínimo de quatro gerações.
5 de Setembro de 1791 a Maio de 1792	Deputado do Haute-Garonne na Assembleia Legislativa
16 de Setembro de 1792	Tenente-Coronel na Legião dos Pirinéus
28 de Julho de 1793	Promoção a <i>Chef de Brigade</i> - Coronel
1793	Promoção a General de Brigada
23 de Dezembro de 1793	Promoção a General de Divisão
29 de Abril a 1 de Maio de 1794	Participação na Batalha de Boulou
13 de Agosto de 1794	Participação na Batalha de Sant Llorenç de la Muga
17-20 de Novembro de 1794	Participação na Batalha da Montanha Negra
16 de Outubro de 1795	Deputado do Haute-Garonne na Assembleia dos Quinhentos
26 de Novembro de 1795 a 21 de Dezembro de 1797	Embaixador na Espanha
15 de Agosto de 1799	Participação na Batalha de Novi
15 de Setembro de 1799	Comandante do Exército das Costas de Brest
15 de Abril de 1801 a Abril de 1814	Senador
27 de Outubro de 1801 a 22 de Dezembro de 1802	Vice-Presidente do Senado Conservador
19 de Maio de 1804	Marechal do Império – enquanto Senador
18 de Setembro de 1806	Governador-geral de Parma e Piacenza
23 de Julho de 1808	Governador de Nápoles e comandante do Exército no reino
1813	Governador da 10ª Divisão Militar Administrativa
10 de Janeiro de 1816	Governador da 1ª Divisão Militar Administrativa
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Marquês em 1817 • Par do Reino em 1814 • Cavaleiro de São Luís em 1814

	<ul style="list-style-type: none">• Comandante da Ordem de São Luís em 1816
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none">• Cavaleiro a 2 de Outubro de 1803• Grande Oficial a 14 de Junho de 1804• Grande Cruz a 2 de Fevereiro de 1805

Poniatowski



Figura 59- Poniatowski

Joseph-Antoine Poniatowski	
Data de Nascimento	7 de Maio de 1763 – Varsóvia, Polónia
Morte	19 de Outubro de 1813 – Morto em combate na batalha de Leipzig
Alcunhas	Bayard Polaco
Origens Sociais	Nobreza – Príncipe polaco, sobrinho do rei da Polónia
Esposa	Não
Descendência	Charles Maurice Joseph Poniatowski (1810-1855)
Formação Militar	Sim
Outras Actividades	
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
1780	Comissão de Tenente no Exército Austríaco
1786	Promoção a Coronel no mesmo exército
1788	Ajudante de Campo do imperador José II
25 de Abril de 1788	Participação na Guerra contra os Otomanos – esteve no assalto a Sabac
Outubro de 1789	Regresso à Polónia
6 de Maio de 1792	Tenente General e comandante do Exército Polaco na Ucrânia

18 de Outubro de 1793	Vitória na Batalha de Zieleńce contra os russos
1794	Participação em nova Insurreição Polaca
7 a 10 de Julho de 1794	Participação, enquanto comandante divisionário, nos combates de Blonie
26 a 27 de Julho de 1794	Liderou a raides de cavalaria contra os prussianos em Marymont
5 a 10 de Agosto de 1794	Tomada de Góry Szwedzkie
16 de Novembro de 1794	Fim da Insurreição Kościuszko – Poniatowski retiraria-se eventos políticos até à chegada de Napoleão
7 de Outubro de 1807	Ministro de Guerra e comandante do Exército do Grão Ducado de Varsóvia – Prestou apoio a Davout na formação de regimentos polacos
21 de Março de 1809	Confirmação do posto de Comandante do Exército
10 de Abril de 1809 a 14 de Outubro de 1809	Comandante das forças polacas na Guerra contra os austríacos
19 de Abril de 1809	Vitória na Batalha de Raszyn
14 de Maio de 1809	Tomada de Lublin
24 de Junho de 1812	Comandante do Corpo Polaco – V Corpo da <i>Grande Armée</i> - na Campanha da Rússia
7 de Setembro de 1812	Participação na Batalha de Borodino
26 a 29 de Novembro de 1812	Participação na Batalha de Beresina
Maio de 1813	Defende a passagem da Boémia
16 de Outubro de 1813	Marechal do Império
16 a 19 de Outubro de 1813	Participação na Batalha de Leipzig – morre afogado na tentativa de atravessar o rio Elster
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Grande Oficial a 22 de Julho de 1807 • Grande Cruz a 14 de Julho de 1809

Sérurier



Figura 60- Sérurier

Jean-Mathieu-Philibert Sérurier	
Data de Nascimento	8 de Dezembro de 1742 - Laon
Morte	21 de Dezembro de 1819 - Paris
Alcunhas	Virgem de Itália
Origens Sociais	Pequena Nobreza
Esposa	Casou com Louise Marie Itasse (1755-1828) em 1778
Descendência	Adoptou Marguerite-Félicité Desprez (1795-1854)
Formação Militar	Sim, como cadete no Regimento de Mazarin
Outras Actividades	
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
25 de Março de 1755	Comissão como tenente na Mílicia de Laon
12 de Junho de 1758	Comissão na Milícia de Soissons
1 de Outubro de 1759	Aspirante no Regimento de Infantaria de Mazarin
25 de Abril de 1762	Promoção temporária a Tenente
1763	Promoção a Alferes (<i>sous-lieutenant</i>)
1767	Promoção a Tenente
1776	Promoção a Primeiro Tenente do Regimento
28 de Fevereiro de 1778	Promoção a Capitão de 2ª Classe
10 de Maio de 1783	Promoção a Capitão-Comandante do regimento
17 de Maio de 1789	Promoção a Major do 70º Regimento

29 de Setembro de 1792	Integração na divisão do general Anselme – integrado no Exército do Midi
7 de Novembro de 1792	Exército de Midi divide-se em dois – Exército dos Alpes e Exército de Itália (Divisão do General Anselme)
8 a 12 de Junho de 1793	Participação na Batalha de Saorgio
7 de Agosto de 1793	Promoção a <i>Chef de Bataillon</i> – Tenente-Coronel
22 de Agosto de 1793	Promoção a General de Brigada
24 de Abril de 1794	Participação na Segunda Batalha de Saorgio
21 de Setembro de 1794	Participação na Primeira Batalha de Dego
13 de Junho de 1795	Promoção a General de Divisão
11 de Março de 1796 a 4 de Setembro de 1797	Comandante divisionário no Exército de Itália de Napoleão
30 de Maio de 1796	Participação importante na Batalha de Borghetto
4 de Julho de 1796	Comandante do Cerco de Mântua
27 de Dezembro de 1796	Regressa a Mântua após ausência por doença (malária)
2 de Fevereiro de 1797	Negociou a rendição de Mântua
3 de Junho de 1797	Enviado por Napoleão a Paris para entregar os estandartes capturados
22 de Dezembro de 1798	Ocupação de Lucca por ordem de Joubert
28 de Abril de 1799	Capturado pelos austríacos em Verderio
15 de Novembro de 1799	Membro do Conselho de Oficiais Gerais
27 de Dezembro de 1799 a Abril de 1814	Membro do Senado Conservador
24 de Abril de 1804 – Abril de 1814	Governador dos Les Invalides
19 de Maio de 1804	Marechal do Império enquanto senador
3 de Setembro de 1809	Comandante da Guarda Nacional de Paris
27 de Dezembro de 1815	Privado da sua pensão
1 de Janeiro de 1819	Restituição das honras e direitos de um Marechal de França
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Conde do Império em 1808

	<ul style="list-style-type: none">• Grande Cruz de São Luís em 1814
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none">• Cavaleiro a 2 de Outubro de 1803• Grande Oficial a 14 de Junho de 1804• Grande Cruz a 23 de Fevereiro de 1805

Soult



Figura 61- Soult

Nicolas-Jean de Dieu Soult	
Data de Nascimento	29 de Março 1769 - St.-Amans-la-Bastide, Tarn
Morte	26 de Novembro de 1851 - St.-Amans-la-Bastide, Tarn
Alcunhas	Rei Nicolas
Origens Sociais	Filho do Notário local
Esposa	Casou com Louise Berg of Solingen (1772-1752) em 1796
Descendência	Napoléon-Hector (1802-1857) Joséphine-Louise-Hortense (1804-1862) Caroline (1817-1817)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Foi supostamente aprendiz de padeiro
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
16 de Abril de 1785	Praça no 23º Regimento de Infantaria
13 de Junho de 1787	Promoção a Cabo
31 de Março de 1791	Promoção a Cabo-Furriel (<i>Caporal-Fourrier</i>)
1 de Julho de 1791	Promoção a Sargento
17 de Janeiro de 1792	Promoção a Sargento Instrutor no Batalhão dos Voluntários do Baixo-Reno
16 de Julho de 1792	Promoção a <i>Adjudant-Major</i>
Agosto de 1793	Promoção a Capitão

19 de Novembro de 1793	Adjunto provisório no Estado Maior do Exército da Mosela
30 de Novembro de 1793	Participação na Batalha de Kaiserlautern
29 de Dezembro de 1793	Participação na Batalha de Wissembourg
7 de Fevereiro de 1794	Promoção a <i>Chef de Bataillon</i> pelos Representantes em Missão e nomeação a <i>Adjudant-Général</i> no Exército da Mosela
5 de Abril de 1794	Confirmação da graduação
14 de Maio de 1794	Promoção a Chef de Brigade e nomeação a <i>Adjudant-Général</i> no Exército do Norte
26 de Junho de 1794	Participação na Batalha de Fleurus
28 de Junho de 1794	Transferência para o Exército do Sambre e Meuse
2 de Outubro de 1794	Participação na Batalha de Aldenhoven
11 de Outubro de 1794	Promoção a General de Brigada
22 de Junho de 1795	Participação no Cerco de Luxemburgo
4 de Junho de 1796	Participação na Batalha de Altenkirchen
21 de Abril de 1799	Promoção a General de Divisão e transferência para o Exército do Danúbio
2 a 5 de Junho de 1799	Participação na Primeira Batalha de Zurique
13 de Dezembro de 1799	Transferência para o Exército de Itália
9 de Março de 1800	Lugar-Tenente do Comandante em Chefe do Exército de Itália
20 de Abril a 8 de Junho de 1800	Cerco de Génova – Feito prisioneiro
13 de Fevereiro de 1801	Lugar-Tenente do Comandante em Chefe do Exército de Midi
5 de Março de 1802	Um dos quatro comandantes da Guarda Consular
Agosto de 1803	Comandante em Chefe do Campo de treinos de Saint-Omer
19 de Maio de 1804	Marechal do Império
Julho de 1805 a Julho de 1807	Comandante do IV Corpo da <i>Grande Armée</i> – Participação nas campanhas do Ulm, Austerlitz, Jena, Eylau e Friedland

9 de Novembro de 1808	Comandante do II Corpo da <i>Grande Armée d'Espagne</i>
16 de Janeiro de 1809	Força a retirada inglesa na Batalha da Corunha - falha a captura\destruição do exército britânico
Fevereiro-Março de 1809	Invade Portugal por Orense e toma Chaves
28 de Março de 1809	Conquista o Porto
12 de Maio de 1809	Derrotado por Arthur Wellesley – o Duque de Wellington – na Batalha do Porto
26 de Setembro de 1809	Major General da <i>Armée d'Espagne</i> e do Rei José
19 de Novembro de 1809	Participação na Batalha de Ocaña
14 de Julho de 1810	Comandante em Chefe do Exército do Meio de Espanha
19 de Fevereiro de 1811	Participação na Batalha de Gébora e conquista Badajoz a 11 de Março de 1811
16 de Maio de 1811	Derrotado por Beresford na Batalha de Albuera
22 de Julho a Agosto de 1812	Evacua a Andaluzia após receber notícias da derrota francesa em Salamanca
2 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Lutzen
21 a 21 de Maio de 1813	Participação na Batalha de Bautzen
1 de Julho de 1813	Tenente-General e comandante em chefe de todos os exércitos em Espanha e nos Pirinéus
25 de Julho a 2 de Agosto de 1813	Derrota na ofensiva dos Pirinéus
10 de Abril de 1814	Derrotado por Arthur Wellesley – o Duque de Wellington – na Batalha de Toulouse
21 de Junho de 1814	Governador da 13ª Divisão Administrativa Militar
3 de Dezembro de 1814 a 12 de Março de 1815	Ministro de Guerra de Luís XVIII
9 de Maio de 1815	Major General do Exército Francês – correspondente ao antigo cargo de Major General da <i>Grande Armée</i> de Berthier
18 de Junho de 1815	Participação na Batalha de Waterloo
27 de Dezembro de 1815	Retirado da lista dos marechais por Luís XVIII
3 de Janeiro de 1820	Reintegrado com as antigas honras

30 de Setembro de 1820	Presidente de uma comissão de oficiais-generais para a elaboração de um projecto de reforma do Exército
17 de Novembro de 1830 a 18 de Julho de 1831	Ministro da Guerra
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque da Dalmácia a 29 de Junho de 1808 • Par do Reino em 1815 • Comandante da Ordem de São Luís em 1825
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 11 de Dezembro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 22 de Fevereiro de 1805 • Chefe da 4º Coorte desde 1804

Suchet



Figura 62- Suchet

Louis-Gabriel Suchet	
Data de Nascimento	2 de Maio de 1770 - Lyon
Morte	3 de Janeiro de 1826 - Marselha
Alcunhas	O Homem Justo
Origens Sociais	Filho de um Fabricante e Comerciante de Seda
Esposa	Casou com Honorine Antoine de Saint-Joseph (1790-1884) em 1808
Descendência	Louis-Napoléon (1813-1867 ou 1877) Louise-Honorine (1811-1885) Anne-Marie (1820-1835)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	Aprendiz na área de comércio
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
1791	Entrada na Guarda Nacional
20 de Setembro de 1793	<i>Chef Bataillon</i> – Tenente-Coronel - na 18ª Demi-Brigade
17 de Novembro de 1793	Participação no cerco de Toulon

1794	<i>Chef de Bataillon</i> – Tenente-Coronel- no 221º Demi Brigade – Integração no Exército de Itália
11 de Março de 1796 a 4 de Setembro de 1797	Presente no Exército de Itália de Napoleão no 69º Demo Brigade
28 de Outubro de 1797	Promoção provisória a <i>Chef de Brigade</i> - Coronel
Fevereiro de 1798	Chefe do Estado Maior de Brune no Exército da Helvécia – denuncia os actos de pilhagem do exército e do seu comandante
23 de Março de 1798	Confirmação da graduação
23 de Março de 1798	Promoção a General de Brigada
6 de Março a 9 de Maio de 1798	Chefe do Estado Maior no Exército de Itália
2 de Dezembro de 1798	Reintegrado no Exército da Helvécia
21 de Fevereiro de 1799	Integrado no Exército de Mayence
10 de Julho de 1799	Promoção de General de Divisão e nomeação para Chefe do Estado Maior do Exército de Itália
8 de Março de 1800	Lugar-Tenente do Comandante do Exército de Itália
8 de Abril de 1800	Defende o Var enquanto Masséna defende Génova
21 de Julho de 1801	Inspector-geral da Infantaria
27 de Dezembro 1803	Comandante da 4ª Divisão no Campo de Saint Omer
1805	Comandante da 4ª Divisão do IV Corpo da <i>Grande Armée</i>
26 de Agosto de 1805	Transferência da 4ª Divisão do IV Corpo para o V Corpo da <i>Grande Armée</i>
Agosto de 1807	Comandante do V Corpo da <i>Grande Armée</i>
Outubro de 1808	Comandante da 1ª Divisão do V Corpo do Exército da Espanha
Abril de 1809	Comandante do III Corpo do Exército da Espanha – mais tarde denominado de Exército de Aragão
Abril de 1809 – Março de 1810	Governo de Aragão
23 de Maio de 1809	Derrotado por Blake em Alcaniz
15 de Junho de 1809	Vitória sobre Blake em Marí

18 de Junho de 1809	Vitória sobre Blake em Belchite
8 de Fevereiro de 1810	Decreto de Napoleão que entregou o governo-geral de Aragão a Suchet
14 de Maio de 1810	Conquista de Lérida
8 de Junho de 1810	Conquista de Mequinenza
2 de Janeiro de 1811	Conquista de Tortosa
29 de Junho de 1811	Conquista de Tarragona
8 de Julho de 1811	Marechal do Império
9 de Janeiro de 1812	Conquista de Valência
13 de Abril de 1813	Derrotado pelas forças anglo-espanholas de John Murray em Castalla
11 de Junho de 1813	Vitória em Tarragona sobre as forças de John Murray
13 de Setembro de 1813	Vitória na Batalha de Ordal sobre as forças de Bentick
18 de Novembro de 1813	Coronel-General da Guarda Imperial
Novembro de 1813	Comandante dos Exércitos de Aragão e da Catalunha
22 de Abril de 1814	Comandante do Exército do Midi
21 de Junho de 1814	Governador da 10ª Divisão Militar Administrativa
30 de Novembro de 1814	Governador da 5ª Divisão Militar Administrativa
15 de Abril de 1815	Governador das seguintes divisões militares administrativas: 9ª e 10ª
Mai de 1815	Comandante do 7º Corpo de Observação
27 de Dezembro de 1815	Retirado do governo da 5ª Divisão Militar Administrativa
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Albufera a 24 de Janeiro de 1812 • Conde do Império em 1808 • Par do Reino em 1814 • Comandante de São Luís em 1814
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 11 de Dezembro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 8 de Fevereiro de 1806

Victor



Figura 63- Victor

Claude-Victor Perrin	
Data de Nascimento	7 de Dezembro de 1764 - Lamarche, Vosges
Morte	1 de Março de 1841 - Paris
Alcunhas	<i>Le Beau Soleil</i>
Origens Sociais	Filho do Oficial de Justiça local
Esposa	Casou com Jeanne-Josephine Muguet (1772-1826) em 1791 e divorciou-se desta em 1802 Casou com Julie Vosch d'Avesaat (1782-1831) em 1804
Descendência	Victorine (1792-1822 ou 1816) Charles (1795-1827) Napoleon-Victor-François (1796-1853) Napoleon-Victor-Eugene (1799 -1852) Stéphanie-Joséphine-Louise (1805-1832)
Formação Militar	Não
Outras Actividades	
Carreira Militar e Política	
Ano	Evento
15 de Outubro de 1781	Praça no 4º Regimento de Artilharia
1 de Março de 1791	Sai do Exército
12 de Outubro de 1791	Voluntário no 3º Batalhão de Voluntários do Drome
15 de Fevereiro de 1792	Promoção a <i>Adjudant-sous-officier</i>

4 de Agosto de 1792	Promoção a <i>Adjutant-major</i> no 5º Batalhão do Bouches-du-Rhône
15 de Setembro de 1792	Promoção a <i>Chef de Bataillon</i> – Tenente-Coronel
2 de Outubro de 1793	Promoção a <i>Chef de Brigade</i> – Coronel
17 de Novembro de 1793	Participação no cerco de Toulon
20 de Dezembro de 1793	Promoção a General de Brigada por indicação dos representantes em missão do Exército de Itália
1794	Integração no Exército dos Pirinéus Ocidentais
20 de Novembro de 1794	Participação na Batalha da Montanha Negra
13 de Junho de 1795	Confirmação da Graduação
11 de Março de 1796 a 4 de Setembro de 1797	Presente no Exército de Itália de Napoleão – comandante da 18ª Demi Brigade
6 de Agosto de 1796	Combate de Peschiera
10 de Março de 1797	Promoção a General de Divisão
12 de Janeiro de 1798	Integração no Exército da Inglaterra – futuro Exército do Oriente
17 de Março de 1798	Comandante da 12ª Divisão Militar Administrativa
3 de Maio de 1798	Integração no Exército de Itália
19 de Junho de 1799	Participação na Batalha de Trébia
18 de Março de 1800	Integração no Exército da Reserva
9 de Junho de 1800	Participação na Batalha de Montebello – ajudou Lannes na Vitória
14 de Junho de 1800	Participação na Batalha de Marengo
25 de Julho de 1800	Lugar-tenente do comandante do Exército da Batávia
19 de Fevereiro de 1805	Ministro plenipotenciário na Dinamarca
10 de Outubro de 1806	Participação na Batalha de Saafeld
14 de Outubro de 1806	Participação na Batalha de Jena
Janeiro de 1807	Comandante do X Corpo da <i>Grande Armée</i>
20 de Janeiro a 25 de Março de 1807	Capturado por guerrilheiros prussianos- trocado pelo General Blücher
Junho de 1807	Substitui o convalescente Bernadotte no comando do I Corpo da <i>Grande Armée</i>
14 de Junho de 1807	Participação meritória na Batalha de Friedland

13 de Julho de 1807	Marechal do Império
Agosto de 1808	Comandante do I Corpo do Exército de Espanha
11 de Novembro de 1808	Vitória em Espinosa contra Blake
13 de Janeiro de 1809	Vitória em Uclés sobre Venegas
28 de Março de 1809	Vitória em Medellin sobre Cuesta
3 de Abril de 1812	Regressa à <i>Grande Armée</i>
27-28 de Julho de 1809	Derrotado por Arthur Wellesley – o Duque de Wellington- em Talavera de la Reina
5 de Fevereiro de 1810 a 24 de Agosto de 1812	Não vence o cerco de Cádiz
5 de Março de 1811	Derrotado por Graham na Batalha da Barrosa
Agosto de 1812	Comandante do IX Corpo da <i>Grande Armée</i>
26 a 29 de Novembro de 1812	Participação na Batalha de Beresina
12 de Março de 1813	Comandante do II Corpo da <i>Grande Armée</i>
27 de Agosto de 1813	Participação na Batalha de Dresden
16 a 19 de Outubro de 1813	Participação na Batalha de Leipzig
Janeiro a Abril de 1814	Participação na Campanha da França e em várias das suas batalhas
18 de Fevereiro de 1814	Chega tarde à Batalha de Montereau
7 de Março de 1814	Participação na Batalha de Craone
6 de Dezembro de 1814	Governador da 2ª Divisão Militar Administrativa
8 de Setembro de 1815	Major-General da Guarda Real
12 de Outubro de 1815	Presidente da comissão encarregue de examinar o comportamento dos oficiais no período dos Cem Dias
10 de Janeiro de 1816 a 15 de Novembro de 1830	Governador da 10ª Divisão Militar Administrativa
27 de Março de 1821	Comandante temporário das seguintes divisões militares administrativas: 6ª, 7ª, 18ª e 19ª
14 de Dezembro de 1821 a 19 de Outubro de 1823	Ministro da Guerra
6 de Maio de 1825	Comandante do campo de Reims

7 de Fevereiro de 1828 a 1 de Agosto de 1830	Membro do Conselho Superior de Guerra
Títulos e Honras	<ul style="list-style-type: none"> • Duque de Belluno a 10 de Setembro de 1808 • Par do Reino em 1815 • Cavaleiro de São Luís em 1814
Legião de Honra	<ul style="list-style-type: none"> • Cavaleiro a 24 de Setembro de 1803 • Grande Oficial a 14 de Junho de 1804 • Grande Cruz a 6 de Março de 1805